

**A GUERRA E
AS GUERRAS
COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA**

**JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.**

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Diretor Principal

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por referees.

Comissão Científica

Agnes Szilagyi

Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris

Columbia University

Álvaro Garrido

Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity

Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez

UNED – Madrid

Ioan Horga

Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues

Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra

Jorge Alves

Universidade do Porto

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles

Universidade do Porto

Maria Luiza Tucci Carneiro

Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega

Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi

Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins

Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos

Universidade de Lisboa

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Imprensa da Universidade de Coimbra

Impressão e Acabamento

Simões & Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-1631-5

ISBN Digital

978-989-26-1632-2

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1632-2>

Depósito Legal

455844/19

O Autor declara a sua não concordância com a ortografia adotada.

© MAIO 2019,

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA
JULIÃO SOARES SOUSA
SÉRGIO NETO
COORD.

A GUERRA E AS
GUERRAS COLONIAIS
NA ÁFRICA
SUBSAARIANA



ÍNDICE / CONTENTS

INTRODUÇÃO / INTRODUCTION	7
José Luís Lima Garcia, Julião Soares Sousa e Sérgio Neto	
THE OPPORTUNITY OF WAR. SOUTH AFRICA IN WORLD WAR I: A CASE STUDY	13
Anne Samson	
O REGIMENTO DE INFANTARIA 14 NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL / THE 14 TH INFANTRY REGIMENT IN THE SOUTHERN ANGOLA CAMPAIGNS OF WORLD WAR I	41
Vitor Manuel Lourenço Ortigão Borges	
IR PARA A GUERRA/EMIGRAR PARA O BRASIL: DOIS CENÁRIOS, DUAS REALIDADES EM VILA NOVA DE FAMALICÃO / GO TO WAR/EMIGRATE TO BRAZIL: TWO SCENARIOS, TWO REALITIES IN VILA NOVA DE FAMALICÃO.....	63
Odete Paiva	
AS MULHERES ENTRE A GUERRA E A PAZ (1914–1920) / WOMEN BETWEEN WAR AND PEACE (1914–1920)	85
Adília Fernandes	
O FINAL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O REAVIVAR DAS PRETENSÕES TERRITORIAIS SOBRE A ÁFRICA AUSTRAL PORTUGUESA / THE END OF WORLD WAR I AND THE REVIVAL OF TERRITORIAL CLAIMS ON PORTUGUESE SOUTHERN AFRICA	101
José Luís Lima Garcia	

COLONIAL OFFICE POLICY TOWARDS BRITISH WEST AFRICA IN WORLD WARS	121
Fewzi Borsali	
BOSBEFOK AND KOEVOET – THE BORDER WAR IN NAMIBIA AND ANGOLA IN SOUTH AFRICAN SOLDIERS’ MEMORY	157
Nils Schliehe	
GUILEDJE NO HORIZONTE POLÍTICO E MILITAR DE AMÍLCAR CABRAL. «GUERRA DE FRONTEIRA» OU UMA PROJETADA «OFENSIVA FINAL» / GUILEDJE ON THE POLITICAL AND MILITARY HORIZON OF AMÍLCAR CABRAL. «FRONTIER WAR» OR A PROJECTED «FINAL OFFENSIVE».....	191
Julião Soares Sousa	
A ARMA QUE MUDOU A GUERRA / THE WEAPON THAT CHANGED THE WAR.....	221
José A. Matos e Matthew M. Hurley	
O FUTEBOL PORTUGUÊS E A GUERRA COLONIAL: O IMPÉRIO EM JOGO / PORTUGUESE FOOTBALL AND THE COLONIAL WAR: THE EMPIRE AT STAKE.....	245
César Rodrigues	
O AUTOMÓVEL TOURING CLUB DE ANGOLA E O AUTOMOBILISMO AO SERVIÇO DO IMPÉRIO (1961-1974) / THE AUTOMOBILE TOURING CLUB OF ANGOLA AND MOTORSPORTS AT THE SERVICE OF THE EMPIRE (1961-1974).....	267
Pedro Cerdeira	

INTRODUÇÃO

O despontar do século xx não começou da forma mais pacífica na Europa, apesar dos esforços que alguns dos países da comunidade internacional haviam feito para que, segundo Aniceto Afonso, a «paz armada» não descambasse num conflito receado, mas ao mesmo tempo ansiado¹. O temor não afugentava os céticos, nem os cobardes, quanto mais os grandes sempre iludidos em teias de mesquinhas rivalidades. O imperialismo britânico coabitava com o militarismo alemão e o revanchismo francês, desanuviando a política negocial o grau de tensão que se apoderara entretanto das principais potências do «velho» continente.

A gestão destes interesses localizados numa pequena parte da Humanidade não impediu que um *fait-divers* sangrento em Sarajevo lançasse o rastro incendiário numa atribulada sequência de incidentes que culminaria na primeira guerra à escala planetária. Segundo Rui Cardoso, a ironia para que tal acontecesse resultaria dos «mecanismos de dissuasão postos em prática pelas grandes potências para evitar a guerra, que acabaram por ser, eles próprios, a peça-chave de uma engrenagem que arrastou o mundo para uma guerra que ninguém queria»². Não era agora apenas a extensão territorial que

¹ AFONSO, Aniceto – «O Quadro Europeu Antes da Guerra». In *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914 | 1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2006, p. 9-10.

² CARDOSO, Rui – «A Guerra dos Mundos». *Courrier International*. Paris: Courrier International SA. N.º 223, set. de 2014, p. 3.

constituía o perigo deste confronto, mas a duração temporal do mesmo. O que era para durar apenas umas semanas, prolongou-se por meses e anos.

Na sequência do final desse conflito desapareceriam três impérios, o austro-húngaro, o otomano e o prussiano. A criação de novos países foi feita com a redefinição de limites movediços, naquilo que Tim Butcher apelidava de «fronteiras de areia»³. E se em 1918 o Armistício foi assinado, esse facto não era mais do que uma trégua que duraria duas décadas, período no qual emergiria uma onda de nacionalismos e os contendores recarregariam as «baterias» para em 1939 recomencem um novo conflito que só terminaria a 2 de setembro de 1945⁴. Assim, a guerra que começara na Polónia e acabaria com a rendição do Japão deixara de ser apenas preocupação da diplomacia europeia, para se tornar um problema com repercussões planetárias.

Com todas as suas complexidades, desafios e tragédias, coube também ao século xx ditar as regras da consolidação das independências no continente africano, algumas décadas de ocupação após os ditames aprovados pela Conferência de Berlim de 1884-1885. Na verdade, a colonização e o colonialismo, conceitos paralelos e, para alguns, indistinguíveis, marcaram a Época Moderna e os tempos contemporâneos, tendo talvez a guerra – a par da escravatura até ao terceiro quartel de Oitocentos –, constituído um dos seus processos mais significativos. Tanto assim que o século xx se iniciou com «campanhas coloniais» de ocupação do *binterland* (Alves Roçadas em Angola, em 1905-1907), combates entre colonizadores (Segunda Guerra dos Bóeres, em 1898–1902), o genocídio dos Hereros, em 1904-1907, e a Primeira Guerra Mundial, em 1914-1918, combinando todos estes cenários.

³ BUTCHER, Tim cit. por Guillermo Altares – «O conflito que nunca acabou». *Ibidem*, p. 9.

⁴ *Idem* – *Ibidem*, p. 90.

De resto, o centenário deste embate bélico, que tem vindo a ser assinalado em muitas manifestações nos últimos anos, não esqueceu o palco de combates africanos, procurando dar voz àqueles que raramente tiveram possibilidade de a fazer escutar. Ainda neste âmbito, e sem perder de vista as desencantadas reflexões de António de Cértima (1894-1983) acerca da (pouca) visibilidade do conflito em África, dir-se-ia que alguns estudos (mais ou menos) recentes, como os de Marco Fortunato Arrifes e de Manuel Carvalho, têm buscado ilustrar esse aspeto menos visível da contenda de 1914-1918.

Com o emergir do pós-guerra no final da primeira metade do século xx, a ordem internacional torna-se mais justa com a fase da descolonização em que se passa da dependência colonial para uma situação de independência e de eliminação de barreiras entre continentes. Os confrontos bélicos desagregariam a política de dominação, de conquista e de exploração das metrópoles, sobretudo europeias. Surgiria com a carta da Organização das Nações Unidas um conjunto de países que embora politicamente livres, continuaram a sobreviver a antigas dinâmicas ocidentais que plastificaram uma África negra com limites pouco coincidentes com as etnias locais tradicionais, mas sim com os interesses e as rivalidades imperiais, agora só formalmente desfeitas pelos armistícios e os novos tratados do direito internacional público.

Nos despojos destas comunidades imaginadas de longe, sob o periscópio do eurocentrismo, ficaram as particularidades identitárias que muitos autores atribuem apenas ao tribalismo autóctone, mas que a obra *Colonisation: droit d'inventaire* imputa especialmente à estratégia divisionista do colonialismo⁵. Esta perspetiva sendo reducionista e unilateral apenas analisa a sociedade pós-colonial com a formatação dos agentes colonizadores, não atribuindo protagonismo

⁵ LIAUZU, Claude – «Des Sociétés Postcoloniales». In LIAUZU, Claude (Dir.) – *Colonisation: droit d'inventaire*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 295-314.

às rivalidades tribais anteriores ao domínio europeu, nomeadamente a cumplicidade dos negreiros locais, com os estrangeiros que vieram depois. Logo, a elaboração dessa identidade de matriz ancestral não pode ser vista como uma entidade fechada que não está aberta a recomposições e a mestiçagens permanentes, mas que funciona como uma «política de raças» de uma considerada ascendência «pura».

Este tipo de dogmatismo quanto à considerada pureza da «raça» conduziu ao holocausto judeu, e a de outras minorias, por parte do sistema de repressão nazi banalizando, como afirmava Hannah Arendt, o mal por todas as latitudes e continentes.

Mas as sociedades pós-coloniais de África não enfermam só dos seus problemas de identidade e de recomposição étnica. Há outras dificuldades neste antigo continente, onde novos países artificialmente construídos enfrentam outros obstáculos tão ou mais pertinentes que o primeiro que afluíramos. Deste modo, os ex-colonizados na edificação de Estados-Nação ou dizendo melhor, de países com muitas nações, caminham defrontando questões variadas como a cultural, demográfica, económica e política.

O pressuposto do grau de desenvolvimento tecnológico, da menos-valia das matérias-primas agrícolas e de uma mão de obra treinada conduzem os Estados independentes africanos para uma proto-industrialização quase inexistente na maior parte da sua geografia económica, que os tornou e tornará quase sempre dependentes dos centros industriais do Ocidente e, agora, também, dos países emergentes do Oriente como a China, Coreia e Índia. A demografia será sempre pertinente para a implementação de uma economia competitiva e concorrencial, pelo que as guerras internas, a insalubridade e as epidemias endémicas concorrerão para um refluxo da natalidade e para as migrações intercontinentais.

Ainda, os pressupostos políticos e culturais, que são fundamentais para a afirmação dos Estados africanos independentes, pois condicionam toda a formatação da polis negra e da intervenção cívica das

suas elites dirigentes e da restante massa populacional. A pobreza e a ignorância continuam hoje a sustentar os maus exemplos de governação, especialmente sobre a gestão adequada do bem público, da maior parte destes países. A promiscuidade entre o interesse de todos e os interesses privados e pessoais dos políticos e das elites governantes tem levado a uma delapidação das riquezas desses territórios, tornando-os nalguns casos ainda mais pobres do que no tempo da dominação colonial. Daí que continue a ser muito importante a educação e a alfabetização das sociedades tradicionais, mas também das elites dirigentes locais sem a perda do elã tribal e étnico, que reforça a pluralidade e a riqueza pós-colonial. A dificuldade de conciliar essa cultura tradicional de um sítio, com o da cultura global de todos os outros lugares, é a questão que se continua a pôr a estas sociedades, que foram fracionadas, divididas e vilipendiadas pela dominação estrangeira.

Mas esta *doxa* tem e deve ser relativizada, porque apesar de a colonização ter sido feita pelos colonizadores que aceitaram sempre a predominância dos interesses metropolitanos, aqueles que Albert Memmi considerava os verdadeiros colonialistas, muitos outros não perfilhavam desta idiossincrasia de dominação e exploração social⁶. Apelavam sim à união e à reconversão de sociedades dinâmicas onde a miscigenação e a diversidade étnica poderiam ser uma mais-valia de modernidade e integração destes Estados africanos pós-coloniais, no conjunto da nova ordem internacional emergida com as guerras fratricidas entre impérios europeus e asiáticos durante toda a primeira metade do século passado, sedentos de manterem *ad eternum* o estatuto de arbitrariedade e de poder ilimitado sobre territórios e populações nos antípodas geográficos da sua matriz inicial de mando.

⁶ MEMMI, Albert – *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 190 p.

Logo os textos desta obra, versando a «Guerra e as Guerras Coloniais Subsaarianas no século xx», procurarão situar os conflitos mundiais, especialmente o da Primeira Guerra Mundial no cenário mais vasto da África colonizada, não se furtando a captar experiências mais particulares, centradas em torno do conflito luso-germânico, na emigração, na condição feminina e na atuação do metropolitano Regimento de Infantaria 14, de Viseu, em Angola. Por seu lado, um outro contributo pretenderá estabelecer pontes entre os tratados de paz de 1919 e o «reavivar das pretensões territoriais sobre a África Austral portuguesa». Sobre os ócios desses tempos, de realçar os escritos sobre o futebol e a utilização do automóvel nos itinerários exóticos de um tão vasto e diversificado Império.

José Luís Lima Garcia

0000-0002-1905-4776

Julião Soares Sousa

0000-0002-8122-9741

Sérgio Neto

0000-0002-9737-0029

Referências Bibliográficas

- AFONSO, Aniceto – «O Quadro Europeu Antes da Guerra». In *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914 | 1918*. Matosinhos: QuidNovi, 2006, 128 p. ISBN 978-972-8998-99-8.
- BUTCHER, Tim cit. por Guillermo Altares – «O conflito que nunca acabou». *Courrier International*. Paris: Courrier International SA. ISSN 1154-516X. N.º 223, set. de 2014, 31 p.
- CARDOSO, Rui – «A Guerra dos Mundos». *Courrier Internacional*. Paris: Courrier International SA. ISSN 1154-516X. N.º 223, set. de 2014, 31 p.
- LIAUZU, Claude – «Des Sociétés Postcoloniales». In LIAUZU, Claude (Dir.) – *Colonisation: droit d'inventaire*. Paris: Armand Colin, 2004, 352 p. ISBN 2-200-26434-8.
- MEMMI, Albert – *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 190 p. ISBN 84-8487-336-5.

**THE OPPORTUNITY OF WAR.
SOUTH AFRICA IN WORLD WAR I: A CASE STUDY**

Anne Samson

0000-0002-9608-8152

Resumo: A Primeira Guerra Mundial providenciou a oportunidade para que as fronteiras fossem reconfiguradas e os sonhos há muito desejados fossem cumpridos. Lutando para proteger os «direitos das pequenas nações», a guerra permitiu inesperadamente que territórios controlados pelo Império Britânico, como a União da África do Sul, acreditassem que poderiam alcançar os seus objetivos. Este artigo explora a forma como o desejo de expansão territorial da África do Sul e sua relação com a Grã-Bretanha determinaram o seu envolvimento militar durante a guerra. Para além disso, fornece uma visão de como a África do Sul e os seus vizinhos se perceberam mutuamente e como as potências coloniais tiveram que mediar os seus próprios desejos territoriais contra os dos seus estados subordinados ou subimperiais.

Palavras-chave: África do Sul, Expansão Territorial, Subimperialismo, Objetivos da guerra

Abstract: The First World War provided an opportunity for boundaries to be reconfigured and long-desired dreams to be fulfilled. Fought to protect the «rights of small nations», the war unexpectedly allowed empire-controlled territories such as the Union of South Africa to believe they could realise their goals. This paper explores how South Africa's desires for territorial expansion and its relationship with Britain influenced its military involvement during the war. In addition, it provides insight into how South Africa and its neighbours perceived one another and how the colonial powers had to mediate their own imperial territorial desires against those of their subordinates or sub-imperial states.

Keywords: South Africa, Territorial Expansion, Sub-imperialism, War Aims

Introduction

It is often through war that latent long-term desires come to the fore as the opportunity of having them fulfilled becomes a distinct possibility. For the student of history, and probably a few other disciplines such as international relations and politics, war has one advantage and that is to speed up decision making, so that motives which could have taken years to discern are brought to the fore allowing actions to be seen for what they really are. As Carl von Clausewitz notes, «war is a mere continuation of policy by other means»⁷. Countries go to war because of decisions made by individuals who feel they either want to obtain, or to protect, something. Invariably, human nature tends to reduce these events to a single cause, but as many of the discussions in online forums⁸ around why war erupted in 1914 conclude, this is too simplistic. The reasons for embarking in conflict are complex – for big powers as well as small. The First World War, in contrast to many previous wars, involved not only the immediate protagonists in the conflict but, where they had an empire, also their subordinate territories.

Hew Strachan simply refers to the complexities of this relationship as «sub-imperialism», namely: «the ambitions not only of those on the spot but also of the semi-independent dominions of those on the spot»⁹. He appears to have taken his line from P.R. Warhurst in a 1984

⁷ VON CLAUSEWITZ, Carl – *On War*. Trans. Col. J. J. Graham. New and Revised edition with Introduction and Notes by Col. F. N. Maude. Three Volumes. 3rd Impression. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & C., 1918.

⁸ For example, World War I List (<http://www.gwpda.org/wwi-l.html>); H-Net (<https://networks.h-net.org/node/35008/discussions/54907/ann-h-german-forum-first-world-war-mulligan-december-2014>); Goodreads (<http://www.goodreads.com/topic/show/292600-origin-and-causes-of-the-first-world-war>).

⁹ STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. vii.

article entitled «Smuts and Africa: a study in sub-imperialism». In this, Warhurst defined South Africa's expansionist desires under Jan Smuts, and his predecessor Cecil John Rhodes, as «Pan Africanism»¹⁰. Ross Anderson, in his thesis on World War I in East Africa, picked up on the theme of sub-imperialism set by Strachan as «a key factor in determining the fate of the German colonies», whilst Anne Samson in her thesis on South Africa's role in World War I explored why the Union engaged in the war to the extent it did in East, Central and Southern Africa and how this impacted on its relationship with Britain¹¹. Developing on the theme of sub-imperialism, this paper will explore South Africa's involvement in World War I in Africa, looking at the opportunities the war presented as well as the challenges. As a case-study, it enables an understanding of the political complexities of war to be explored and how these impacted on the military direction of each of the participants.

South Africa goes to War

South Africa, as a country, was young. It had come into existence on 31 May 1910 and, as a subordinate country within the British Empire, was automatically drawn into the war when Britain's ultimatum to Germany expired on 4 August 1914. However, in line with the agreements between Britain and its dominions, semi-autonomous states within the Empire, it could choose the extent to which it was prepared to be involved.

¹⁰ WARHURST, P. R. – «Smuts and South Africa: a study in sub-imperialism». *South African Historical Journal*. Cape Town: UNISA Press, 16:1, 1984, p. 82-100.

¹¹ Both subsequently published as ANDERSON, Ross – *The forgotten front. The East African Campaign 1914–1918*. London: The History Press Ltd., 2014, 372 p. and SAMSON, Anne – *Britain, South Africa and the East Africa Campaign. 1914-1918: The Union Comes of Age*. London: IB Tauris, 2006, 262 p.

Although the Union of South Africa was still young, its four constituent parts were much older and when the Act of Union took place in 1909, many of their long term desires had become absorbed into Union aims¹². Most of these concerned land and therefore expansion. Externally, there were three big drivers for the Union, namely the inclusion of German South West Africa, Portuguese East Africa's port of Lorenzo Marques in Delagoa Bay and Cecil Rhodes's Cape Town to Cairo Railway line linked with the charter territories of Southern and Northern Rhodesia¹³. South Africans had been working on incorporating these territories for years and the outbreak of war provided the catalyst for overt attempts at realising these dreams.

When war was declared, Britain knew that South Africa would participate, despite the strong anti-British feelings within the Union, as the country wanted German South West Africa. Louis Botha, Prime Minister of the Union, had said as much to then British Chancellor of the Exchequer David Lloyd George in 1911. At an imperial conference in London, Botha had told Lloyd George that if an opportunity presented itself South Africa would take it to bring German South West Africa into the Union and Empire fold. This was despite many of his fellow Afrikaners feeling that the Union should support Germany and take the opportunity of war to declare the Union independent of Britain¹⁴. In this way, the two Boer states which had been defeated by Britain in the 1899–1902 war would be free again¹⁵.

¹² For background information on the formation of Union, see THOMPSON, L. M. – *The unification of South Africa 1902–1910*. New York: Oxford University Press, 1960, 549 p.

¹³ HYAM, Ronald – *The failure of South African Expansion. 1908–1948*. London: Palgrave Macmillan UK, 1972, 219 p. and NEWTON, A. P. – *The Unification of South Africa*. 2 Vols. London: Longmans Green and CO., 1924.

¹⁴ SAMSON, Anne – *Britain, South Africa*

¹⁵ The best overview of the Anglo-Boer War remains PAKENHAM, Thomas – *The Anglo-Boer War*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997, 688 p.

Botha's desire to include German South West Africa in the Union fold was to plunge the young country into rebellion two months after war was declared. Britain asked South Africa on 6 August 1914 to assist in putting the German wireless stations in South West Africa out of action¹⁶. For the most part, this would be a coastal action on the bases at Luderitzbucht and Swakopmund, however, the one at Windhoek would entail a land attack. On 7 August 1914, Botha's cabinet met to discuss the request and was soon divided over the invasion of German South West Africa – the reason being concern at opening old wounds which had been slowly healing. On being warned that if South Africa did not undertake the task, India or Australia would be, the cabinet unanimously, but reluctantly, agreed to support the invasion¹⁷. No action, however, could be taken until Parliament sanctioned it, which it did during the week of 8 September following the arrival of the new Governor General, Sidney Buxton¹⁸. It was shortly after this that the rebellion broke out as anticipated by FS Malan of Botha's cabinet. Following the suppression of the rebellion, the campaign against German South West Africa was re-launched in January 1915 and the German colony capitulated to the Union on 9 July 1915¹⁹. For the remainder of the war, South Africa administered the territory pending the final outcome of the peace talks.

¹⁶ The National Archives, London (hereafter TNA): ADM 137/9, Telegram Secretary of State for Colonies (SoSC) to Acting Governor General (GG), 6 August 1914.

¹⁷ South African National Archives, Pretoria (hereafter SANA): PM 1/1/12 4/37/14, Minute 9/15, 7 August 1914; SAMSON, Anne – *World War I in Africa: The forgotten conflict among the European Powers*. London: IB Tauris, 2013, p. 69.

¹⁸ The previous Governor General, Lord Gladstone had resigned his post in February 1914 and left the Union in early July 1914. Buxton had been Minister of the Board of Trade until the enquiry into the sinking of the Titanic in 1912/3. In addition to his role as Governor General of South Africa, he was also High-commissioner of the British protectorates in Southern Africa and of the British South African controlled territories of Southern and Northern Rhodesia. SAMSON, Anne – *Britain, South Africa...*

¹⁹ On the rebellion, see DAVENPORT, T. R. H. – «The South African Rebellion, 1914». *English Historical Review*. Oxford: Oxford University Press. Vol. LXXVIII, Issue CCCVI, 1 January 1963, p. 73-94; SPIES, S. B. – «The outbreak of the First World War and the Botha government». *South African Historical Journal*. Cape Town: UNISA Press. Vol. 1,

Moving clockwise from German South West Africa are Northern and Southern Rhodesia. These territories were managed by order of a charter held by the British South Africa Company under the watchful eye of Lord Buxton, the South African High Commissioner who was also the Governor General. It had been envisaged that when the charter expired in 1915, the territories would be included in the Union and the Act of Union, 1909, had made provision for this. However, the outbreak of war was to thwart South Africa's aspirations as the rebellion and the rise of Afrikaner nationalism caused great concern to those resident in the chartered territories. The outcome was a delay in decision to after the war²⁰. Other factors which influenced the decision by the chartered territories, was the impact of recent South African policies towards its black population and economics. In 1913, the Union had passed the Land Act, which restricted the amount of land blacks in South Africa could buy, rent or own. It was disproportionate to the size of the population. The Act also enabled white farmers to remove blacks residing on their property who were not in employment²¹. This led to increased tensions in the Union, which, although they did not flare into rebellion, were enough to concern the neighbouring territories. The chartered territories, which also operated a white dominant patriarchal government, were slight-

Issue 1, 1969, p. 47-57; and for German South West Africa, see COLLYER, John Johnston – *The Campaign in German South West Africa, 1914–1915*. Pretoria: Government Press, 1937; NASSON, Bill – *Springboks on the Somme: South Africa in the First World War*. Johannesburg: Penguin, 2007, 300 p., gives an overview of South Africa's involvement in World War I including in Africa.

²⁰ SAMSON, Anne – *World War I in Africa...*; HYAM, Ronald – *The failure of South African...*; HYAM, Ronald and HENSHAW, Peter – *The lion and the springbok: Britain and South Africa since the Anglo-Boer War*. Cambridge: University of Cambridge, 2003, 396 p.

²¹ PLAATJE, Sol – *Native life in South Africa*. Johannesburg: Bhekizizwe Peterson, Brian Willan, Janet Remington, 2016, 300 p. First published in 1916, Sol Plaatje explains the impact of the 1913 Land Act on black South Africans. HIGGINSON, John – *Collective violence and the agrarian origins of South African Apartheid, 1900–1948*. Cambridge: Cambridge University, 2014, 409 p.

ly more liberal in their approach to the treatment of their black populations. The Land Act was also to caution Bechuanaland (Botswana) and Swaziland about joining the Union, possibilities which had been on the cards pending the inclusion of the chartered territories into the Union²².

On the economic front, the board of the chartered territories was concerned about the long-term consequences of the territories not joining the Union as the territories were completely land-locked and relied on railway and road routes through the Union for imports and exports. Director Jameson, therefore, suggested to the High Commissioner that if possible, the chartered company would like to obtain a strip of Portuguese East Africa (Mozambique) to allow it access to the ocean. This no doubt, he reckoned, would clash with the Union's desire. And so it did²³.

The Union had long desired the port of Lorenzo Marques (Maputo) in Portuguese East Africa. For the gold mines in Johannesburg, it was a shorter, and therefore cheaper, route to the coast. The Lorenzo Marques harbour facilities were better than those at the Cape which were subject to storms and to Durban, which, at that time, was not very deep. There was an existing railway line between Johannesburg and the port of Lorenzo Marques, but because it ran through Portuguese territory, customs' duties needed to be paid. These would be done away with if the Union had control of the territory²⁴. Other considerations which made this territory attractive to the Union was the Limpopo River which would form a natural boundary between

²² SAMSON, Anne – *World War I in Africa...* and HYAM, Ronald – *The failure of South African...*

²³ SAMSON, Anne – *World War I in Africa...*

²⁴ SHILLINGTON, Kevin (Ed.) – «Maputo». In *Encyclopedia of African History*. London: Routledge, 2004, p. 943, provides an overview of the South African-Lorenzo Marques relationship; KATZENELLENBOGEN, Simon E. – *South Africa and Southern Mozambique: Labour, railways and trade in the making of a relationship*. Manchester: Manchester University Press, 1986, 188 p.

an extended Union and the rest of Africa, thereby protecting the cattle trade from rinderpest and foot and mouth disease – diseases the South African government had worked hard to eradicate. A final reason for bringing the territory into the Union fold was the better control of manpower. For reasons of culture, blacks resident in South Africa were reluctant to work on the gold mines, whilst Shangaans in particular, who were resident in Portuguese East Africa, seemed quite happy to do so. As these men were resident in another country, their employment in the Union involved quite complicated agreements between the two countries and the companies involved as well as those recruiting the labour. Inclusion of the territory would, again, simplify this situation thereby increasing revenue for the gold mines and hence the Union²⁵.

In due course, Nyasaland (Malawi) could be incorporated into the Union, thereby creating tensions with neighbours which were currently one removed from the borders of South Africa. The potential incorporation of these front-line territories posed a threat to the Belgian Congo which feared South Africa wanted to take over the Katanga Region which bordered on Northern Rhodesia and which was rich in copper. Occupation of this territory would also enable Britain, to complete its Cape Town to Cairo railway route as envisaged by Cecil Rhodes in the previous century²⁶. German East Africa would, therefore, be on a future greater South Africa's border. It was for this reason that Minister of War and commander of the forces in East Africa 1916–1917, General Jan Smuts, used the need to protect South Africa as a motivation for South Africans to enlist in the Imperial contingent for service in German East Africa.

²⁵ KATZENELLENBOGEN, Simon E. – *South Africa and Southern...*; HYAM, Ronald – *The expansion of South Africa...*

²⁶ SAMSON, Anne – *Britain South Africa...*; WIENTHAL, Leo – *The story of the Cape to Cairo Railway and River Route from 1887 to 1922: the iron spine and ribs of Africa*. London: Pioneer Pub. Co., 1923.

South Africa, Britain, Belgium and Portugal

The neighbouring countries feared South Africa's desired aims, perceived or real, and this was to govern relations between the Union, Britain and its allies during the war. The fact that South Africa was a subordinate territory of the British Empire often meant that the ideals and aspirations of the two countries became conflated even when there was no clear indication that one partner had a vested interest.

To date, no convincing evidence has been found that the Union of South Africa was interested in the Katanga Region. This appears to be a purely British desire, linked to Rhodes' Cape Town to Cairo railway and the idea of painting the map of Africa red from north to south. During the war, June 1918, the Governor General and High Commissioner of South Africa visited Elizabethville, now Fungurume, in Katanga Region to dispel the myth that Britain was after the territory²⁷. However, neither this nor Jan Smuts's attitude towards the Belgian Congo military leaders did much to ease these concerns.

In 1916, the Belgians, having obtained control of Lake Tanganyika with British assistance²⁸, sought to occupy territory in German East Africa to use in negotiations with Germany to restore German-occupied territory to Belgium in Europe. The initial intention had been that the Belgian forces under General Charles Tombeur would co-operate with the British Lake Force led by South African General Charles Crewe. However, Tombeur, fearful of South Africa's intentions and not getting on well with Crewe, instructed his column command-

²⁷ British Library Manuscripts: Buxton ADD MS 87042, British vice-consul Denton Thompson to Buxton.

²⁸ FODEN, Giles – *Mimi and Toutou go forth: The bizarre battle for Lake Tanganyika*. London: Penguin, 2005, 256 p.; PAICE, Edward – *Tip and Run: The untold tragedy of the Great War*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2008, 528 p.; CAPUS, Alex – *A matter of time*. London: Haus Publishing, 2013, 256 p.

ers to rush ahead of Crewe in order to arrive at Tabora first²⁹. This they did on 19 September 1916 and placed Colonel Justin Malfeyt in control of the captured town.

Smuts, though, pushed to gain control of the Belgian lines of communication as a means to regain a hold over the area. Although he argued that it was to assist Belgium, his reluctance to let the Belgians administer Tabora, Ruanda and Urundi was more to protect the Union's greater interests held by Britain³⁰. His persistence in wanting control of Tabora soon led to Britain asking its allies what they hoped to gain from the war; an action which put Britain in a controlling position when it came to the peace discussions in 1919³¹. For South Africa, the more German territory controlled by British Empire forces in East Africa, the greater were the Union's chances of obtaining the territories it really desired after the war – namely German South West Africa and Portuguese East Africa to the Limpopo, or even the Zambezi, River.

Ensuring a valid claim to Portuguese East African territory was more challenging for the Union than German South West Africa or even Tabora, especially as the former was Britain's longest serving ally; a relationship which dated back to 1386. At the start of the war, Portugal assumed neutrality at the request of Britain and on 9 March 1916 entered the war, also at Britain's prompting. In neither its neutral nor its belligerent state, could South Africa occupy the territory. This meant the Union had to find alternative ways to achieve its aims. It did this by declaiming Portugal's management of its East African possession³². Before Portugal officially entered the war, the Union

²⁹ DELPIERRE, Georges – «Tabora 1916: de la symbolique d'une victoire». *Journal of Belgian History*. Brussels: Centre for Historical Research and Documentation on War and Contemporary Society. XXXII, 3-4, 2002, p. 351-381.

³⁰ SAMSON, Anne – *Britain South Africa... and World War I in Africa...*

³¹ Idem – *Britain South Africa...*

³² For example, TNA: CO 616/25, 26, 27, 28 various files.

wanted to search and claim shipping bound for and out of Lorenzo Marques as the Union politicians did not trust the Portuguese East African officials to uphold Portugal's neutral position and claims of goods being smuggled into and out of the German colony to the north was rife. The claims were not completely unfounded as the Danish/German captain of the blockade runner Rubens/Kronberg was able to return to Germany through the port³³.

As much as the Union objected and put its case to Britain to intercept mail and obtain control over aspects of Portuguese East Africa, the more Britain held its ground. Portugal was Britain's oldest ally and its neutral position was in response to a request from Britain as its involvement in the war would place greater pressure on the already stretched British resources. The Colonial Office was also aware of the British South African Company's interest in the territory and how British strategic occupation of the same territory would benefit landlocked Nyasaland³⁴. Agreeing to the Union's request would place Britain in a challenging position having to mediate between its allies and subordinates to its own possible detriment.

Liaison Officers and Agents

In the same way that Britain needed to mediate between its subordinates and allies, so individuals had to mediate between different priorities within the Union and its dealings with Britain's allies. In terms of the latter, the role of liaison officers, military attaches and ambassadors should not be underestimated and is an area requiring further research.

³³ CHRISTIANSEN, Christen P. – *Blockade and Jungle: From the letters of Nis Kock*. London: Robert Hale, 1940.

³⁴ SAMSON, Anne – *Britain South Africa... and World War I in Africa...*

Liaison officers played a significant role in the East Africa theatre mediating between the various forces. Ewart Grogan was, for most of the war, the liaison officer to Belgian Congo. His task was made more difficult when Smuts was in command, and for a time Grogan was withdrawn. It was only when Reginald Hoskins became Commander-in-Chief in January 1917 that relations were restored and the liaison officers allowed to continue their roles. When the South African General Jaap van Deventer replaced Hoskins in mid-1917, there was almost another break-down in relations purely because he was South African. However, this was avoided. The Belgian liaison officer to the British forces was Charles Huyghé. These men generally were able to find ways to move things forward, however, national priorities dictated the extent to which this happened.

An example is the rush for Tabora. It had been agreed that the Belgians would work with South African General Charles Crewe in the advance on Tabora. However, the Belgian priority to occupy German territory to use in negotiations with Germany at the peace table and distrust of South African intentions, meant they gave lip-service to this co-operation. The reality was that the two Belgian Brigades were instructed to rush their advance. They succeeded in arriving and occupying the town before Crewe was able to do much. Despite the Belgian occupation of Tabora on 19 September 1916, Smuts did what he could to bring the area under British control claiming that as the Belgians were reliant on the British for supplies and communications, to ease the situation everything should move to British control. The Belgians held their ground and Tabora; as Colonial Secretary Paul Hymans told the King: «the duty of the government is to speak loudly and firmly [...]. The country [will] never pardon its leaders for a peace without advantages and aggrandisements»³⁵. For all these differences and hiccups, the Belgians and

³⁵ Quoted in SAMSON, Anne – *World War I in Africa...*, p. 174.

British were focused on the same aim: the defeat of Germany and in this they were supported by those on the ground.

The relationship with Portugal and Portuguese East Africa was not as straight forward. Although Portugal was allied with Britain, the country internally was divided. It had become a republic in 1910 when the monarchy was overthrown, with the result that no one party was strong enough to hold power for an extended period. During the war years, the government changed roughly every six months which did little to help cement or develop a coherent military policy. This was exacerbated in East Africa where the Portuguese East African territory was governed by different governors or controllers of companies. These, too, were split in their loyalty with some openly siding with their German neighbours. This was not surprising from an economic point of view as they were reliant on each other for imports and exports. However, this was to have an impact on the conduct of the war as commanders sent to East Africa were not welcomed. There was little cohesion amongst the various military personnel and military posts were left to their own devices with little discipline being enforced. The result was the German overrun of various posts and the successful acquiring of much needed equipment which allowed them to prolong the campaign³⁶.

The dominance of the pro-German governors was partially overcome by the reappointment of Errol MacDonell as Consul. He had given up this post on the outbreak of war, and later, when Portugal officially entered the war, became liaison officer in March 1917. However, it was felt that he had less power as liaison officer and could do more to further Britain's war aims by re-assuming his consulate role. This he did and with great effect as noted by a German governor who complained about MacDonell controlling Lorenzo Marques. Major Azambuja Martins was his counterpart to General Hoskins from

³⁶ Idem – Ibidem.

April 1917, having previously been Chief of Staff to General Gill's expeditionary force³⁷.

MacDonell's appointment, although influential in controlling manoeuvres through the port, had no impact on Portuguese military efficiency; a situation which would result in an almost complete breakdown in relations between the two allies. Further potential complications were eased when Belgium decided it would no longer take offensive action after its involvement at Mahenge in October 1917. This left the British to manage the Portuguese separately. Portuguese commanders were under pressure to perform as Lisbon noted that: «Our prestige as a belligerent nation will be considerably diminished and our interests as a colonial nation prejudiced if an offensive against the Germans be not at once undertaken by the decided invasion of the territory beyond the Rovuma»³⁸.

After the Portuguese had been decisively pushed out of the Kionga – a section of the Rufigi Delta the Portuguese believed the Germans had stolen from them during the last century and pushed back across the Rovuma – Smuts was instructed to capture the territory before the Portuguese could reclaim it. This was despite all investigations by the British suggesting that the area was only good for smugglers³⁹. As van Deventer's forces moved south in chase of Lettow-Vorbeck who was approaching the Portuguese East Africa border in November 1917, he discussed tactics with the Portuguese about holding the Germans in check. However, Colonel Sousa Rosa's men were not up to the task, but for political and face-saving reasons he could not openly tell his allied counterpart. Martins felt it was because Rosa

³⁷ SAMSON, Anne – *World War I in Africa...*; ANDERSON, Ross – *The forgotten front...*; PIRES, Nuno Lemos – «Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914–1918) através da Revista Militar». *Revista Militar. Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914–1918)*. Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações Lda., ISSN 0873-7630. Vol. 66, n.º 5, 2014, p. 429-458.

³⁸ Quoted SAMSON, Anne – *World War I in Africa...*, p. 120.

³⁹ Idem – *Ibidem*, p. 122.

«was a very pronounced Republican and introduces politics into his military duties»⁴⁰. Despite the efforts of the liaison officers, including the use of a French officer, Colonel Viala, the outcome was the disaster at Nhamacurra which allowed Lettow-Vorbeck to continue in the field for almost another year. Smuts had tried to keep the Portuguese actions contained for political reasons while van Deventer tried to do the same for military reasons. Despite van Deventer's attempts to keep the Portuguese at bay pressure and counsel from the British War and Foreign Offices, and the work of MacDonell and Viala on the ground, enabled some semblance of unity to continue.

The End of the War

The end of the war and the ensuing peace discussions would provide the final opportunity for the Union to turn the opportunities the war provided into reality. However, each of the other powers had the same idea which continued the political struggle.

By the time the peace talks arrived, Britain was clear about what it wanted from the war – particularly concerning Africa. This had come about in response to prompts by Smuts in 1916 to wrest control of Tabora away from the Belgians. As a result of Smuts's questions and suggestions, the British Foreign Office approached each of its allies to ascertain what they wanted from the war. This meant that by the end of the war, Britain had a fairly good idea of what each wanted as a minimum and how this related to its own desires. The Dominions were included in this process, albeit in a slightly different way through the imperial conferences. Following Lloyd George's succession to the premiership, he introduced imperial meetings of

⁴⁰ ANDERSON, Ross – *The First World War in East Africa*. Glasgow: University of Glasgow, 2001, Ph.D. thesis, 334 p.

the cabinet where war policy and other issues could be discussed openly between the various country representatives⁴¹.

Concern was expressed that if the German colony was returned to Germany at the end of the war, it would cause similar unrest in South Africa as had happened at the start of the war with the focus this time being «on the betrayal and neglect by Britain of those South Africans who had fought in the campaign»⁴². The Portuguese and Belgian interests were also discussed but felt to be negligible. The result was that

Belgium was to be deprived of the two areas it was occupying and apart from rounding off the Portuguese territory, it was felt no further territory should go to Portugal which was believed to have entered the war only to ensure its colonial territories were protected under the Anglo-Portuguese Agreement⁴³.

The weight of the British Empire was therefore clearly against Belgium and Portugal in terms of territorial expansion in Africa⁴⁴.

During these discussions, Smuts attempted to put in an official request for Portuguese East Africa. He «considered it very important to secure the elimination of Portugal from the southern part of her present East African territory», because «[t]hat territory had a seaboard of 2000 miles, a great part of which interfered directly with the natural development of the Union of South Africa and of Rhodesia». He

⁴¹ SAMSON, Anne – *Britain South Africa...*

⁴² Idem – *Ibidem*.

⁴³ TNA: CAB 29/1, Imperial War Cabinet meeting, 28 April 1917 Report of Committee on Terms of Peace (Territorial Desiderata) P-16, ff. 325, 333; India Office Records: Curzon MSS EUR F 112/180, 28 March 1917 CID 3rd Interim report (G118b), f. 69; FERREIRA, José Medeiros – *Portugal na Conferência da Paz, Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 17. The Portuguese delegate to the Peace Discussions refuted this allegation at the first meeting he attended.

⁴⁴ SAMSON, Anne – *Britain South Africa...*

noted that «[i]t had occurred to the South African Government that an exchange might be arranged by which, in return for the southern part of German East Africa, Portugal might be willing to cede her territory up to the Zambezi including Delagoa Bay and Beira». This, he continued, would be along the «lines of the secret agreement made with Germany in 1898». He acknowledged though that it was unlikely that the Portuguese would find the proposal attractive unless it «were supplemented by a money consideration»⁴⁵.

Britain was keen to rid itself of its Portuguese burden but it did not want to «lumber itself with a situation where an internally politically unstable subordinate country, South Africa, would be able to hold it to ransom at a future date»⁴⁶. This was a very real concern for the British government as the South African National Party, which had been formed in February 1914 and whose support of the rebellion had been tacit, had gained a higher than expected number of seats in the October 1915 national elections and had become a serious threat to Botha's more accommodating South Africa Party.

South Africa's overt attempt at obtaining the East African territory it desired fell foul of a stronger power: America. Its claim to the German South West African colony was undisputed although it was acknowledged in 1915 that America, and the other allies especially France, would need to ratify the position.

This left the peace discussions themselves as the final opportunity for South Africa to obtain the Portuguese East African territory it desired and was possibly the reason Smuts resorted to more subtle operations to achieve his goal. By the time the peace discussions arrived, however, there had been a change in personnel at the British Colonial Office which was more imperialist and favourable to Smuts.

⁴⁵ Idem – Ibidem; IOR: Curzon MSS EUR F 112/180, CID 3rd Interim report (G118b) 19 April 1917, f. 338.

⁴⁶ SAMSON, Anne – *Britain South Africa...*

By 7 May 1919 the decision had been made that the German colonies would not be handed back to Germany and that German East Africa would be awarded to Britain as a mandate. However, Belgium, on hearing this decision, objected which resulted in a series of semi-official negotiations happening outside of the formal Versailles talks. This was to prevent America from interfering in colonial issues. Lord Milner, Colonial Secretary, was called from London to take a lead on these and had to ensure that Belgian, Portuguese, South African and Indian desires were satisfied, alongside those of Britain⁴⁷.

Britain's desire for the German East African territory was to see the Cape Town to Cairo railway route completed; a move which would satisfy both Colonial and War Office aims. It was also known that the territory Belgium occupied was the most fertile in the area and would be an attractive bonus to the existing British territory. However, Belgium's demands on 8 May 1919 for a slice of East Africa meant that the Cape Town to Cairo route could not be completed. Milner therefore had his work cut out for him⁴⁸.

Baron Orts, Diplomatic Counsellor, explained that retaining the territory Belgium occupied «would complete the Congo Colony in many respects»⁴⁹. However, Belgium was really after territory on the West African coast which belonged to Portugal. Orts hoped that an exchange of territory would enable Belgium to obtain this piece of land. In return, Portugal could get a piece of German East African territory⁵⁰. Belgium would then be able to develop the harbour resulting in improved trade. But, as with Smuts and South Africa,

⁴⁷ *Idem* – *Ibidem*.

⁴⁸ *Idem* – *Ibidem*.

⁴⁹ *Paris Peace Conference*. Vol. III, 30 January 1919. Document reference 180.03101/25; BC-18; IC-128, p. 808-13.

⁵⁰ TNA: FO 608/219 (registry no 1501, file no 803/2/1), 1 February 1919 memo by Meinertzhagen for DMO, ff. 391-9; Bod: Milner 390, 21 February 1919 note by Stratchey, ff. 12-3; 27 February 1919 note from Amery, f. 14 and 26 May 1919 letter from Milner to Orts, f. 130.

Orts and Belgium did not raise this desire officially with Council members⁵¹.

Prepared with various minutes and papers setting out the minimum territorial requirements for the completion of the railway, Milner entered into discussions with Orts on 15 May 1919. According to WR Louis in Britain and Germany's lost colonies, Milner «told Orts in no uncertain terms that Belgium had blocked the Cape [Town] to Cairo route»⁵². He then set out to formulate a plan whereby all the claimants' demands could be met – at the expense of Portugal, which had not yet submitted its objections to the 7 May colonial allocation. In the end Britain had to surrender its claims to Urundi and Ruanda, but did retain the strip of territory required for the Cape Town to Cairo railway – a piece of land it returned to Belgium in 1923 as the first cross-Africa flight had been achieved and the land was no longer required for the railway⁵³.

During these discussions, Portugal requested an opportunity to state its case before the German East Africa mandate question was finalised. The request came in three days after Milner had presented Orts with his proposal⁵⁴. It was crucial that for the proposal to work, Portugal had to agree. If this did not happen, Belgium would keep Ruanda and Urundi which it would receive as a mandate⁵⁵. In essence the proposal was that Belgium would get the Portuguese territory it wanted in West Africa, Portugal would be compensated with territory in German East Africa on the borders of Northern Rhodesia and the Congo, while South Africa's claim for Delagoa Bay

⁵¹ Bod: Milner 390, nd. memo by Milner, f. 156.

⁵² LOUIS, W. R. – *Great Britain and Germany's lost colonies 1914–1919*. Oxford: Oxford University, 1967, p. 150. Louis has used Orts' diary to compile this section.

⁵³ LOUIS, W. R. – *Ruanda-Urundi. 1884–1919*. Oxford: Oxford University, 1963, p. 257.

⁵⁴ Bod: Milner 390, 29 May 1919 ps to memo, f. 181.

⁵⁵ Ibidem, 26 May 1919 letter from Milner to Orts, f. 130.

would be in the territorial alignments in the East. In «payment» for this exchange, Belgium would cede the German East African territory of Ruanda and Urundi that it received as mandates to Britain.

By 24 August 1919, it was finally agreed that German East Africa would be divided between Britain and Belgium⁵⁶. However, Portugal, which had been given the Kionga Triangle including the Rovuma River enclave as proprietor⁵⁷, refused to take part in the proposed exchange. The overriding reason can only be assumed to be prestige as Portugal had put in a request for finance to develop its existing colonial territory in East Africa⁵⁸. Colonel d'Andrade had said that public opinion would not tolerate Portugal losing the East Africa colony, but with the Portuguese governments changing as regularly as they were during the war, it is not clear that the public would even have been told what was happening in Africa, or have cared because of the focus on domestic issues⁵⁹. The territory Portugal was offered was undeveloped whereas the territory it was being asked to give up was well-developed with an economically strategic harbour and railways, which although Portugal claimed were for other countries' benefit, it at least obtained some revenue.

For South Africa, Portugal's decision meant that the Union's attempt to obtain Lorenzo Marques and round off its borders to the Limpopo River was at an end – for the foreseeable future. The Union had obtained German South West Africa but not in the complete way it had hoped. It was awarded as a mandate which meant that South Africa was administering it on behalf of the League of Nations for a fixed

⁵⁶ TNA: FO 608/216 (registry no 18287; file no 724/1/1), 24 August 1919, f. 106.

⁵⁷ TNA: FO 608/216 (registry no 19241; file no 724/1/1), 27 September 1919, f. 123.

⁵⁸ *Paris Peace Conference*. Vol. III, 30 January 1919. Document ref. 180.03101/25; BC-18; IC-128, p. 808-13.

⁵⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914–1918: Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Estampa, 1996, 377 p.

period of time and had to fulfil certain obligations around its control of the territory.

The opportunities the war had provided for the Union to expand its territory had been lost and by the 1930s it was clear that the Union's territorial boundaries would remain where they were at the start of the war. The outcome eased pressure on Britain to allow the Union to take over the protectorates of Bechuanaland and Swaziland which in turn eased the decision in 1925 by the Rhodesian populations to join the Union. South Africa continued to attempt to include South West Africa as an integral part of the Union defying the League of Nations and later the United Nations, until in 1989 the ex-German colony became the independent country of Namibia.

The impact of the Portuguese decision in South Africa was negligible. South Africa had greater internal problems to cope with than to worry about what was happening on the international scene⁶⁰. The opportunity afforded by the war for the Nationalists to obtain their independence resurfaced in the peace discussions following statements by Britain and others that the war had been fought to protect the rights of small nations. The Governor General reported that when the end of the war was discussed in Parliament, Tielman Roos, a Nationalist politician at the time, surreptitiously requested that the old republics be given back their independence. In addition, when a vote of thanks for the South African armed forces was proposed, the Nationalists left the House⁶¹.

In addition, on 19 January 1919, the National Party Congress authorised a deputation led by Nationalist Party leader JBM Hertzog to the peace talks to meet with Lloyd George to request South Africa's

⁶⁰ BLM: Buxton, 2 July 1919 note from FS Malan to Buxton re Botha's concerns on Peace Treaty.

⁶¹ SANA: GG 649 9/84/73, 29 January 1919. Reports to Secretary of State: Parliamentary affairs to 19 Jan. 1919.

independence from the Empire⁶². Reluctantly, in June, Lloyd George met the deputation after he was threatened with bad press in South Africa. He declined their request as the party was not representative of the country as shown in the last election and set out how independent the Union was by having participated in the war. The loyalty of the Boers was further pointed out in their involvement in bringing about Union in 1909 and in suppressing the 1914 rebellion⁶³.

The other South African group to take advantage of the Versailles talks was the deputation of blacks led by of the South African National Native Congress, and including a member of the African People's Organisation, to obtain redress of their grievances⁶⁴. They were met by Leo Amery of the Colonial Office, rather than the Prime Minister. The presence of the two deputations in Paris highlighted the differences amongst the South African population and proved that Botha's and Smuts's attempts to unite the two white races had failed.

Assessment

As mentioned at the start of the paper, war provides opportunities which results in some gaining advantage and others losing out. Despite the German commander in East Africa not having been defeated, Germany lost its colonies due to the collapse of its military and political power in Europe and internally, respectively.

⁶² MALAN, M. P. A. – *Die Nasionale Party van Suid-Afrika*. Pretoria: Nasionale Handelsdrukkery, 1964, p. 52-53.

⁶³ Ibidem; PIROW, Oswald – *James Barry Munnik Hertzog*. Cape Town: Howard Timmins, 1957, p. 80; HEEVER, C. M. van den – *General JBM Hertzog*. Johannesburg: APB Bookstone, 1946, p. 187-190.

⁶⁴ BUSH, Barbara – *Imperialism, race and resistance: Africa and Britain, 1919-1945*. London: Routledge, 2002, 416 p.

What to do with the colonies was to prove more contentious as the various allies struggled to realise their localised war aims on the African continent. The only country to obtain what it wanted from the struggle in Africa was Portugal which was awarded the Kionga Triangle without the restriction of a mandate. Instead of Belgium getting the territory it wanted, it was lumbered with two mandated territories it did not really want – Ruanda and Burundi. South Africa got German South West Africa but with mandate restrictions whilst Britain was awarded German East Africa minus the territory ceded to Belgium. Not mentioned in this paper, is the country which received the least for its contribution to the war in East Africa – India. India supplied a total of 47,704 men to fight in East Africa, many serving for two years and more in the harsh conditions alongside the other Allies. In addition the country supplied food, material and equipment. Yet, despite a request to be given German East Africa as an outlet for surplus population, it received nothing. India was not as strong a political force in 1919 as was South Africa and the other British Dominions, whilst Britain felt it more important to realise its European allies' requests over that of its African Dominion in order to reduce American interference in its areas of interest as much as possible. Arriving at this position required much patience, forceful discussion, political manoeuvring and time⁶⁵.

When Lloyd George presented the compromised settlement around the German colonies on 30 January 1919, he noted that the compromise to accept the mandatory principle had been agreed by the Empire Delegation team purely to enable a decision to be reached but that it did not represent their true feelings⁶⁶. Louis Botha, in a rare

⁶⁵ SAMSON, Anne – *Britain, South Africa...*

⁶⁶ *Paris Peace Conference*. Vol. III, 30 January 1919. Document reference 180.03101/24; BC-17 (Council of 10); MACMILLAN, Margaret – *Peacemakers: The Paris peace conference of 1919 and its attempt to end war*. London: John Murray, 2001, p. 51-52.

contribution to the talks, gave the reason for the compromise: one had to «give way in the little things to achieve the highest ideals»⁶⁷. Coming from Louis Botha, the quiet spoken Boer who had persuaded his followers to accept a harsh peace in 1902 at the end of the Anglo-Boer or South African War, this statement carried the day. South Africa, implied Botha in his speech, was once more prepared to sacrifice its dreams to ensure a lasting peace – South Africa would forego annexing German South West Africa in favour of a mandate so that the peace discussions would not falter. Botha's compromise meant that Australia and New Zealand had to sacrifice their annexationist desires too, especially as the three Dominions had agreed to stand together on the issue⁶⁸.

Conclusions

The war provided the small nations with opportunities they might not have had during times of peace and although the «Big» nations tried to organise, some might say manipulate, situations to their advantage, they were challenged by the smaller nations. Although the smaller powers might not always have got completely what they wanted, they had the opportunity to assert their rights as independent countries. The extent to which they did this was reliant on the individuals representing them and how they fought to achieve their goals. Whilst dealing with the international situation, they also had to balance their demands with the wishes of their internal populations if they, as individuals, wanted to remain in power. As seen in the South African case study presented, this invariably led to compro-

⁶⁷ HANKEY, Lord – *The supreme control at the Paris peace conference 1919: A commentary*. London: Allen & Unwin, 1963, p. 62.

⁶⁸ SAMSON, Anne – *Britain, South Africa...*

mises, some of which had unexpected consequences; having become Prime Minister after Louis Botha died in 1919, Smuts lost the next election in 1924.

References

Primary Sources

Bodleian Library, Oxford:

Milner 390

British Library Manuscripts, London:

Buxton ADD MS 87042

India Office Records, British Library, London:

Curzon MSS EUR F 112/180

The National Archives, London:

ADM 137/9

CAB 29/1

CO 616/25, 26, 27

FO 608/216, 219

National Archives, Pretoria:

GG 649 9/84/73

PM 1/1/12 4/37/14

Secondary & Published Sources (including online)

ANDERSON, Ross – *The First World War in East Africa*. Glasgow: University of Glasgow, 2001, Ph.D. thesis, 334 p.

——— – *The forgotten front. The East African Campaign 1914-1918*. London: The History Press Ltd., 2014, 372 p. ISBN-13 978-0750958363.

BUSH, Barbara – *Imperialism, race and resistance: Africa and Britain, 1919-1945*. London: Routledge, 2002, 416 p. ISBN-13 978-0415159722.

CAPUS, Alex – *A matter of time*. London: Haus Publishing, 2013, 256 p. ISBN-13 978-1907822032.

- CHRISTIANSEN, Christen P. – *Blockade and Jungle: From the letters of Nis Kock*. London: Robert Hale, 1940.
- COLLYER, John Johnston – *The Campaign in German South West Africa, 1914-1915*. Pretoria: Government Press, 1937.
- DAVENPORT, T. R. H. – «The South African Rebellion, 1914». *English Historical Review*. Oxford: Oxford University Press. ISSN 0013-8266. Vol. LXXVIII, Issue CCCVI, 1 January 1963, p. 73-94.
- DELPIERRE, Georges – «Tabora 1916: de la symbolique d'une victoire». *Journal of Belgian History*. Brussels: Centre for Historical Research and Documentation on War and Contemporary Society. ISSN 0035-0869. XXXII, 3-4, 2002, p. 351-381.
- FERREIRA, José Medeiros – *Portugal na Conferência da Paz, Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, 115 p. ISBN 972564140X.
- FODEN, Giles – *Mimi and Toutou go forth: The bizarre battle for Lake Tanganyika*. London: Penguin, 2005, 256 p. ISBN-13 978-0141009841.
- HANKEY, Lord – *The supreme control at the Paris peace conference 1919: A commentary*. London: Allen & Unwin, 1963, 206 p.
- HEEVER, C. M. van den – *General JBM Hertzog*. Johannesburg: APB Bookstone, 1946, 298 p. Libraries Australia ID 55552324.
- HIGGINSON, John – *Collective violence and the agrarian origins of South African Apartheid, 1900-1948*. Cambridge: Cambridge University, 2014, 409 p. ISBN 978-1107643413.
- HYAM, Ronald – *The failure of South African Expansion. 1908-1948*. London: Palgrave Macmillan UK, 1972, 219 p. eBook ISBN 978-1-349-01621-1 DOI 10.1007/978-1-349-01621-1.
- and HENSHAW, Peter – *The lion and the springbok: Britain and South Africa since the Anglo-Boer War*. Cambridge: University of Cambridge, 2003, 396 p. ISBN-13 978-0521041386.
- KATZENELLENBOGEN, Simon E. – *South Africa and Southern Mozambique: Labour, railways and trade in the making of a relationship*. Manchester: Manchester University Press, 1986, 188 p. ISBN-13 978-0719008535.
- LOUIS, W. R. – *Great Britain and Germany's lost colonies 1914-1919*. Oxford: Oxford University, 1967, 825 p.
- *Ruanda-Urundi. 1884-1919*. Oxford: Oxford University, 1963, 290 p.
- MACMILLAN, Margaret – *Peacemakers: The Paris peace conference of 1919 and its attempt to end war*. London: John Murray, 2001, 574 p. ISBN-13 978-0719562372.
- MALAN, M. P. A. – *Die Nasionale Party van Suid-Afrika*. Pretoria: Nasionale Handelsdrukkery, 1964 ASIN B009HTNS36.
- NASSON, Bill – *Springboks on the Somme: South Africa in the First World War*. Johannesburg: Penguin, 2007, 300 p. ISBN-13 978-0143025351.
- NEWTON, A. P. – *The Unification of South Africa*. 2 Vols. London: Longmans Green and CO., 1924 ASIN B002N2G5BQ.
- PAICE, Edward – *Tip and Run: The untold tragedy of the Great War*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2008, 528 p. ISBN-13 978-0753823491.

- PAKENHAM, Thomas – *The Anglo-Boer War*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997, 688 p. ISBN-13 978-1868422029.
- PIRES, Nuno Lemos – «Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914–1918) através da Revista Militar». *Revista Militar. Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914–1918)*. Lisboa: Europress – Editores e Distribuidores de Publicações Lda., ISSN 0873-7630. Vol. 66, n.º 5, 2014, p. 429-458.
- PIROW, Oswald – *James Barry Munnik Hertzog*. Cape Town: Howard Timmins, 1957.
- PLAATJE, Sol – *Native life in South Africa*. Johannesburg: Bhekizizwe Peterson, Brian Willan, Janet Remington, 2016, 300 p. ISBN 978-1868149810.
- SAMSON, Anne – *Britain South Africa and the East Africa Campaign. 1914–1918: The Union Comes of Age*. London: IB Tauris, 2006, 262 p. ISBN 978-1845110406.
- *World War I in Africa: The forgotten conflict among the European Powers*. London: IB Tauris, 2013, 320 p. ISBN-13 978-1780761190.
- SHILLINGTON, Kevin (Ed.) – *Encyclopedia of African History*. London: Routledge, 2004, 1912 p. ISBN-13 978-1579582456.
- SPIES, S. B. – «The outbreak of the First World War and the Botha government». *South African Historical Journal*. Cape Town: UNISA Press, ISSN 0258-2473. Vol. 1, Issue 1, 1969, pp. 47-57 DOI: 10.1080/02582476908671465.
- STRACHAN, Hew – *The First World War in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2004, 240p. ISBN-13 978-0199257287.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Poder e a Guerra 1914–1918: Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Estampa, 1996, 377 p. ISBN 9723312042.
- THOMPSON, L. M. – *The unification of South Africa 1902-1910*. New York: Oxford University Press, 1960, 549 p. ASIN B0006D768U.
- VON CLAUSEWITZ, Carl – *On War*. Trans. Col. J.J. Graham. New and Revised edition with Introduction and Notes by Col. F.N. Maude. Three Volumes. 3rd Impression. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & C., 1918.
- WARHURST, P. R. – «Smuts and South Africa: a study in sub-imperialism». *South African Historical Journal*. Cape Town: UNISA Press, ISSN 0258-2473 16:1, 1984, p. 82-100 DOI: 10.1080/02582478408671588.
- WIENTHAL, Leo – *The story of the Cape to Cairo Railway and River Route from 1887 to 1922: the iron spine and ribs of Africa*. London: Pioneer Pub. Co., 1923.

**O REGIMENTO DE INFANTARIA 14 NAS CAMPANHAS
DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL**

Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

0000-0003-1844-9490

O Regimento de Infantaria N.º 14, de Tavira a Viseu, teceu páginas do Portugal que somos, que tanto nos engrandece e cujos feitos se perpetuam na contemporaneidade⁶⁹.

Resumo: Portugal combateu na I Guerra Mundial (I GM) em três teatros de operações terrestres: Angola, Moçambique e França. No entanto, apesar do elevado número de baixas das campanhas africanas, a maioria dos autores nacionais e estrangeiros dedicou-se ao estudo das campanhas europeias, nomeadamente a participação do Corpo Expedicionário Português na Campanha da Flandres. As Campanhas do Sul de Angola e Norte de Moçambique foram menos estudadas e têm sido pouco afluadas nas obras contemporâneas de história militar. Torna-se, por isso,

⁶⁹ MOURA, Rui Moura e DIAS, Anselmo (Dir.) – *O 14 de Infantaria*. Viseu: Regimento de Infantaria N.º 14, 2009.

premente que se estude e se traga a público estas campanhas, decisivas para a soberania de Portugal, pela manutenção das fronteiras de então. Dado o seu escalão e tipo, a participação do Batalhão de Infantaria do Regimento de Infantaria n.º 14 (RI 14) foi determinante nas Campanhas do Sul de Angola, principalmente no ano de 1914, onde se constituíram como o grosso das forças do 1.º Corpo Expedicionário. Este artigo pretende ser um contributo sobre a participação portuguesa, em especial dos «Infantes da Beiras», «Viriatos», militares do RI 14, que combateram nas Campanhas do Norte de Angola, entre finais de 1914 e meados de 1915. Pretende honrar o seu contributo indelével para a pátria, as suas privações e agruras no difícil Teatro Africano, no qual muitos pagaram com a própria vida o custo da integridade nacional.

A participação do Batalhão do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e da dureza do clima africano, em especial da seca e doenças que assolam esta parte do mundo. Apesar destas circunstâncias adversas, os «Viriatos» deram provas de valor e heroísmo, tendo regressado à Metrópole de «cabeça erigida». Duzentos e doze anos após a sua criação em Tavira e 176 anos depois da sua implantação em Viseu, o RI 14 é um dos Regimentos do Exército Português com história mais ilustre e o que está há mais tempo implantado no mesmo local, com a mesma designação. Hoje, como no passado, no sul de Angola ou bem recentemente no norte do Kosovo, o RI 14 continua a ser chamado a defender a soberania e a honrar os compromissos internacionais da nação. Com igual valor e abnegação, os seus soldados cumprem a missão e elevam o nome de Portugal.

Palavras-chave: I Guerra Mundial, Campanhas do Sul de Angola, Naulila, Regimento de Infantaria N.º 14

Abstract: Portugal fought in World War I (WWI) in three theatres of ground operations: Angola, Mozambique and France. However, in spite of the high number of casualties in the African campaigns, most of the national and foreign authors dedicated themselves to the study of the European campaigns, especially the participation of the Portuguese Expeditionary Corps (CEP, Portuguese: *Corpo Expedicionário Português*) on the Western Front. The Campaigns of Southern Angola and Northern Mozambique have been less studied in contemporary works of military history. It is therefore urgent that these campaigns, decisive for the sovereignty of Portugal, be studied and brought to public. Given their rank and type, the 19th Infantry Regiment (14th INF REG) was decisive in the Southern Campaigns of Angola, mainly in the year 1914. This article intends to be a contribution to a better understanding of the Portuguese participation in the Campaigns of Northern Angola between the end of 1914 and the middle of 1915. The participation of the 14th INF REG in the Southern Campaigns of Angola was marked by heavy casualties and great difficulties, as a result of the fighting and harshness of the African climate, especially the drought and diseases that devastate this part of the world. Two centuries after its creation, the 14th INF REG is one of the Regiments of the Portuguese Army with a more illustrious history and the one that has been deployed in the same place for the longest time, with the same designation. Today, as in the past, in Southern Angola or recently in Northern Kosovo, the 14th INF REG is still called upon to defend sovereignty and honour the nation's international commitments. With equal courage and selflessness, their soldiers carry out their mission and elevate the name of Portugal.

Keywords: World War I, Campaigns of Southern Angola, Naulila, the 14th Infantry Regiment

Introdução

Portugal combateu na I GM em três teatros de operações terrestres: Angola, Moçambique e França. No entanto, apesar do elevado número de baixas das campanhas africanas, o assunto é marginalmente estudado pelos historiadores. A maioria dos autores nacionais e estrangeiros da atualidade que se tem dedicado ao estudo das campanhas europeias centra-se, no caso Português, na participação do Corpo Expedicionário na Campanha da Flandres.

Na sequência do eclodir da I GM tornou-se iminente o confronto com as forças alemãs nos dois maiores territórios ultramarinos, Angola e Moçambique, devido às fronteiras comuns com a Damaralândia (atual Namíbia) e Leste Africana (atual Tanzânia), respetivamente (veja-se a figura n.º 1).

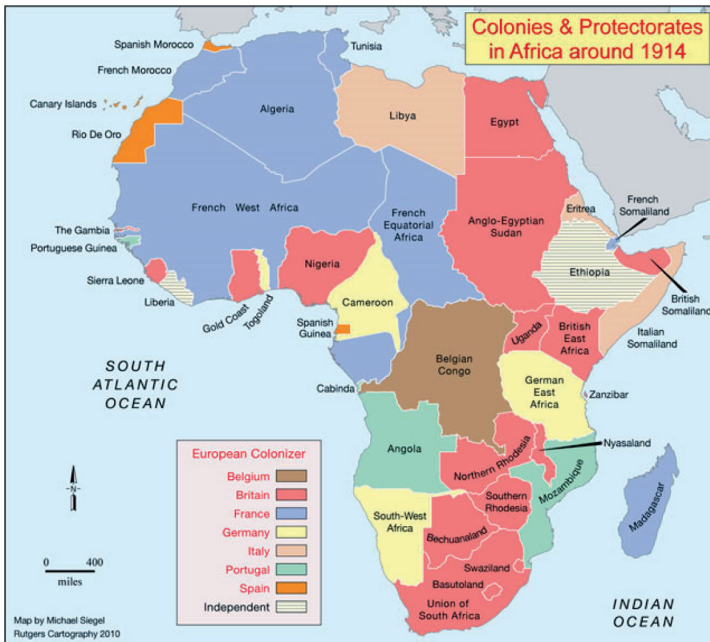


Figura n.º 1 – Mapa de África em 1914

Fonte: *Africana Age – African and African Diaspora Transformations in the 20th Century*.

Disponível em <http://exhibitions.nypl.org/africanaage/maps.html>

O governo de Bernardino Machado decidiu preventivamente reforçar as guarnições destas colónias nacionais com dois Corpos Expedicionários.

A colónia de Angola estava ameaçada no Sul pelos colonos bóeres e alemães que tentavam revoltar as populações locais contra o domínio português e por forças militares junto à fronteira⁷⁰. Em agosto de 1914, a guarnição militar da região era constituída por apenas duas baterias de artilharia de montanha, um esquadrão de dragões, uma companhia de infantaria e quatro companhias (14.^a, 15.^a, 16.^a e 17.^a) indígenas de infantaria. Cada bateria de artilharia era composta por 40 praças, o esquadrão de dragões não ultrapassava os 80 cavalos, a companhia de infantaria europeia poderia dispor de 120 praças e as companhias indígenas eram compostas por 12 soldados europeus e 140 indígenas⁷¹.

Debaixo do comando do Tenente Coronel Alves Roçadas é formada uma expedição, com destino ao Sul de Angola, constituída por subunidades de combate de Infantaria, Metralhadoras, Artilharia de Montanha e Cavalaria. O 3.º Batalhão de Infantaria organizado no RI 14 integrou esta expedição.

Dado o seu escalão e tipo, a participação do Batalhão do RI 14 foi significativa nas Campanhas do Sul de Angola, principalmente no ano de 1914, onde se constituíram como o grosso das forças do 1.º Corpo Expedicionário. Esta dissertação pretende ser um contributo sobre a participação portuguesa, em especial dos Infantes da Beiras, Viriatos, militares do RI 14, que combateram nas Campanhas do Sul de Angola, entre finais de 1914 e meados de 1915. Pretende honrar

⁷⁰ PIRES, Nuno Lemos – «Portugal na Grande Guerra de 1914–1918». *Academia*. Lisboa: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, 2013, p. 3. Disponível em https://www.academia.edu/9895497/Portugal_em_Guerra_na_Grande_Guerra_1914-1918.

⁷¹ VARÃO, António Fernandes – *Investidas Alemãs ao Sul de Angola. Subsídios para a História*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a, 1934, p. 12-13.

a sua prestação indelével para a pátria, as suas privações e agruras no difícil Teatro Africano, no qual muitos pagaram com a própria vida o custo da integridade nacional.

Neste ano de 2014, em que se iniciam as comemorações da evocação do centenário da I GM, a qual se começou a combater nos Teatros Africanos, é premente analisar e trazer a público estas campanhas, decisivas para a soberania de Portugal, pela manutenção das fronteiras de então.

Levantamento e projeção

Em 19 de agosto de 1914, foi difundido convite a quem quisesse voluntariamente servir no Batalhão de Infantaria organizado no RI 14, que integrou o Corpo Expedicionário destinado a Angola. Dois dias depois começou a constituir-se o 3.º Batalhão Expedicionário à custa de militares de quase todos os Regimentos de Infantaria.

Em 22 de agosto de 1914 é publicada na *Ordem do Exército* (OE) n.º 20 a constituição da expedição à província de Angola⁷². O 3.º Batalhão do RI 14 era comandado pelo Major Alberto Salgado, tinha como seu Ajudante o Tenente José de Melo Ponces de Carvalho e as companhias tinham os seguintes oficiais (figura n.º 2)⁷³:

- 9.ª Companhia, comandada pelo Capitão Artur Homem Ribeiro. Comandantes de Pelotão: Tenente António Rodrigues Marques; Alferes Amadeu Gomes de Figueiredo e Alferes João de Araújo Pissara⁷⁴.

⁷² OE n.º 20. 2.ª Série, de 22 de ago. de 1914, p. 444.

⁷³ CID, António José do Amaral Balula – *O N.º 14 na infantaria portuguesa - estudo histórico*. Viseu: Edição do Regimento de Infantaria N.º 14, 1951, p. 50.

⁷⁴ A OE n.º 22. 2.ª Série, de 5 de set. de 1914, p. 466, substitui o Alferes José Rebelo de Melo Cabral, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no Ultramar.

- 10.^a Companhia, comandada pelo Capitão José da Fonseca Lebre. Comandantes de Pelotão: Tenente José Augusto Monteiro; Tenente Pedro Canelas⁷⁵ e Alferes Fausto de Matos.
- 11.^a Companhia, comandada pelo Capitão António Lopes Mateus. Comandantes de Pelotão: Tenente Luís de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos; Alferes Silvério do Amaral Lebre e Alferes Miguel Ponces de Carvalho.
- 12.^a Companhia, comandada pelo Capitão Aristides Rafael da Cunha⁷⁶. Comandantes de Pelotão: Tenente José Cabral; Alferes Reinaldo Vale de Andrade e Alferes Armando Augusto da Costa.
- Oficiais médicos: Tenente médico Afonso José Maldonado⁷⁷ e Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira⁷⁸.
- Oficial Provisor: Tenente do Serviço de Administração Militar Francisco Moreira de Almeida.

⁷⁵ A OE n.º 22. 2.^a Série, de 5 de set. de 1914, p. 466, substitui o Tenente José Rodrigues Gaspar, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no Ultramar.

⁷⁶ Proveniente do RI 5.

⁷⁷ Do 1.º Batalhão de Artilharia de Costa.

⁷⁸ Do RI 11.



Figura n.º 2 – Os 21 oficiais do 3.º Batalhão do RI 14:
10 – Capitão João da F. Lebre; 11 – Capitão António L. Mateus;
12 – Tenente José de M. Ponces de Carvalho; 13 – Major Alberto Salgado; 14 – Capitão Artur H. Ribeiro; 15 – Capitão Aristides R. da Cunha; 16 – Tenente Francisco M. de Almeida; 17 – Tenente José Cabral; 18 – Tenente Luís de A. Pimentel e Vasconcelos; 19 – Tenente José Augusto Monteiro; 20 – Tenente José Rodrigues Gaspar; 21 – Tenente António R. Marques; 22 – Alferes Amadeu G. de Figueiredo; 23 – Alferes Fausto de Matos; 24 – Alferes José Rebelo de Melo Cabral; 25 – Alferes Silvério do Amaral Lebre; 26 – Alferes Armando Augusto da Costa; 27 – Alferes Reinaldo Vale de Andrade; 28 – Alferes Miguel Ponces de Carvalho; 29 – Tenente médico Afonso José Maldonado; 30 – Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira.

Fonte: «Expedição a Angola». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empreza do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 446, 7 de set. de 1914, p. 308.

A 2 de setembro, a Secção de Quartéis rumo a Lisboa e, a 8 e 9 do mesmo mês, partem as companhias em comboios especiais (figura n.º 3)⁷⁹. No dia 11 de setembro, após desfile «rio abaixo», aclamado pela população de Lisboa, todo o Corpo Expedicionário embarca no Cais de Santa Apolónia, a bordo do vapor «Moçambique», da Empresa Nacional da Navegação, assim transformado em navio de guerra

⁷⁹ CID, António José do Amaral Balula – *Ibidem*.

com a capacidade de transporte de 1 300 passageiros e várias toneladas de carga⁸⁰.



Figura n.º 3 – O Batalhão de Infantaria 14 na estação de Santa Apolónia, Lisboa.

Fonte: «As expedições portuguesas a Africa». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empreza do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 448, 21 de set. de 1914, p. 375.

Operações em Angola

Apesar de o navio ter chegado a Moçâmedes a 1 de outubro (figura n.º 4), o Batalhão só desembarcou uns dias depois, após ter sido encontrado alojamento na cidade⁸¹. A expedição deslocou-se para

⁸⁰ ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1919, p. 101.

⁸¹ Idem – *Ibidem*.

Lubango e o seu comandante, Tenente Coronel (TCor) Alves Roçadas, tomou posse do governo de Huíla, a 18 de outubro, na véspera do «Incidente de Naulila», no qual um Destacamento de Dragões, comandado pelo Alferes Sereno, abriu fogo sobre uma delegação alemã. Esta ação teve repercussões graves para as tropas portuguesas e as represálias alemãs fizeram-se sentir logo a 31 de outubro, com o ataque e saque ao posto militar do Cuangar e a outros quatro postos da mesma região, ao longo do Rio Cubango, dos quais resultaram baixas militares e civis, incluindo crianças⁸². A «vingança» alemã não ficaria por aqui, para infelicidade dos militares do RI 14, em especial da 9.^a e 12.^a Companhias, que combateram em Naulila.



Figura n.º 4 – Desembarque em Moçâmedes.

Fonte: MARTINS, Ferreira – *Portugal na Grande Guerra*. 2 Vols. Lisboa: Editorial Ática, 1934.

Em Lubango, o TCor Alves Roçadas constatou que o Batalhão demonstrava ainda falta de homogeneidade, devido ao pouco tempo em que a unidade foi reunida e os militares serem provenientes de

⁸² OLIVEIRA, A. N. Ramires – *A História do Exército Português. 1910–1945*. Vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994.

muitas unidades diferentes. A 1 de novembro, foi organizada a Força em Operações no Sul de Angola, com pouco mais de 2 500 homens, e foi dada a ordem ao Major Salgado para comandar um destacamento de cerca de 900 homens para o Cunene, composto pelo Batalhão do RI 14, com exceção da 10.^a Companhia e reforçado com o 1.^o Esquadrão de Dragões⁸³ e a Bateria *Erabrdt*⁸⁴.

A marcha do destacamento para Sul foi difícil devido à falta de água, deficiência de alguns géneros, material de bivaque reduzido e falta de pão. Ernesto dos Santos caracteriza a mesma do seguinte modo: «o percurso foi doloroso. Não foi a marcha diária de 25 a 30 quilómetros, numa extensão de mais de 400 quilómetros⁸⁵, sobre caminhos arenosos, a pé, equipados com toda a indumentária da infantaria [...], foi a sede, a horrível sede que nos fazia inchar a língua, provocando uma péssima respiração»⁸⁶.

Apesar das dificuldades, o destacamento atingiu Forte Roçadas a 17 de novembro (Balula Cid, 1951). A 9.^a Companhia e, posteriormente, a 12.^a Companhia foram enviadas para Naulila, a 11.^a Companhia foi incumbida da vigilância de Otchinjau e Ediva e o Major Salgado com a 10.^a Companhia ficaram localizados em Calueque (figura n.º 5)⁸⁷.

⁸³ Cavalaria.

⁸⁴ Obus de Artilharia de Montanha. Ver: ROÇADAS, J. A. Alves – Ibidem.

⁸⁵ Segundo Balula Cid, 300 quilómetros.

⁸⁶ SANTOS, Ernesto M. – *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos. Memórias*. Guimarães: Livraria Cruz, 1957, p. 55.

⁸⁷ SALGADO, Arlindo – *O Sul de Angola no início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Braga: CEP – Universidade Católica Portuguesa, 2011.

O Regimento de Infantaria 14 nas campanhas do Sul de Angola
da I Guerra Mundial

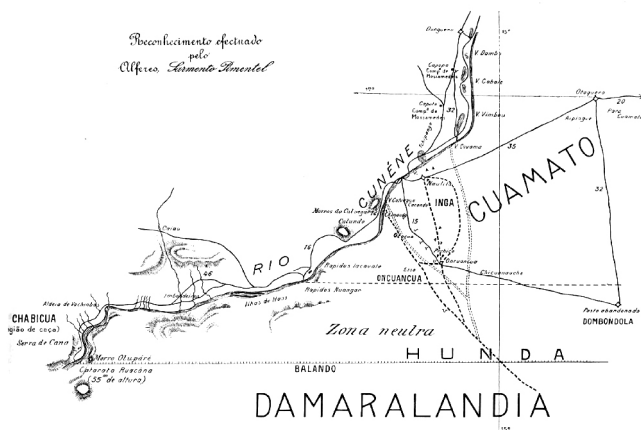


Figura n.º 5 – Mapa de África em 1914.

Fonte: TEIXEIRA, A. Almeida – *Naulila*. Lisboa: Agência Geral das Colónias | Agência Geral do Ultramar, 1935 [Coleção «Pelo Império», n.º 13].

Na ordem n.º 13 de 26 de novembro⁸⁸, o comandante das forças deu ordens precisas sobre a não-beligerância com a Alemanha, dizendo que «se deve partir do princípio que Portugal não está em guerra com a Alemanha», e que seriam punidos os que penetrassem em território alemão, «os elementos de segurança não devem passar além [...] da fronteira do Cuamato» e os auxiliares em vigilância na margem direita do Cunene, «não hostilizarão quaisquer forças alemãs».

No entanto, as forças alemãs aproximavam-se e, a 13 de dezembro, o Major Salgado recebeu informação⁸⁹ do comandante do destacamento de Naulila que:

⁸⁸ Arquivo Histórico Militar (AHM). 2.ª Divisão. 2.ª Secção – Angola. Caixa 022, n.º 003 «Ordens de Serviço do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 9 de set. de 1914 e 27 de abr. de 1915».

⁸⁹ AHM. 2.ª Divisão. 2.ª Secção – Angola. Caixa 023, n.º 002 «Instruções e Ordens de Operações das Operações no Sul de Angola, entre 8 de nov. de 1914 e 3 de mar. de 1915».

Forças alemãs a cavalo fizeram ontem fogo sobre o esquadrão de dragões. Os alemães estavam às 19h00 de ontem acampados a O de Morros, na margem esquerda do Cunene, julgando o comandante do esquadrão pela viveza do tiroteio que o efetivo deles não é pequeno.

A missão do destacamento do Major Salgado, definida nas instruções de 15 de dezembro⁹⁰, era «defender os vaus do Calueque e Nangula e opor-se ao avanço do inimigo pela margem direita do rio Cunene na direção de Naulila e Dongoena». Nas mesmas instruções recebeu indicações sobre o emprego da artilharia e como e onde proceder ao reabastecimento.

Em 16 de dezembro, o pelotão da 9.^a Companhia, comandado pelo Alferes Figueiredo, saiu de Naulila para os vaus de Cabelo e Catangombe (entre Naulila e o Vale de Nangula)⁹¹, ficando a 9.^a Companhia resumida a dois pelotões.

Na manhã de 18 de dezembro de 1914, a defesa de Naulila estava organizada da seguinte forma⁹² (figura n.º 6):

- Lado menor, flanco direito: dois pelotões e uma secção da 12.^a Companhia; flanco esquerdo: a bateria *Erabrdt*, com o apoio de 1.^a secção da 12.^a (à direita da bateria).
- Lado maior, flanco direito: a 16.^a Companhia; centro: bateria de metralhadoras apoiada por uma secção da 16.^a Companhia; e flanco esquerdo: o 3.º Pelotão da 9.^a Companhia, comandado pelo Alferes Pisarra.

⁹⁰ Idem – Ibidem.

⁹¹ AHM 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola. Caixa 022, n.º 005 «Elementos do Adjunto do TCor Alves Roçadas, entre 1 de out. de 1914 e 7 de jun. de 1915».

⁹² AHM 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola. Caixa 021, n.º 012 «Relatório sobre o combate de Naulila pelo Capitão José Mendes dos Reis, comandante do destacamento».

– Defesa próxima: o 2.º Pelotão da 9.ª Companhia, comandado pelo Tenente Marques.

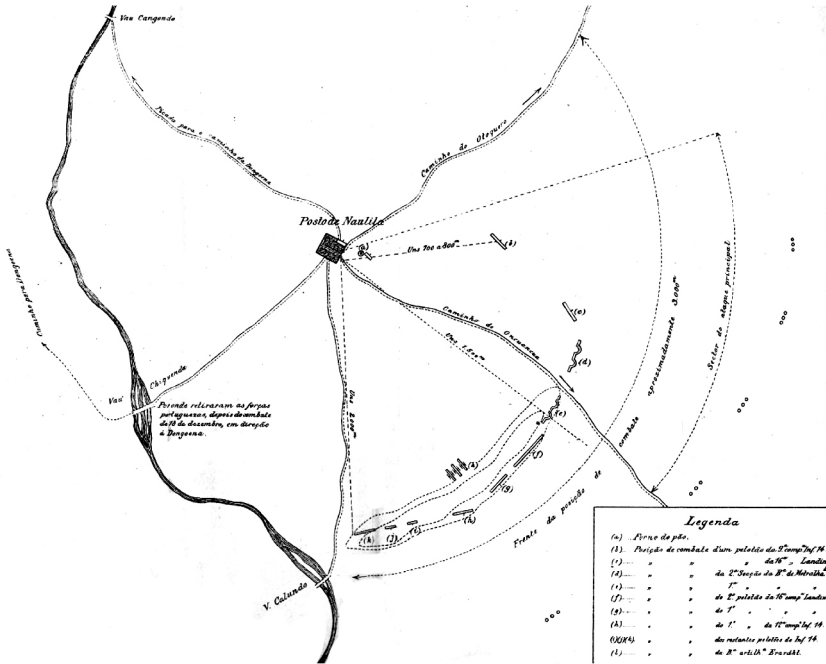


Figura n.º 6 – Posições de combate em Naulila.

Fonte: ROÇADAS, J. A. Alves – Ibidem.

Naulila não dispunha de organização do terreno que permitisse uma defesa eficaz, como trincheiras ou obstáculos de arame, apenas uma rudimentar preparação defensiva que não foi capaz de suportar o ataque alemão, menos de dois meses depois do incidente de Naulila⁹³. O ataque alemão iniciou-se no dia 18, às 5h00, incidindo sobre o flanco esquerdo da posição, onde estava o 3.º Pelotão da 9.ª Companhia,

⁹³ OLIVEIRA, A. N. Ramires – Ibidem.

comandado pelo Alferes Pizarra. A artilharia inimiga começou a atingir o forte, que se transformou num enorme braseiro⁹⁴.

Às 5h00, o destacamento do Major Salgado ouviu os primeiros tiros de artilharia em Naulila e, passados dez minutos, o pelotão da 15.^a Companhia Indígena, que protegia o Vau de Nangula, foi atacado. O Major Salgado ordenou um reconhecimento à margem esquerda, para verificar o estacionamento dos alemães, tendo sido constatado que estava guarnecido por homens a cavalo. Às 8h00, o destacamento recebeu a ordem para atacar o estacionamento, o que foi feito imediatamente com um pelotão de infantaria e um pelotão de cavalaria, comandados pelo Comandante da 10.^a Companhia, Capitão Lebre⁹⁵.

Esta força foi avançando não tendo tido contacto com os alemães, como expressa o relatório do Alferes Matos⁹⁶, comandante do pelotão da 10.^a Companhia,

Foi reconhecido todo o acampamento inimigo e todos os caminhos que se dirigem para o sul, até uma distância de 2 quilómetros, que foram certamente os utilizados pelo inimigo para a sua retirada. Nesta mesma ocasião retiro para junto do vau Calueque, visto não ter tido contacto com o inimigo.

No final da manhã, o Major Salgado recebeu uma ordem verbal do comandante, através de um soldado de dragões, para retirar sobre Dongoena⁹⁷ e emitiu a ordem de marcha⁹⁸ às 11h35 com o seguinte fim: «O destacamento tendo ameaçadas as suas comunica-

⁹⁴ AHM 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola. Caixa 021, n.º 012 «Relatório sobre o combate...».

⁹⁵ SALGADO, A. – Ibidem, p. 135.

⁹⁶ AHM 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola. Caixa 023, n.º 002 «Instruções e Ordens...».

⁹⁷ SALGADO, A. – Ibidem, p. 136.

⁹⁸ AHM 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola. Caixa 023, n.º 002 «Instruções e Ordens».

ções sobre Dongoena e Humbe, retira sobre a Dongoena para operar a essa junção».

Alguns militares abandonaram as suas posições prematuramente e outros bateram-se estoicamente e sofreram pesadas baixas, contudo, as forças portuguesas foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte e capturado vários militares, como o Tenente Marques, comandante do 2.º Pelotão da 9.ª Companhia e 51 praças do RI 14⁹⁹. Como resultado do combate, morreram o comandante da 9.ª Companhia, Capitão Artur Homem Ribeiro, e 33 praças do Batalhão do RI 14, da 9.ª e da 12.ª Companhias.

O Coronel António Lopes Mateus, na altura comandante da 11.ª Companhia, no prefácio do livro do Tenente Ernesto Moreira Santos, refere que em Naulila havia um «manifesto desequilíbrio de forças empenhadas na luta; os alemães dispunham de um mais elevado número de combatentes, com superior armamento»¹⁰⁰.

No entanto, ainda que houvesse uma grande desproporcionalidade do potencial relativo de combate, de 8 000 tropas alemãs para 2 000 portuguesas, o desfecho poderia ter sido outro se as regras de empenhamento emanadas de Lisboa não tivessem sido tão restritivas. Como Portugal e a Alemanha não estavam formalmente em guerra, as indicações eram para que não se atacassem as forças alemãs, apesar de estas terem invadido o território português com o conhecimento da expedição portuguesa, que até monitorizou o seu avanço. As forças remeteram-se a uma atitude defensiva que teve efeitos nefastos para a expedição do TCor Alves Roçadas, de que é exemplo o «desastre de Naulila» e que originou o abandono

⁹⁹ AHM. 2.ª Divisão. 2.ª Secção – Angola. Caixa 022, n.º 002 «Informações prestadas pelo Governador-Geral de Angola ao Ministro das Colónias».

¹⁰⁰ SANTOS, Ernesto M. – *Ibidem*.

dos fortes nas margens do rio Cunene e a subsequente revolta generalizada dos indígenas¹⁰¹.

Em 27 de dezembro, o comandante da expedição emitiu uma ordem para estacionamento¹⁰² com o objetivo de «ocupar defensivamente a linha Pocolo-Gambos-Capelongo a fim de deter qualquer avanço de forças inimigas». O 3.º Batalhão, com exceção da 9.ª Companhia que marchou para Pocolo, estaciona no Forno da Cal até chegada do Batalhão de Marinha, após o que marchou para Chibemba (Gambos).

Depois de Naulila, o TCor Alves Roçadas pediu a exoneração do cargo, não tendo sido aceite pelo governo, mas com autorização de envio de mais tropas para Angola, a juntarem-se à 1.ª expedição, as forças expedicionárias aumentaram para cerca de 9 000 homens. Assim, foi decidido enviar um oficial de maior patente, tendo a escolha recaído no General Pereira D'Eça, que acumularia com o cargo de Governador da Província, tendo assumido funções em março de 1915¹⁰³.

O Batalhão deslocou-se para os Gambos, onde ficou de dezembro de 1914 a maio de 1915, tendo sido um período duro, devido à seca que massacrava o sul de Angola, e falta de equipamento, fardamento e reabastecimento. A seca, a insurreição dos indígenas e consequente incapacidade de fazer reconhecimentos para verificar quais as áreas ocupadas pelos alemães, bem como a falta de tropas menos desgastadas, adiou a ofensiva para Sul para recuperar o território perdido¹⁰⁴.

Pouco mais de um mês após a chegada do General Pereira D'Eça, a 28 de abril, o TCor Alves Roçadas regressou à metrópole e o Major Salgado assumiu o comando das forças nos Gambos mas, no início

¹⁰¹ MARTINS, Ferreira – *Ibidem*.

¹⁰² AHM. 2.ª Divisão. 2.ª Secção – Angola. Caixa 023, n.º 002 «Instruções e Ordens...».

¹⁰³ MARTINS, Ferreira – *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945.

¹⁰⁴ SALGADO, Arlindo – *Ibidem*.

de maio, o Batalhão deslocou-se para Chibia. O estado de saúde do pessoal do Batalhão era de tal modo grave que foi reunida uma junta médica para avaliar a condição dos militares, concluindo que mais de 70% estavam incapazes para o serviço, aumentando o número de mortes diariamente¹⁰⁵.

Em 17 de junho de 1915, o Major Alberto Salgado assumiu o comando do 3.º Batalhão do RI 18, passando o Batalhão a ser comandado interinamente pelo Capitão Jorge Frederico Velez Caroço¹⁰⁶. Tal como o Major Salgado, individualmente houve outros militares que continuaram no teatro, como por exemplo o Capitão Lopes Mateus, que foi comandante de companhia também no Batalhão do RI 18 e que integrou o destacamento do Cuamato¹⁰⁷.

De Chibia o Batalhão deslocou-se para Lubango e por fim Moçâmedes, onde começou a embarcar para a metrópole em princípios de agosto, tendo terminado a sua participação nas Campanhas do Sul de Angola da I GM¹⁰⁸.

Conclusões

A participação do Batalhão do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e da dureza do clima africano, em especial da seca e das doenças que assolam esta parte do mundo, bem como da falta de treino e de material. Apesar destas circunstâncias adversas, alguns Viriatos deram provas de valor e heroísmo, tendo regressado à metrópole de «cabeça erguida» e contribuindo de forma indelével para

¹⁰⁵ Idem – Ibidem.

¹⁰⁶ AHM. 2.ª Divisão. 2.ª Secção – Angola. Caixa 042, n.º 015 «Ordem de Batalha, unidades e serviços que constituem as forças em operações».

¹⁰⁷ SALGADO, Arlindo – Ibidem.

¹⁰⁸ CID, António José do Amaral Balula – Ibidem.

a integridade territorial da nação, que manteve a sua colónia por mais 60 anos, até 1975. Sobre estas campanhas, o Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato, refere

A História alicerçará a glória de Portugal, gritando aos quatro cantos do Mundo que o extenso território colonial – que ainda hoje possuímos – é nosso, é três vezes nosso: - porque o descobrimos, porque o conquistámos e porque o regámos com o nosso sangue, defendendo-o¹⁰⁹.

Mais de 208 anos após a sua criação em Tavira e 176 anos depois da sua implantação em Viseu, o RI 14 é um dos Regimentos do Exército Português com história mais ilustre e o que está há mais tempo implantado no mesmo local, com a mesma designação. Hoje, como no passado, no Sul de Angola ou bem recentemente no norte do Kosovo, o RI 14 continua a ser chamado a defender a soberania e a honrar os compromissos internacionais da nação. Com igual valor e abnegação, os seus soldados cumprem a missão e elevam o nome de Portugal.

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico Militar (AHM). 2.^a Divisão. 2.^a Secção – Angola:

Caixa 021, n.º 012 «Relatório sobre o combate de Naulila pelo Capitão José Mendes dos Reis, comandante do destacamento».

Caixa 022, n.º 002 «Informações prestadas pelo Governador-Geral de Angola ao Ministro das Colónias».

Caixa 022, n.º 003 «Ordens de Serviço do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 9 de set. de 1914 e 27 de abr. de 1915».

¹⁰⁹ VARÃO, António Fernandes – *Ibidem*, p. 9.

Caixa 022, n.º 005 «Elementos do Adjunto do TCor Alves Roçadas, entre 1 de out. de 1914 e 7 de jun. de 1915».

Caixa 023, n.º 002 «Instruções e Ordens de Operações das Operações no Sul de Angola, entre 8 de nov. de 1914 e 3 de mar. de 1915».

Caixa 042, n.º 015 «Ordem de Batalha, unidades e serviços que constituem as forças em operações».

Biblioteca do Exército (BE) – *Ordem do Exército* (OE):

OE n.º 20. 2.ª Série, de 22 de ago. de 1914.

OE n.º 22. 2.ª Série, de 05 de set. de 1914.

Referências bibliográficas

Africana Age – African and African Diaspora Transformations in the 20th Century. Disponível em <http://exhibitions.nypl.org/africanaage/maps.html> [acedido em 21 jul. de 2014].

«As expedições portuguesas à África». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empresa do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 448, 21 de set. de 1914, p. 374-381.

CID, António José do Amaral Balula – *O N.º 14 na infantaria portuguesa - estudo histórico*. Viseu: Edição do Regimento de Infantaria N.º 14, 1951, 101 p.

«Expedição a Angola». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empresa do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 446, 7 de set. de 1914, p. 307-308.

MARTINS, Ferreira – *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945, 576 p.

MARTINS, Ferreira – *Portugal na Grande Guerra*. 2 Vols. Lisboa: Editorial Ática, 1934.

MOURA, Rui Moura e DIAS, Anselmo (Dir.) – *O 14 de Infantaria*. Viseu: Regimento de Infantaria N.º 14, 2009. ISBN 978-989-20-173-3.

OLIVEIRA, A. N. Ramires – *A História do Exército Português. 1910–1945*. Vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994, 638 p.

PIRES, Nuno Lemos – «Portugal na Grande Guerra de 1914–1918». *Academia*. Lisboa: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, 2013, 6 p. Disponível em https://www.academia.edu/9895497/Portugal_em_Guerra_na_Grande_Guerra_1914-1918.

ROÇADAS, J. A. Alves – *Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1919, 350 p.

SALGADO, Arlindo – *O Sul de Angola no início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Braga: CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa, 2011, 327 p. ISBN 978-9729045301.

SANTOS, Ernesto M. – *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos. Memórias*. Guimarães: Livraria Cruz, 1957, 148 p.

TEIXEIRA, A. Almeida – *Naulila*. Lisboa: Agência Geral das Colónias | Agência Geral do Ultramar, 1935, 37 p. [Coleção «Pelo Império», n.º 13].

VARÃO, António Fernandes – *Investidas Alemãs ao Sul de Angola. Subsídios para a História*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a, 1934, 203 p.

**IR PARA A GUERRA/EMIGRAR PARA O BRASIL:
DOIS CENÁRIOS, DUAS REALIDADES
EM VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Odete Paiva

0000-0003-0414-6528

Resumo: O Minho foi uma das regiões onde a emigração para o Brasil, sobretudo entre a segunda metade de Oitocentos e a eclosão da I Guerra Mundial, fez parte integrante do padrão de vida da população. Anos houve em que a hemorragia de homens em idade anterior à do cumprimento do serviço militar foi de tal monta que deu origem a grandes debates na imprensa e no Parlamento, conduzindo à produção de legislação reguladora, muita dela dissuasora da partida de Portugal. A existência de um *corpus* legislativo, tanto no período do liberalismo como da vigência de um estado de matriz republicana, em fases marcadas axialmente a favor da migração para as colónias africanas portuguesas, embora enformasse as práticas da população, não determinou a mudança de certa realidade já instituída, ou seja, a ida de muitos rapazes púberes cuja família nuclear lhes preparava a viagem para que eles pudessem partir antes do recenseamento militar. O nosso estudo tem como objeto a atual cidade de Vila Nova de Famalicão

que foi até aos anos sessenta do século passado, uma vila. Inserida na região do Baixo Minho é protótipo de uma localidade em que a emigração para o Brasil foi soberana e onde deixou marcas. Conquanto nesta localidade fosse até ao início da Primeira Grande Guerra proporcionalmente muito significativa a partida de rapazes em idade anterior à exigida para o serviço militar, casos houve em que a família teve de arranjar estratégias para o jovem sair do país iludindo a lei, pois a idade já não permitia que fosse sem um ónus significativo, isto é, com passaporte falso ou outra via clandestina. Ao analisarmos os livros de recenseamento militar damos-nos conta do volume do êxodo desta massa populacional, confirmado quando compulsamos outras fontes civis ou eclesiásticas e as cruzamos, por exemplo, registos dos atos vitais, róis de confessados e correspondência privada. A sociedade civil sofreu com o esforço de guerra, tal como no resto do País e as mulheres constituíram um movimento para ajudar as famílias dos militares que foram para o teatro de operações.

Palavras-chave: Guerra de 1914-1918, Emigração de jovens, Minho, Brasil

Abstract: Minho was one of the regions where emigration to Brazil, especially between the second half of the 19th century and the outbreak of World War I, was an integral part of the population's standard of living. Years ago, the haemorrhage of men before the age of military service was such that it gave rise to great debates in the Press and in Parliament and led to the production of legislation, which tried to prevent the exits of the country. The existence of legislation in the liberal and republican periods in stages marked by migration especially to the Portuguese colonies in Africa, did not determine the

change of a certain reality already established, i.e., the departure of many pubescent boys whose nuclear family prepared the trip so that they could leave before the military census. Our study focuses on the current town of Vila Nova de Famalicão which was until the 60th of last century, a village. Inserted in the Minho region is an example of a locality in which emigration to Brazil was sovereign and where it left marks. Although in this locality there was, until the beginning of World War I, a very significant departure of young men before the required age for the military service, cases had in which the family had to arrange strategies for the young person to leave the country deceiving the law, since the age would no longer allow it to go without a significant burden, that is, with a false passport or other clandestine route. In analysing the military census books, we are reminded of the volume of the exodus from this mass of population, confirmed when we compile other civil or ecclesiastical sources and cross them. Civil society suffered with the war effort, just as in the rest of the country, and the women constituted a movement to help the families of the military who went to the theatre of operations.

Keywords: World War I, Youth Emigration, Minho, Brazil

Introdução

A trilogia República, Pátria e Nação, como que formando um polígono perfeito e de faces interdependentes, ganhou terreno no seio dos políticos do jovem regime implantado com o 5 de outubro de 1910, com especial relevo entre os democráticos de Afonso Costa. A Guerra de 1914-1918 panejou este desiderato que serviu os democráticos no seu intento intervencionista.

Já em 10 de novembro de 1912, Afonso Costa, considerava que a haver uma conflagração europeia, como admitia poder dar-se, «pois as grandes potências preparam-se para a luta»¹, Portugal tinha que se definir sem demoras, «para que não tenhamos dolorosas, horríveis surpresas»².

Daqui se infere que a entrada na beligerância era para a linha afonsista uma inevitabilidade, como salvaguarda da nossa integridade territorial, da autonomia e do nosso lugar na Europa aquando da paz final.

E a guerra eclodiu nesse verão de 1914. Portugal vivia um processo difícil e conturbado, com brechas e divisionismos a nível político e agitação e descontentamento social.

Após uma longa fase de incertezas, de avanços e de recuos, de várias ações político-diplomáticas, do extremar de posições político-partidárias, de cedências perante uma Inglaterra que parecia querer-nos fora da guerra, mas beneficiar das condições geoestratégicas portuguesas, Portugal saiu da *sui generis* neutralidade em que estava.

A requisição pelo governo português a 24 de março de 1916 dos navios alemães surtos no Tejo foi o *casus belli*. Encontravam-se abertas as hostilidades luso-germânicas que romperiam as relações já de

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*. 2.^a Ed. Lisboa: Arcádia, 1975, p. 354.

² Idem – *Ibidem*.

si precárias entre os dois países, dada a posição que a Alemanha vinha assumindo em Angola e Moçambique.

O breve encontro entre o Barão de Rotsen e o ministro dos negócios estrangeiros português, Augusto Soares, foi o epílogo. A Alemanha declarou-nos guerra a 9 de março de 1916. Os germânicos regressavam à sua Pátria e Sidónio Pais a Portugal. Era o fim de um ciclo. Havia que fazer a mobilização geral. Caiu o Ministério e reuniu-se o Congresso.

O governo da União Sagrada constituído por democráticos e evolucionistas foi o que se conseguiu do apelo dos republicanos à união perante um facto consumado, o da nossa entrada na cena bélica europeia.

Se até então Portugal vivia um clima social conturbado, passou a experienciar um avolumar de tensões aos mais diversos níveis, de que salientamos: a instabilidade política, a crise económica, a duplicidade de colocação face à guerra e a radicalização das posições, a trama político-militar anti intervencionista e anti regime e a deficiente legitimação da guerra europeia conseguida pela corrente defensora da intervenção no *campus belli*.

Neste cenário, marchou já em janeiro de 1917 para o teatro de operações europeu, uma divisão do Corpo Expedicionário Português, após o denominado milagre de Tancos.

O esforço de guerra foi sentido em todo o país e Famalicão³, caso que iremos estudar, contribuiu com uma quota desse sacrifício, tanto através de homens, como dos encargos extraordinários advindos da situação belicista.

Como foi uma região em que a emigração atingiu cifras volumosas, num padrão maioritariamente masculino, iremos discutir a

³ Utilizaremos de forma indiferenciada a designação de Vila Nova de Famalicão e Famalicão.

questão e debruçar-nos sobre essa dicotomia, emigrar ou partir para a guerra⁴.

Conquanto nesta localidade fosse até ao início da Primeira Grande Guerra muito significativa a emigração para terras brasileiras de rapazes em idade anterior à exigida para o serviço militar que se ausentaram pela via legal, casos houve de emigração clandestina. Com a entrada de Portugal na campanha belicista ao lado dos aliados, a legislação reduziu as possibilidades de saída legal do País, restringindo-a grosso modo às mulheres, o que levou a que a via ilegal fosse quase a única para os homens que podiam integrar o exército.

Caraterização sucinta do objeto de estudo

Vila Nova de Famalicão é uma cidade portuguesa da região Norte e sub-região do Ave integrada no distrito de Braga. Nos anos trinta do século XIX, passou a sede de concelho e na década de quarenta foi elevada a vila, tendo passado a cidade em 1985.

É sede de um município formado por 49 freguesias, com 201,85Km² e 134 969 habitantes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2009. Em 2011, a cidade tinha 33 045 habitantes.

O concelho é limitado a norte pelo município de Braga, a este pelo de Guimarães, a sul pelos de Santo Tirso e da Trofa, a oeste pelos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim e a noroeste pelo de Barcelos. A sua localização, como que formando uma estrela radial,

⁴ Não estamos em condições de fazer a quantificação exata dos que emigraram e não mais regressaram, tendo em conta diversas variáveis, uma delas derivada de não se conseguir saber qual a cota e os sujeitos da emigração não legal, embora se tenha conhecimento de alguns casos. Acresce ainda, por exemplo, a circunstância de não termos a indicação precisa de quem foi para os territórios em beligerância.

terá sido um elemento central do seu incremento, potenciado no século XIX pela ferrovia e pelas novas estradas.

Mesmo antes da sua condição de sede de município (1835) e de vila (1841) assumiu-se como uma comunidade permeável ao exterior, onde afluíam indivíduos do concelho e de fora dele.

No século XIX e princípios do XX, Famalicão foi uma vila de atração para brasileiros, seja oriundos da Vila e freguesias do concelho, ou de outras regiões e mesmo para descendentes destes emigrantes, muitos já nascidos no Brasil. O seu desenvolvimento em muito se deveu às remessas monetárias dos emigrantes brasileiros da sede e do resto do concelho que rumaram em Oitocentos e Novecentos para o Brasil.

Conquanto mais pronunciado a partir da criação do concelho, o incremento populacional foi uma realidade ao longo de séculos, pe-
sem embora certos condicionalismos como a mobilidade externa de longa distância, alguma dela sem retorno e a mortalidade, que em alguns anos teve períodos de pequenas crises, como o de 1918⁵. Detenhamo-nos nos dados da representação gráfica.

Ano	Fogos	População	Fontes
1900 ¹	443	2170	Recenseamento geral da população
1911	444	2314	Recenseamento geral da população
1920	465	2284	Recenseamento geral da população

Quadro n.º 1 – Quantitativos populacionais de Famalicão. 1900–1920.

Fonte: PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 82.

¹ Dissertação de Doutoramento.

⁵ PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, p. 81. Dissertação de Doutoramento.

Como se observa no quadro, a população baixou de 1911 a 1920, facto compaginável com dois anos seguidos de saldo fisiológico negativo, o de 1918 e o de 1919. Admitimos que a partida de rapazes na adolescência se tenha repercutido nestes números deficitários, bem como a morte de alguns fruto da entrada portuguesa na Primeira Grande Guerra, para além de outras causas.

A Emigração para o Brasil em Vila Nova de Famalicão e a ida para a Guerra

Outrora já, mas hoje sobretudo, emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população⁶, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza; e esta sangria operada nas mais ativas e robustas das populações portuguesas, não obstante representar um prejuízo nacional incalculável, tem sido contudo o único e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores, que não emigram, uma situação tolerável⁷.

O fenómeno da emigração foi apontado em 1978 por Magalhães Godinho como uma constante estrutural da sociedade portuguesa. Inserida nas grandes migrações europeias para o Novo Mundo a corrente migratória portuguesa configura um modelo singular, com a «exportação» de cidadãos portugueses para a sua ex-colónia.

⁶ Entre outros escritores que se referem à densidade populacional de Portugal indiquemos um autor da região em que se insere o nosso estudo, Alberto Sampaio. Diz-nos este ser Portugal um dos países mais populosos da Europa, apodando-o de um viveiro humano, havendo por tal de sair muita da sua população. Aponta o Brasil como principal destino dos fluxos portugueses «e se a fortuna o não favorece de lá passará à África ocidental». SAMPAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos*. Vol. I. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923, p. 535. V. Idem – *Ibidem*, p. 530-531.

⁷ TELLES, Bazílio – *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1904, p. 78-79.

A literatura científica que se debruça sobre o tema converge no lugar axial por ela desempenhado na sociedade lusa, não só a nível demográfico, como socioeconómico e cultural, apontando muitos estudos para a questão recorrente da sua centralidade no discurso político e de muita imprensa.

A partir da independência do Brasil até à Primeira Grande Guerra, a sociedade famalicense é caracterizada por um padrão populacional constituído por muitas famílias, onde os rapazes estão ausentes, um número considerável deles tendo partido maioritariamente para esse país, entre os dez e os treze anos. Mesmo nos agregados monoparentais o fenómeno está presente, daí que em Famalicão e noutras freguesias do concelho, encontremos uma forte exogamia. Na hora de casar, a mulher via-se na necessidade de arranjar um homem de fora ou unir-se conjugalmente a um viúvo.

Tomando como amostra as freguesias do concelho que foram objeto de estudo através do método Amorim (1991), com especial relevo a nossa análise de Vila Nova de Famalicão e de Avidos e cruzando essa informação com a da mobilidade externa e interna e elementos advindos de fontes como o recenseamento militar, estamos em condições de afirmar que o êxodo foi significativo e mais evidências haveria se pudéssemos ter acesso à emigração ilegal.

Contamos com uma base para estas duas comunidades que nos permite verificar da mobilidade da população e se alargarmos o cruzamento além dos recenseamentos militares a outras fontes como as pensões de guerra, listas de mortos em combate, dados da imprensa local e fontes epistolares, teremos a possibilidade de traçarmos alguns quadros, mesmo que de momento de natureza provisória.

O recrutamento militar dá-nos conta da ausência de rapazes em idade de serem presentes ao serviço militar e, em certos anos, mais de um terço está fora de Famalicão, registando-se famílias em que só ficaram as raparigas. Se de alguns jovens temos notícia que residiam em cidades como o Porto, Braga ou Coimbra, nesta última

cidade essencialmente a estudar, outros encontravam-se no Brasil. Uma parcela destes jovens aparece-nos nos livros de recenseamento militar e na imprensa como refratária.

Tomando como exemplo a arma de Infantaria, por ser esta a que tinha mais efetivos, a região do País de onde mais militares desertavam era o norte, estando em primeiro lugar o Regimento de Infantaria n.º 3 sediado em Viana do Castelo, o Regimento de Infantaria n.º 8 com sede em Braga em terceiro lugar e o de Infantaria n.º 31 aquartelado no Porto em quarto lugar⁸.

Nos designados desertores estavam incluídos aqueles rapazes que não se apresentaram à inspeção militar por estarem emigrados, no caso vertente do concelho de Vila Nova de Famalicão, no Brasil.

Eram elementos que em tempo de guerra constituíam uma força fundamental para integrarem o corpo de segurança e de salvaguarda da nossa integridade nacional e na hora da futura negociação de paz, por terem contribuído para o esforço de guerra, darem à nação portuguesa um lugar no jogo de xadrez entre os países que estiveram em conflito.

Do concelho de Vila Nova de Famalicão soldados e graduados ajudaram a firmar a posição portuguesa, entrando na cena de guerra. Uns em África e outros em França terçaram armas, alguns regressaram e certos deles não mais voltaram.

Das listas oficiais dos que ficaram em campo sepulcral em França fazem parte alguns famalicenses. Um deles, por estar ligado a um caso que teve enorme destaque na imprensa, ocupará parte deste artigo, o caso do fuzilamento de um militar portuense, em cujo processo esteve o juiz auditor Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro.

⁸ FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916–1918*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, p. 266.

A sociedade civil local não assistiu inerte à mobilização e à partida dos militares para o teatro de operações. Uniu-se em iniciativas como a Festa da Flor em 1916, e no ano seguinte, a fim de angariar fundos para os soldados combatentes, foi criada a Associação das Portuguesas às vítimas da Guerra, grupo de benfeitoras do concelho, cuja presidente era a Viscondessa de Pindela.

Admitimos que algumas mulheres hajam sido madrinhas de guerra na linha do que aconteceu no resto do País. Atentemos no que escreve o articulista do jornal *A Guarda*⁹, sobre esta matéria: depois de perguntar à sua entrevistada se havia muitos pedidos de madrinhas de guerra dos Regimentos das Beiras, e concretamente do 12 da Guarda, e de obter a sua afirmativa, esta falou-lhe da missão hercúlea da presidenta, M.^{me} Bensaude, que no seu gabinete trabalhava horas contínuas para ajudar os militares, acrescentando que alguns deles não se limitavam a pedir uma madrinha de guerra, mas também solicitavam proteção para um pequeno irmão que ficou desamparado, para um filho que consideram órfão.

Mais adiante, o redator da notícia concluía dos dados da entrevista que de todo o País eram necessárias madrinhas para os muitos soldados que as pediam à benemérita instituição e que estes bem precisavam e bem dignos eram de incentivo, de alento e de coragem.

Anos mais tarde, como foi acontecendo em muitas localidades, também em Famalicão foi inaugurado o Monumento aos Mortos da Grande Guerra na Praça 9 de abril e criada a delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em 12 de dezembro de 1934.

Tal como já referimos, os famalicenses que não emigraram seguiram a arquitetura das outras regiões portuguesas: foram objeto de recenseamento e estiveram sujeitos ao serviço militar obrigatório.

⁹ *A Guarda: Semanário católico regionalista*. Ano XIII. Guarda: S. N., 23 de jun. de 1917, p. 3.

Atentemos no que nos diz um senador da república, Sousa Fernandes, natural de Famalicão, em carta dirigida ao ministro da guerra, alertando-o para desvios à lei do serviço militar e possíveis implicações.

No jornal *O Porvir* de que era diretor, de matriz democrática, publicado nesta vila, o senador transcreveu a epístola referida a 3 de setembro de 1914. Dela retemos que do concelho, nesse ano, foram à inspeção 336 mancebos: 112 apurados definitivamente, dois condicionalmente, 87 adiados temporariamente e 135 isentos definitivamente, ou seja, segundo Sousa Fernandes, só 35% de rapazes válidos e saudáveis.

Acrescentou que era voz corrente que o Ministério da Guerra terá mandado apurar só o que fosse muito bom. Dizia não compreender o facto, numa terra onde não havia epidemia e a população viril era saudável. E interrogava-se se o empenho era já de novo considerado como meio de furtar os cidadãos ao serviço militar.

Decorrido pouco mais de um mês, o mesmo periódico em artigo curto, mas incisivo, com o título «*Dura Lex*», escrevia que se dizia que novas inspeções militares iam ser ordenadas para evitar que a lei do serviço militar obrigatório seja mistificada em proveito de uns e prejuízo de outros.

Parece que este desiderato não foi conseguido, pois em artigo de primeira página do jornal *A Guarda*, de 26 de agosto de 1916, com a epígrafe «A vida dos mortos», escreve-se que:

O senhor Pais Gomes tinha chamado a atenção do senhor ministro da guerra para o caso insólito e imprevisto, fora de toda a legalidade e de toda a justiça, de serem as regiões do centro do país, sobretudo as Beiras, preferidas para as mobilizações militares, com expresso favoritismo das outras pois só do distrito de Viseu saíram já 10 000 homens¹⁰.

¹⁰ *A Guarda: Semanário católico regionalista*. Ano XII. Guarda: S. N., 26 de ago. de 1916, p. 1.

Vivíamos tempos difíceis a exigir muito de todos, onde a instabilidade era uma constante. A beligerância tinha arrastado milhares de portugueses para um objetivo nacional decidido pelos políticos no poder, cuja voz não obtinha consenso nacional. Muitos se interrogavam: porque se foi para a guerra? Porque se adotou o intervencionismo? E pareciam desconhecer os objetivos e as estratégias de guerra. Seria necessário abandonar a neutralidade? E a sê-lo, o campo bélico não se poderia circunscrever a Angola e a Moçambique?

A República para alguns teria de explicar melhor o seu *modus operandi*. A este propósito, dizia-nos Sousa Fernandes, logo na página inicial do jornal *O Porvir* de 3 de setembro de 1914: «não há pessoa alguma de mediana cultura que não tenha compreendido claramente qual é a nossa situação perante o conflito europeu»¹¹.

Isto refere o senador democrático da república no início da guerra europeia, mas parecia não ser tão evidente para todos, mesmo passados anos, havendo vozes que defendiam que o intervencionismo na guerra europeia era uma forma de legitimação da república.

Claro que a estratégia aliadófila era travejada por interesses nacionais e objetivos de ordem externa. Como expressava Sousa Fernandes, havia que salvaguardar o interesse e a unidade nacional.

Conforme já referimos, apesar de um número elevado de homens ter emigrado fundamentalmente para o Brasil, muitos famalicenses foram mobilizados e partiram para o teatro de operações, uns para África e outros para França, quando as diretrizes políticas assim o exigiram, pois entrando Portugal em guerra ao lado dos aliados, esperava um lugar no concerto das nações após o conflito e o reconhecimento internacional que depois da queda da monarquia detinha só *de jure*.

¹¹ *O Porvir. Semanário Democrático Independente*. Ano IX. Beja: S. N., 3 de set. de 1914, p. 1.

Era Moçambique como que um palco de guerra de segunda linha, mas cobiçado pelas potências europeias devido à sua posição geoestratégica, como plataforma de entrada nos portos dos vizinhos países e ainda a sua copiosa riqueza de solo e subsolo. Os alemães, à semelhança do seu projeto Média Europa (domínio da União Europeia Central) defendido por eles durante a Primeira Guerra Mundial, conceberam o projeto Média África juntando ao território que já dominavam, os espaços coloniais detidos nesse continente por portugueses, franceses e belgas, pensando formar no final da Guerra um vasto império germânico.

Neste cenário se viram envolvidos militares portugueses e destes, alguns famalicenses, como Joaquim Alves Correia de Araújo, de Requião, que enquadrado como capitão médico em Artilharia de Montanha, prestou serviço em Moçambique pelo menos de 20 de abril de 1918 a 6 de dezembro deste ano. Fonte familiar dá-o como chegado à cidade da Beira, em Moçambique, em finais de maio de 1917, a bordo do vapor Portugal acompanhando o contingente de infantaria n.º 31.

Mais dois capitães foram para essa colónia, Manuel José Rebelo, da freguesia de Lousado, de Infantaria n.º 29 e José Maria Moreira, de Vale S. Martinho, do 2.º C.I. Exp. Da freguesia de Gavião também prestou serviço no território africano o segundo sargento Augusto Pinheiro da Silva, oriundo do Regimento de Infantaria n.º 20.

A Infantaria foi uma das armas de destaque em Moçambique, dada a sua topografia, com zonas de floresta vasta e frondosa e de capim.

Outros famalicenses estiveram destacados como militares nas colónias africanas sem que as fontes nos refiram se em Angola ou Moçambique, mas em menor proporção que nas linhas bélicas europeias. Numa relação de combatentes residentes em 1955 em Famalição, que sobreviveram da Grande Guerra, só 18,2% foram para África, distribuídos maioritariamente pela arma de Infantaria, respetivamente dos Regimentos n.ºs 5, 8, 29 e 31. Vinham em segunda

posição os Sapadores Mineiros de Lisboa e depois outras armas ou especialidades, como Artilharia de Montanha, Caminho de Ferro, Obuses de Campanha e Companhia de Saúde.

Um dos combatentes que mais se distinguiu em campanha, tendo estado nas duas linhas de guerra, a africana e a europeia, foi o famalicense da freguesia de Lemenhe, António Rodrigues da Cunha. Nasceu a 10 de dezembro de 1878 e era filho de proprietários, o pai da Casa de Padroso, em Lemenhe, e a mãe da Casa da Torre, no Louro. Seguiu a carreira militar após ter cursado a Faculdade de Filosofia em Coimbra.

Sendo sargento cadete, matriculou-se na Escola do Exército aos 22 anos e concluiu o curso de Infantaria, e em 1904 foi promovido a alferes, tendo chegado a capitão ainda no decurso da Grande Guerra e a Coronel em 1936.

Integrou as campanhas do sul de Angola, a de 1914–1915 comandada pelo General Pereira de Eça e a de 1915–1916. Também esteve na Flandres, seguindo em 26 de janeiro de 1917, na primeira divisão portuguesa do CEP comandada pelo coronel Gomes da Costa.

Foi condecorado com o grau de comendador da ordem militar de Avis, em 1921, tendo ainda medalhas das campanhas em África e na Flandres.

A França foi outro destino das forças expedicionárias portuguesas, onde se integraram alguns famalicenses. A lista de sobreviventes locais a que já aludimos era composta essencialmente por militares que foram para o teatro de operações europeu, numa percentagem de 81,8%. A exemplo dos efetivos que estiveram em África, também dominou a arma de Infantaria, com prevalência do Regimento de Infantaria n.º 8 de Braga, de onde advieram 76% dos homens em ação militar na Europa. Havia ainda efetivos da mesma arma, mas de outros Regimentos como o n.º 28 da Figueira da Foz, os n.ºs 29 e 31 do Porto e de outras especialidades, como o Regimento de Artilharia n.º 5 de Viana, o Regimento de Cavalaria n.º 11 de Braga, o Regimento

de Sapadores do Caminho de Ferro de Lisboa, o Regimento de Obuses de Campanha de Castelo Branco, a Companhia de Automóveis, o Batalhão de Morteiros, entre outros.

Desta relação de militares que estiveram em operações de guerra conseguimos identificar e seguir em encadeamento genealógico 54,6% dos indivíduos na base de dados de Famalicão e 100% na de Avidos, o que nos possibilita traçar as biografias.

Uma outra fonte por nós usada foi a relação das pensões de guerra de 1917–1918 feita pela Administração do concelho de Famalicão. Nela constam os detentores das pensões que eram familiares dos militares expedicionários, o que invalida, para já, a sua identificação, a não ser nas freguesias já reconstituídas pelo método Amorim¹².

Foi interessante cruzarmos os dados das pensões deixadas pelos militares em campanha com a lista dos famalicenses combatentes, feita em 26 de novembro de 1955, que nos permitiu verificar que alguns deles eram já casados e doavam esses valores pecuniários ou às mulheres ou às mães.

A título de exemplo inserimos uma genealogia de um combatente da sede do concelho e outra de um da freguesia de Avidos.

Caso 1

O soldado José Martins falecido na Primeira Grande Guerra era descendente de Cândido Martins e Camila Rosa de Freitas. Nasceu em Famalicão a 1 de janeiro de 1892, sendo o mais velho dos 5 filhos do casal. A mãe recebeu a pensão em 5 de dezembro de 1917. Desta família podemos seguir em encadeamento genealógico a irmã Augusta Rosa Freitas Gomes da Costa casada a 9 de julho de 1905 com Gabriel Gomes sepultado a 26 de março de 1960.

¹² AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.

Caso 2

Arnaldo Pereira Ribeiro foi o soldado n.º 377 de Artilharia n.º 5 de Viana e a mulher recebeu pensão entre 22 de outubro de 1917 e 8 de dezembro de 1918.

Arnaldo, cuja data de nascimento se desconhece, casou a 28 de agosto de 1913 em Avidos, com Maria Rosa Marques, nascida nesta localidade a 9 de outubro de 1891, onde tiveram quatro filhos. A primogénita, Albertina Rosa Pereira, foi batizada a 25 de janeiro de 1916 e casou na freguesia, a 20 de junho de 1935, com Mário Ferreira de Carvalho, não tendo registado descendentes diretos em Avidos. Só da filha Palmira Pereira Ribeiro, de quem não temos a data de nascimento, casada com José Ferreira dos Santos nos é possível seguir mais gerações. Os quatro descendentes deste casal uniram-se conjugalmente em Avidos entre 1971 e 1980, pelo que poderemos aceder aos netos do nosso combatente e tentar resgatar dados sobre a vida do avô.

Quantos soldados famalicenses não sentiriam o que Jaime Cortesão escreveu e que citamos:

Ai! Adeus, acabaram-se os dias... Já não há uma hora de sossego, desde os começos de março. E no receio ou no preparo duma ofensiva – vão lá saber... a gente nunca sabe... – torna-se mais densa a infantaria junto às linhas... Fui avisado pelo ajudante Zé Ferreira que o general Gomes da Costa queria alguns boches e escolhera a minha companhia para essa operação¹³.

Às duas da madrugada marchamos pela trincheira para os pontos de saída. E cautelosos, em silêncio, rastejando, cortamos a terra de ninguém, até que às duas e quarenta e cinco estamos em

¹³ CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, p. 157.

linha a 25 metros do boche, devidamente escalonados em grupos por ordem de execução das missões¹⁴.

Drama numa catástrofe: fuzilamento de um soldado português em França em 1917

O Código do Processo Militar aprovou em 1911 a extinção da pena de morte para crimes do foro militar, bastantes anos mais tarde do que tinha sido decretada para a matéria do direito comum, respetivamente em 1867 para o Continente e 1870 para o Ultramar.

A nossa entrada na cena de guerra europeia em 1916 veio colocar a questão da introdução da pena capital por fuzilamento, em contexto de beligerância com país estrangeiro. A Constituição sofreu revisão, a fim de que essa cláusula fosse inserida.

Esta lei foi objeto de contestação por parte da população portuguesa que via nela um retrocesso civilizacional, num país pioneiro na sua abolição.

Estávamos no dia 16 de setembro de 1917, eram 7h45 da manhã. Após um processo não isento de controvérsias, hesitações e pressões, foi executado por fuzilamento em Picantin, França, o soldado português João Augusto Ferreira de Almeida, n.º 505, *chauffeur* do Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 23.

Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, um famalicense da freguesia de Vermoim, participou como juiz auditor no processo da condenação à morte desse jovem militar de 23 anos. Poucos dias sobreviveu ao soldado, vindo a falecer em França, a 21 de setembro de 1917, com o posto de major.

O juiz Pimenta Carneiro era filho de Francisco Inácio de Aguiar Pimenta Carneiro e de Maria da Glória Pereira de Magalhães. Seus

¹⁴ Idem – Ibidem, p. 159.

pais casaram em 1862, na capela dos viscondes de Santa Luzia. Foram proprietários da Casa da Breia, em Vermoim, tendo sido Francisco Pimenta Carneiro ajudante do general MacDonell nas revoltas do Minho, vulgarmente conhecidas por revoltas da Maria da Fonte.

Quando faleceu o militar famalicense Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro o parente mais próximo era o seu irmão, Félix Maria de Magalhães Aguiar, residente em Santo Tirso.

Tal como o soldado fuzilado, também Pimenta Carneiro se encontrava havia poucos meses em França, pois tinha embarcado em Lisboa a 12 de fevereiro de 1917.

A sua morte foi devida a uma síncope cardíaca, depois de haver sido assistido na ambulância n.º 4, ficando sepultado longe da sua terra natal, em França, no cemitério de Fauquembergues, coval n.º 2.

Fontes coevas apontam o seu estado de nervosismo ao assinar a sentença, dizendo que as mãos lhe tremiam. Tinha sido a última condenação à morte de um português sentenciado por um júri nacional.

Conclusão

A mobilidade encontra expressão destacada nas migrações externas, fenómeno estrutural endémico, em muitas regiões do nosso País em que se inclui o Minho, zona geográfica a que pertence Vila Nova de Famalicão. Milhares de naturais ou residentes no concelho partiram para terras brasileiras como emigrantes, uns retornando, outros inserindo-se na tipologia dos torna-viagem e muitos deles jamais tendo regressado.

Quando deflagrou a Primeira Grande Guerra, uma percentagem significativa de jovens não esteve presente na hora do recenseamento militar, sendo eles computados como desertores ou refratários.

À medida que a legislação «se fechava», expedientes vários entravam em ação tendentes a contorná-la, e cada vez mais as localidades

se despovoavam de rapazes que assim retiravam à nação o vulgarmente conhecido por tributo de sangue, ou de cidadania.

Pese embora o uso de estratégias para fugir à tropa, os famalicenses não foram dispensados de contribuir com a sua cota para o tributo de guerra. Vários habitantes da sede e dos outros aglomerados do concelho compuseram as fileiras do exército português, tanto graduados como soldados.

Dada a necessidade de militares, admitimos que na ausência dos emigrantes fossem mobilizados mesmo aqueles que não estivessem em plena forma, tal como fontes contemporâneas referem, o que fazia aumentar o número de doentes no terreno de operações.

Alguns destes indivíduos que cumpriram o seu serviço no teatro de guerra puderam ser seguidos em encadeamento genealógico, dado dispormos da base de dados demográfica em muito longa duração, construída pelo método Amorim¹⁵, das freguesias de Vila Nova de Famalicão¹⁶ e de Avidos¹⁷.

Este artigo abriu novas perspetivas de abordagem para um melhor conhecimento da cota do esforço de guerra dos famalicenses, tirando partido de um leque de fontes que cruzadas nos permitem com segurança traçar episódios da narrativa da comunidade no contexto da Primeira Grande Guerra. Mostrou também que com a paróquia reconstituída pelo método Amorim¹⁸, pode ir longe esse conhecimento, que prosseguiremos em estudo de que este foi o prelúdio.

¹⁵ AMORIM, Maria Norberta – *Ibidem*.

¹⁶ PAIVA, Odete – *Vila Nova de Famalicão...*

¹⁷ PAIVA, Odete – *S. Martinho de Avidos. Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

¹⁸ AMORIM, Maria Norberta – *Ibidem*.

Fontes

- A Guarda: Semanário católico regionalista*. Guarda: S. N. (1916–1917).
- CARVALHO, Vasco César de – *Espólio particular do autor. Pasta sobre a guerra*, s. d.
- Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.
- Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1920: 6.º Recenseamento Geral da População*. 2 Vols. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1964.
- X Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960*. VI Tomos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1923 e 1925.
- Livro das Pensões de Guerra de 1917-1918*. Administração do Concelho de Famalicão.
- O Porvir. Semanário Democrático Independente*. Beja: S. N. (1914).
- Recenseamento militar do concelho de Vila Nova de Famalicão para o recrutamento do exército e da armada (1890-1919)*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Relatório e contas da delegação de Vila Nova de Famalicão: desde a sua fundação 12/12/934 até 31/12/936*. Liga dos Combatentes da Grande Guerra/Vila Nova de Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos Minerva, 1937, 15 p.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.
- BRUN, André – *A Malta das Trincheiras. Migalhas da Grande Guerra (1917-1918)*. Lisboa, Guimarães & C.ª, 1919, 166 p.
- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, 247 p.
- FRAGA, Luís Alves de – *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, 664 p. ISBN 978-9892600345.
- MAGNO, David – *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões*. 2 Vols. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1921.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*. 2.ª Ed. Lisboa: Arcádia, 1975, 486 p.
- PAIVA, Odete – *S. Martinho de Avidos. Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.
- *Vila Nova de Famalicão. De freguesia rural a urbana (1620–1960). Comportamentos demográficos e sociais*, sob a orientação de Maria Norberta Amorim e José Viriato Capela. Braga: Universidade do Minho, 2014, 418 p. Dissertação de Doutoramento.

RITA, Fernando – *A Primeira Grande Guerra em Moçambique (1914-1918)*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20PRIMEIRA%20GRANDE%20GUERRA%20EM%20MO%20C3%87AMBIQUE.pdf>.

SAMPAIO, Alberto – *Estudos históricos e económicos*. Vol. I. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923, 632 p.

TELLES, Bazílio – *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1904, 403 p.

Webgrafia

<Http://arqhist.exercito.pt/viewer?id=126257>

Http://www.momentosdehistoria.com/MH_04_02_Coragem.htm

AS MULHERES ENTRE A GUERRA E A PAZ (1914–1920)

Adília Fernandes

0000-0002-9246-7745

Resumo: As mulheres estiveram, historicamente, relegadas para os espaços alheios ao teatro de guerra. Ausentes do poder político, ligado ao poder militar, bem como do campo das decisões públicas em geral, a elas pertencia, exclusivamente, o papel de mães, filhas, irmãs e namoradas dos combatentes. Contudo, com a I Guerra Mundial, vemo-las a participar, ativamente, na sua sustentação e na da sociedade, ocupando o vazio deixado pelos homens. Aparecem em postos de decisão, na espionagem, nas enfermarias dos hospitais militares, nas fábricas de munições, em trabalhos de infraestruturas, «quase nas trincheiras». Esta intervenção, de patriotismo e de sacrifício, trouxe-lhes assinaláveis conquistas em direção à desejada mudança da sua condição, o que passou a corresponder a uma das marcas sociais mais notáveis do pós-guerra. Paralelamente, organizaram-se para apoiarem as vítimas e empenharam-se na construção da normalidade e da paz, com uma importante presença nas políticas internacionais que as visavam. Se esta posição congregou os esforços de todas no final do conflito, no seu decurso, alguns grupos adotaram a retórica militarista

e patriótica, abalando a tradicional imagem das mulheres como «anjos da paz» e a convicção de o serem por natureza.

Palavras-chave: Mulheres, I Guerra Mundial, Intervenção, Paz

Abstract: Women have always been far from war theatres. Distant from political and military powers, as well as from public decisions in general, they were only seen as mothers, daughters, sisters, and girlfriends of the combatants. However, with World War I, we see them providing their sustenance and developing their work for society, occupying the emptiness left by men. They appear in decision-making posts, in espionage, in the wards of military hospitals, in ammunition factories, in infrastructure works, «almost in the trenches». This intervention, of patriotism and sacrifice, brought them remarkable achievements towards the desired change of their condition, which came to correspond to one of the most remarkable social marks of the post-war period. At the same time, they organized to support the victims and engaged in the construction of normality and peace, with an important presence in the international policies that aimed them. If this position brought together everyone's efforts at the end of the conflict, in the course of their struggle some groups adopted militaristic and patriotic rhetoric, shaking the traditional image of women as «angels of peace».

Keywords: Women, World War I, Intervention, Peace

A história das mulheres renovou, consideravelmente, a história das guerras após a Grande Guerra, que privilegiou, até então, os aspetos militares, políticos e diplomáticos. A partir deste conflito, passou a atender-se às múltiplas experiências femininas e ao seu impacto nas sociedades ocidentais, situações excepcionais que romperam com o tradicional olhar sobre as guerras e as suas consequências.

As mulheres estiveram, historicamente, excluídas do âmbito da guerra na cultura ocidental. Esta constatação supõe, por um lado, que também estiveram ausentes do poder político, ligado ao poder militar, bem como do campo das decisões públicas em geral e, por outro, que a sua vida ocorreu, sobretudo, nos espaços de paz, entendida como ausência de guerra. Aqui, eram o apoio moral dos soldados, o suporte da vida familiar e social, no seio de um patriotismo diferente do dos homens, «que não possui a brutalidade de um instinto ou a austeridade de uma ideia»¹, nem se obriga ao amor abstrato pelo país, pelo dever ou pela honra.

Esta realidade alterou-se com o primeiro conflito mundial do século xx. Embora convictas de que não eram responsáveis pelas decisões no campo político, porque dele estavam excluídas, as mulheres entendiam que deviam assumir obrigações em face da contenda, disponibilizando os seus serviços às sociedades em guerra.

Decorria a luta pelo direito ao voto, prioritária no processo da emancipação da mulher e que conduziria à divisão entre sufragistas pacifistas e belicistas. Os postulados apresentados por um e outro lado convergiram quanto à premência na adoção de determinadas práticas. Como argumentava a sufragista inglesa Millicent Fawcett, que presidia ao fórum convocado pela organização Mulheres pela Paz, em Londres, no dia 2 de agosto de 1914, um dia depois da

¹ Cf. GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, Mairaines and Prostitutes: Morale and Morality in First World War». *The International History Review*. University of St. Andrews: Routledge. ISSN 0707-5332. Vol. 19, Issue 1, 1997, p. 66.

declaração da guerra da Alemanha à Rússia: «Enquanto havia qualquer esperança de paz (...) procurou-se a paz (...). Mas agora temos outro dever. Agora é o momento para um esforço enérgico e de autossacrifício de todas»².

Assim, a causa bélica deveria interromper a luta pelo sufrágio. No apelo às mulheres francesas, feito no jornal *Le Citoyen*, no dia 3 de setembro de 1915, Marguerite de Witt-Schlumberger, presidente da União Francesa para o sufrágio das mulheres, usou de igual tom, ao subordinar os desejos mais legítimos delas às necessidades da defesa nacional, dever imperioso e superior de que eram incumbidas. E acrescentava: «Toda a mulher que, na hora presente, enfraqueça o sentido do dever que o homem tem para com a Pátria, será uma criminosa»³.

O vazio de mão de obra, deixado pelos homens que iam para a frente, foi rapidamente preenchido pelas mulheres que passaram de funções passivas e privadas para um papel ativo e público. Elas sustentaram o Estado e a guerra nos postos de decisão, em trabalhos de infraestruturas, nas enfermarias dos hospitais militares (onde personificavam a figura pioneira de Florence Nightingale, na guerra da Crimeia), nas fábricas de munições, na resistência, na espionagem⁴. O seu trabalho nas fábricas não constituía qualquer novidade, o seu eco resultou, apenas, do tipo de tarefas que desempenharam e do grande número que nelas se ocuparam.

Convocavam-se as mulheres de todos os estratos sociais, como ilustra as que integravam a espionagem. Eram escolhidas segundo determinados critérios: pertencerem, de preferência, a famílias cul-

² Cf. NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo – Historia, Retos y Movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 149.

³ Cf. DE WITT-SCHLUMBERGER, Marguerite – «Appel aux femmes françaises». *Le Citoyen, Organe de Concentration Républicaine*. Quimper. ISSN 2022-8066. 10^e Année, 3 septembre 1915, p. 1.

⁴ MORIN-ROTUREAU, Évelyne (Dir.) – *Combats de femmes 1914–1918. Les femmes, pilier de l'effort de guerre*. Paris: Autrement, 2004, p. 84 (tradução nossa).

tas; dominarem várias línguas; usufruírem de desafogo financeiro; terem uma boa rede de relações; gozarem de independência familiar. Nem sempre as mulheres eram louvadas pelos seus desempenhos, aspeto que as espias, igualmente, ilustram. Se estas foram alvo de enaltecimento (algumas delas vieram a ser consideradas mártires), provocaram, também, reprovação (a sua atuação afastava-se da moral e do código de boa conduta). Não é consensual que a sua atividade, à margem das leis da guerra, tenha favorecido esta, atitude a que não é alheio o secretismo em que decorreu e que levanta obstáculos, por razões diplomáticas, a um total esclarecimento. A maioria das espias conheceu a prisão e, muitas delas, a condenação à morte por fuzilamento⁵.

De acordo com a *Ilustração Portuguesa*, de 1917, o fenómeno da movimentação das mulheres, que decorreu em variados terrenos, conheceu, em Inglaterra, perto de meio milhão⁶.

No jornal *A Guarda*, de 10 de agosto de 1918, sob o título «Crónica da guerra» e subtítulo «Mulheres na guerra», lê-se que neste país havia um exército de 40 000 «soldadas», encontrando-se 6 000 em França. Eram graduadas e com as mesmas distinções e garantias dos homens, ascendendo a oficiais com 25 anos. De acordo com uma carta que o periódico publicou, de uma sargente, existia um exército de mulheres para os homens irem para a guerra, substituindo-os na cozinha e nos trabalhos nos campos. A autora do relato dizia que o seu dia a dia era a de um militar e que integrava um grupo de mil mulheres que habitavam em pequenas casas de madeira, perto de três acampamentos de soldados. Perspetivava a ida para França, pois

⁵ Cf. ANTIER, Chantal – «Résister, espionner: nouvelle fonction pour la femme en 1914-1918». *Guerres mondiales et conflits contemporains. Renseignement et espionnage en 1914-1918*. Paris: Presses Universitaires de France. ISSN 0984-2292. Vol. 4, n.º 232, 2008, p. 143-154.

⁶ Cf. «A mulher e a guerra». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empreza do Jornal *O Seculo*. 2.ª Série. N.º 585, 7 de mai. de 1917, p. 364.

não seria justo que cada um deixasse de fazer o possível pela sua pátria em tempo tão cruel.

A mobilização apresentava-se como uma vantagem, porque dilatava e incorporava a sua atuação, percebida como uma necessidade na indústria, na agricultura e no mundo militar. O serviço estatal configurava-se como uma componente vital de ampliação da cidadania, o que veio, de facto, a suceder. As mulheres alcançaram uma mudança na sua condição, todavia, tal processo não foi isento de elevados custos. Estudos revelam-nos que foram vítimas de tensas demonstrações de hostilidades nos espaços em que se movimentaram, tanto na fronteira da guerra na Europa como na pátria, espaços até então exclusivamente masculinos⁷.

A Primeira Guerra estimulou a atividade das mulheres no seio de associações vocacionadas para a assistência aos soldados feridos e às suas famílias e para a angariação dos fundos necessários a todo o apoio que se propunham realizar. Em Portugal, surgiu a Comissão Feminina pela Pátria, criada por Ana Augusta de Castilho e Ana de Castro Osório em 1914, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, iniciativa de Elzira Dantas Machado, mulher de Bernardino Machado, e de Ana de Castro Osório, e a Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra nascidas, as duas últimas, em março de 1916, mês da proclamação do estado de guerra em Portugal.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas ficou com a responsabilidade da Obra Maternal, vocacionada para a assistência aos órfãos da guerra, em 1916, criada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em 1909 e, em 1917, instituiu as Madrinhas de Guerra. No ano seguinte, nasceu a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra.

Estas associações desdobraram-se em inúmeras atividades de que é exemplo o *Relatório de Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918*, da

⁷ Cf. JENSEN, Kimberly – *Mobilizing Minerva: American Woman in the First World War*. Urbana: University of Illinois Press, 2008.

Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra (figura n.º 1), sediada no Porto e com uma congénere na capital e que integrava mulheres da aristocracia monárquica. Neste espaço de tempo foram subsidiadas 3 334 famílias, para além da ajuda aos militares regressados feridos, mutilados ou gaseados, e o que prestaram aos prisioneiros de guerra na Alemanha, com o envio de dinheiro e de encomendas de alimentos e roupa. Teve um importante papel no combate ao tifo e junto das famílias «tifosas» dos mobilizados, articulando-se com outros organismos, como o Sanatório Marítimo. Apostou na formação de enfermeiras, contribuindo para a constituição do Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras.

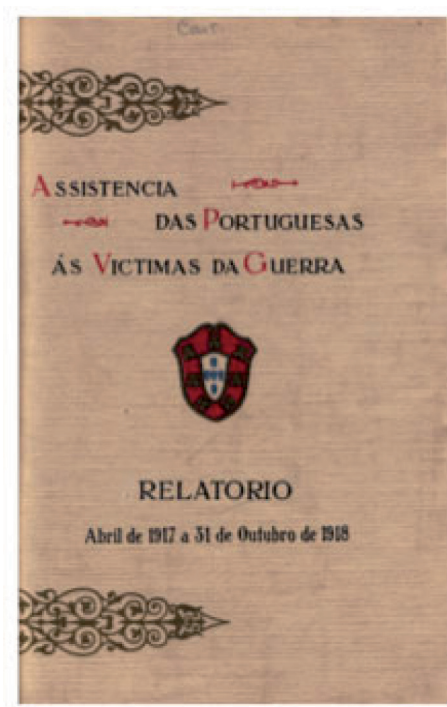


Figura n.º 1 – *Relatório. Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918.*
Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra.

Disponha de receitas angariadas em serões de arte, rifas, festas de caridade e na Venda da Flor, entre outras iniciativas. Recebia subsídios de operários portugueses a trabalharem em Inglaterra, de jornais, como *O Dia*, *Commercio do Porto* e *Jornal de Noticias*, da Juventude Monárquica e de diversas personalidades, como os Condes de Lumbralles e o general António Bernardo Ferreira, entre outros. Na sua atividade destacaram-se Maria Amélia de Carvalho Burnay, Maria Josefa de Melo e Maria Van Zeller.

Um importante contributo feminino processou-se através das enfermeiras. Em junho de 1918, 12, do Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras ao serviço da Cruz Vermelha Portuguesa, acompanharam o Corpo Expedicionário Português. Partiram para França 82, sendo 56 equiparadas a alferes e 26 a praças. Francisca Dantas Machado, filha de Bernardino Machado (figura n.º 2), fez parte desse grupo, exercendo a sua profissão no hospital militar de Hendaye, fundado pelo Corpo Expedicionário Português (CEP), localidade onde permaneciam exilados os seus pais. Francisca terá exercido, assim, um trabalho de retaguarda.



Elzira Dantas Machado



Maria Francisca Dantas Machado

Figura n.º 2 – Elzira Dantas Machado e Maria Francisca Dantas Machado, respetivamente esposa e filha de Bernardino Machado.

Às enfermeiras, formadas pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, foi entregue o trabalho no Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, fundado por esta associação. O decreto de 28 de agosto de 1918 regulamentou o recrutamento das enfermeiras militares.

A identificação das mulheres com a guerra oscilou entre posições pacifistas e militaristas. Na sua base estava o desejo de alcançarem o direito ao voto, objetivo no qual todas elas se centravam. Uma das explicações dessa identificação residia na crescente militarização da sociedade europeia, desde a segunda metade do século XIX. À medida que o conflito se convertia num assunto corrente, os valores militares permeavam a sociedade e a definição de cidadania marcava o dever de segurar em armas para a defesa da pátria. Se muitas mulheres consideravam que o patriotismo e a participação na luta bélica era a via política mais acertada para obterem o sufrágio no pós-guerra – posição que abalou a imagem das mulheres como «anjos da paz» e a convicção tradicional de que o eram por natureza –, outras recusaram-na, abertamente, e desenvolveram um nexos entre sufrágio e pacifismo. Associavam este à justiça social, à igualdade e aos direitos humanos, logo, ao direito das mulheres ao voto.

Para as pacifistas, apoiar o argumento belicista significava o domínio da força física sobre a persuasão moral e, portanto, o domínio masculino sobre as mulheres e sobre todas as instituições sociais. O militarismo, argumentavam «tinha sido a maldição das mulheres, como mulheres, desde o primeiro amanhecer da vida social»⁸.

Para umas e outras, a maternidade era um ponto fulcral a ter em conta. As militaristas comparavam-na ao serviço militar e evitá-la correspondia, segundo elas, a um ato de deserção e de negação do direito de cidadania. As pacifistas entendiam que os soldados, depois de terem vivido os horrores da guerra, não desejariam ter filhos aos quais poderia oferecer-se idêntico destino. Estas posições, analisadas

⁸ Cf. NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo...*, p. 152.

de qualquer ângulo, remetem-nos para as fronteiras entre guerra e lar, permeadas pela moralidade e sexualidade femininas.

Apontava-se o trabalho nas fábricas, sobretudo, nas de munições, de concorrer para a mortalidade infantil, pelas deficientes condições em que se executava, pela dureza das tarefas e pelo excessivo número de horas exigido. A necessidade de repovoamento dos países, depois da guerra, pela incomensurável perda de homens, trouxe estas preocupações para debate, como aconteceu em França. Adolphe Pinaud, líder pró-natalista, acentuava que a única aptidão natural das mulheres era a «produção de crianças», indispensável para a «segunda vitória, como as munições o eram para a primeira». Logo, maternidade e trabalho fabril revelavam-se incompatíveis. Os opositores a estas ideias argumentavam que se a maternidade constituía um obstáculo à sobrevivência económica, as mulheres optariam pela «esterilização voluntária, pelo aborto e abandono». Daí, serem contrários a que se impedisse o acesso às fábricas, porque prejudicaria o esforço da guerra e a ordem moral. Uma resposta similar plasmou-se nos jornais feministas, como *L'Action Féminine*, incidindo, simultaneamente, na defesa dos direitos da mulher ao trabalho. O governo francês e a Academia de Medicina optaram por medidas governamentais de proteção às mães e aos filhos, aliando reprodução e produção, olhada como a mais elevada expressão do patriotismo feminino.

A nova existência da mulher expunha-a a comportamentos de relaxe moral, como a prostituição. Esta prática exigiu dos governos, como do francês, extremos cuidados. Favoreceu o estabelecimento das *maisons tolérées*, meio de controlo das doenças venéreas, nomeadamente, entre os soldados, e forma de evitar a *femme isolée* que escapava à regulamentação⁹.

⁹ O consumo de álcool tornou-se corrente entre as mulheres e arrastou medidas sobre os lugares onde se consumia, como os bares. Ao álcool associava-se a prostituição. Cf. GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, Mairaines and Prostitutes...», p. 78-79. Leia-se, sobre o regulamentarismo, FERNANDES, Adília – «Entre a tolerância e

Desde a criação da primeira sociedade feminina a favor da paz, em 1868, em Genebra, que se verificava uma corrente pacifista relativamente consolidada. Daí, e apesar da aceitação geral da retórica nacionalista e patriótica ter debilitado os seus postulados, as pacifistas conseguiram desenvolver um extenso movimento contra a guerra que se aglutinou, em 1915, na Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade, surgida nos Estados Unidos da América (representada, hoje, em 37 países). As mulheres reivindicavam o direito de elaborarem políticas de dimensão internacional no fomento da paz, assim como de participarem na articulação das bases dos pactos internacionais do pós-guerra. Uma das suas presidentes, Jane Adams, e uma das suas líderes, Emily Greene Balch, ambas dos Estados Unidos da América, foram galardoadas com o Nobel da Paz, em 1935 e 1946, respetivamente. Neste ano, celebrara-se, em Haia, o Congresso Internacional das Mulheres pela Paz, que fundou a Liga. Teve 1 136 participantes de países neutrais, países da Tríplice Entente e da Tríplice Aliança, mulheres de países em confronto. O programa que esta organização subscreveu, autêntica ofensiva diplomática, foi reconhecido pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, que contou com a colaboração de Jane Adams na elaboração dos 14 pontos da resolução para a paz. O Manifesto, saído do Congresso, levou as suas delegadas a encontros com políticos das altas esferas e com o Papa.

Com início em 1915 e auge em 1917/1918, a Inglaterra conheceu a Cruzada das Mulheres pela Paz, com destacadas líderes socialistas como Rosa Luxemburgo, polaco-germana, ou Clara Zetkin, alemã.

a repressão – a problemática da prostituição feminina». *Revista Campos Monteiro – História, Património, Cultura*. Torre de Moncorvo: Palimage Editores. ISSN 1646-2181. N.º 4, 2009, p. 9-23 e FERNANDES, Adília – «Considerações em torno de um *Livro de Matrículas das Toleradas*, Vila Nova de Famalicão». *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. ISSN 0871-3308. Ano III, 2007, p. 87-95.

Na Conferência de Paz de Paris, aberta em 1919 e encerrada em 1920, as mulheres defenderam que se disponibilizassem recursos, a nível mundial, para a ajuda humanitária internacional. No segundo Congresso Internacional de Zurique, em 1919, a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade denunciou os termos do Tratado de Versailles como um esquema de represálias dos países vencedores e passível de conduzir a uma nova guerra mundial.

Nestes encontros, as mulheres vincaram o desejo de um papel interveniente e não apenas o de concertarem os estragos que a guerra causava.

Os signatários do Tratado de Versailles criaram, em 1919, a Sociedade das Nações, instrumento para assegurar a paz. A sua falência deu-se após a Segunda Guerra Mundial, seguindo-se-lhe a Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivos idênticos.

Numa carta endereçada a Bernardino Machado, em 1926, remetida de Genebra, Virgínia de Castro e Almeida informava que iniciara funções no Secretariado da Sociedade das Nações. Na sua opinião, este organismo poderia contrariar a hora ameaçadora que se vislumbrava, alertando para os males do nacionalismo exagerado e do isolamento. Agradecia a Bernardino Machado a confiança que havia depositado nela¹⁰.

Em Portugal, um núcleo de feministas vinculou-se, em 1906, à associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*, nascida em Paris, em 1899, que investiu na política de desarmamento da Europa. Era dirigida por Adelaide Cabete, Albertina Paraíso, Domitila de Carvalho e Carolina Beatriz Ângelo, entre outras. Ainda em 1906, apareceu a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, com dirigentes comuns àquela e com objetivos de propaganda pacifista.

¹⁰ Correspondência pessoal de Bernardino Machado. Carta remetida de Genebra, em 1926, por Virgínia de Castro e Almeida. Arquivo Particular do Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.

Os fundamentos que justificavam estas iniciativas foram negados pelas atitudes de apoio dos seus elementos à intervenção de Portugal na Grande Guerra e pela recusa em participarem no Congresso de Haia, em 1915, devido, em parte, a posições nacionalistas.

As consequências fraturantes geradas pelo conflito convocavam o papel humanizante da mulher. Sob o título «Capelães no exército» e subtítulo «As mães portuguesas reclamam-no num manifesto», o artigo inserto na primeira página do jornal de Bragança, *Legionario Transmontano*, de janeiro de 1915, reproduzia o apelo do cardeal Cerejeira ao Presidente da República, para que as tropas em campanha tivessem a presença de sacerdotes. A referência às mulheres surgiu, apenas, no subtítulo como reforço e condição primeira da solicitação apresentada. Em novembro de 1916, o Ministro da Guerra autorizou que fosse dada a assistência religiosa aos militares.

Enaltecia-se a «força poderosíssima» da mulher posta ao serviço da grandeza e da salvação nacional, ao entregarem os seus para os campos de batalha, sublimando a sua perda em sentimentos de orgulho e de glória, como ilustra o artigo de primeira página intitulado «A mulher portuguesa em face da guerra», do jornal de Bragança, *O Trasmontano*, de junho de 1916.

A mulher marcou, do mesmo modo, o pós-guerra, que reclamava o regresso à normalidade. Ao contributo moral e filantrópico juntara-se a sua capacidade de mobilização, predisposição laboral e o indiscutível papel social, desempenho impossível de ignorar e de que não quis ser desapossada no momento em que os homens regressaram. A importância da sua cooperação levou-a a tomar consciência de que as ocorrências exteriores eram, afinal, mais importantes para a vida familiar do que os pequenos incidentes do quotidiano. O mundo laboral feminino, pelas suas relevantes implicações, juntou-se às grandes convulsões sociais do pós-guerra.

Os novos tempos vêm a conhecer uma redefinição da feminilidade e dos seus limites convencionais, remetendo para o passado

a retórica sobre o tradicional arquétipo de anjo do lar. A socialização e a emancipação da mulher que exigiam abalaram valores prioritários e fundamentais, como a família. Mulher, trabalho e família revelaram-se como universos fragmentados, antagónicos, que provocaram ruturas, campo de estudo que dispõe, já, de uma importante historiografia.

Também a nova mulher se desenhou nesse diferente padrão de feminilidade. Revelada pela obra de Henrik Ibsen, *Maison de Poupée* (1879) e modelada pela obra *La Garçonne* (1922), de Victor Margueritte, a nova mulher apresentou-se num estilo masculinizado, estilizada e *coquette*, boémia e dinâmica. Assumiu-se como o símbolo da mulher emancipada, ativa e urbana, centrada no seu valor pessoal e no acesso às funções públicas.

Os processos identitários das mulheres, resultantes da sua participação na Primeira Guerra, fizeram temer que a sua capacidade reprodutora ficasse enfraquecida, danificando as gerações seguintes, e prejudicassem o seu papel na transmissão dos costumes essenciais – mais fortes do que as leis –, destino que lhes conferia uma missão civilizadora. Este temor foi acentuado pelo contexto ideológico do momento, porque a população traduzia o potencial básico para as ambições expansionistas das nações.

Exigia-se, pois, que as coisas e os sexos retornassem ao seu lugar, o que foi levado à prática pelos regimes totalitários e seus sucedâneos, como o salazarismo, implicando o regresso da mulher ao lar.

Os contributos das mulheres para a paz foram reconhecidos em outubro de 2000, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, uma resolução que ficou conhecida como a Resolução 1 325, sobre a mulher, a paz e a segurança. Faz parte do direito internacional e constitui um documento histórico com múltiplas implicações significativas. Determina uma efetiva participação das mulheres na construção da paz e na reconstrução no

pós-conflito e reforça as medidas em torno da sua proteção em períodos de conflitos¹¹.

Referências bibliográficas

- «A mulher e a guerra». *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empresa do Jornal *O Seculo*. 2.^a Série. N.º 585, 7 de mai. de 1917, p. 362-364.
- ANTIER, Chantal – «Résister, espionner: nouvelle fonction pour la femme en 1914-1918». *Guerres mondiales et conflits contemporains. Renseignement et espionnage en 1914–1918*. Paris: Presses Universitaires de France. ISSN 0984-2292. Vol. 4, n.º 232, 2008, p. 143-154.
- Correspondência pessoal de Bernardino Machado. Carta remetida de Genebra, em 1926, por Virgínia de Castro e Almeida. Arquivo Particular do Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.
- DE WITT-SCHLUMBERGER, Marguerite – «Appel aux femmes françaises». *Le Citoyen, Organe de Concentration Républicaine*. Quimper. ISSN 2022-8066. 10^e Année, 3 septembre 1915.
- FERNANDES, Adília – «Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, Vila Nova de Famalicão». *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. ISSN 0871-3308. Ano III, 2007, p. 87-95.
- «Entre a tolerância e a repressão – a problemática da prostituição feminina». *Revista Campos Monteiro – História, Património, Cultura*. Torre de Moncorvo: Palimage Editores. ISSN 1646-2181. N.º 4, 2009, p. 9-23.
- GRAYSEL, Susan R. – «Mothers, MARRAINES and Prostitutes: Morale and Morality in First World War». *The International History Review*. University of St. Andrews: Routledge. ISSN 0707-5332. Vol. 19, Issue 1, 1997, p. 66-82.
- GROOME, Helen et alli. – *Con qué Derechos estamos seguras*. Bilbao: Tercera Prensa/Hirugarren Prentsa S. I., 2007, 203 p. ISBN 978-84-87303-98-2.
- JENSEN, Kimberly – *Mobilizing Minerva: American Woman in the First World War*. Urbana: University of Illinois Press, 2008, 264 p. ISBN-13 978-0252074967.
- MORIN-ROTUREAU, Évelyne (Dir.) – *Combats de femmes 1914–1918. Les femmes, pilier de l'effort de guerre*. Paris: Autrement, 2004, 256 p. ISBN 978-2746705159.
- NASH, Mary – *Mujeres en el Mundo – Historia, Retos y Movimientos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, 336 p. ISBN: 9788420642055.

¹¹ Para um conhecimento mais detalhado deste e de outros documentos respeitantes aos direitos das mulheres nos contextos da paz e da guerra, leia-se GROOME, Helen et alli. – *Con qué Derechos estamos seguras*. Bilbao: Tercera Prensa/Hirugarren Prentsa S. I., 2007.

**O FINAL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL
E O REAVIVAR DAS PRETENSÕES TERRITORIAIS
SOBRE A ÁFRICA AUSTRAL PORTUGUESA**

José Luís Lima Garcia

0000-0002-1905-4776

Resumo: A entrada tardia de Portugal na Primeira Guerra Mundial garantiu ao regime republicano a salvaguarda do seu património territorial (metropolitano e colonial) e, ao mesmo tempo, reforçou o prestígio diplomático no contexto das outras potências europeias da época. A disputa política entre o bloco de democráticos e evolucionistas, por um lado, e unionistas e monárquicos, por outro, adiará até 1916 a resolução do ingresso neste conflito e acirrará internamente os ânimos político-partidários, desacreditando o regime para lá das suas fronteiras. Os acordos anglo-alemães de 1898 e de 1913 e a ameaça crescente do hegemonismo ibérico e do imperialismo germânico, respetivamente junto das fronteiras da Europa e de África, impeliram Portugal rumo às trincheiras da morte na Flandres, para com muito sacrifício acautelar a integridade territorial e reaver as parcelas ocupadas pela Alemanha, no sul de Angola e no norte de Moçambique. O final da Primeira Guerra Mundial desativara assim as ambições materiais da

Alemanha e das monarquias militares do centro da Europa e dera oportunidade a que a Conferência de Paz, de 1919, abrisse novamente a discussão da pertença do património colonial mundial. A internacionalização e a revisão da tutela mandatária, como forma de administração saída do Tratado de Versaïlles, iriam pôr em causa o «direito histórico» de Portugal como metrópole colonizadora multissecular e serviriam de condição ao incremento do espírito «revanchista» da Alemanha, sedenta em recuperar o património territorial anterior ao início da Guerra. Para obstar a este reavivar do ferido nacionalismo alemão foi necessário que os Aliados canalizassem os seus recursos financeiros e humanos para um segundo confronto armado, que removesse definitivamente as ambições deste chauvinista beligerante.

Palavras-chave: Guerra, Colonialismo, Hegemonismo, Reparações, Mandatos

Abstract: Portugal's delayed entry into World War I guaranteed the republican regime the safeguarding of its territorial (metropolitan and colonial) heritage and, at the same time, reinforced its diplomatic prestige in the context of other European powers of the time. The political dispute between the democratic and evolutionist bloc, on one hand, and unionists and monarchists, on the other, postponed until 1916 the resolution of the entry into this conflict and internally intensify political rivalries, discrediting the regime beyond its borders. The Anglo-German agreements of 1898 and 1913 and the growing threat of Iberian hegemony and German imperialism, respectively on the borders of Europe and Africa, drove Portugal into the trenches of death in Flanders, with much sacrifice to safeguard the territorial integrity and to recover the parcels occupied by

Germany in southern Angola and in northern Mozambique. The end of World War I had thus depleted the material ambitions of Germany and the military monarchies of central Europe, and gave the 1919 Peace Conference an opportunity to reopen the discussion of world colonial heritage. The internationalization and the revision of mandated tutelage, that came out of the Treaty of Versailles, would put in question the «historical right» of Portugal as a colonial metropole and would serve as a condition for the increase of the «revanchist» spirit of Germany, thirsty to recover the territorial patrimony prior to the beginning of the War. In order to prevent this revival of the wounded German nationalism, it was necessary for the Allies to focus their financial and human resources to a second armed confrontation that would definitively remove the ambitions of this belligerent chauvinist.

Keywords: War, Colonialism, Hegemony, Reparations, Mandates

Com o final da Primeira Guerra um dos problemas que mais preocupava a diplomacia era o da questão colonial. Portugal que entrara no conflito para defender o seu património ultramarino, encontrava-se, conjuntamente com outras potências vencedoras, na situação de questionar o destino a dar às possessões até então administradas pela Alemanha. Para além desta discussão, não interessava à diplomacia portuguesa que fossem feitas trocas territoriais durante a Conferência de Paz e se, porventura, tal acontecesse, só depois dos trabalhos desta.

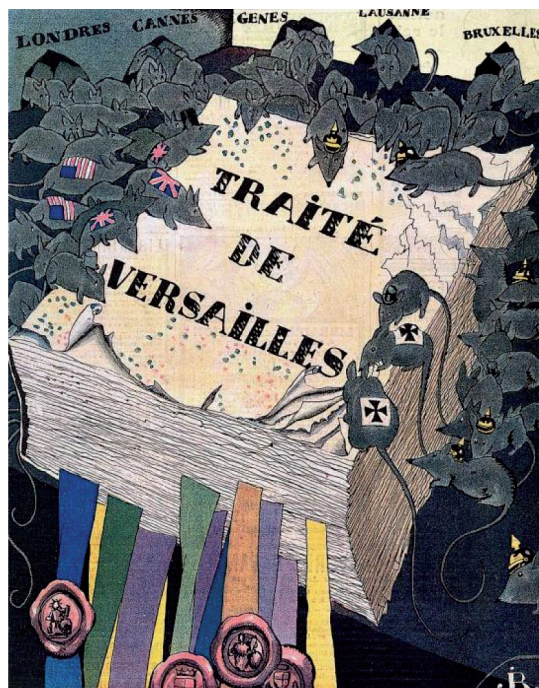


Figura n.º 1 – Tratado de Versailles em representação alegórica.

Apesar das expectativas lusas terem sido contra qualquer redistribuição no seu domínio de Além-Mar, desde muito cedo se começou a desenhar em certos participantes à assinatura do Armistício, realizado a 11 de novembro de 1918, uma grande vontade em discutir

este assunto. Quatro meses depois, Lord Milner, presidente da Comissão Colonial, convocava a 21 de março de 1919 a representação de Lisboa para uma conversa extraoficial, a pretexto de um grupo de trabalho que se iria formar na Conferência de Paz, para atribuição de mandatos sobre as possessões germânicas¹. A delegação chefiada por Afonso Costa teve quanto a esta interpelação uma atitude prudente, cuja resolução definitiva fazia depender da opinião que as outras potências interessadas no assunto pudessem vir a revelar:

O Dr. Afonso Costa disse que, pondo de parte Kionga, que de direito nos pertencia, não poderia responder imediatamente, sem conhecer o que se passava com relação a outras potências que como nós tinham concorrido para a tomada das colónias ex-alemãs. Era certo que já tínhamos de há muitos séculos um território colonial que ia entrar agora depois da guerra numa mais intensa fase de desenvolvimento, que estava em via de começo de execução e que a guerra viera interromper, mas que as decisões a tomar deveriam depender do modo como fosse tratada a questão no seu conjunto. Se à Bélgica fossem atribuídos territórios das colónias alemãs, Portugal que em África certamente produzira uma colaboração mais eficaz e mais intensa, deveria obter pelo menos uma igual situação².

¹ Viriam a integrar esta comissão do «Regime dos Mandatos», para além de Portugal, os seguintes países: Austrália, Bélgica, Nova Zelândia, República Sul-Africana. Vide a propósito GARCIA, José Luís Lima – «O reativar das pretensões territoriais sobre Moçambique com o final da Primeira Guerra Mundial. Tentativas de incorporação da colónia por parte da União Sul-Africana. *Moçambique e as relações com os territórios vizinhos: elementos para o estudo da natureza jurídico-diplomática e económico-social das relações de Moçambique com os territórios vizinhos no período compreendido entre as duas Guerras Mundiais (1919–1939)*. 2 Vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987, p. 545-570. Dissertação de Mestrado.

² Vide *Dossier n.º 2. Délégation Portugaise au Congrès de la Paix*. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade, p. 1-2.

Lord Milner não estava só apreensivo com a atitude de Portugal face à futura Comissão de Mandatos. Preocupava-o, como diplomata, o facto de não haver boa vizinhança entre a União Sul-Africana e Moçambique. A esta inquietação, retorquiu Afonso Costa com uma argumentação em que realçava os valores descentralizadores da filosofia colonial republicana, que vinha sendo empreendida no seu império, desde 1914. Assumia ainda, perante o interlocutor, da necessidade e urgência de pôr em execução um sistema político semelhante ao utilizado pela Grã-Bretanha com o *Indirect Rule* nos seus domínios e, ao mesmo tempo, reforçar o conveniente bom relacionamento entre os dois territórios, sem nunca pôr em causa o direito de Portugal à soberania sobre a sua colónia do Índico:

Era já opinião do Governo Português que era conveniente acompanhar a vida das colónias vizinhas procurando cooperar com elas, facilitar tudo o que possível fosse, dentro dos nossos impreteríveis direitos de soberania e unificar trabalhos de boa harmonia com eles na obra comum. O que Portugal não podia fazer, depois de ter entrado na guerra ao lado da Grã-Bretanha, sem hesitações como sua aliada, era ceder qualquer parte do território colonial, ou fazer qualquer concessão que implicasse diminuição dos direitos que tínhamos como potência colonial, e que mais se tinham confirmado e robustecido com a sua intervenção na guerra³.

A diplomacia portuguesa tinha razão quanto ao pressuposto que a entrada na guerra fora feita com muitos sacrifícios. Estes serviram para consolidar a posição de Portugal em África, conhecendo bem a voracidade que a Alemanha demonstrava pelas parcelas das metrópoles mais pequenas e vulneráveis (Bélgica e Portugal). O posicio-

³ Ibidem, p. 3.

Para comprovar estas ambições sobre a África Austral, passaremos a analisar o teor das palavras proferidas na citada reunião de março de 1919, no Hotel *Majestic*:

Disse Lord Milner que se não fosse a guerra, tanto Portugal como a Bélgica teriam perdido as suas colónias, pela absorção da Alemanha, como tivera ocasião de dizer à Bélgica. Insistiu em que era preciso para evitar dificuldades que nos entendêssemos diretamente com os estadistas da África do Sul, pois que a União se podia quase considerar como um estado independente. Que lhe parecia possível que o sul da província de Moçambique bem poderia constituir como que uma espécie de «Dominion», conservando-se a sua independência e a soberania de Portugal⁴.

Este plano não era novo e retomava, numa outra conjuntura, a ideia ensaiada anteriormente nos tratados anglo-alemães, de 1898 e de 1913, de dividir em duas áreas de influência este território, cabendo o sul sempre ao império britânico. Não havendo possibilidade de integração sob a forma de domínio, Milner propusera a possibilidade de poder haver uma maior entreaajuda na questão viária, matéria que em conjunto com a mão de obra era sensível à economia transvaliana:

Lord Milner, sem afastar o problema financeiro disse que era realmente preciso que sobre portos, caminhos de ferro e tarifas (estas principalmente) a colónia de Moçambique, pelas suas próprias autoridades e sem interferência absorvente da metrópole se pudesse entender com a África do Sul, convindo muito que nesse sentido comesçassem já aqui as conversações⁵.

⁴ Ibidem, p. 3.

⁵ Ibidem, p. 5.

Mas, a incorporação de Moçambique na União Sul-Africana não constituía só a base destas conversações. As questões de Quionga e de Cabinda tinham sido também assuntos abordados, pretendendo Lisboa que, no primeiro caso, a Conferência de Paz viesse a aceitar o direito de soberania sobre aquele território usurpado pela Alemanha, em 1894. O reconhecimento a esta soberania nessa região, em 25 de setembro de 1919, pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas⁶, vinha dar razão aos políticos intervencionistas da «União Sagrada», quando em 1916 apostaram a entrada de Portugal na Guerra para, entre outros motivos, se preservar a integridade do seu império.

A conferência do Hotel *Majestic* analisara ainda a questão de Cabinda, no norte de Angola, e o relacionamento de Portugal com a Bélgica. O problema resultava de os belgas se queixarem da soberania lusa estrangular a saída para o mar de pessoas e bens da sua possessão do Congo. Pelo que estes europeus esperavam, com negociações mediadas, que este território lhes fosse cedido. Perante esta reclamação, a diplomacia de Lisboa mostrara-se intransigente, em coerência com a política que vinha sendo assumida, desde a altura do primeiro representante à Conferência de Paz, Egas Moniz. As instruções da diplomacia portuguesa, durante este evento, eram para não admitir qualquer tipo de discussões sobre trocas territoriais, mesmo que estas fossem vantajosas, pois que ao fazê-lo estariam a criar um grave precedente, reabrindo o *dossier* sobre a partilha colonial que, desde a Conferência de Berlim, em 1885, até aos Acordos Anglo-Alemães de 1898 e 1913, não mais tinham deixado tranquilas as autoridades desta pequena metrópole imperialista.

⁶ Vide «Ofício do Presidente da Conferência da Paz Georges Clémenceau ao Presidente da Delegação Portuguesa da Conferência da Paz sobre o Reconhecimento na Conferência da Paz dos direitos de soberania de Portugal ao triângulo de Kionga», 25 de set. de 1919. *Dossier Colónias. Conferência da Paz. Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. 1918*. Lisboa: Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE). 3.º Piso: Armário 12, Maço 13, Documento 31 a).

Constatamos que a Grã-Bretanha, ao contrário do que afirmava Lord Milner, tinha a ver com a questão de Cabinda. Este contencioso remontava às conversações do Tratado de Lourenço Marques, assinado com Portugal em 1879, mas não ratificado pelo Parlamento de Lisboa.

LOURENÇO MARQUES
EXAME SOBRE O TRATADO
RELATIVO A
BAHIA E TERRITORIO DE LOURENÇO MARQUES
CONCLUIDO ENTRE
PORTUGAL E A INGLATERRA
EM 30 DE MAIO DE 1879
E RESPECTIVOS
PROTOCOLLO E ARTIGO ADDICIONAL
E SOBRE A
ALLIANÇA LUSO-BRITANNICA
PELO
VISCONDE DA ARRIAGA
PAR DO REINO E EX-GOVERNADOR GERAL DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE



1882
LALLEMANT FRÈRES, JYF. LISBOA
FORNECEDORES DA CASA DE BRAGANÇA
6, Rua do Thesouro Velho, 6

Figura n.º 3 – Frontispício do Tratado de Lourenço Marques de 1879.

Este pacto mais não fora do que uma negociação para a construção do caminho-de-ferro do Transval, o desembarque e o patrulhamento de tropas britânicas ao longo de Moçambique. A troca destas vantagens no litoral do Índico, Londres salvaguardava a soberania lusa noutras possessões, especialmente no norte de Angola, entre o

Zaire e o Ambriz, da cobiça da Bélgica e da França⁷. Deste modo, o representante da delegação portuguesa rejeitou a proposta de Lord Milner invocando que:

Mesmo com esse carácter o assunto não era próprio da Conferência nem suscetível de se tratar durante ela, ou nos primeiros anos do desenvolvimento colonial português. Havia aí uma questão de dignidade nacional merecedora do respeito de todos. Não dizemos «não» à maneira alemã, porque só o sabemos dizer quando é justo fazê-lo. Se a Bélgica desejava fazer-nos propostas de troca era esse assunto para mais tarde⁸.

Com o final da Primeira Guerra e as conversações para a atribuição dos mandatos sobre as possessões alemãs, abria-se um novo processo de redistribuição do património colonial. Esta filosofia político-administrativa começara a ganhar forma a partir da aprovação do artigo 119.º do Tratado de Versailles, que estipulava a passagem das ditas colónias para as mãos dos aliados. Assim, quando se discutia a elaboração desse pacto da futura Sociedade das Nações, o representante sul-africano, general Smuts, apresentara pela primeira vez um projeto onde aparecia esta forma alternativa de administrar o património confiscado a um país saído vencido de um confronto bélico.

⁷ ALEXANDRE, Valentim – *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1979, p. 181.

⁸ Vide «Intervenção do Dr. Afonso Costa na Conferência do Hotel *Majestic*». 21 de mar. de 1919. Dossier n.º 2. *Délégation Portugaise au Congrès de la Paix*. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade, p. 8.



Figura n.º 4 – Imagem do General Smuts.

Esta ideia foi aproveitada pelo Conselho dos Dez (líderes de Governo e ministros dos Negócios Estrangeiros) para elaborar um «Regime de Mandatos», modelo para a gestão de territórios não autónomos que foi integrado no texto final do tratado de Paris, especialmente no «Pacto da Sociedade das Nações» (Parte I – artigos 1.º a 26.º e anexo). O artigo 22.º, do referido acordo, enunciava os princípios constituintes do «Regime» que se aplicavam:

Às colónias e territórios que, em consequência da guerra cessaram de estar debaixo da soberania dos estados que os governavam precedentemente e que habitados por povos ainda não capazes de se governarem por si nas condições particularmente difíceis do mundo moderno... O melhor método de realizar praticamente aquele princípio é confiar a tutela desses povos às nações mais adiantadas, que em virtude dos seus recursos, da sua experiência ou da sua posição geográfica, estão em condições de assumir aquela responsabilidade e que consintam em

aceitá-la: elas exerceriam essa tutela na qualidade de mandatários da Sociedade⁹.

No caso de Portugal, a falta desse prestígio não se ficava só a dever ao aumento da consciência da condição dos colonizados, mas sobretudo a uma desorganização administrativa que se fazia sentir no seu Império, especialmente em Moçambique. A instabilidade política era flagrante no final da guerra nesta parcela, sucedendo-se na administração local uma série de governadores-gerais, num curto espaço de tempo (quatro durante o período desta contenda). Aliás, esta situação já vinha de longe, ocasionando uma atitude pouco enérgica durante o conflito, a ponto de os alemães terem feito temerárias incursões bélicas, nas fronteiras setentrional e ocidental. A ausência de capacidade para ripostar a estes ataques fizera com que Portugal pedisse aos britânicos, sediados nos territórios limítrofes, ajuda para rechaçar tais investidas. Estes lamentáveis acontecimentos haveriam de ocasionar uma má imagem de Moçambique na opinião pública sul-africana, contribuindo para reforçar a ideia de que o Governo de Lisboa pouco tinha feito por esta sua parcela, *fait divers* que interessava a Pretória sustentar para poder avançar com a estratégia da incorporação desse território, na federação política entretanto criada em 1910. A propósito desta situação, Freire de Andrade alertava, num memorando secreto enviado em 25 de fevereiro de 1919, o Governo português para a necessidade de se melhorar a administração nessa possessão e assim evitar críticas e ambições veladas dos vizinhos anglófilos:

⁹ Vide «Artigo 22.º do Pacto da Sociedade das Nações discutido na Conferência de Paz de 1919». In CAETANO, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos. História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: Edições Ática, 1971, p. 195. E ainda COSTA, Rui da Cunha e – «Mandatos Coloniais». *A Província de Angola*. Luanda. Ano 7.º, 24 de set. de 1930.

Um dos maiores desejos da União Sul-Africana é absorção da nossa província de Moçambique. Se a quiséssemos vender, dar-nos-iam por ela bem pouco, e sabe V. Ex.^a que essa proposta foi feita. Não desejando nós alienar colónia nenhuma, pretenderá a África do Sul que Moçambique, com a bandeira portuguesa, governo e funcionários portugueses, entre na União, ficando sujeita às mesmas leis e com os mesmos deveres e direitos das outras colónias que da União fazem parte. É isso que certamente querem também aqueles que na colónia se estão levantando contra a autoridade da metrópole. É possível, é mesmo certo que, se a província portuguesa entrasse na União, o Governo desta nos daria uma quantia ou pagaria uma renda a fixar, como compensação dos capitais que a metrópole tem gasto na colónia, cobrindo os défices da má administração. Para levar a efeito os seus desejos conta a África do Sul com a situação financeira de Portugal, que, segundo a voz pública ali, é muito precária e de difícil regularização. De considerar é que um dos *memoranda* já submetidos pelo Sr. Klotz à Conferência de Paz, decerto sem ideia de se referir a nós, trata da maneira como devem ser tratadas as nações que fizerem bancarrota e não pagaram os seus compromissos¹⁰.

A 29 de março de 1919 o general Smuts reunia em Paris com a delegação portuguesa ao Congresso da Paz, revelando conhecimento do que se passara oito dias antes na reunião de 21 de março de Afonso Costa com Lord Milner¹¹. Smuts lembrava à delegação lusa,

¹⁰ ANDRADE, A. Freire de – «Ambições da África do Sul. Memorandum para o Governo Português», 25 de fev. de 1919. Dossier n.º 2. *Délégation Portugaise au Congrès de la Paix*. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade, p. 4-5.

¹¹ Vide «Ata da Conferência com o General Smuts». 29 de mar. de 1919. Dossier n.º 2. *Délégation Portugaise au Congrès de la Paix*. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade.

no seguimento da proposta do político britânico, que a entrada para a União Sul-Africana de Moçambique seria a melhor forma de resolver as dificuldades financeiras, sem perda completa de soberania e com a contrapartida de receber importante quantia em dinheiro para desenvolvimento económico de Angola, na costa ocidental. Em reforço desta argumentação, este político não se coibia de invocar a ideia de separatismo que existia na população europeia da colónia do Índico. Sobre este facto, o representante português às negociações de paz de Versailles, Freire de Andrade, contra-argumentava que «as tendências separatistas dos portugueses de Moçambique não eram reais. Partiam mais de questões políticas, mas no fundo todos eram patriotas e nunca apoiariam uma separação da mãe-pátria»¹². De facto Moçambique vivia nesta altura os reflexos políticos do assassinato em Lisboa de Sidónio Pais, em dezembro de 1918, e do desmoronar da «República Nova», período que se havia caracterizado, segundo Oliveira Marques, por «uma crescente confusão política e administrativa e pelo terror imposto aos adversários»¹³.

Não admiraria pois que as possessões portuguesas fossem o reflexo da confusão política, administrativa e financeira que foi aproveitada pelos concorrentes de Portugal para reivindicar territórios que melhor servissem os seus desígnios hegemónicos. Neste caso as pretensões anexionistas sul-africanas procuravam resolver questões que se prendiam com o porto e com o caminho de ferro de Lourenço Marques, mão de obra e ainda outros interesses económicos que ficaram pendentes desde o tempo da República Bóer do Transval. Assim, tinham sido os interesses de uma economia política que estavam na ordem do dia pois a União Sul-Africana ao crescer diariamente, reconhecia a necessidade de que Moçambique não se deveria

¹² Idem – Ibidem, p. 2.

¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira – «A Primeira República. Os Acontecimentos». *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 223-260, especialmente p. 242.

mostrar estranho a esse desenvolvimento económico que se estava produzindo em grande escala com o pós-Guerra, nesta parte de África. E a estratégia para a consecução deste desiderato passava pela:

Entrada de Moçambique na União, com o seu governador, funcionários e bandeira portuguesa, de modo que Moçambique ficaria sendo um *Dominion* de Portugal como a África do Sul, era da Grã-Bretanha. Moçambique enviaria os seus deputados ao Parlamento do Cabo, onde seriam votadas as leis de toda a União e portugueses, ingleses e bóeres teriam em toda a África do Sul os mesmos direitos¹⁴.

Depois da assinatura de Versailles, algumas potências europeias que não detinham grande tradição colonial, como era o caso da Itália e da Polónia, começaram a exigir que a atribuição dos mandatos não se fizesse só às colónias da vencida Alemanha, mas também aos territórios das outras metrópoles. Esta tese revisionista fizera seguramente caminho na opinião pública, levando ao protesto de alguns países. Como exemplo dessa indignação, o editorial de J. Tilmant, no jornal *L'Essor Colonial et Maritime*, de Bruxelas, referindo que a inclusão da Alemanha em África equivaleria «a introduzir o espírito da discórdia internacional, estender ao país negro a alma belicosa que força a Europa a viver armada da cabeça aos pés... Realizemos, pois, em África o bloco que nos permitiu vencer em 1918»¹⁵. Pela argumentação verificamos como este publicista pretendia arregimen-

¹⁴ Vide «Ata de uma Conferência Secreta que teve lugar no Hotel *Majestic* com a presença dos generais Botha e Smuts pela União Sul-Africana e Dr. Álvaro de Castro (Governador-Geral de Moçambique) e ao tempo o ainda coronel A. Freire de Andrade». 21 de abr. de 1919. Dossier n.º 2. *Délégation Portugaise au Congrès de la Paix*. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade, p. 1.

¹⁵ TILMANT J. – «Éditorial». *L'Essor Colonial et Maritime*. Bruxelles: Essorial, n. d. 17 de dez. de 1931, p. 1.

tar um conjunto de metrópoles da Tríplice Entente, tradicionalmente colonialistas, como a Bélgica, França, Grã-Bretanha e Portugal, para evitar a divergência e recuperar a preponderância que estes países perderam junto das populações africanas, depois desse conflito mundial. Igualmente em Portugal se fizera sentir os efeitos desta campanha de especulação sobre a revisão de mandatos. Uns meses antes também o jornal *Diário de Notícias* levantava a questão sobre os malefícios que a extensão desta administração a outras possessões não alemãs poderia ocasionar na ordem internacional:

Nesta questão dos mandatos, por exemplo, o que deve constituir, para os portugueses, o principal esteio da sua serenidade e da sua confiança, é a convicção essencial de que esse problema não lhe diz respeito... Na impossibilidade em que a paz wilsoniana colocou as potências vencedoras de resolverem, quanto a esses territórios, o problema fundamental da soberania política, inventou-se um sistema que iludia a gravidade e a delicadeza desse problema, sem tirar definitivamente aos vencedores uma espécie de «domínio eminente» sobre os despojos da vitória. A atribuição dos mandatos foi dada pelo Tratado de Versailles às potências aliadas e associadas, foi destas que as potências mandatárias receberam os seus mandatos; e à própria Sociedade das Nações só está sujeito o exercício desses mandatos. Nem pelo seu objeto, nem pela natureza jurídica ou política dos problemas que constituem a sua razão de ser nos interessa, pois, qualquer discussão em torno do problema dos mandatos, a não ser que, abonando-nos com os documentos probantes da nossa capacidade colonizadora, e pretendêssemos partilhar, com outras nações, os encargos que do exercício desses mandatos derivam¹⁶.

¹⁶ Vide «Portugal e a questão dos mandatos». *Diário de Notícias*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade (ENP). Ano 66, 19 de mai. de 1930, p. 3.

As metrópoles colonizadoras, entretanto, temerosas que a internacionalização dos mandatos lhes pudesse afetar a perda dos seus territórios resolveram constituir uma associação de potências, para em bloco defenderem os direitos históricos de cada um desses países. A propósito deste corporativismo imperialista, em 1931 o Primeiro-Ministro da Bélgica Henri Jaspar afirmava que era chegado

O momento de sabermos se a raça branca continuará a predominar nas colónias ou se nos deixaremos absorver pelas raças de cor, mais numerosas e sobretudo mais prolíficas. Depois da Grande Guerra de 1914–1918, a raça branca perdeu grande parte do prestígio que conquistara junto da raça negra. Os negros, perante a desordem política, as dificuldades económicas e outras contingências que embaraçam os brancos, exaltam-se facilmente e creem no próximo fim da hegemonia da raça branca. É esta a origem das revoltas do Congo Belga. Os brancos devem, pois, impor o seu prestígio, não só pela força, mas usando novos sistemas de colonização. Só a cooperação das quatro potências brancas da África Equatorial – Portugal, Bélgica, França e Inglaterra – poderá evitar a eclosão de novas revoltas¹⁷.

A rediscussão do património colonial em África tinha deixado em aberto uma questão que iria ser um dos fatores determinantes do acelerar da tensão entre as duas potências militarmente mais fortes da Europa, a Alemanha e a Grã-Bretanha. Para ultrapassar este mal-estar diplomático só haveria duas soluções, as negociações pacíficas a entabular pelas chancelarias dos dois países ou a corrida às armas, para pela via da força se poder impor os princípios defendidos por cada um dos protagonistas. No fim de contas, a teoria do «espaço

¹⁷ JASPAR, Henri – «Uma Sociedade das Nações Coloniais». *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Ano VIII, n.º 79, jan. de 1932, p. 192.

vital» era o pressuposto defendido por cada um dos beligerantes e que o Tratado de Versailles não conseguira solucionar. Londres não queria perder a vastidão da zona marítima mundial obtida desde o século XVII, e a nova Alemanha, emergida da Prússia bismarckiana, desejava cada vez mais área para aí colocar os seus excedentes populacionais. Vinte e sete anos depois do primeiro Armistício, a Segunda Guerra Mundial haveria, com todas as atrocidades, de resolver este conflito de interesses entre os dois parceiros anglo-saxónicos, criando uma atmosfera duradoura de paz e estabilidade entre os principais países do denominado «Velho Continente», permissível aliás à autodeterminação e à independência de territórios que até então haviam vivido sob a tutela das ditas «nações mais adiantadas»¹⁸.

Fontes manuscritas

Dossier n.º 2. Délégation Portugaise au Congrès de la Paix. Anexos D a M. Arquivo particular do general Freire de Andrade.

ANDRADE, A. Freire de – «Ambições da África do Sul. Memorandum para o Governo Português», 25 de fev. de 1919.

«Ata da Conferência com o General Smuts». 29 de mar. de 1919.

«Ata de uma Conferência Secreta que teve lugar no Hotel *Majestic* com a presença dos generais Botha e Smuts pela União Sul-Africana e Dr. Álvaro de Castro (Governador-Geral de Moçambique) e ao tempo o ainda coronel A. Freire de Andrade». 21 de abr. de 1919.

«Intervenção do Dr. Afonso Costa na Conferência do Hotel *Majestic*». 21 de mar. de 1919.

Dossier Colónias. Conferência da Paz. Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. 1918. Lisboa: Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD/MNE). 3.º Piso: Armário 12, Maço 13, Documento 31 a).

«Ofício do Presidente da Conferência da Paz Georges Clémenceau ao Presidente da Delegação Portuguesa da Conferência da Paz sobre o Reconhecimento na Conferência da Paz dos direitos de soberania de Portugal ao triângulo de Kionga», 25 de set. de 1919.

¹⁸ GARCIA, José Luís Lima – «O reativar das pretensões territoriais sobre Moçambique com o final da Primeira Guerra Mundial». *Moçambique e as relações com os territórios vizinhos...*, p. 570.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim – *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1979, 232 p. ISBN 9789725622254.
- CAETANO, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos. História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: Edições Ática, 1971, 272 p.
- COSTA, Rui da Cunha e – «Mandatos Coloniais». *A Província de Angola*. Luanda. Ano 7.º, 24 de set. de 1930.
- GARCIA, José Luís Lima – *Moçambique e as relações com os territórios vizinhos: elementos para o estudo da natureza jurídico-diplomática e económico-social das relações de Moçambique com os territórios vizinhos, no período compreendido entre as duas guerras mundiais (1919–1939)*. 2 Vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado.
- JASPAR, Henri – «Uma Sociedade das Nações Coloniais». *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Ano VIII, n.º 79, jan. de 1932, p. 189-195.
- MARQUES, A. H. de Oliveira Marques – *História de Portugal*. 3 Vols. 3.ª Ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.
- «Portugal e a questão dos mandatos». *Diário de Notícias*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade (ENP). Ano 66, 19 de mai. de 1930.
- TILMANT J. – «Éditorial». *L'Essor Colonial et Maritime*. Bruxelles: Essorial, n. d., 17 de dez. de 1931.

**COLONIAL OFFICE POLICY TOWARDS
BRITISH WEST AFRICA IN WORLD WARS**

Fewzi Borsali

0000-0002-7703-1564

Resumo: O contacto entre grupos diferentes é uma característica imutável da existência humana, que pode conduzir a tentativas de domínio de alguns grupos sobre outros o que, inevitavelmente, conduz a conflitos. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, bem como as guerras coloniais, constituíram-se como um verdadeiro desafio ao poder estabelecido de alguns países europeus, cuja sobrevivência dependia, em grande parte, da contribuição das respetivas colónias. As colónias britânicas da África Ocidental, tal como outras, tiveram que participar no esforço de guerra com recursos humanos, financeiros e materiais, de tal forma que se pode afirmar que a sua exploração e o seu desenvolvimento corresponderam a uma verdadeira «Luta pela Independência» por parte da Grã-Bretanha. Lord Milner, Secretário de Estado da Guerra de 1918-1919, e das Colónias de 1919-1921, insistiu que «os bens coloniais tiveram que ser tomados e explorados em grande escala pelo governo britânico e lucros usados para pagar a dívida da Grã-Bretanha». O seu sucessor, Leo Amery, acredi-

tava que a tarefa da Grã-Bretanha era multiplicar os mercados no exterior e, particularmente, desenvolver as vastas potencialidades do continente africano. Lord Moyne, Secretário de Estado do *Colonial Office*, solicitou, em junho de 1941, aos governadores das diferentes colônias que mobilizassem todos os recursos para o esforço de guerra, o que provocou um desvio de fundos que estavam, inicialmente, destinados para o *Colonial Development and Welfare*. A mobilização desses recursos requereu a colaboração colonial; e os britânicos tiveram que fazer concessões a nível governativo a alguns dos seus domínios após a Primeira Guerra Mundial e a outros após a Segunda Guerra. Contudo, não consideravam as colônias suficientemente «maduras» para lhes serem concedidos os mesmos direitos políticos. Em 1938, MacDonald, Secretário de Estado do Trabalho (1938–1940), mostrava-se convencido de que «podia levar gerações ou mesmo séculos para que algumas colônias se pudessem posicionar sozinhas». As elites tradicionais eram subservientes. As novas elites formadas no Ocidente rapidamente passaram do reformismo ao inconformismo revolucionário. No entanto, as duas guerras pressionaram os governos a mudar a sua atitude em relação a estas últimas, da apatia (devido à sua exclusão da política e do mecanismo de tomada de decisões) para uma perspectiva de colaboração, procurando assim evitar uma espécie de resistência armada colonial. Este artigo procura examinar os contributos da África Ocidental Britânica nas duas Guerras Mundiais e a política do *Colonial Office* em relação à oposição colonial, baseando-se a pesquisa em fontes oficiais algumas delas inéditas, outras já publicadas.

Palavras-chave: *Colonial Office*, Guerras, Recursos, Política de oposição

Abstract: Contact between human groups and subsequent changes constitute immutable characteristics of human existence, resulting in the domination of some groups and subjugation and subordination of others, whose preservation and challenge and lead to and result from wars. The First and Second World Wars as well colonial wars expressed a challenge to the prevailing balance of power among some imperial European countries, whose survival depended on their respective colonies' contribution. British West African colonies, like others, had to assist with human, financial and material resources in both World Wars, their exploitation and development was the British «War of Independence». Lord Milner, Secretary of State for War 1918-1919, and for the Colonies 1919-1921, insisted that «the colonial assets had to be taken over and exploited on a large scale by the British Government and the profits to be used to pay off Britain's debt». His successor, Leo Amery, believed that Britain's task was to multiply markets overseas, and particularly develop Africa's vast potentialities. Lord Moyne, the Colonial Office Secretary of State, instructed colonial governors in June 1941 to mobilize colonial resources for the war effort causing diversion of resources aimed initially at the 1940 declared policy of Colonial Development and Welfare. Mobilisation of such resources required colonial collaboration; and the British had to concede self-government to some of her dominions after the First World War (WWI) and to others after the Second War (WWII). But they did not consider the colonies mature enough so as to grant them the same political rights. By 1938, MacDonald, Labour Secretary of State (1938-1940), was convinced that «it might take generations or even centuries for some colonial people to stand on their own feet». The traditional elites were subservient whereas the new western educated elite was initially reformist to gradually become to some

extent revolutionary. However, both wars pressed Colonial officials to change their attitude towards the latter from apathy (due to their exclusion from policy and decision making machinery) to a reconstruction of collaboration, avoiding thus a kind of colonial armed resistance. This paper attempts to examine British West African contribution in both World Wars, and the Colonial Office policy towards colonial opposition, basing the research on primary official unpublished and published sources.

Keywords: Colonial Office, Wars, Resources, Opposition-policy

Introduction

Following 19th century rivalry for the world's material resources, Europeans' ambitious desire for domination and their subsequent colonizing process, world relations became exacerbated resulting consequently in two world wars during which their respective colonized dependencies became forcibly involved and had to contribute to the war effort. Challenge to British imperial supremacy from enemy powers, increasing United States (US) criticism and stronger colonial claims on one hand, and the mobilisation of imperial resources for the war effort on the other, pressed then the Colonial Office to adjust and reconstruct imperial relations during and after the wars. British West Africans had to face the potential threat from the German colonies of Togoland and Cameroons in WWI, pro-Vichy French colonies in addition to their being required for other African and Asian military campaigns against Italian, German and Japanese attacks in WWII, and to provide financial and material and resources as well. The paper attempts to assess such challenge, and examine the corresponding Colonial Office measures and policies with respect to British West Africa during these two world catastrophes.

The Colonial Office and regional machinery in the War Periods

Wars during and after the Industrial Revolution resulted in gradual colonial establishment initially on coastal areas and then extended to the hinterland as in the case of West Africa¹. Control over such vast areas logically necessitated the creation and development of either

¹ Sierra Leone: Freetown Colony 1807, Protectorate 1896 – Gambia: Bathurst 1843, Protectorate 1888 – Gold Coast: Colony 1821, Ashanti 1896, Northern Territories 1902 – Nigeria: Lagos in 1860s, Oil Rivers Protectorate 1880s, Northern Protectorate 1900.

central or local machinery with a view to managing them; various bodies had been in charge of colonial affairs before 1801 when they were entrusted to the War and Colonial Office, which half a century later, was divided into India Office and the Colonial Office under its own Secretary of State, Sir George Grey, to deal with all British possessions overseas. The evolution of some territories led to the creation of the Dominion Division within the Colonial Office in 1907, developed into a separate Dominion Office in 1925 with its own Secretary of State for Dominion Affairs. During WWI Dominion matters were more important than colonial ones; the membership of both the War Office, already established in 1902, and the British War Cabinet created in December 1916 and extended in the spring of 1917 to become the Imperial War Cabinet as a means of coordinating the British Empire's military policy, comprised essentially the British and Dominion Prime Ministers but not the Secretary of State for the Colonies because colonies were not regarded mature enough so as to deserve the fully recognized status of an autonomous nation of an Imperial Commonwealth with an adequate voice in foreign policy that was granted to the Dominions during the 1917 Imperial Conference².

The Colonial Office had three Secretaries of State during WWI: Liberal L. Harcourt (1910-1915), Conservative Bonar Law (1915-1916), and Conservative Walter Long (1916-1919), they were assisted by a Permanent Under-Secretary of State (a post created from 1825) and a Parliamentary Under-Secretary of State (from 1830), in charge of six Geographical Departments dealing respectively with the West Indies, the East, Nigeria, West Africa, the Mediterranean and East Africa, together with a General Division concerned with library, print-

² The War Office, already established in 1902 by Prime Minister Arthur Balfour, was assisted by the Committee of Imperial Defence under Lord Kitchener, comprising the British Cabinet members, the heads of the military services together with the Dominions' Prime Ministers. The Imperial War Cabinet consisted of the British Prime Minister, Lloyd George, and the Prime Ministers of Canada, South Africa, Australia, New Zealand, and the Lieutenant-Governor of the United Provinces of Agra and Oudh.

ing and accounts activities. Given the increasing importance of the colonies, the Geographical Departments increased by 1925 to eight in addition to one General Department, the latter dealing with establishment matters, promotion and transfer within the Colonial Service for both the Colonial and Dominion Offices. Bigger involvement in colonial affairs in the 1930s compelled the Colonial Office officials to introduce an organisation based on subject departments, and by 1940 there were three Divisions and an Accountants Department. The first division comprised seven Geographical Departments among which the West African Department under A. Dawe. The second Division dealt with personnel and comprised three departments: Recruitment & Training under C. Jeffries, P. Furse and H. Newbolt; whereas the Colonial Service Department was headed by both T.K Lloyd and C. Jeffries, the latter being also in charge of the third department, the Establishment Branch. The General Division comprised five departments: the General Department and Defence Department, both under the headship of Shuckburgh, the Economic Department under G. Clauson, together with S. Caine and J. B. Williams, the Colonial Development & Social Service Department under the responsibility of Shuckburgh working in association with Creasy and J. Keith. The fifth one dealt with Military Advisory Staff. Such organisation knew during the Second World War five Secretaries of State, heading the Office for short periods with the exception of O. Stanley: Labour M. McDonald (1938-1940), Conservative Lord Lloyd (1940-1941), Conservative Lord Moyne (1941-1942), Conservative Viscount Cranborne (1942), and Conservative Oliver Stanley (1942-1945). The Colonial Office had to readjust itself to the war conditions and the Secretary of State felt the need to create appropriate advisory committees, and proceed with the reorganisation of the Colonial Service³.

³ In 1925 the General Department together with those of the West Indies, Far East, Ceylon and Mauritius were under the responsibility of a Deputy Under-Secretary

Unlike in WWI, the increasingly needed involvement of the colonies in general and those of Africa in particular in the Second World War, led the British War Cabinet to create a Committee on Allied African Economic Affairs under Major D. Morton, following the landing of the Allied in North Africa in November 1942 with the object of dealing with colonial economic questions, namely securing supplies from the Belgian Congo, the French African Empire and Liberia⁴. Furthermore, and despite the fact that the British West African Colonial Governors' Conference established shortly before the war in August 1939, was entrusted to deal with defence and civil services, difficulties of coordinating and mobilizing the military and economic resources in response to successive war conditions-potential threat from pro Vichy French colonies, the increasing American interest in the area, stronger colonial claims and colonial development policy, pressed the British authorities to think initially of establishing a West African Council (WAC). However, at a War Cabinet meeting in 1942, it was decided to create rather the post of Resident Minister as a war

whereas the Middle East Department on one hand, and the Departments in charge of the Gold Coast & Mediterranean, Nigeria, East Africa, and Tanganyika & Somaliland on the other, were under the headship of an Assistant Under-Secretary. In 1940 the first division comprised 7 Geographical Departments distributed as follows: The West Indian and Eastern Departments under Burns, the Pacific & Mediterranean and Middle East Departments under Shuckburgh, the East African, Tanganyika & Somaliland and West African Departments under A. Dawe. As to the advisory committees, 10 more committees were created between 1940 and 1944, they included: Tropical Disease Hospital Committee 1941 – Colonial Products Research Council 1941 – Interdepartmental Committee on Locust Control 1942 – Advisory Committee on the Welfare of Colon People 1942 – Colonial Labour Advisory Committee 1942 – Colonial Research Committee 1942 – Colonial Fisheries Advisory Committee 1943 – Colonial Social Welfare Advisory Committee 1943 – Colonial Social Science Research Council 1944 – Tsetse Fly & Trypanosomiasis Committee 1944. Sources: Colonial Office List 1930, 1940, 1946; British National Archives, Kew, CO 967/16/1942 memo by C Jeffries, *A plan for the Colonial Office*, November 1942. For further details CO 967/22 R.D Furse, 26.11.1943, *Enquiry into the system of training for the Colonial Service with suggestions for its reform to meet post-war conditions*, CO 967/20 1942–1945 Draft memo, *Reorganisation of the Colonial Services*, and CO 967.22 1942–1945 War Cabinet CAB (42), 11.6.1942 *Reorganisation of the Colonial Service*, memo by the Secretary of State; and CO 967/22, C. Jeffries, *What is wrong with the Colonial Service?*, 24.2.1942.

⁴ British National Archives, Kew, PREM 7/10 War Cabinet on Allied African Affairs.

time measure as it was in the Middle East, for such temporary post of Minister in Cabinet rank could solve problems in which a few Home Departments were already involved, namely the Ministries of War, Transport, and Food and Supply. Already by 1941 the West African Supply Centre was set up in Lagos in order to coordinate West African production and imports, and the West African Cocoa Control Board in London under the chairmanship of G. Hall, the Colonial Office Parliamentary Under-Secretary (1940-1942), to deal initially with cocoa trade, and then extended later in 1943 to ground-nuts and palm kernels when it changed to West African Produce Control Board⁵.

Effectively, the choice for Philip Cunliffe-Lister known as Viscount Swinton as Resident Minister was obvious because of his experience as President of the Board of Trade before holding the post of Secretary of State for the Colonies (1931-1935). It was clear that the creation of this kind of post had no long-range political significance, it was not to involve any constitutional change in the British West African colonies; all normal questions of colonial administration would continue to function as heretofore under the authority of the Secretary of State for the Colonies. Swinton's prerogatives and duties were clearly expounded in the Prime Minister's directive dated June 8, 1942, in which the latter urged him to settle the problems arising from the growing American influence and interest in the region, to supervise propaganda work, to deal with the needs and resources of

⁵ The West African Council (WAC) was composed of the Secretary of State as chairman, the British West African Colonial Governors as members, but no formal representation of the Three Fighting Services was envisaged, except for their attendance when appropriate. The WAC was to be provided with a permanent secretariat and a senior Civil Servant from the UK as Chief Secretary. British National Archives, Kew, CO 554/121/33599/1939, proceedings of the West African Colonial Governors' Conference, Lagos 1939, and PREM 8/2 from Secretary of State for the Colonies: appointment of Resident Minister and (PREM 3- 502/2). The West African Cocoa Control Board comprised G. Hall, the Colonial Office Parliamentary Under-Secretary (1940-1942), as chairman, Colonial Office officials, the West African Colonial governors and representatives of the cocoa trade as members.

the territories and ensure the most effective use of these resources for the war effort through progressive reduction of demands on Great Britain for supplies urgently needed there⁶. In order to ensure effective cooperation in the prosecution of the war, Swinton was to preside over both a War Council, which he would have to establish, and the West African Governors' Conference. In December 1942, six months after his appointment, both the Civil Member's Committee and the Service Members' Committee of the West African War Council (WAWC) were established under his chairmanship comprising respectively the four British West African Colonial governors and the Chiefs of Staff. By May 1943, the Supply and Production Committee, which was to assume supervision of planning and action in these areas, was added to the WAWC.

Defence measures and mobilisation of West African military resources

As far as WWI is concerned, the response of the West African Colonial governments to the challenge of the war was prompt and decisive. A number of war defence measures were taken so as to ensure the safety of the colony, secure forcibly at varying degrees the recruitment of the colonial people for military purposes, and provide finance for the war effort. In the Gold Coast, few ordinances provided for restricting, deporting aliens and suspected persons, and taking their possessions, namely Bremen and Basel missions in 1916 and 1917 respectively. Other ordinances concerned the entry of immigrants not born in British West Africa and labour immigration, especially the 1914 Regulation of Immigrants Ordinances which

⁶ British National Archives, Kew, PREM 3/502/2. Printed for the War Cabinet June 1942, W. P. (42) 245, June 8 1942. Secret from W. S. C., WAR CABINET: the Minister Resident in West Africa, Directive by the Prime Minister.

provided for the control of Afro-Americans who planned to resettle in the Gold Coast under the leadership of Chief Sam. On the other hand, the Immigration of Labourers Restriction Ordinance of 1916 empowered the government to exercise control over the immigration of indentured foreign labourers who were neither of West African descent nor of European origin or descent. As to Nigeria and the Gambia, the few ordinances enacted prohibited trading with the enemy and enabled the Colonial governor to impose restrictions on aliens⁷.

Troops had to be mobilized for successive campaigns against German colonies: Togoland August 7-26 1914, Cameroons until February 1916 and East Africa July 1916–November 1918. By July 1914, the total military and police forces available to the colonial authorities in the Gold Coast numbered nearly 3,000 under the command of Captain Frederick Carkeet Bryant; and after the Cameroons campaign, Acting Governor, R. Slater together with the Assistant Director for Recruitment in West Africa, Col. Haywood, conducted a recruiting tour in the colony and Ashanti with a view to providing reinforcement for the Gold Coast Regiment on active service in East Africa. The Gold Coast Regiment consisting of 1,423 effectives including fifty one Europeans sailed to East Africa in July 1916 followed by a volunteer contingent in November and four infantry battalions in December of the same year. Given the importance and difficulties in the East African campaign, some 1,000 natives voluntarily enlisted in 1917 as motor drivers. In fact, of the Gold Coast Regiment, 215 were killed in East Africa, 270 died of disease, 725 were wounded, 13 missing

⁷ Gold Coast: «Trading with the Enemy Ordinance, 1914» imposing penalties for trading with the enemy and «The Aliens Restriction Ordinance, 1914» enabling the Governor, in time of war or imminent national danger or great emergency by Order in Council to impose restrictions on aliens and make such provisions as appear necessary or expedient for carrying such restrictions into effect. Gambia No. 16 – An Ordinance to prohibit Trading with the Enemy.

and 567 became invalid⁸. Besides the Gold Coast African troops, about 30% of the British administrative and technical staff enlisted for service between 1914–1917, the European Establishment of the Colony and its Dependencies which numbered 613 officers in 1914 had been reduced to only 430 available in 1917 for duty in the Gold Coast and its Dependencies⁹. With regard to Nigeria, the Cameroons campaign involved the mobilisation of 350 officers and non-commissioned officers together with 4,000 native soldiers, one hundred leading natives, and the contribution of a contingent from both the Marine and Railway Departments. The East African campaign saw the involvement of 3,253 African soldiers in 1916 increasing to 6,605 in 1917 while a number of 1,800 still waiting in training centres, in addition to 3,975 carriers and a contingent from the Nigerian Marine Department¹⁰.

During WWII, the Royal West African Frontier Force (RWAFF), which had already served in the Togoland, Cameroon and East African campaigns against the German armies during WWI was by 1939 under War Office control and under the command of General George Giffard, Commander-in-Chief of the West African Command. Intensive recruitment was organised in each of the West African colonies; in September 1939 the Gold Coast formed the 2nd Battalion with 920 volunteers from the Northern Territories, and one year later, three battalions sailed to East Africa known as the 24th Brigade, which was part of the 12th African Division. With the introduction of the compulsory service regulations in 1940 and 1941 for Europeans and Africans respectively, successive enlisting comprised 20,000 recruited formed the Ashanti Infantry Battalion in 1941, further 11,000 were

⁸ KILLINGRAY, David – «Repercussions of WWI in the Gold Coast». *Journal of African History*, XIX, I, 1978, p. 39 and AJAYI, J. F. A. et alii. – *History of West Africa*. Vol. II. Longman, 1974, p. 492-493.

⁹ Gold Coast Colonial Annual Report 1917, no 998, p. 78

¹⁰ Compilation from the annual colonial reports.

enlisted in 1942 while Reserve and Civil Defence Forces reached a total strength of 2,300. By 1943, further 10,000 were recruited, and a further contingent of Gold Coast troops proceeded to Burma. In 1944, the West African Air Corps was formed in 1944 with 1,589 in African ranks. On the whole, the annual colonial report of 1946 mentions a total of Gold Coast armies that took part in WWII exceeding 65,000 including the pre-war force of 1,470. In Sierra Leone, Defence Corps formed in October 1939 comprised 800 men, increasing to 17,700 four years later, 7,000 of whom had been involved in the Far East and few in the Middle East. On the other hand, its West African Navy comprised 4,000 in 1944 while its West African Air Corps had 700. As to Nigeria, the 1st West African Infantry Brigade consisted of 1st, 2nd and 3rd battalions of the Nigerian Regiment, 52nd (Nigeria) Light Battery West African Artillery, and 51st (Nigeria) Field Company of West African Engineers¹¹.

West African financial contributions to the War Effort

Examination of the Gold Coast colonial budgets 1912–1919 reveals the addition of three new heads of expenditure: expedition to Togoland, war expenses and war contribution to the Imperial Government (see table 1).

Years	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
GC WAFF	65,252	65,204	58,738	74,695	85,119	82,403	107,205
Volunteers	1,252	1,178	1,673	3,752	1,892	1,479	1,713
Police	40,320	48,586	54,499	54,908	60,551	58,449	65,093
War		12,995	22,364	37,273	26,218	25,016	5,521

¹¹ Compilation from the Annual colonial reports of 1946.

Togo		43,756	14,491	1,694	1,202		
Imp. govt.			10,000	30,000	20,000		
Total	106,824	171,719	161,765	202,319	195,012	167,341	175,532

Table 1 – Gold Coast expenditure on defence (£).

Source: Gold Coast Colonial Reports.

The total cost of the short Togoland expedition amounted to £61,143 distributed as follows: £43,756 in 1914, reduced to £14,491 in 1915, £1,694 in 1916 and £1,202 in 1917. As to the war expenses, a sum of £12,995 was allocated in 1914, increased to £22,364 in 1915, then to £37,273 in 1916, but it was reduced to £26,218 in 1917 and £25,016 in 1918 and down to £5,521. As far as the contribution to the Imperial Government is concerned, the Legislative Council offered £60,000: £10,000 in 1915, £30,000 in 1916 and reduced to £20,000 in 1917.

The Nigerian Colonial government's financial contribution in WWI comprised an annual average expenditure of £222,000 allocated to the WAFF, a total expenditure of £454,452 for the Cameroons campaign, and £484,000 for the East African campaign. On the other hand, the native administrative authorities contributed with £143,361 to the war effort in addition to another contribution of £151,300 to the Imperial Government. The Emir of Sokoto offered £1,000 in 1914 and the Government decided of a war bonus of £73,000 by 1918. Above all these, the Legislative Council offered to take over £13 million of the war debt as Nigeria's own liability¹² (see table 2).

¹² Compilation from the annual colonial reports and colonial report 1915, p. 29.

		1914	1915	1916	1917	1918	Total
Colonial Gvt	Cam-paigns	136,000	155,981	153,295	8,546		453,822
	East Africa			350,000		134,000	484,000
	Imp/ Govt.		3m+3m				
	War bonus					73,000	73,000
	Sailors				1,500		1,500
	North. Prov.	36,000	45,320	53,041		9,000	143,361
	G.B			50,000	50,000	51,300	151,300
Private	Emir	1,000					1,000
	Public		16,420	26,200	49,546		92,166
Total		173,000	217,7 21	632,536	109,592	267,300	1,400,149

Table 2 – Nigerian financial contribution to the war effort 1914-1918 (£).

Source: Compilation from the annual colonial reports.

With regard to WWII, Sierra Leone total war amounted to £261,500 out of total expenditure of £1,684,500 in 1944, £265,000 out of £1,912,000 the following year and still £227,500 by 1946 (see table 3).

	1944	1945	1946
Military ²	55,500	57,000	53,500
War ³	206,000	265,000	174,000
Total war expend	261,500	272,000	227,500
Representing % of	15.52	14.22	12.48
Total govt. expend	1,684,500	1,912,000	1,833,500

Table 3 – Sierra Leone expenditure for war purposes (£).

Source: Sierra Leone report 1946, p. 18.

As to the Gold Coast, it lent £500,000 and £300,000 in 1940 and 1942 respectively to the Imperial government as loans free of interest, and in 1941 the Legislative Council voted an outright gift of £100,000 to the Imperial Exchequer. Furthermore, the Colonial Governor

informed the Colonial Secretary about the Colony's willingness to place the whole of its reserves at the disposal of HMG, «to assist in the Imperial war effort, should such a course appear necessary». Compilation from colonial report of 1946 shows the following expenditure for war purposes compared to total expenditure (see table 4).

	1941-1942	1942-1943	1943-1944	1944-1945	1945-1946
Total govt. expenditure	3,598,778	4,153,883	4,560,274	4,534,612	6,039,855
Military	176,118	173,273	203,797	182,623	183,343
Pension+gratuities	257,991	272,918	2,999,221	329,577	349,586
War expenditure	446,945	492,719	320,010	226,639	349,971
Total war expenditure	881,054	938,910	3,523,028	739,839	889,900
% out of govt. expend	24.48	22.68	77.25	16.31	14.73

Table 4 – Gold Coast War expenditure 1941–1945 (£).

Source: Gold Coast Report 1946.

In Nigeria, private subscriptions amounting to £6,216 were collected by the Sultan of Sokoto besides the campaign for saving certificates in 1941. Besides, an amount of £931,127 was collected as gifts in West Africa for the war effort divided as follows: Gambia £11,478, Gold Coast £361,496, Sierra Leone £148,698, and Nigeria £409,255. It was estimated that economic help to the UK from June 1943 to the end of the war in raw materials was valued at £31,351,000, and about £22,556,000 were shipped from British colonies to the USA, enabling Great Britain to earn dollars¹³.

¹³ British National Archives, Kew, CO 96/772/310/80/1942 GC 86 March 5 1942 to Viscount Cranborne, and in the Colonial report p. 128 – CO 96/765/31080/1940 Governor

War material requirements, control over trade and Colonial Development Policy

Undoubtedly the war effort was not to be confined only to the mobilisation of the human resources or financial contributions but they were also to cover the material resources of the West African colonies and control over their trade whether for wartime purposes or long term integration into the imperial production pattern. The First World War produced a strong imperialist feeling, one important manifestation of which was the formation in 1916 of an Empire Resources Development Committee under the Auspices of Lord Milner, Secretary of State for War (1918-1919), and for the Colonies (1919-1921). The Committee was of opinion that the Empire assets were to «be taken over and exploited on a large scale by the British Government, and the profits to be used to pay off Britain's national debt¹⁴». Control over producing, trading and exporting certain special products under some kind of monopoly was a characteristic of mercantile capitalism that was to affect West African agricultural produce; the immediate commercial effect of WWI was the loss of the German market and shipping facilities; accompanied later by world market fluctuations in the demand for West African products. The bulk of palm kernels exported from the Gold Coast Colony to Germany amounted to 14,628 tons in 1912 for a value of £205,365 but decreased to 4,064 tons for a value of £50,512 in 1915. Palm oil dropped from 1,444,482 gallons for a value of £112,885 to 330,990 gallons for a value of £25,769 in 1912 and 1915 respectively. Actually, Gold Coast products exported

to Colonial Secretary about Legislative Council on March 20, 1940. For Nigeria, as to West African gifts see Cmd 7167, *The Colonial Empire 1939-1947*, quoted in AJAYI, J. F. A. et alii. – *History of West Africa...*, p. 610. For economic help, Idem – *Ibidem*, p. 115.

¹⁴ FOX, Wilson – «Payment of War Debts by Development of Economic Resources». *United Empire*, January 1918, p. 175. Quoted in GEORGE, Meredith David – *The British Government and Colonial Economic development with particular reference to BWA 1919-1939*. Ph. D. Exeter University, 1976, p. 23.

to Germany which represented 18% of the total value of exported goods in 1910–1913 declined to 12% in 1914 and 0% during the war period. In fact, following the loss of the German market in 1914, some interest in the manufacture of the raw product started in the UK, and by 1918 practically all exports were shipped to the metropolis. The same conditions affected palm oil, the exports of which increased from 450,360 gallons for a value of £38,299 in 1916 to 938,595 gallons for a value of £140,163 in 1919. Gold Coast exports to the UK remained above 65% of total exports in value until 1918 when they dropped to 47% while in Nigeria they increased in both value and percentage from £3,615,600 representing 49% of Nigeria's total exports to 12,497,054 accounting for 83,98% in 1919 (see tables 5-6).

Country	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Exports							
Value (£)	3,416,637	3,028,997	4,370,377	3,453,888	3,588,743	2,628,450	4,951,110
	68%	68%	75%	62%	65%	47%	46%
Imports							
Value (£)	2,468,604	2,660,682	2,734,099	3,860,765	3,235,938	2,125,002	5,292,821
	70%	74%	79%	75%	69%	73%	74%

Table 5 – Value of Gold Coast exports to and imports from UK and % out of total.

Source: Gold Coast Annual Colonial Reports.

	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Total Exp. (£)	7,352,377	6,610,046	5,660,796	6,096,586	8,602,486	9,511,971	14,880,000
To UK (£)	3,615,600	4,008,000	4,338,000	5,612,000	5,612,000	8,791,994	12,497,054
	49%	70%	76.32%	92.05%	83.64%	92.43%	83.98%

Table 6 – Value of Nigerian exports to UK 1913 – 1919 and percentage out of total exports.

Source: Compilation from Nigeria annual colonial reports.

Imports from the UK to the West African colonies increased during the war period as well; Nigerian imports rose from 61% in 1910 to 83.6% in 1915 and remained as high during the war period whereas in the Gold Coast, they increased from 70% in 1913 to reach 79% in 1915 and to remain above 73% along the war period. In both cases, imports consisted of unnecessary consumer goods like tobacco, spirits, which represented above 60% of the imports while means of production or investment goods amounted to almost 30% (see table 7).

	1910-1914	1915-1919		1910-1914	1915-1919
	%	%		%	%
A. Consumer goods			B. Investment goods		
Tobacco, food, drinks	34	30	Construction	10	12
Cloth, textile	14	15	Fuel	3	4
Other consumer goods	19	16	Machinery	6	7
			Transportation	11	11
Total	67	61	Total	30	34

Table 7 – Gold Coast imports from the UK 1910–1924 (% of total value).
Source: HOWARD, R. – *Colonialism* (table, 3.3:79) and KAY, G. B. – *Political* (table 20b).

Like in the First World War, the shipping difficulties during WWII affected both colonial imports and exports of foodstuffs and raw materials to Britain and her allies. The situation was made even more difficult with the imposition of import controls, introduction of taxes, increase in customs duties, and depreciation of the sterling in terms of the American dollar. There was hence a need for greater economy of hard currency and gold. In the Gold Coast, and as a result of war conditions on its revenue, Governor A. Hodson, writing to the Secretary of State, expressed confidence for the people's

acceptance of additional taxation as a contribution to the defence of the Empire, which was fixed at 5% on all import duties, in addition to 50% increase duty on gold, together with an export tax on cocoa and an export duty on manganese.

The Colonial Secretary, Lord Moyne (February 1941-February 1942), sent a circular in June 1941, stressing the war time priorities and the need

To regulate the use of resources in the interest of both the general war effort and the well-being and development of the colonial empire; to reduce consumption by taxation direct or indirect; to save actual material resources in personnel; to organize propaganda for various schemes, and to encourage various gifts and free interest loans¹⁵.

The whole basis of this circular or economic policy was the need to increase the flow of colonial supplies for war purposes and to reduce to minimum colonial demands on the general resources of labour and materials. Since neither the annual colonial reports nor the Colonial Office List could be printed during the war years, the 1946 Colonial Office List contains data as regards each colony for the war period. In fact, colonial exports to the UK from Nigeria rose from 59.48% in 1939 to remain above 80% during the war period, those of Sierra Leone from 61.14% in 1939 to 82.87% in 1945, and from Gambia from 30.61% to 91.82% respectively, but in the Gold Coast, they fell from 75.88% in 1939 to 31.71% in 1941 before rising back to 79.38%

¹⁵ Cmd 6299: Circular from the Colonial Secretary to Colonial Governors regarding aspects of colonial policy in wartime, June 1941. 14. Cmd 6174, 1940: Statement of Policy. The emphasis was rather on the improvement of the economic and social conditions and on the amelioration of the means of their achievement. This involved the need to increase revenue through taxation, to improve government machinery, to reinforce the personnel for the development services altogether for a balanced development and proper standards in the administrative, technical and social services.

the following year. UK monopoly over the West African export market was obvious, for it could enable Great Britain to sell to hard currency zones and increase her dollar earnings. With regard to imports from the UK, Gambia's imports rose from 46.96% in 1939 to 58.09% in 1941 and then decreasing to 49.33% by 1944; similar decreasing trend characterized Sierra Leone and Gold Coast imports from the UK: 74.11% in 1939 down to 56.63% in 1945, and 67.75% in 1939 to 59.44% in 1944 respectively. In Nigeria, imports were almost above 55% for Nigeria during the war period¹⁶ (see tables 8, 9, 10 and 11).

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Exports							
Total	320,504	307,298	290,087	133,264	205,614	377,993	773,734
UK	98,137	300,119	282,148	122,032	166,014	335,857	710,450
% to UK	30.61	97.66	97.26	91.57	80.77	88.85	91.82
Imports							
Total	197,075	278,369	428,303	895,239	1,241,839	1,052,718	
UK	92,559	123,283	248,830	369,335	700,223	519,381	
% from UK	46.96	44.28	58.09	41.25	56.38	49.33	

Table 8 – Gambia exports and imports in value (£).

Source: CO List 1946, p. 105.

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Exports							
Total	2,207,892	2,147,816	1,592,608	1,333,171	994,642	1,446,003	1,635,281
UK	1,350,026	1,971,511	1,406,186	923,088	922,043	1,305,532	1,355,251
% to UK	61.14	91.79	88.29	69.24	22.70	90.28	82.87

¹⁶ British National Archives, Kew, CO 96/765/31080/1940, secret from Government House, Accra, Governor, Hodson 25 October 1939 to Malcolm MacDonald Colonial Secretary. And CO 96/772/310/80/1942, Gold Coast Governor to Viscount Cranborne, 6 March 5 1942, and Colonial Office List of 1946.

Imports							
Total	1,666,890	2,502,631	3,814,391	4,954,774	6,227,100	5,484,203	3,718,162
UK	1,235,395	1,865,826	2,450,181	2,789,254	4,144,513	3,010,536	2,105,683
% from UK	74.11	74.55	64.23	56.29	66.55	54.89	56.63

Table 9 – Sierra Leone exports and imports in value (£): total and from UK.

Source: CO List 1946, p. 199.

	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Exports						
Total	16,235,288	14,323,842	13,548,409	12,550,174	12,631,282	12,314,200
UK	12,320,235	6,450,817	4,297,377	9,963,505	9,738,101	7,884,109
% to UK	75.88	45.03	31.71	79.38	77.09	64.02
Imports						
Total	10,626,284	7,631,283	6,268,606	9,877,298	10,167,566	9,828,094
UK	7,199,842	4,640,607	3,739,084	5,787,290	6,391,034	5,841,938
% UK	67.75	60.81	59.64	58.59	62.85	59.44

Table 10 – Gold Coast exports and imports in value (£): total and from UK.

Source: CO List 1946, p. 118.

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Exports							
Total	10,468,732	11,603,687	13,782,579	14,523,814	15,151,562	17,189,289	18,050,873
UK	6,227,127	9,289,546	11,340,122	12,116,020	12,484,125	13,986,035	12,859,377
% to UK	59.48	80.05	82.27	83.42	82.39	81.36	71.23
Imports							
Total	6,757,136	7,478,818	6,505,116	10,489,502	12,418,239	15,747,755	13,583,118
UK	3,648,021	4,328,731	3,695,241	4,923,297	7,436,562	7,958,142	7,935,057
% UK	53.98	57.87	56.80	45.93	59.88	50.53	58.41

Table 11 – Nigeria exports and imports in value (£): total and from UK.

Source: CO List 1947, p. 262.

The evident British monopoly over West African trade can indicate a stronger integration in the imperial production pattern in which the West African colonial economies would remain subordinated to that of the UK, and their development would considerably depend on the productive and absorptive capacities of the British market in the difficult post-war years. Such integration had already been conceived in the framework of colonial development and welfare, for which machinery had to be established for the elaboration and implementation of development plans.

The policy of Colonial Development and Welfare of 1940 elaborated before the War as a revision of Colonial Development Fund of 1929, and whose announcement was made in February 1940, could be regarded as strategic for imperial purposes. The 1929 policy, which provided for the spending of £1m a year, actually allocated only £8,875,083 out of an estimated expenditure of £19,284,536 until 1940, out of which £1,149,699 for West Africa, spent exclusively on schemes most relevant to metropolitan industrial interests¹⁷. This could but only comfort the Treasury's narrow conception of the scheme as being exclusively a means to provide financial return on investment, which would guarantee both uninterrupted supplies of raw materials and soft markets for British manufacturers. Though this 1940 Act could be regarded as an expression of a change of opinion in the

¹⁷ Colonial Office Colonial Development Advisory Committee: *Eleventh and Final Report*, Chairman: Alan Rae Smith, 14 October 1940. By 1929, the Colonial Office Secretary had to declare in the House of Commons that such investment «will contribute not only to the welfare of the inhabitants of the colonies concerned, but also, both directly in orders for the equipment of railways and other public works, and indirectly in the general expansion of trade and to the creation of much needed employment in this country», Hansard, July 12, 1929, cols. 1299, 1300 quoted in NICULESCU, Barbu – *Colonial Planning. A comparative Study*. Lisbon: George Allen and Unwin Ltd, 1958, p. 59. Hansard, May 21st 1940, col. 41, Debates at the House of Commons in 1940 by the Secretary of State who admitted that «those, whose are familiar with the debates of 1929, will remember that even then, the primary purpose of our legislation (Colonial Development Fund) was not to help colonial development for its own sake, but in order to stimulate that development, mostly to bring additional work to idle hand in this country. It was devised as part of our scheme to solve our own unemployment problem».

official circles, a departure from *laissez faire* and adoption of Keynesian principle of state intervention, it did not indicate any expressed intention to grant self-government or independence to the colonial people; the emphasis was rather on the improvement of the economic and social conditions and on the amelioration of the means of their achievement as a precondition to the transfer of power. This involved the need to increase revenue through taxation, to improve government machinery, and to reinforce the personnel for the development services. Again, the new arrangements of 1940, which increased assistance to colonial governments up to a maximum of £5 million a year for development and welfare work, and an annual sum for colonial research up to a maximum of £500,000, could not be entirely spent. Actually the total expenditure spent from 1940 CD&W sources for all the colonies until 1945 amounted to £2,860,000 out of the £20m which the Act would have permitted¹⁸. At the regional level, a Development Adviser, Noel Hall, former Director of the British National Institute of Social Economic Research, was appointed in 1943 to work under the supervision of the Resident Minister; he was to advise the colonial governments on coordinated planning in West Africa as a whole. The Resident Minister regarded the primary producers as constituting the chief interest or first priority in the development programmes because of their role in the export production and local consumption and of their being the backbone of the social and economic structures¹⁹.

¹⁸ NICULESCU, Barbu – *Colonial Planning*, p. 62 quoted from Hansard January 24th 1945, col. 2153.

¹⁹ British National Archives, Kew, CO 554/132/33718/1943, memo by Resident Minister Secret, West African Council (CM), 4, 42 Feb 1943.

Propaganda policy and control over Colonial Students

Unlike WWI, WWII was more complex in that besides considerations for military, economic, and financial resources to meet the war effort, propaganda work had to be elaborated and directed at counteracting the enemies' hostile propaganda and increasing US criticism of British imperial domination and at securing the colonial peoples' loyalty and assistance as well as counteracting the prevailing sense of defeatism among British intellectuals and convincing them of the necessity of assisting in the development of the colonial people in the post-war period. Winston Churchill reminded Swinton of not allowing any US Office of War information outposts maintained in British colonies to engage in internal propaganda except at the request of the Colonial government, and that on external propaganda, US officers would have to work in association with, and under the direction of British propaganda authorities to avoid misunderstanding of false rumours²⁰.

On the other hand, in order to meet challenge to their declining imperial domination in the interwar period, British officials decided to create in 1934 an institution, the British Council, similar to the French Cultural Centre, which saw its activities extended from Europe to the colonial Empire by 1941 with a view to securing effective colonial collaboration through cultural westernization and colonial socialization. Such enterprise was possible thanks to T.K. Lloyd, then Secretary of State for the colonies (May 1940–December 1940) while being Chairman of the Council as well. Subsequently, a Joint-Standing Committee was created in November 1941 under the chairmanship of Angus Gillan, Head of the Council's Empire Division with repre-

²⁰ British National Archives, Kew, PREM 3/502/2. Printed for the War Cabinet June 1942, W. P. (42) 245, June 8 1942. Secret from W. S. C., WAR CABINET: the Minister Resident in West Africa, Directive by the Prime Minister.

representatives from the Colonial Office, the British Council and the Ministry of Information²¹. Given the urgency, C.A.F. Dundas, British Council officer, submitted a long report after his visit to West Africa in December 1941, in which he recommended two essential activities: informing and guiding West Africans through newspapers and institutes, and developing cultural and educational work through the production of films and textbooks. The urgency for such activities was closely related to the need to secure Britain's interest from subversive, anti-imperial and anti-British ideas that were prevalent among West African students, who, Dundas feared, «would fall into bad hands and come back to the West Coast with strong views of colour discrimination or with peculiar or dangerous political ideas»²². Such fear had already been expressed by the West African Colonial governors at their first West African Conference in Lagos in 1939, they felt the need for better control and a real intelligent propaganda as opposed to *laissez faire* both in the interest of the students and their respective country. Effectively, they recommended control over the institutions to which they were giving some financial assistance, namely the Victoria League, Aggrey House and the West African Students Union, the latter being particularly subjected to unopposed propaganda with left wing orientation.

²¹ British National Archives, Kew, BW 2/213/1940–1946. *Colonial Policy*, extract from report 11.5.1944. The Ministry of Information was re-established in September 1939 and abolished in 1946. The Colonial Office representatives comprised: C. M. W. Cox, K. W. Blaxter, A. B. Cohen, N. T. B. Sabine, V. H. Boyse and A. R. Thomas, while the British Council was represented by M. H. Corton, N. R. Seymour, and Prof. M. W. Macmillan; but the Ministry of Information nominated only H. V. Usill. The Secretariat was under the management of H. W. Davidson and L. Ward Price from the Colonial Office and British Council respectively.

²² British National Archives, Kew, BW 77/1 1942–1945 report by Dundas or BW 2/318 CAF Dundas' Report on a tour of West Africa, November 1941–March 1942. Subsequently, Prof. Macmillan, a former member of the Intelligence Service of the BBC, and a member of the Colonial Office Advisory Committee on Education in the Colonies, accepted appointment as a senior representative for West Africa, with headquarters in Accra. He strongly advocated education for the colonial people, and establishment of libraries in each of the West African colonies.

In conformity with Colonial Office policy, control over West African colonial students was entrusted to local committees with the task of giving information and advice to parents and students regarding higher education abroad, but colonial students suspected their respective colonial government of trying to restrict higher education for them. Their suspicion and opposition became even stronger in 1941 when the Secretary of State for the Colonies sent a circular to the colonial governments as a measure of wartime necessities urging them to restrict granting scholarships and to prevent students from coming to the UK. The publication of the circular in Public Notices in the West African colonies caused disappointment and reaction from the public, namely the educated category. In Nigeria, a mass meeting resolution rejected the Colonial Office conditions which they regarded as «an abridgment of rights of African subjects and a grave embargo to educational progress». In Sierra Leone, the educated public found it difficult to understand why colonial officials envisaged to prevent philanthropic associations and individuals from assisting colonial students, and even to deny them admission into the UK. The Colonial Office ban was not welcomed in some religious circles in Great Britain either; the Anglo-African Committee of the Church Assembly Missionary Council formulated an outline plan for an African student centre in London under Christian auspices, which would be representative of cooperation and partnership between the Church in Africa and in Britain. For the Dean of Westminster, colonial students would be the future leaders of Africa in both Church and State and consequently, the Church should help them to go back home as friends and not enemies of the Church and the State with an anti-British complex. He argued that students with Christian up-bringing would expect at least hospitality from the country of their missionaries²³.

²³ British National Archives, Kew, CO 876/19/11002/2/1942-1947, Nigeria Colonial Governor to Colonial Secretary 20.4.1943; and CO 876/19/11002/2/1942-1943, note

Following the reaction in West Africa and in Britain, the Colonial Secretary thought it advisable to withdraw the ban on colonial students, and advised the Colonial governments to co-operate with J. L. Keith, the Director of Colonial Scholars at the Colonial Office, and the Victoria League for placing colonial students in the various university institutions. Transfer of responsibility over colonial students in February 1942 from the Crown agents to Keith and then to the Social and Welfare Department of the Colonial Office during wartime without preventing other voluntary associations from being involved, could, according to H. M. Grace, Secretary of the Conference of Missionary Societies in Great Britain (1940–1950), be resented by colonial students, but the Welfare Department continued with such a task even after the war²⁴. West African students in Great Britain totalled 345 compared to 213 in the institutions of higher education in British West Africa with a population of 25 million inhabitants²⁵. The very low figure can be explained by the fact that apart from Fourah Bay College, a missionary-owned college in Sierra Leone, West Africans had to wait until 1927 to have Achimota College in the Gold Coast and 1932 to see Yaba Higher College in Nigeria, all of them providing limited university courses. University development was slow because of the prevailing *laissez faire* philosophy in education, the West African Colonial Governors' misconception and the apathy of British universities towards colonial education and their exclusive interest in the colonial school examination market, in which the 'Made in Eng-

26.11.1943 Sierra Leone. See also British National Archives, Kew, CO 876/23/11002/11 1942-1943, CO 876/23/11002/11 1942-1943, *The African Student in England*, note by A. Gardiner and H. M. Grace.

²⁴ British National Archives, Kew, CO 876/69/11002/12/1944-1946 note by Mahonney 31.5.1944.

²⁵ Cmd 6655, 1945, *Report of the Elliot Commission on Higher Education in West Africa*, 1945, and Cmd 9515 Inter University Council report. Locally, there were 98 in the Gold Coast, 95, in Nigeria, 20 in Sierra Leone making a total of 213; In Great Britain, 17, 178, 36 respectively and 4 from Gambia, totalling 345.

land' became the hallmark for certificates and degrees, and the local degrees being under-evaluated. On the other hand, undoubtedly, British officials' conception of colonial relations and transfer of power in the very remote future, «generations or even centuries», as expressed in 1938 by the Secretary of State for the colonies, M. McDonald (1938-1940) determined the rate of employment of West African graduates and even their exclusion from colonial government senior services, affecting consequently university development. The latter became unexpectedly an urgent issue so that A. Dawe, Assistant-Under-Secretary in charge of the West and East African Departments at the Colonial Office, assured the members of the Advisory Committee on Education in the Colonies (ACEC) set up in 1923 for the African colonies and then extended to the colonies in 1927, that Malcolm Hailey, the Secretary of State's Political Adviser, was asked to examine the question with a view to bringing it to some practical issue when he left for Africa after the outbreak of the world war²⁶. The Education Committee resolved that it would be retrograde to shut down the West African colleges even on a temporary basis given the difficulties of the war, and considered the appointment of an authoritative commission to enquire into their development as an urgent matter. This urgency would involve the creation of an academic body of 'intellectual partnership' representative of all UK universities and the Colonial Empire, with power to award degrees in the colonies²⁷.

²⁶ British National Archives, Kew, CO 847/18/47029/1940: Education Committee meeting 12.12.1940.

²⁷ British National Archives, Kew, CO 885/106: Sub-committee meetings: 15.5.1943 and 20.5.1943. This body was the Inter University Council for Higher Education in the Colonies set up in 1946 following the recommendations made by the Asquith Commission on Higher Education in the Colonies of 1943. A. Burns proposed Kobina Aku Korsah, Barrister and Solicitor, member of the both the Legislative and Executive Councils of the Gold Coast; in Sierra Leone, Dr. E. A. Taylor Cummings (MBE), Medical Officer, was recommended by Sir the governor, Hubert Stevenson, because of his active interest in local education, and in Nigeria, K. Kuti, a graduate from Durham, Headmaster of Abeokuta Grammar School and President of the Nigerian Teachers' Union, was recommended by the Colonial Governor in June 1943 despite Rev. Hoover's objection.

Despite the wartime conditions and difficulties to set up a fully constituted commission on higher education in West Africa, Colonial Office officials: G. Gater, Permanent Under-Secretary, A. Dawe, Assistant Under-Secretary, and C. M. Cox, Educational Adviser, had some difficulty in choosing the right chairman, and finally after several discussions, Walter Elliot was selected among prominent political and academic figures. With regard to African representation on the Elliot Commission, and in response to the Secretary of State's request, each of the Gold Coast, Nigeria and Sierra Leone colonial governors nominated one African member to the commission. Finally, the Colonial Office approved the constitution of the Elliot Commission with 14 members two of whom overlapped with the Asquith Commission on Higher Education in the Colonies, the task of which concerned the formulation of principles for colonial higher education and the means of assistance by British universities²⁸. By 1945, the Elliot Commission submitted two reports: a Majority Report, supported by the West African members and recommending a university college in each of Nigeria, the Gold Coast and Sierra Leone, whereas a Minority Report restricted the organisation to a federal university college in Nigeria together a regional college in each one of them supported by A. Creech Jones, future Under-Secretary of State 1945-1946, and Secretary of State from 1946-1950. The Colonial Office option for the minority report was to lead in the immediate post-war period to African reaction and official concessions due to political considerations.

²⁸ British National Archives, Kew, CO 847/21/47029/1943: initially Colonial Office officials thought of Ormsby-Gore (later Lord Harlech) former Colonial Secretary (1936-1938), and B. Mouat Jones as chairman and vice-chairman respectively. After the former's refusal, other names were suggested: Lord De La Warr, Lord Eustace Percy, Sir E. Grigg, Will Spens and R. Lumley, Prof. Hill. For more details see FEWZI, Borsali – *The Report of the Elliot Commission on Higher Education in West Africa 1943-1945*. Laboratoire de Langues, Literature et Civilisation et Histoire en Afrique. In African Issues Décembre 2004, Oran: Dar el Gharb Editions.

Wars and Political Concessions

Though British colonial officials neither intended nor were they ready to proceed with constitutional reforms towards self-government in the near future, they were pressed to make concessions as a result of US pressure for self-determination (President Wilson in WWI and Roosevelt's Atlantic Charter in WWII), and in response to pan African and colonial claims. The Allied asserted by 1919 their aim to inaugurate a new and just world order, which US President Wilson, British pacifists, socialists and colonial reformers hoped, would end the Great Powers' rivalry: it would consist in putting all colonies under international supervision, and at the same time developing new forms of administration for the backward peoples with a view to preventing colonial exploitation and establishing effective trusteeship. The change in conception was also the result of challenges from the Russian Revolution, whose revolutionary communist leaders, Lenin then Stalin strongly advocated anti-colonialism openly and actively, and incited nationalist organizations to open revolt against the colonial powers. Less strong challenge was expressed by Pan Africanists by the end of the War when they met in a congress in Paris in 1919 to draw up resolutions to send to the Paris Peace Conference; their speeches were reformist and a little bit critical of colonial rule; their resolution dealt with land ownership, capital, concessions, labour, education, health, and the possibility of associating natives in the colonial government. At the local level, the National Congress of British West Africa of March 1920 in Accra was more radical than that of the 1897 Aborigines' Rights Protection Society (ARPS); its resolutions expressed the political and economic grievances of the elite: demand for greater African participation in the colonial administration and in the colonial economy. In order to consolidate the traditional political framework on one hand, and secure stability of the colonial system on the other, the Colonial Office had to introduce

constitutional reforms immediately after WWI; while keeping a majority of officials and favouring chiefs, they initiated the elective principle for a few educated members in the Legislative Councils. During WWII, pressure was even stronger: increasing and more pressing claims for participation in the public services on the part of both of the West African Youth and Pan African Movements, under the influence and leadership of rather left wing ideology²⁹. Colonial Secretary Cranborne conceded the right to admit Africans into the Executive Council, which was regarded by F. Pedler, Colonial Office official, as having a considerable value abroad given US pressure for self-determination. On the other hand, and though further constitutional reforms were granted in 1943 providing Accra town council with its own elected majority, Burns' suggestion to introduce an unofficial majority in the Legislative Council was met with opposition from the Colonial Office until 1946 when the Burns' Constitution made the Gold Coast the first African colony to have such an unofficial majority, one year after Nigeria had its Richard's constitution that was amended in 1947.

Conclusion

West Africans had to fight for an ideal which was not theirs and contribute for the consolidation and defence of a declining Empire in WWI and WWII respectively. Their contributions were far beyond what the British Colonial Office and British Treasury could give in

²⁹ In 1936 the Nigerian Youth Movement was formed with Samuel Akinsanya, H. O. Davies, Ernest Ikoli and Dr. J. C. Vaughn at its head. In 1939, a conference under the name of *African People, Democracy and World Peace* was held in London, organized by several groups: the league of Coloured People, founded in 1931 by Dr. Moody from the West Indies; the Negro Welfare Association and the International Service Bureau, founded by G. Padmore in 1937. The Conference condemned the Mandated system and stressed the right of the Colonial people for self-determination.

return. External foreign pressure and colonial claims forced the Colonial Office to reconstruct the conception of colonial relations from trusteeship to partnership, and concede some constitutional reforms while keeping the balance of power in favour of an official majority and in favour of a dominating group of chiefs among the minority of unofficial membership on one hand, and consolidating furthermore the integration of the West African colonial economies and higher educational institutions in the imperial production pattern on the other hand.

Sources

Colonial Office List 1930, 1940, 1946.

Colonial Office Colonial Development Advisory Committee: *Eleventh and Final Report*, Chairman: Alan Rae Smith, 14 October 1940.

Cmd 6655, 1945, *Report of the Elliot Commission on Higher Education in West Africa*, 1945.

Cmd 9515 Inter University Council report.

Gambia: Bathurst 1843, Protectorate 1888.

Gambia No. 16 – An Ordinance to prohibit Trading with the Enemy.

Gold Coast: Colony 1821, Ashanti 1896, Northern Territories 1902.

Gold Coast Colonial Annual Report 1917, no 998, p. 78.

Nigeria: Lagos in 1860s, Oil Rivers Protectorate 1880s, Northern Protectorate 1900.

Sierra Leone: Freetown Colony 1807, Protectorate 1896.

Cmd 6299: Circular from the Colonial Secretary to Colonial Governors regarding aspects of colonial policy in wartime, June 1941. 14. Cmd 6174, 1940: Statement of Policy.

British National Archives, Kew

BW 77/1 1942-1945 report by Dundas or BW 2/318 CAF Dundas' Report on a tour of West Africa, November 1941–March 1942.

BW 2/213/1940-1946. *Colonial Policy*, extract from report 11.5.1944.

CO 554/121/33599/1939, proceedings of the West African Colonial Governors' Conference, Lagos 1939.

CO 96/765/31080/1940 Governor to Colonial Secretary about Legislative Council on March 20, 1940.

- CO 96/765/31080/1940, secret from Government House, Accra, Governor, Hodson 25 October 1939 to Malcolm MacDonald Colonial Secretary.
- CO 847/18/47029/1940: Education Committee meeting 12.12.1940.
- CO 967 967/22, C. Jeffries, *What is wrong with the Colonial Service?*, 24.2.1942.
- CO 96/772/310/80/1942, G. C. 86 March 5 1942 to Viscount Cranborne.
- CO 96/772/310/80/1942, Gold Coast Governor to Viscount Cranborne, 6 March 5 1942.
- CO 967/16/1942 memo by C. Jeffries, *A plan for the Colonial Office*, November 1942.
- CO 876/23/11002/11/1942-1943.
- CO 876/19/11002/2/1942-1943, note 26.11.1943 Sierra Leone.
- CO 876/23/11002/11/1942-1943, *The African Student in England*, note by A. Gardiner and H. M. Grace.
- CO 967/20 1942-1945 Draft memo, *Reorganisation of the Colonial Services*.
- CO 967.22 1942-1945 War Cabinet CAB (42), 11.6.1942 *Reorganisation of the Colonial Service*, memo by the Secretary of State.
- CO 847/21/47029/1943.
- CO 554/132/33718/1943, memo by Resident Minister Secret, West African Council (CM), 4, 42 Feb 1943.
- CO 876/19/11002/2/1942-1947, Nigeria Colonial Governor to Colonial Secretary 20.4.1943.
- CO 885/106: Sub-committee meetings: 15.5.1943 and 20.5.1943.
- CO 967/22 R. D. Furse, 26.11.1943, *Enquiry into the system of training for the Colonial Service with suggestions for its reform to meet post-war conditions*.
- CO 876/69/11002/12/1944-1946 note by Mahonney 31.5.1944.
- PREM 3/502/2. Printed for the War Cabinet June 1942, W. P. (42) 245, June 8 1942. Secret from W. S. C., WAR CABINET: the Minister Resident in West Africa, Directive by the Prime Minister.
- PREM 7/10 War Cabinet on Allied African Affairs.
- PREM 8/2 from Secretary of State for the Colonies: appointment of Resident Minister and (PREM 3-502/2).

Bibliography

- AJAYI, J. F. A. et alii. – *History of West Africa*. Vol. II. London: Longman, 1974.
- FEWZI, Borsali – *The Report of the Elliot Commission on Higher Education in West Africa 1943-1945*. Laboratoire de Langues, Littérature et Civilisation et Histoire en Afrique. In African Issues Décembre 2004, Oran: Dar el Gharb Editions.
- FOX, Wilson – «Payment of War Debts by Development of Economic Resources». *United Empire*, IX, January 1918, p. 169-188.

- GEORGE, Meredith David – *The British Government and Colonial Economic development with particular reference to BWA 1919–1939*. Ph. D. Exeter University, 1976.
- HOWARD, Rhoda et alii. – *Colonialism and underdevelopment in Ghana*. Helm, 1978. ISBN 978-0856645518.
- KAY, G. B. – *The Political Economy of Colonialism in Ghana: A Collection of Documents and Statistics 1900-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, 431 p.
- KILLINGRAY, David – «Repercussions of WWI in the Gold Coast». *Journal of African History*, XIX, I, 1978.
- NICULESCU, Barbu – *Colonial Planning, A comparative Study*. Lisbon: George Allen and Unwin Ltd, 1958.

BOSBEFOK and Koevoet
**THE Border War in Namibia and Angola
in South African Soldiers' Memory**

Nils Schliebe

0000-0002-1966-1023

Resumo: «Bosbefok» e «Koevoet» são duas palavras amplamente conhecidas nas províncias da África do Sul onde a maioria da população fala *Afrikaans*. Durante os 23 anos de conflito, mais de 300 000 jovens serviram na *South African Defence Force*. Estes foram recrutados nas escolas e nas universidades para uma guerra sobre a qual nada sabiam. Recentemente, alguns desses ex-soldados passaram a escrito as suas experiências e as suas memórias. Esses diários oferecem um relato em primeira mão para analisar como os jovens soldados experimentaram um conflito que hoje é recordado como uma das *Hot Wars* da era da Guerra Fria. Os quatro livros que constituem a base para esta pesquisa foram publicados por sul-africanos, em inglês, entre 1998 e 2011. A minha investigação permitiu identificar paralelismos entre os relatos individuais, que podem ser interpretados como novos aspetos de uma memória coletiva. Embora o serviço militar não fosse popular, fazia parte da vida de um sul-africano branco, que só poderia escapar se

deixasse o país. Durante a instrução básica, os chamados «Troepies» tomaram consciência do conflito entre os ingleses e os sul-africanos que falavam *Afrikaans* e, quando foram enviados para as zonas de combate, anotaram a eficiência da máquina de propaganda sul-africana que mantinha a guerra distante do grande público. O serviço efetivo nas distantes áreas operacionais era marcado pelo tédio, pelo consumo de drogas legais e ilegais e pela censura do exército, o que transformava os raros telefonemas e cartas recebidos em «elos vitais» com a antiga vida civil. Alguns soldados começaram a revelar sintomas que hoje são identificados como «Perturbação Pós-Stress Traumático» (PPST). Na gíria sul-africana estes tornaram-se conhecidos como «Bosbefok» ou, literalmente, «loucos do mato». A maioria dos «Troepies» afirmam não ter opinião política sobre as razões da guerra. Afiançam que lutaram apenas porque foram forçados a fazê-lo. Questões sobre sentimentos de culpa permanecem sem resposta, enquanto os maus-tratos e as execuções de civis e de prisioneiros são descritos como fazendo parte da rotina diária na frente de combate. Os crimes de guerra e a tortura não são, no entanto, atribuídos à «Common Tropic», mas às unidades especiais das forças sul-africanas, com destaque para unidade de polícia especial «Koevoet».

Palavras-chave: Guerra, Namíbia, Angola, *Apartheid*

Abstract: «Bosbefok» and «Koevoet» are two words that are widely known among the Afrikaans-speaking population of South Africa. During the 23 years of conflict more than 300 000 young men served as conscripts in the South African Defence Force. They were drafted right away from schools and universities into a war they did not know anything about. Recently some of those former soldiers have published their experiences

and memories in a written form. These diaries and memoirs offer a first-hand account to analyse how young drafted soldiers experienced the conflict that is today remembered as one of the «hot wars» of the Cold War Era. The four books that form the basis for this research were published between 1998 and 2011 by mostly English speaking South Africans. My research identified parallels between individual accounts that can be interpreted as new aspects of a collective memory. Although the military duty was not popular, it was part of the life of a white South African, which could only be escaped by leaving the country. During basic training the so called «Troepies» became aware of the conflict between English and Afrikaans-speaking South Africans and when they were sent to the combat zone they noticed the efficiency of the South African propaganda machine that kept the war out of the South African public. The service in the far away operational area was shaped by boredom, consume of legal and illegal drugs and the strict censorship of the army that turned the rare phone calls and letters from home into «vital links» to the former civilian life. Some soldiers received long-term mental disruptions that are today identified as Post Traumatic Stress Disorder (PTSD). In South African slang they became known as «bosbefok», or literally «bush crazy». Most of the former Troepies claim they had no political opinion towards the reasons of the war. They were just fighting it because they were forced to do. Questions of guilt stay unanswered while mistreatment and execution of prisoners and civilians are described as everyday business at the frontline. War crimes and acts of torture are however remembered not as committed by the «common Tropic» but by special units of the South African forces like the notorious special police unit «Koevoet».

Keywords: War, Namibia, Angola, Apartheid

Introduction

«Bosbefok» and «Koevoet» are two words of the Afrikaans language that are commonly known among the Afrikaans speaking population in South Africa today. They have their origin in the military slang of the so called Border War that rampaged in Namibia and large parts of Southern Angola for 23 years. Today these two words represent a common memory of a war that had a formative impact on a whole generation of white South African males while the South African society was not aware of what was happening in the war zone.

During the Apartheid era the South African society experienced a process of militarization. It was an obligatory part of the life of every young white South African male to be called up for the army and to serve as a soldier in the South African Defence Force (SADF). At least 300 000 drafted white conscripts were sent to fight in Northern Namibia and Angola. The military service and the war in Namibia and Angola formed a common experience to a whole generation of white males in Apartheid South Africa. This means there must be common patterns of memory.

In recent times a number of former South African soldiers have decided to write down their memories and publish diaries of the time when they had to fight in Namibia and Angola. For the first time these memories offer a first hand account to examine how young drafted soldiers experienced the conflict. This research is based on four books that are analysed to find common patterns of memory and shed light on the dimension of personal experience of the Border War.

The first book was written by Anthony Feinstein and published in 1998. *In Conflict* is the diary-based memory of a young medical officer who was drafted into the South African Army after completing

his academic studies. Today Anthony Feinstein is a professor of psychology at the University of Toronto in Canada¹.

The second book used is *Border-line Insanity* by Tim Ramsden published in 2009. Ramsden had to join the Army as an 18 year old directly after finishing school in 1984 and served as a soldier in Namibia and Angola, at South Africa's Eastern Border to Mozambique and in South Africa's Townships².

Zulu Zulu Golf, written by Arn Durand and published in 2011, describes how the author served as a recruit for the South African Police and volunteered for service in Northern Namibia during the early 1980s joining the notorious Koevoet police unit³.

The fourth book is slightly different to the first three. The author Cameron Blake interviewed more than 40 veterans of military service and the Border War. His results were published in 2009 as *Troepie – From Call-up to Camps*, referring to an Afrikaans slang expression for the common drafted young recruits who were called «Troepies». Blake presents anonymous quotations from his interviews that offer a wide range of experiences and opinions⁴.

While the history of the Border War and the Namibian liberation movement SWAPO have already been topics of research, there has been no focus on personal memory accounts so far. Critics might argue that research of subjective memory only gives information about a certain moment and situation and that therefore accounts of contemporary witnesses are of no representative value. This should

¹ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*. Windhoek: New Namibia Books, 1998, 156 p. and see <http://www.psychiatry.utoronto.ca/people/dr-anthony-feinstein/> (accessed 24.07.2014).

² RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity – A National Serviceman's Story*. Alberton: Galago Publishing Company, 2009, 452 p.

³ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death with Koevoet*. Kapstadt: Struik, 2011, 320 p.

⁴ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up to Camps*. Kapstadt: Struik, 2009, 336 p.

be opposed by the aspect that every source used by historical science is a product of a certain person and a current situation and therefore subjective⁵. Moreover this research focuses on the questions of personal memory and experience what makes the sources extremely valuable. Due to the limited sources the results are not of quantitative but exemplary value.

At first an overview over the Border War, the National Service and the SADF will be presented followed by an analysis of how the war is remembered and which common memory patterns emerge. Finally a conclusion sums up the results.

In linguistic matters working with South African history is always tricky because of terms and definitions that were a basic part of the racist ideology of the Apartheid system. Therefore in the following terms like «black», «white» or «coloured» are not used with political implications but to identify the several different groups of the South African population. The not-English speaking white population with Dutch origin is often known as «Boers». Here the expression Afrikaner or Afrikaans-speaking will be used because of the language that plays an important part in defining their identity.

The Border War and the South African Defence Force.

The Border War in Namibia and Angola

The conflict that most South Africans know today as «Border War» or «Angolan Bush War» started in the mid-1960s as an insurgency and locally limited war of independence which developed into a full scale

⁵ PLATO, Alexander von – «Zeitzeugen und die historische Zunft: Erinnerung, kommunikative Tradierung und kollektives Gedächtnis in der qualitativen Geschichtswissenschaft; Ein Problemaufriss». *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*. Leverkusen. ISSN 0933-5315. Vol. 13, no. 1, 2000, p. 5-29.

conventional war embedded in the Cold War conflict by the end of the 1980s.

During the 19th century the territory of what is Namibia today experienced a growing influence of the Cape region until it was made a German colony named «German South West Africa» in 1884. In 1915 at the early stages of the First World War, a South African army invaded Namibia and defeated the German troops. After the end of the war the newly founded League of Nations authorized South Africa to administer and develop the former German colony of South West Africa until it would be able for independence⁶. South Africa tried to maximize its influence on Namibia and in fact treated the territory like a fifth province. After the Second World War the United Nations succeeded the League of Nations and during the 1950s South Africa faced harsh international criticism for its reign over Namibia⁷.

In 1960 the SWAPO (South West African People's Organization) was established and called for non-violent resistance like the ANC (African National Congress) in South Africa. The aims were clear: the end of the South African influence and a free and democratic government for an independent Namibian nation state⁸. In 1962 the armed branch of the SWAPO – PLAN (People's Liberation Army of Namibia) – was founded and recruits were trained by friendly governments and liberation movements in Africa and Asia. In 1966 the United Nations Resolution 2145 formally withdrew South Africa's mandate for Namibia⁹.

⁶ WALLACE, Marion – *A History of Namibia – From the Beginning to 1990*. London: Hurst C. & Co Publishers Ltd., 2011, p. 205-206.

⁷ STEENKAMP, Willem – *South Africa's Border War 1966–1990*. Gibraltar: Ashanti, 1989, p. 12.

⁸ WALLACE, Marion – *History of Namibia...*, p. 268.

⁹ DOBELL, Lauren – *SWAPO's Struggle for Namibia 1960–1991 – War by other means*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2000, p. 35-36.

At the same time SWAPO tried to start a guerrilla war with cross-border operations from its bases in western Zambia, which caused the South African government to shift the command of all security forces in the Namibian territory to the SADF and send in more regular troops. Meanwhile the United Nations acknowledged SWAPO as the only legitimate representative of the Namibian people¹⁰.

After 13 years of colonial war the Portuguese Carnation Revolution and Portugal's rushed withdrawal from its African colonies led to the independence of Angola and sparked a civil war between the different liberation movements. To prevent the Marxist MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) from taking over power the SADF allied with rival FNLA (Frente Nacional da Libertação de Angola) and UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) and started a covert operation in late 1975, that led South African troops deep into Angolan territory. Pretoria was afraid that a MPLA-led Angola would increase Soviet and Communist influence in the region and create a safe haven for SWAPO insurgents. To push back Soviet influence in Africa the USA secretly supported the South African campaign and the CIA liaised with FNLA and UNITA¹¹.

Since 1965 the MPLA had grown close ties with the revolutionary Cuban government that tried to support Marxist revolutionary movements in South America and Africa. In November 1975 Fidel Castro sent troops to Angola to support the embattled MPLA. With Cuban support the MPLA defeated the FNLA and forced the South Africans to retreat in March 1976 while UNITA was pushed back to southern

¹⁰ STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa*. Santa Barbara: Praeger, 2010, p. 169.

¹¹ SAUNDERS, Chris – «Die Überwindung der Krise in Angola und Namibia 1988». In GREINER, Bernd et alii. (Ed.) – *Krisen im Kalten Krieg*. Vol. 2. Hamburg: Hamburger Edition, 2008, p. 525.

Angola where it started a guerrilla war against the MPLA government, being heavily dependent on South African support and arms¹².

SWAPO could now relocate its bases and training facilities into the MPLA – controlled Angolan border area close to Namibia. With support from the MPLA SWAPO – fighters extended their operations deep into Namibian territory. The SADF reacted with the build-up of a counterinsurgency program and frequent operations inside Angola¹³.

In the 1980s the war intensified. Due to increased support from the superpowers the conflict became a hotspot of the Cold War while the level of fighting changed more and more towards conventional warfare. In late 1987 Cuban forces concentrated at the border between Namibia and Angola to put pressure on the South Africans. As a reaction the SADF increased the number of troops as well. As limited fighting broke out in 1988, a serious escalation of the conflict seemed inevitable but both sides feared the consequences of high casualties for domestic politics¹⁴.

Earlier the UN-security council had led separated negotiations with South Africa and SWAPO which in September 1978 resulted in UN Security Council's Resolution 435 that proposed a South African withdrawal from Namibia, which South Africa then refused to implement. But ten years later the South African opinion about the engagement in Namibia had changed. An independent Namibia was not seen as a danger anymore but as dependent to the South African economy and therefore capable of political influence. Furthermore an escalation of violence would have finally ruined the struggling economy and the South African society was not ready to bear high casualties among

¹² Idem – Ibidem, p. 526.

¹³ GOSSMANN, Anita M. – «The South African Military and Counterinsurgency: An Overview». In BAKER Deane-Peter et alii. (Ed.) – *South Africa and Contemporary Counterinsurgency – Roots, Practices, Prospects*. Claremont: UCT Press, 2010, p. 84 and ESTERHUYNS, Abel and JORDAAN, Evert – «The South African Defence Force and Counterinsurgency 1966–1990». In Ibidem, p. 110.

¹⁴ SAUNDERS, Chris – «Die Überwindung der Krise...», p. 533-536.

the white conscripts in a war fought abroad¹⁵. With US-intermediation, Angola, Cuba and South Africa met for negotiations that resulted in a peace agreement signed in New York in 1988. Cuban and South African troops were withdrawn from Angola, in March 1990 Namibia became formally independent and SWAPO won the first free and democratic votes. The conflict in Angola and the role of the UNITA were not part of the negotiations. The Angolan civil war therefore carried on until the death of UNITA's leader Jonas Savimbi in 2002. The independence of Namibia together with changes within the South African society helped to end the reign of the Apartheid system¹⁶.

The SADF and the National Service

As Part of the British Commonwealth the South African Military had fought in both world wars and had kept strong ties to the British Army. The beginning of the Apartheid era after the National Party won the polls in 1948, the exit of the Commonwealth and the foundation of the South African Republic in 1961 put an end to the British tradition of South Africa's armed forces¹⁷. The SADF became an important element of the Apartheid system and was therefore dominated by the Afrikaans-speaking majority among the white population. Afrikaans became a second official language of the military on equal footing with English. British ranks, flags and decorations were substituted by South African counterparts and officer cadets were not sent to Great Britain anymore but to a newly established South African military academy¹⁸.

¹⁵ Idem – Ibidem, p. 537-538.

¹⁶ Idem – Ibidem, p. 538-541 and WALLACE, Marion – *History of Namibia...*, p. 305-307.

¹⁷ STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa...*, p. 113-151.

¹⁸ Idem – Ibidem, p. 152-155.

International criticism on the Apartheid system led to an arms embargo in 1977 which caused South Africa to build up a domestic arms industry. At first improving foreign licence products the state-owned company Armscor (Armaments Development and Production Cooperation) developed several domestic infantry and artillery weapon systems as well as armoured vehicles. Based on experiences from the Border War South Africa is still one of the leading producers of mine protected vehicles today. In the 1980s South Africa even had a secret nuclear weapons program in cooperation with Israel¹⁹.

In the 1950s two thirds of the able young men were allotted for a service of three months. By 1968 the manpower demand of the SADF had grown. A National Service was introduced which was obligatory for every white male. After twelve months of training and duties the draftees returned to civil life and became part of the Citizen Force (CF) that made up the biggest part of the military personnel. Over a time period of several years they would be called up again to serve in so called «camp-duties». After finishing the CT every able white male was still part of the reserve until his 55th birthday. In 1977 the National service was extended to two and the Citizen Force to ten years²⁰.

In Apartheid South Africa the non-white population groups had no duty to serve, but they could volunteer for service in special «black» or «coloured» units that were necessary to meet the huge manpower demand of the South African military. Nonetheless nearly all officers were white and, following the rules of Apartheid, there were separated sleeping and eating facilities for «blacks» and «whites»²¹.

Moreover the SADF employed a number of non-South Africans. Many white Rhodesians who fled down south after the end of the

¹⁹ Idem – Ibidem, p. 158.

²⁰ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 257-262.

²¹ STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa...*, p. 155-156.

Ian Smith regime in 1980 found a new home in the South African military. The notorious 32 battalion («Os Terríveis» – The Terrible Ones) was composed of Portuguese speaking Angolans and in Namibia, the 101 and 203 battalions were formed of the local Ovambo or San population²².

Instead of joining the SADF conscripts could serve in the South African Police (SAP) or the Prison Service. The service in the SAP lasted four years and recruits received a similar basic training as the military. Afterwards they were trained in counter insurgency tactics and transferred to a police station somewhere in South Africa or to the Border area in Namibia. Most police conscripts continued their career in the police force after completing their National Service²³.

There was resistance against the duty to serve. Some young South Africans fled abroad to avoid military service. Great Britain, Canada, the Netherlands and Australia were popular places to go to. In 1979 the «Committee on South African War Resistance» (COSAWR) was founded in London and opened an office in Amsterdam in 1980. Not obeying the conscription order resulted in persecution by the Military Police because of being «Absent Without Leave» (AWOL), a prison sentence of three years and a second drafting order²⁴.

As the war raged on in the 1970s and 1980s religious groups and students protested against the National Service. The 1983-founded End Conscription Campaign (ECC) tried to support conscientious objectors and became more and more popular in the late 1980s. In

²² STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa...*, p. 157; STEENKAMP, Willem – *South Africa's Border War...*, p. 204 and GOSSMANN, Anita M – «The South African Military...», p. 92-94.

²³ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 11 and p. 263-264 as well as DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 39.

²⁴ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 263 and United Nations Centre against Apartheid/Committee on South African War Resistance – *The issue of conscientious objection in Apartheid South Africa: Growth of the Anti-Conscription Movement*. Vol. 9. New York: United Nations, 1989, p. 2 and p. 6-7.

the 1988 the organization was declared illegal by the government. Resistance against conscription was equal to fighting the Apartheid system and an act of solidarity with the anti-Apartheid movements. Therefore the government tried to battle it with harsh punishments²⁵.

Between 1951 and 1993 around 600 000 drafted white conscripts had to serve in the South African military. At least half of them – 300 000 recruits – spend some time of their service in the Operational Area in Northern Namibia or even in Angola. The numbers show that the Military Service and the war in Namibia and Angola are a common experience to a whole generation of white South African males. With the end of the Apartheid system in 1994 the National Service was stopped and the SADF was substituted by the South African National Defence Force (SANDF) which today is composed of volunteers and open to South African citizen of all population groups²⁶.

The Border War in the memory of South African soldiers.

National Service and the conflict between English and Afrikaans speaking South Africans

«I wasn't looking forward to the army. The whole thing seemed strange»²⁷. In the mid-1980s a survey of the South African government showed that only 20-30% of all drafted conscripts had a positive opinion about the National Service. The majority just accepted their

²⁵ United Nations Centre against Apartheid/Committee on South African War Resistance – *The issue of conscientious objection...*, p. 5 and p. 19-20 as well as «Conscription into the SADF – 25 years of Resistance». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 55-56.

²⁶ SIMON, Rita J. et alii. – *A Handbook of Military Conscription and Composition the World Over*. Lanham: Lexington Books, 2010, p. 164-172.

²⁷ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 8.

fate and tried to get it over as uncomplicated as possible²⁸. «The army was something I didn't want to do. I was forced into it. [...] I thought, to hell with it. Let's go get it over and done with it»²⁹. The government tried to present the National Service as a positive thing that turned boys into men and helped to transform the youth into responsible adults. Conscription was accepted as an obligatory part of the «white life» in South Africa, although it never was popular³⁰.

For many recruits the National Service was the first time that they realized that there was a difference among the white population of South Africa.

About this whole English-Afrikaans thing. Basics [training] was the first time I became aware of this divide – that there were people who didn't think the same way that you thought, and who grew up differently to you. There were cultural differences between the English-speaking and Afrikaans-speaking guys³¹.

The armed forces as a basic element of the Apartheid system were dominated by Afrikaans-speakers. During the mid-1970s 85% of the army, 75% of the air force and 50% of the navy personnel were Afrikaners³². For English speaking minority this could become a serious problem in the beginning: «Every order came down in Afrikaans, the language of the army, which I couldn't claim fluency. I struggled to

²⁸ CONWAY, Daniel – «Somewhere on the Border-of Credibility: The Cultural Construction and Contestation of «the Border» in white South African Society». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 80.

²⁹ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 3.

³⁰ CONWAY, Daniel – «Somewhere on the Border-of Credibility...», p. 80-81 and RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 278.

³¹ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 49.

³² STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa...*, p. 153.

understand what they meant at times»³³. A former drill sergeant remembers: «We were supposed to drill the rookies [new recruits] for one week in English and one week in Afrikaans. But I'm Afrikaans, like the army, so it was always in Afrikaans»³⁴.

Successfully climbing up the career ladder seemed nearly impossible for English-speakers. Anthony Feinstein remembers an English speaking officer who: «appeared painfully aware of his outsider status and wasted no time in explaining the difficulties this had caused him during the course of his career. Promotion, or rather the lack of it, was a sore point and discrimination darkly hinted at»³⁵.

For the common serviceman the differences vanished with the hardships of the day to day life in the army. The language barrier became more and more porous: «By now we were speaking a sort of Afrikaanglish, or Englikaans, where the key points were made in Afrikaans and a sentence would be completed in English»³⁶. The physical and mental strains of the drill and training equalized all differences. As one unnamed Serviceman resumes:

It was much an English-Afrikaans thing – us and them – very much so. Then we'd [...] go through all the shit together. Trust me, when you got out of the army there was no difference between us. The guys that you detested when you started became your best buddies³⁷.

³³ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 22.

³⁴ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 51.

³⁵ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 43.

³⁶ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 70.

³⁷ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 48.

The South African Propaganda

Like every war the South African engagement in Namibia needed to be justified at home. Therefore the South African government made excessive use of Cold War rhetoric: «Great pride was taken by our leaders who proclaimed we were defending western values, that South Africa and its mandate South West Africa were one of the last bulwarks on our continent resisting the communist onslaught on democracy»³⁸. Anthony Feinstein remembers the war as being presented as «nothing short of a crusade against communism»³⁹.

The western values and the Christian civilization of the «white» South Africa were regarded as being endangered by a «total onslaught» of the USSR and its allied African liberation movements. Like the «red threat» in 1950s USA the South African government evoked a «rooi gevaar» (red danger) that could only be fought with a «total strategy» legitimating the militarization of the society⁴⁰.

This concept of enemy was reproduced in a number of movies and books, some even published by the SADF itself. The years between 1971 and 1987 were the booming era of South African war movies, all presenting a heroic soldier or National Serviceman who sacrifices himself for South Africa and repels all foreign enemies as a glorious «grensvegter» (border fighter)⁴¹. Anthony Feinstein sums up the opinions of his comrades: «The influence of the dreaded com-

³⁸ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 4.

³⁹ Idem – *Ibidem*.

⁴⁰ VALE, Peter – «The Cold War and South Africa: Repetitions and Revisions on a Prolegomenon». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 25 and POPESCU, Monica – *South African Literature Beyond the Cold War*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 12.

⁴¹ VALE, Peter – «The Cold War and South Africa...», p. 36 and CRAIG, Dylan – «Total Justice: Ideological Manipulation and South Africa's Border War». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 60 and p. 65.

munists was apparently everywhere and they were without doubt the reason behind all South Africa's troubles»⁴².

The soldiers fighting in the war were of course the most important audience of the propaganda, but it was designed to affect the whole society and all ages:

We used to have little girls writing to us – six-, ten-, twelve-year-olds – children. They obviously had to write in class. [...] You'd open a letter from this seven-year old girl telling you how wonderful you were, that you were saving them and so on⁴³.

The church also took its share in spreading the «right» opinion. The «Nederduitse Gereformeerde Kerk» (Dutch Reformed Church) as another central element of Afrikaner nationalism had many devotional members among the Afrikaans-speaking soldiers. Some soldiers remember that during services priests preached that the government might make the right decisions to stop the «swart gevaar» (black danger) and the SADF might kill as many enemies as possible⁴⁴.

The government tried to use the Cold War image in every public statement. For example in September 1981, when the secretary of defence Magnus Malan said in parliament: «A disturbing aspect of this operation was, that there were Russians everywhere, even along our borders»⁴⁵. The omnipresent Cold War rhetoric also made its way into the language of the soldiers. Remembering the US war in Vietnam a few years before Troepies were sent not to Namibia but to what

⁴² FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 105.

⁴³ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 172.

⁴⁴ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 27 and p. 54 and an unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 172.

⁴⁵ Quoted in JASTER, Robert S. – *South Africa in Namibia – The Botha Strategy*. Lanham/New York/London: University Press of America for the Center of International Affairs, 1985, p. 29.

they called «Nam» and after finishing their service they returned to the «States» of the South African Republic⁴⁶.

Day to Day Life in the War Zone. Censorship and «vital links»

To keep the Government's monopoly on news from the war zone the «Defence Act» prohibited independent reporting from the Operational Area and the press back in South Africa was forced to self-censorship⁴⁷. Furthermore SADF practiced a strict censorship among the troops. Phone calls to South Africa were rare and only possible from a small number of military bases and «the military censors frequently eavesdropped, betraying their presence with coughs, grunts and giggles»⁴⁸. Every letter was read by military censors who made names of places, dates and sensitive events unrecognizable with thick black paint before it was sent home via airmail. Record keeping, diaries and taking photos or even owning a camera was strictly forbidden and every soldier was searched before returning to South Africa. But some like Tim Ramsden managed to keep a diary secretly and smuggle it home in the end⁴⁹.

Experiencing violence, death and the reality of war, the soldiers noticed that «Back in South Africa we had been so effectively chloroformed that even a war had largely been kept from our consciousness»⁵⁰. They were fighting a war the South African public, controlled by censorship and propaganda, was not aware of. Every time he

⁴⁶ VALE, Peter – «The Cold War and South Africa...», p. 35 and RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 179.

⁴⁷ CRAIG, Dylan – «Total Justice: Ideological Manipulation...», p. 61-63 and «How Free is the Press». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 63.

⁴⁸ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 95.

⁴⁹ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 123 and p. 175-176.

⁵⁰ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 65.

received a letter from home Anthony Feinstein noticed that: «This was a further proof of the great South African amnesia that had enveloped us all»⁵¹. The secrecy of the military operations led to strange situations like this: «In fact we were listening to the radio while inside Angola with Pik Botha [South African secretary of foreign affairs from 1977-1994] insisting that no South African troops were inside!»⁵².

For a long time the only news the South African public received about the events in Namibia and Angola were the numbers of killed «terrorists». But in the end of the 1980s the government released more and more news about the war. Tim Ramsden noticed: «It seemed that suddenly the public was being allowed to read about what was happening in the operational area»⁵³.

For the soldiers serving in Namibia and Angola news from home were the only connection to the outside world and «vital links» to family and friends at home and the life they led before becoming soldiers. Letters were read again and again while every packet caused great joy and often helped to improve the boring menu of the army⁵⁴.

The Civil Population

The civil population of the Operational Area consisted mostly of people from the Ovambo ethnic group who settled in Northern Namibia as well as across the border in Southern Angola⁵⁵. The civil population was often caught between the fronts of the conflict. The

⁵¹ Idem – Ibidem, p. 67.

⁵² An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 187.

⁵³ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 252.

⁵⁴ Idem – Ibidem, p. 138, p. 146 and p. 150 as well as FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 96.

⁵⁵ WALLACE, Marion – *A History of Namibia*, p. 97-98.

guerrilha strategy of SWAPO depended on the help of the local population and often the SWAPO fighters received food and shelter if needed. If the locals did not cooperate SWAPO used force to achieve their aims. Forced conscription, amongst others, seems to have been a common practise⁵⁶. While the South African propaganda justified the presence of SADF-troops with the protection of the civil population they rather caused destruction and death among the civilians. As Arn Durand describes it very clear:

It was always the local population, the civilians, who suffer most during any war or conflict. [...] The Ovambos, especially those in southern Angola, get fucked up by SWAPO and then by us, and then by us again and then by SWAPO again and then by UNITA and then by FAPLA [Forças Armadas Populares de Libertação de Angola – armed wing of the MPLA]⁵⁷.

Because of loyalty towards SWAPO or fear of their revenge most civilians did not cooperate with the SADF, which in turn caused the anger of the South African soldiers: «As far as we believed most of the locals were loyal to SWAPO, so they also became the enemy because they were offering silent support to the terrs [terrorists] who were trying to kill us»⁵⁸.

Experiences of a war in which an attacker might disappear among the civil population spread suspicion and anger against the civilians among the Troepies. «The local population was no longer viewed as

⁵⁶ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 139, p. 145, p. 155 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 65-66 as well as STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa...*, p. 172.

⁵⁷ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 9.

⁵⁸ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 136.

innocuous for behind the disarming, friendly smile may have been the hand that fired the missile»⁵⁹.

The refusal to cooperate was often described as stoic and caused many National Servicemen to have no feelings of sympathy or even empathy towards civilians. Therefore abuse and violence coined the contact with the civil population. How many civilians died because of mistreatment, violence from SWAPO or South African forces, famine, landmines and unexploded ammunition is impossible to say⁶⁰.

The poverty and simple living of the Ovambos was an odd experience for most white South Africans. The brutal treatment and destructions of war could worsen their conditions within minutes. After surviving a fire fight close to an Ovambo settlement Anthony Feinstein noticed: «Granted it was a barren, desolate area, but they had managed to build their village and support themselves the way most of the Ovambo people did. In the space of twenty-five minutes it had all been wiped away»⁶¹. Innocent victims and the results of their ruthless and violent action caused doubts among some Troepies about the sense of their mission:

Our propaganda told us that we were in Namibia to protect the local population from the dangers of terrorism and a godless society. With a village destroyed, the area smouldering and littered with pieces of human flesh, how was it possible to justify our presence there?⁶²

⁵⁹ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 59.

⁶⁰ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 136, p. 149-150 and p. 271 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 9 and p. 93-94.

⁶¹ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 148 and p. 271 and FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 39 and p. 58.

⁶² FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 58.

Following British and French experiences in counterinsurgency wars the SADF wanted to win the «hearts and minds» of the local population to weaken SWAPO's popularity. After 1977 a number of development programs were started. National Servicemen and members of the Citizen Force were ordered to work in their civilian profession as doctors or teachers to improve medical care and education⁶³. Army medic Anthony Feinstein experienced that the locals urgently needed medical care but they disliked the military distribution. A common reaction was: «We don't want you, your knowledge or your medicines. We want nothing from the Army»⁶⁴. It seems that the «hearts and minds» – operations of the SADF did not succeed, because until their final withdrawal from Namibia the presence of South African troops was refused by the majority of the Namibian population⁶⁵.

Consume of legal and illegal drug

«Any downtime in the operational area went hand-in-hand with drinking – in our case through boredom. Those who had seen fighting turned to booze as a stress-reliever and medicine; for them it became a tool to keep the tormenting demons at bay»⁶⁶. Alcohol as a legal and accessible drug was widespread among the South African troops. In the remote bases and camps in the African bush it was often the only leisure time activity. Others – having experienced violence and war – used alcohol to cope with their burden. Officials

⁶³ ESTERHUYNS, Abel and JORDAAN, Evert – «The South African Defence...», p. 117 and STEENKAMP, Willem – *South Africa's Border War...*, p. 232.

⁶⁴ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 88

⁶⁵ GORDON, Robert J. – «Oh Shucks, Here Comes UNTAG!. Peacekeeping as Adventure in Namibia». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 233.

⁶⁶ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 130.

tried to limit or reduce the drinking among the troops while some commanders tolerated no drop of alcohol among their subordinates⁶⁷.

Although strictly forbidden, Marijuana was also widespread among the troops. Tim Ramsden reports that of the 37 soldiers of his platoon 30 frequently smoked marijuana, developing tricks how to hide their drug consumption from their officers⁶⁸. Missions in the Operational Area made the drug use easier because there rules were not kept that strict. Especially Angola seems to have been an «extra-legal area» where acquisition and use of marijuana was even easier⁶⁹.

Other soldiers tried to get high on whatever they could find. Medic Anthony Feinstein observed that the narcotics of his medical supplies mysteriously disappeared until he noticed that a colleague suffering from depression was the culprit: «Being a doctor, he had easy access to the narcotics cupboard and the drug had helped him through what by his own admission had been the hell of an infantry base»⁷⁰.

For some the drug abuse led to a stay in the detention barracks. Others finished their military career in rehab or the psychiatry of a military hospital⁷¹.

⁶⁷ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 162-163: Interview with an unnamed former serviceman; FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 44 and p. 210.

⁶⁸ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 40, p. 48, p. 70, p. 75, p. 191 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 265.

⁶⁹ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 115, p. 157 and p. 247: Interviews with unnamed former servicemen.

⁷⁰ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 66 and p. 139.

⁷¹ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 116 and p. 157: Interviews with unnamed former servicemen and FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 139.

«Bosbefok»: The Post Traumatic Stress Disorder (PTSD)

Drugs could not protect from the invisible scars of war. Because of the physical and mental pressure and the experience of violence and war several of the homecoming soldiers suffered from Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD). In South Africa it became commonly known as «bosbefok» (sometimes spelled «bosbevok»), which can literally be translated as «bush crazy» and has its origin in the military slang⁷².

The death of a good friend or a comrade, steady mental pressure as well as other traumatising experiences of fights and violence could cause symptoms of PTSD. Some Troepies suffered so heavily that they decided to go AWOL: «When I came back I didn't talk about things anymore. I totally withdrew. [...] I refused to go back. I just said, 'No more. That's it'»⁷³.

Traumatising experiences and the physical and mental pressure also caused a fatalistic carelessness among some soldiers. Enforced by the boredom and a feeling of senselessness simple security rules were disobeyed and the own life was risked: «We had developed a fatalistic attitude that whatever happened, happened. We shrugged and treated it like a training exercise»⁷⁴.

During training soldiers were already pushed to their limits to prepare them for combat. Bullying by superiors was also common and raised the tension. The thin red line that marked how much pressure and harassment someone could bear was called «breaking point». Once the breaking point was reached, conflicts between troops

⁷² CONWAY, Daniel – «Somewhere on the Border-of Credibility...», p. 84 and BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 295.

⁷³ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 248-249.

⁷⁴ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 115, p. 135, p. 142 and p. 194; BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 248: Interview with an unnamed former serviceman.

and their officers or among the soldiers would escalate, often violent. Some soldiers had to face military courts for attacking superiors or comrades⁷⁵.

The number of soldiers affected of mental disorder and PTSD was so high that the military command could not ignore it. Tim Ramsden remembers about his return from the Operational Area in 1988:

We had to go through seven tents, which they pointed out to us. In each there was a table, a few chairs, and a couple of military counsellors, more appropriately called head doctors [...]. Maybe they thought that everybody coming back from the border was bosbevok – suffering from borderline insanity. Well, maybe they were right⁷⁶.

Having studied psychology before being drafted, Anthony Feinstein noticed that he himself featured some of the evidence of the stress disorder:

Suddenly and unexpectedly I found myself in the unpleasant, although interesting, position of reviewing the case history of my own experience. And for my company I had a base full of prospective clients. I was in the unique position of being able to document PTSD symptomatology in our unit over time⁷⁷.

⁷⁵ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 50, p. 60 and p. 63: Interviews with unnamed former servicemen; DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death...*, p. 44-45 and RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 20, p. 93-94, p. 158-159 and p. 170-171.

⁷⁶ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 277.

⁷⁷ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 90.

War Crimes and Acts of Torture

As it has been shown, war crimes against the civil population were committed by both SWAPO and the South African troops. The sights of murder and innocent victims created situations that even the hardened Troepies were not prepared for. Discovering murdered civilians during a patrol in Southern Angola Tim Ramsden recognized that: «When I closed my eyes, I could almost hear the screams and feel the tension of what had occurred»⁷⁸. This memory should stay forever: «We knew, however, that we would never be able to cleanse our minds of it. It would haunt us forever»⁷⁹.

Abuse and torture of captured suspects was a common practise among the South African security forces in Namibia and Angola. To gain information about weapons caches or marching routes suspects were beaten and mistreated. Some were put into earth holes without food or water to let them suffer in the harsh Namibian climate that ranges from burning hot during the day to sub-zero temperatures during the night. Others report that captured suspects were bound to the fenders or the front of a military vehicle that would then break through the thick bush to cause multiple injuries and heavy pain for the victim until he revealed his information⁸⁰.

Torture is often blamed on the Special Forces of the army and the «Koevoet» Police Counterinsurgency unit, but mistreatment of captured suspects was also practised by regular army units. The victims of torture and captives that seemed to have no value for the security

⁷⁸ Idem – Ibidem, p. 94.

⁷⁹ Idem – Ibidem, p. 168 and p. 282.

⁸⁰ Idem – Ibidem, p. 103; BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 165, p. 168 and p. 181: Interviews with unnamed servicemen and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 1. For testimonies in court about torture by the South African police force in Namibia see: «Torture in Namibia». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 57-59.

forces were executed and murdered in the bush⁸¹. The Operational Area again proved to be a lawless, extrajudicial area where platoon leaders or even common soldiers felt authorized to execute a self-condemned death-sentence or at least could be sure that war crimes would not be discovered and brought to court.

«The cutting off of ears, fingers and even scrotums was practised by some members of the armed forces and Koevoet»⁸². As it is also known to be practised by American GIs in Vietnam, some South African soldiers in Namibia and Angola mutilated the bodies of killed enemies too⁸³. Anthony Feinstein remembers that human remains were kept as trophies: «I was told with a good deal of mirth that the clothing and bones had been taken from *guerrillas*, killed in combat»⁸⁴. Not every officer tolerated such misdeed. The execution of captives however seems to have been a common practise among the South African forces⁸⁵.

«Koevoet»: The Counterinsurgency Unit of the South African Police in Namibia

The Special Operations (K) Unit of the South African Police in Namibia became known as «Koevoet». Koevoet is an Afrikaans slang word and literally means «cow foot» but describes the «crow bar» or

⁸¹ BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 173, p. 189 and p. 296: Interviews with unnamed servicemen and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 1-3, p. 189 and p. 245.

⁸² BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 188.

⁸³ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 188-189 and BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 151: Interview with an unnamed serviceman. For US-war crimes in Vietnam compare: GREINER, Bernd – *Krieg ohne Fronten – Die USA in Vietnam*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2007, p. 183-184 and p. 240-242.

⁸⁴ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 32.

⁸⁵ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 188-189.

«pinch bar» tool that is used to violently open doors, windows, etc. Established in 1979 the Koevoet units were at first treated like an open secret until they became a formal branch of the 1982 founded South West African Police (SWAPOL). Recruited mainly from the local population and former SWAPO fighters who had been turned to fight their former comrades they were commanded by white police officers of the SAP or SWAPOL or volunteers from the SADF reserve. In fact they were nothing but bounty hunters in service of the South African Security Forces because they received rewards for every killed «terrorist»⁸⁶. Attracted by the bounty and the notorious reputation, many Koevoet fighters were very young. Anthony Feinstein remembers a Koevoet officer during recruiting: «As long as they were able to pull a trigger that was fine with him»⁸⁷.

Koevoet was between 1000 and 2000 man strong and equipped with the typical Casspir armoured cars of the South African Police. The unit claimed to have the highest «kill-ratio» of all South African troops, meaning they had the highest number of killed enemies compared to own losses⁸⁸. Koevoet soon had a notorious reputation as a merciless fighting unit consisting of adventurers, dare devils and

⁸⁶ STEENKAMP, Willem – *South Africa's Border War*, p. 208; DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 77, p. 82-84 and p. 90; BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 165; Interview with an unnamed former serviceman and RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 175.

⁸⁷ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 16 and see also DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 111.

⁸⁸ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 124, p. 132 and p. 142 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 180, p. 184, p. 189, p. 249 and p. 267-268. Arn Durand figures Koevoet's «kill ratio» at 25:1, what would signify Koevoet as the most efficient combat unit in the history of military conflicts (seep. 82). «Body Count» was also common among the American forces in Vietnam, see GREINER, Bernd, *Krieg ohne Fronten – Die USA in Vietnam*, p. 75-76. In Vietnam for example Special Forces of the US-Army had a «kill ratio» of 22:1 that was seven times higher than the ratio of average units. Here it is also not clear how many killed civilians were counted as enemy casualties (see GREINER, Bernd, *Krieg ohne Fronten – Die USA in Vietnam*, p. 166). RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 132; «Torture in Namibia», p. 58 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 9.

tough guys who followed their own rules and had a liability to alcohol and drugs. Tim Ramsden describes them the following: «one thing was for sure: when we saw them aboard their Casspirs, we regarded them with respect and kept a safe distance, believing that what they had seen might have altered their minds»⁸⁹. The monetary rewards caused many Koevoet members to listen to the radio communication of other units to forestall them and fight and kill a group of suspected terrorists first. Killed civilians were often presented as terrorists to gain a higher bounty. As the former Koevoet member Arn Durand remembers: «If a civilian was killed in the crossfire, we could often claim it as a kill, provided there were enough enemy weapons to go around»⁹⁰.

The 'killer-image' of Koevoet was supported by the practise of tying the bodies of killed enemies to spare tyres or the front of their vehicles. This was justified with the limited space inside the armoured cars and the hot Namibian climate that supported a fast decay of the corpses. But this also had a clear and simple message: «Join SWAPO and join your buddy over there»⁹¹.

Questions of Guilt

Even decades after the war most of the veterans rarely speak about their former attitudes towards politics of the conflict and the question of guilt. Most of the former soldiers claim that they had no political

⁸⁹ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 123.

⁹⁰ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 9 as well as RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 132 and «Torture in Namibia», p. 58.

⁹¹ An unnamed former serviceman quoted from BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 185, see also RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 177-178 and DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 63, p. 98-99, p. 101, p. 185 and p. 276.

opinion towards the reasons of the war. They say that they were forced to fight it and had no other chance⁹².

Of the analysed accounts only Anthony Feinstein takes a firm stand. He remembers that he became aware of the injustice of the Apartheid System, the wrongs of South Africa's military engagement in Namibia and Angola and the legitimate cause of the Namibian Liberation Movement. But a fight against his commitment in the military system would have had serious consequences for himself and his academic career. He confesses that, to prevent these consequences, he acted selfish and tried to survive the military service without attracting attention or getting involved in any trouble⁹³. But thinking about others who left the country to avoid military service and times that he spent outside South Africa during his studies, he always felt that: «There was the constant feeling that I could have prevented it»⁹⁴.

Other former soldiers also try to implicate that they had a rather negative opinion about the reasons of the war, but they still lack a definite statement or an answer to the question of guilt. Others try to avoid a personal responsibility by referring to the totalitarian apartheid system of which they became a part as a soldier. Tim Ramsden for example remembers meeting a former SWAPO fighter 15 years after the end of the war: «They had fought for what they believed in – or what they had been indoctrinated into believing by their political masters. No different from us when I thought about it»⁹⁵.

Finally Arn Durand justifies his commitment in the war and volunteer service with Koevoet with his youth and longing for adventure: «It was going to be the real deal and I was hoping to see some

⁹² For example RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 13 and an interview with an unnamed former serviceman in BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up...*, p. 150-152.

⁹³ FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*, p. 60-61 and p. 72-74.

⁹⁴ Idem – *Ibidem*, p. 74.

⁹⁵ RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity...*, p. 281.

action»⁹⁶. It was not propaganda and belief in the Apartheid system that made him volunteer but the hope to experience adrenalin and adventure. He tries to present himself as a young daredevil longing for action and adventure and not aware of politics.

Conclusion

The research has proved that there are several collective memories that can be found in different individual accounts of memory. As it was shown in the beginning, the experience of military service was common for every white male during the Apartheid era or as we can rather say to a whole generation of white South African males. It is remembered in collective memory patterns that even can be found in some words of the Afrikaans language that were shaped by the experience of the border war.

The National Service was not popular and most conscripts became aware of the divide between English and Afrikaans speakers among the white population during their service for the first time. The anti-communist propaganda of the Apartheid system was remembered as well as the strict army censorship and the high value of letters from home. Drug abuse and mistrust and dislike against the civil population were part of the day to day life in the war zone from where many soldiers returned with invisible, mental scars that became known as «bosbefok». The special police unit Koevoet and its notorious reputation is remembered as well as acts of torture and war crimes that seem to have been common among the security forces.

Noticeable is that most personal accounts of memory lack a critical regard of the own past. The question of guilt stays unanswered. Of course we have to recall that the Border War is merely one of

⁹⁶ DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death*, p. 43.

several chapters of a painful history the South African Society has to deal with. It can only be hoped that the open questions about the Border War will not be left unanswered, even though it happened abroad.

Bibliography

- BLAKE, Cameron – *Troepie – From Call-Up to Camps*. Kapstadt: Struik, 2009, 336 p. ISBN-13 978-1770220515.
- CONWAY, Daniel – «Somewhere on the Border-of Credibility: The Cultural Construction and Contestation of «the Border» in white South African Society». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 75-93. ISBN-13 978-1868884568.
- «Conscription into the SADF – 25 years of Resistance». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 53-57.
- CRAIG, Dylan – «Total Justice: Ideological Manipulation and South Africa's Border War». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 56-74. ISBN-13 978-1868884568.
- DOBELL, Lauren – *SWAPO's Struggle for Namibia 1960–1991 – War by other means*. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2000, 175 p. ISBN-13 978-3908193029.
- DURAND, Arn – *Zulu Zulu Golf – Life and Death with Koevoet*. Kapstadt: Struik, 2011, 320 p. ISBN-13 978-1770221482.
- ESTERHUYNS, Abel and JORDAAN, Evert – «The South African Defence Force and Counterinsurgency 1966–1990». In BAKER Deane-Peter et alii. (Ed.) – *South Africa and Contemporary Counterinsurgency – Roots, Practices, Prospects*. Claremont: UCT Press, 2010, p. 104-124. ISBN 9781919895338.
- FEINSTEIN, Anthony – *In Conflict*. Windhoek: New Namibia Books, 1998, 156 p.
- GORDON, Robert J. – «Oh Shucks, Here Comes UNTAG!. Peacekeeping as Adventure in Namibia». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 229-245. ISBN-13 978-1868884568.
- GOSSMANN, Anita M. – «The South African Military and Counterinsurgency: An Overview». In BAKER Deane-Peter et alii. (Ed.) – *South Africa and Contemporary Counterinsurgency – Roots, Practices, Prospects*. Claremont: UCT Press, 2010, p. 83-103. ISBN 9781919895338.
- GREINER, Bernd – *Krieg ohne Fronten – Die USA in Vietnam*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2007, 595 p. ISBN-13 978-3868542073.
- «How Free is the Press». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 62-63.

- JASTER, Robert S. – *South Africa in Namibia – The Botba Strategy*. Lanham/New York/London: University Press of America for the Centre of International Affairs, 1985, 122 p. ISBN-13 978-0819146847.
- PLATO, Alexander von – «Zeitzeugen und die historische Zunft: Erinnerung, kommunikative Tradierung und kollektives Gedächtnis in der qualitativen Geschichtswissenschaft; Ein Problemaufriss». *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*. Leverkusen. ISSN 0933-5315. Vol. 13, no. 1, 2000, p. 5-29.
- POPESCU, Monica – *South African Literature Beyond the Cold War*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, 256 p. ISBN 978-0-230-61739-1.
- RAMSDEN, Tim – *Border-Line Insanity – A National Serviceman's Story*. Alberton: Galago Publishing Company, 2009, 452 p. ISBN-13 978-1425104337.
- SAUNDERS, Chris – «Die Überwindung der Krise in Angola und Namibia 1988». In GREINER, Bernd et alii. (Ed.) – *Krisen im Kalten Krieg*. Vol. 2. Hamburg: Hamburger Edition, 2008, p. 523-542.
- SIMON, Rita J. et alii. – *A Handbook of Military Conscription and Composition the World Over*. Lanham: Lexington Books, 2010, 218 p. ISBN-13 978-0739167519.
- STAPLETON, Timothy J. – *A Military History of South Africa*. Santa Barbara: Praeger, 2010, 229 p. ISBN-13 978-0313365898.
- STEENKAMP, Willem – *South Africa's Border War 1966–1990*. Gibraltar: Ashanti, 1989, 256 p. ISBN-13 978-1909982017.
- «Torture in Namibia». *South African Outlook*. Rondebosch. Vol. 116, no. 1366, April 1985, p. 57-59.
- United Nations Centre against Apartheid/Committee on South African War Resistance – *The issue of conscientious objection in Apartheid South Africa: Growth of the Anti-Conscription Movement*. Vol. 9. New York: United Nations, 1989, 12 p.
- VALE, Peter – «The Cold War and South Africa: Repetitions and Revisions on a Prolegomenon». In BAINES, Gary et alii. (Ed.) – *Beyond the Border War – New Perspectives on South Africa's Late-Cold War Conflict*. Pretoria: Unisa Press, 2008, p. 22-41. ISBN-13 978-1868884568.
- WALLACE, Marion – *A History of Namibia – From the Beginning to 1990*. London: Hurst C. & Co Publishers Ltd., 2011, 454 p. ISBN-13 978-0199333509.

**GUILEDJE NO HORIZONTE POLÍTICO E MILITAR
DE AMÍLCAR CABRAL. «GUERRA DE FRONTEIRA»
OU UMA PROJETADA «OFENSIVA FINAL»**

Julião Soares Sousa

0000-0002-8122-9741

Resumo: Neste nosso artigo tentaremos demonstrar que a tomada do aquartelamento de Guiledje, ocorrido a 23 de maio de 1973, no âmbito da denominada «Operação Amílcar Cabral», em homenagem ao líder do PAIGC entretanto assassinado, era um projeto antigo de Amílcar Cabral, que remonta aos primórdios da luta de libertação nacional. Outrossim, que tal projeto esteve enquadrado, *ab initio* (pelo menos do lado do PAIGC), na chamada «guerra de fronteira», cujo objetivo estratégico era forjar um corredor útil em termos de manobra operacional e logística. Contudo, o avanço da guerra na Guiné e a campanha política e diplomática que visava a obtenção de personalidade jurídica internacional para a Guiné veio adicionar um novo fator – o simbólico – a uma eventual tomada de Guiledje. Daí o facto de ter sido eleito pelo líder do PAIGC, nos derradeiros meses de 1972, como objetivo militar primordial e para palco de uma espécie de «Ofensiva Final» que deveria antecipar a projetada proclamação do Estado da Guiné, inicialmente agen-

dada para meados de dezembro desse mesmo ano ou o mais tardar nos primórdios de 1973.

Palavras-chave: Guiledje, Amílcar Cabral, Guerra Colonial/Luta de Libertação

Abstract: In this article we will try to demonstrate that the capture of the Guiledje barracks, which took place on May 23, 1973, under the so-called «Operation Amílcar Cabral», in honor of the PAIGC leader who had been murdered, was an old Amílcar Cabral project that goes back to the beginnings of the national liberation struggle. We intend to show that this project was framed *ab initio* (at least on the PAIGC side), in the so-called «border war», whose strategic objective was to forge a useful corridor in terms of operational and logistical maneuver. However, the advance of the war in Guinea and the political and diplomatic campaign that sought to gain international legal personality for Guinea added a new factor - the symbolic - to an eventual takeover of Guiledje. Hence the fact that it was elected by the PAIGC leader, in the final months of 1972, as the primary military objective for a sort of «Final Offensive» that should anticipate the projected proclamation of the State of Guinea, initially scheduled for mid-December of that year or at the latest in the early days of 1973.

Keywords: Guiledje, Amílcar Cabral, Colonial War/Liberation Struggle

Tentativa de abertura do «Corredor de Guiledje» e a «guerra da fronteira»

Não restam as menores dúvidas de que, depois do dealbar das hostilidades contra a presença colonial portuguesa na Guiné, em janeiro de 1963, e da abertura da frente norte, em julho desse mesmo ano, um dos grandes projetos militares (evidentemente com reflexos políticos e até económicos) que o PAIGC e Amílcar Cabral tiveram em mente foi o de abrir um corredor que ligasse o sul (Cantanhez) ao norte (zona do Oio) do território, passando justamente por Guiledje. Tal pretensão ficou mais ou menos patente numa carta do líder do PAIGC, datada de 18 de julho de 1963, dirigida aos comandantes das duas frentes, respetivamente, Osvaldo Vieira e Francisco Mendes: «conforme ficou estabelecido no encontro com o Chico, abrir caminho para o sul do país. Os camaradas do sul têm a ordem de abrir caminho para o norte, e estou convencido de que conseguiremos isso brevemente»¹.

Por detrás da abertura do corredor e do plano havia pelo menos vários objetivos em jogo. Em primeiro lugar, para lá da divisão do território a meio, almejava-se a criação de condições para o (re) abastecimento das forças do PAIGC a partir das bases existentes na Guiné-Conacri, nomeadamente a de Kandjafra e, eventualmente, a partir do Senegal. Contudo, a relutância das autoridades senegalesas, que na altura ainda criavam (e criariam ao longo de toda a luta de libertação nacional, e isto apesar do acordo rubricado com o PAIGC em 1966) imensos obstáculos à livre circulação de combatentes, armamento e munições através do seu território. Essas dificuldades, a partir da fronteira norte, fizeram com que o movimento

¹ Arquivo Mário Soares (AMS). «Duma carta aos camaradas Osvaldo (Ambrósio Djassi) e Chico (Francisco Mendes) (Chico Té)». Pasta 4340.003 im. 21. Data: 18 de jul. de 1963. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

independentista liderado por Amílcar Cabral procurasse outras alternativas a partir da fronteira sul.

Em segundo lugar, para a abertura do corredor que ligaria o norte ao sul estavam também evidentes motivações de ordem económica. A ideia de Amílcar Cabral era infringir um rude golpe na monocultura de amendoim, cujo monopólio pertencia a duas companhias concessionárias portuguesas (a CUF e a Casa Gouveia). Deste modo, o líder do PAIGC esperava paralisar o principal eixo rodoviário (Mansoa – Mansabá – Bafatá) que ligava o leste do território ao litoral, através do qual grande parte do amendoim produzido naquela região era escoado para o porto de Bissau. Se se tiver em conta o extenso relatório elaborado por Amílcar Cabral em 1966, pelo menos a aspiração de paralisar a economia da região leste tinha sido logrado:

Conseguimos, há já algum tempo, abolir na maior parte do nosso território nacional o sistema de exploração colonial. Este ano desferimos um rude golpe no que restava do sistema comercial [português], especialmente nas regiões Leste (Gabú-Bafatá) e Oeste (Canchungo – S. Domingos)².

Na ocasião, as autoridades coloniais pareciam ter assimilado as subterrâneas intenções de Amílcar Cabral e do seu PAIGC, conforme o deixou antever o então Subsecretário de Estado das Colónias, Joaquim Silva Cunha, num extenso relatório divulgado anos mais tarde, e que aqui resumimos:

Dividir a província, de Norte a Sul, com base nas zonas do Mores e do Oio, em duas partes, para isolar Bissau e tornar cada vez mais difícil a defesa da zona Leste, onde era mais densa a

² DAVIDSON, Basil – *A libertação da Guiné. Aspetos de uma Revolução Africana. Prefácio de Amílcar Cabral*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975, p. 147.

concentração dos fulas que se nos mantinham indefetivelmente fiéis. Depois de dominar esta região, seguir-se-ia a ofensiva sobre o «chão manjaco» (Teixeira Pinto) e, finalmente sobre Bissau³.

Este extenso relatório assinala também outras pretensões ainda mais sinistras que o PAIGC ocultava com essa deliberada tentativa de divisão do país: o isolamento de Bissau; tornar mais difícil a defesa do leste da Guiné, impedindo assim o apoio dos fulas fiéis e mais ainda facilitar a ofensiva sobre o «chão manjaco» e, finalmente, sobre Bissau.

Contudo, em termos de estratégia militar, a aspiração de dividir o território a meio, através do «Corredor de Guiledje», que se tornou imperativa depois da abertura da frente norte, em julho de 1963, tinha a ver também com a luta não só pela conquista da liderança do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, mas também com a rivalidade que opunha o PAIGC a outros movimentos de libertação da Guiné que operavam a partir do território senegalês (designadamente a FLING) e, sobretudo, com a disputa dos apoios da Organização de Unidade Africana (OUA) e do seu Comité de Libertação criado em Adis-Abeba, a 25 de maio de 1963. As rivalidades começaram como simples disputa do espaço de influência política e militar no interior do território, mas agravaram-se com o estabelecimento de um Comité de Libertação coordenado por nove países (Argélia, Congo-Léopoldville, Etiópia, Guiné-Conacri, Nigéria, Uganda, RAU, Senegal e Tanzânia), cuja missão era a de garantir apoio político, militar, moral e financeiro da África independente às organizações nacionalistas em luta. Pouco depois da sua criação o Comité de Libertação instituiu missões de Bons Ofícios que deveriam analisar e tentar conciliar os vários movimentos de libertação africanos da

³ CUNHA, Joaquim Silva – *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 108.

Rodésia do Sul (ZANU e ZAPU), da Guiné (PAIGC e FLING, entre outros) e de Angola (MPLA e FNLA/GRAE)⁴. Com efeito, após ter concluído a inquirição dos movimentos de Angola e de ter decidido apoiar a FNLA/GRAE, em meados de julho, a missão de Bons Ofícios viajou para Conacri e depois Dakar com o intuito de avaliar os movimentos de libertação da Guiné portuguesa e Ilhas de Cabo Verde (4 no Senegal e 1 na Guiné Conacri). Ao tomar conhecimento do reconhecimento do GRAE Amílcar Cabral deu ordens aos seus guerrilheiros para abrirem a frente norte com evidentes motivações políticas e estratégicas. Desta maneira já não precisava de fazer grandes exercícios para provar a missão de «Bons Ofícios» de que, efetivamente, o seu movimento de libertação, tal como sucedia com o GRAE de Angola, era o único que operava de facto no interior do território da então Guiné portuguesa. Pediu mesmo que a missão enviasse representantes para *in loco* constatarem essa realidade no terreno. Está mais do que visto, pois, que por detrás da abertura do corredor que ligaria o sul ao norte e dividiria o país a meio havia também motivações políticas associadas à disputa dos apoios do Comité de Libertação africano. Vistos os aspetos endógenos e exógenos que estiveram por detrás da tentativa de abertura do chamado «Corredor de Guiledje» vale a pena lembrar que Portugal e as chefias militares estacionadas na Guiné tudo fariam para impedir o PAIGC e Amílcar Cabral de materializarem os seus planos.

Em 1964, depois de o governo colonial ter substituído as chefias militares e o Governador-geral, os efetivos militares foram reforçados. O novo Governador, Arnaldo Schultz, passou a acumular funções políticas e militares, numa clara tentativa para estancar a progressão da guerrilha. Foi nesse mesmo ano e contexto que se edificou o

⁴ Arquivo Mário Soares (AMS). «Relatório Secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA». Pasta 04616.079.005. Data: 24 de fev. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

aquartelamento de Guiledje, a escassos quilómetros da fronteira com a Guiné-Conacri e de uma das maiores bases que o PAIGC possuía neste país vizinho – a base de Kandjafra. A sua localização estratégica, no cume (norte) de um triângulo que englobava ainda Gadamael (a oeste), Gandembel (a este) e a base de Kandjafra a sul, em pleno território da Guiné-Conacri, fazia dele um ponto central nas manobras militares dos dois beligerantes. Para a guerrilha era um ponto de passagem dos seus carregadores e das suas colunas militares e de reabastecimento em direção ao interior do território. Por esse motivo era apelidado de «Caminho do Povo». Este corredor ia de Kandjafra, passando por Simbel, Tersaia (ainda em pleno território da Guiné-Conacri), Gandembel, Balana, Salauncar e Unal (território da então chamada Guiné portuguesa). Ao invés para os portugueses tratava-se de um lugar importante de defesa de toda a linha de fronteira de modo a evitar as incursões e penetrações do inimigo. Daí a importância da sua defesa ainda que à custa de elevadas baixas de ambos os lados como efetivamente se verificou. Em consequência disso o corredor também ficou conhecido, do lado português, como o «Corredor da Morte».

Também não é por acaso que, desde 1964, as diretrizes de Amílcar Cabral foram sempre no sentido de não consentir a passagem de reforços e de movimentações militares portuguesas entre Guiledje, Balana e Gantur⁵. Propunha mesmo patrulhamentos de 6 em 6 horas à volta do acampamento e ataques frequentes aos quartelamentos da zona, que já nesta altura se encontravam isolados em virtude da destruição de pontes e das acessibilidades. Efetivamente, nesse ano praticamente todos os quartelamentos dessa área até Quitáfine

⁵ Arquivo Mário Soares (AMS). «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje, Bedanda e fronteira com a Guiné-Conacri». Pasta 07056.006.012. Data: s. d. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

foram isolados, recebendo assistência apenas por via aérea⁶. Seria bom lembrar que, antes da abertura do «Corredor de Guiledje», o trajeto feito pelos guerrilheiros e carregadores para penetrarem no território nacional era muito mais penoso (existência de cursos de água). Ia de Canafá-Quitáfine-Cassumba-Canhamina, passando por Cubucaré⁷. As dificuldades em contornar os grandes obstáculos que os cursos de água impunham, aos quais podemos ainda adicionar os constantes e apertados patrulhamentos feitos pelo exército português no rio Cacine e as dificuldades de reabastecimento pelo norte, através do Senegal (sobretudo o primeiro aspeto) estariam por detrás da mudança de caminho. Os sucessivos ataques a várias guarnições portuguesas no sul, naquilo que Amílcar Cabral chegou a classificar como «guerra da fronteira», apenas veio demonstrar a intenção do PAIGC em criar um corredor de penetração no interior.

Ainda assim, apesar dos contínuos ataques, emboscadas ao longo do «corredor» e investidas contra o aquartelamento de Guiledje com o emprego de armamento cada vez mais sofisticado e um número cada vez maior de combatentes, o PAIGC nunca conseguiu forjar a retirada das forças portuguesas aí estacionadas. Existe um extenso relatório elaborado em 1968 por Nino Vieira e que foi remetido a Amílcar Cabral no qual, entre outros vários assuntos, se referia aos ataques realizados a Guiledje e a Kebo⁸.

Nesse mesmo ano foi levada a cabo uma das grandes operações militares até então feitas pelo PAIGC contra Gadamael e Guiledje,

⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 2 de nov. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39155 [acedido a 7 de jun. de 2014].

⁷ Arquivo Mário Soares. «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje...».

⁸ Arquivo Mário Soares (AMS). «Relatório remetido por Nino Vieira a Amílcar Cabral expondo a situação na fronteira com a República da Guiné, designadamente os ataques entre Kebo e Guiledje». Pasta 07197.167.001. Data: 1966-1974. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40775 [acedido a 5 de jun. de 2014].

denominada «Operação Maimuna», e que reuniu três pelotões chefiados pelos cubanos Missail Ribera (1.º pelotão), Ramón Sespedas (2.º pelotão) e Juan Aperes (3.º pelotão), um grupo de reconhecimento aos aquartelamentos de Guiledje, Ganturé, Gadamael e Saconhá e Medjo e um grupo de 15 elementos equipados com canhões⁹.

Os ataques, com maior ou menos intensidade, prosseguiriam nos anos subsequentes. A ideia era manter constante pressão sobre o inimigo. Assim aconteceu no dia 30 de janeiro de 1969 por um comando dirigido por Carlitos Quadé¹⁰. Dias antes um comunicado de Pansau na Isna dava conta de que o avanço inimigo sobre Cameconde, Ganturé e Guiledje, apoiado por oito viaturas GMC, dois carros blindados, protegendo a saída da população de Guiledje e Ganturé para Cameconde, caiu numa emboscada na estrada de Cacoca-Sanconha¹¹.

No dia 8 de fevereiro de 1969, Carlitos Quadé dirige novamente uma outra operação contra Guiledje¹² a que se lhe seguiu outra no dia 12 de março de 1969 com artilharia¹³. Novo ataque perpetrado por um comando dirigido por Abdu Djassi teve lugar no dia 28 de abril de 1969¹⁴. Contudo, a utilização do «caminho do povo» era cada vez mais difícil devido aos constantes patrulhamentos do exército português que incluíam a colocação de minas ao longo do trajeto. De tal maneira que numa mensagem datada de 9 de maio de 1970 Amílcar Cabral instava Nino Vieira a colocar seis metralhadoras

⁹ Arquivo Mário Soares (AMS). «Reunião para a operação 'Maimuna'». Pasta 07062.034.094. Data: 1968. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41116 [acedido a 8 de jun. de 2014].

¹⁰ Arquivo Mário Soares (AMS). «Comunicado de guerra [Frente Sul]». Data: 3 de mar. de 1969. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40664 [acedido a 7 de jun. de 2014].

¹¹ Idem – Ibidem.

¹² Idem – Ibidem.

¹³ Idem – Ibidem.

¹⁴ Idem – Ibidem.

pesadas de 14,5 mm (DCK) no caminho só para ataque contra os helicópteros e que se mantivesse patrulhamento ao longo do trajeto. Mas as recomendações do líder do PAIGC eram no sentido de «arranjar novos caminhos tanto acima como abaixo do rio Balana» e a utilização de sapadores experientes para a desminagem do caminho velho¹⁵. Cabral não desistia de uma importante via nas manobras de (re)abastecimento das suas forças a partir da base de Kandjafra.

As dificuldades não se colocavam apenas relativamente ao PAIGC. Do lado do exército colonial havia também evidentes complicações para travar as infiltrações e a circulação do PAIGC no corredor e a passagem de material de guerra e de guerrilheiros vindos da grande base de Kandjafra. Foi por causa disso que esta base, onde de facto o PAIGC dispunha de um grande depósito de munições e de um comando, e outras existentes ao longo da fronteira do Senegal e da Guiné-Conacri, passaram a ser, numa determinada altura (pelo menos desde 1971), objetivos militares prioritários na estratégia de Spínola. Os serviços de informações do PAIGC estariam a par desse plano que também era do conhecimento do secretário-geral, Amílcar Cabral. A propósito, nesse mesmo ano, numa mensagem do comandante da frente Leste, Paulo Correia, a partir de Fulamory (Guiné-Conacri), dirigida a Amílcar Cabral informava-o de que o «inimigo» planeava «bombardear bases nas fronteiras» da República da Guiné e do Senegal, pelo que tornava-se necessário advertir todas as frentes¹⁶. A diretiva intitulada «sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul» (dirigida a Nino Vieira e a outros dirigentes da luta nas frentes do

¹⁵ Arquivo Mário Soares (AMS). «Mensagem de Amílcar Cabral para Nino Vieira». Data: 9 de mai. de 1970. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40329 [acedido a 7 de jun. de 2014].

¹⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). «Mensagem – Fulamory». Pasta 07198.168.071. Data: 25 de fev. de 1971. Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40594 [acedido a 5 de jun. de 2014].

sul)¹⁷, de 15 de fevereiro de 1971 revela a existência do plano. A solução encontrada pelo secretário-geral do PAIGC foi a de tentar retirar aos portugueses o seu principal objetivo no Sul que era a base de Kandjafra. Como? Simplesmente eliminando-a e introduzindo no interior do território «a maior quantidade possível dessas munições» e distribuindo o material às forças que atuavam no interior do território. Uma outra solução foi a de enterrar o material de guerra que estivesse em bom estado ou atirar ao rio ou destruir o obsoleto. Mas a decisão que mais convinha às próprias autoridades da Guiné-Conacri, já nessa altura, era a transferência do comando de Kandjafra para o interior do território.

A visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas e a ideia de uma grande operação militar contra Guiledje

Entre janeiro e fevereiro de 1972, os portugueses tinham intensificado os seus ataques contra as áreas libertadas de Quinará, Cubiseco, Xitoli e Saara. Mas, para Amílcar Cabral esses ataques, que visavam impedir as manobras logísticas e operacionais dos combatentes do PAIGC, incomodavam a sua estratégia. Daí a insistência, sobretudo quanto a Guiledje, em lembrar a velha ordem de «procurar outro caminho, na margem direita do Balana, e outro perto do Corubal, a partir de Sichâ Amadi»¹⁸.

Na carta de 10 de março de 1972, endereçada a Pedro Pires, Cabral insistia nas possibilidades de voltar a explorar o caminho antigo, que ia de Sanconhá a Cubucaré, passando pelo rio Cacine. «É muito

¹⁷ Arquivo Mário Soares (AMS). «Sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul (para o camarada Nino e os outros dirigentes da luta nas frentes do sul)». Data: 5 de fev. de 1971. Fundo: Documentos de Amílcar Cabral (DAC). Disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.015> [acedido a 18 de fev. de 2016].

¹⁸ Idem – Ibidem.

perto – dizia-se na carta – e pode ser que consigamos de facto voltar a usá-lo»¹⁹. O líder do PAIGC deixava, no entanto, alguns avisos: «Sejamos pois vigilantes e decididos a batermo-nos pelo caminho antigo, mas façamos tudo para ter outros caminhos, para nos libertarmos dessa fatalidade»²⁰.

Mas não era só o «Corredor de Guiledje» que interessava ou preocupava Amílcar Cabral. Na mesma carta de 10 de março, dirigida a Pedro Pires, regozijava-se com as medidas de vigilância tomadas em relação a Cacoca e Sanconha, embora fosse crucial, na sua opinião, atacar os quartéis próximos da fronteira com morteiros 120 e canhões 57, além de outras armas²¹. Deu mesmo ordens expressas a Nino Vieira para que atacasse Cacine com Grad a partir de Canhamina. O líder do PAIGC antecipava-se, assim, às operações portuguesas no sul da Guiné, particularmente na área do Cantanhez, levadas a cabo designadamente depois de, no mês de março, notícias sobre uma eventual visita às «áreas libertadas» pelo PAIGC por parte de uma importante missão das Nações Unidas, agendada para os inícios de abril, terem começado a circular em Bissau e em Lisboa. O Comando-Chefe tinha obtido informações precisas sobre essa visita, inclusive as datas. Só não conhecia exatamente o trajeto da delegação.

Assim, desde 28 de março a 8 de abril, particularmente toda região sul foi palco de grandes operações militares (por exemplo, a Operação «Muralha Quimérica»), nomeadamente em Unal, um importante ponto de bifurcação do «Corredor de Guiledje», usado nas manobras logísticas dos guerrilheiros do PAIGC na sua progressão para a frente norte. A ideia de Spínola era não só impedir que a visita da missão das Nações Unidas se concretizasse, mas também controlar todo o

¹⁹ Idem – Ibidem.

²⁰ Idem – Ibidem.

²¹ Sem título. Data: 10 de mar. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34492 [acedido a 7 de jun. de 2014].

sul e criar condições para o afastamento definitivo do PAIGC na região que era de facto seu santuário praticamente desde o início das hostilidades, bem como controlar as populações através de grandes projetos na área de construção de edifícios escolares, postos sanitários, estradas e aldeamentos.

Apesar do esforço dos portugueses para impedir a visita da missão das Nações Unidas ela acabaria por se realizar de 2 a 8 de abril. Da delegação fizeram parte o diplomata equatoriano, Horácio Sevilla Borja, o sueco Folke Löfgreem e o tunisino Kamel Belkhiria, acompanhados ainda pelo senegalês Cheik Tidiane (secretário) e Youtaka Nagata (repórter japonês).

Não há a mínima dúvida de que a visita da missão veio dar maior crédito junto das instâncias internacionais de algo que vários jornalistas, cineastas e estudiosos vinham anunciando desde 1966: a existência de «regiões libertadas» controladas pelos guerrilheiros de Amílcar Cabral. No relatório que essa missão elaborou no final da visita, além de se reconhecer o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde concluiu-se que Portugal já não exercia «qualquer controlo administrativo efetivo em vastas regiões da Guiné (Bissau)»²². Pouco depois, o Comité de Descolonização reunia-se em Conacri. Cabral tentaria retirar dividendos políticos, em relação aos quais se esforçaria por conciliar com ações militares de grande envergadura, preferencialmente contra um importante aquartelamento inimigo. É neste contexto que surge a ideia de uma grande ofensiva que teria como objetivo tomar o aquartelamento de Guiledje, a par de outras importantes ações militares de distração noutros pontos do território nacional. Aliás, depois de 1968, a nova realidade que perseguia, que era a de que a Guiné era um Estado independente, mas com parte do território

²² *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II.* Vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 128.

(principalmente os centros urbanos) ainda ocupados pelo exército colonial, impunha uma cada vez maior sincronização entre as atividades militares e as ações diplomáticas. Nenhuma delas, isoladamente, resolveria a questão de fundo que era a da autodeterminação. Daí que urgisse a tomada de novas e corajosas iniciativas políticas e preparar-se adequadamente, do ponto de vista interno, para a realização de ataques militares cada vez mais espetaculares.

Em 1972, numa carta escrita por Amílcar Cabral, já depois da célebre visita da missão das Nações Unidas, com data de 18 de abril, e dirigido a Pedro Pires, membro do Conselho de Guerra e do Comité Executivo de Luta, felicitava-o pelo êxito da visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas e regozijava-se: «aqui nos trabalhos do Comité [de descolonização], obtivemos uma das maiores vitórias no plano internacional»²³. Mas insistia o Secretário-geral do PAIGC:

Espero que consigamos normalizar o caminho para o Sul. Temos de arranjar novos caminhos, mas temos de tirar os tugas de Guiledje. Espero ir aí depois do Congresso do PDG (24 de abril) para, possivelmente com o Nino, estudarmos um plano para liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira²⁴.

A projetada «Ofensiva Final» sobre Guiledje de finais de 1972

A história de algumas guerras que eclodiram no chamado Terceiro Mundo no século xx ficou estigmatizada por momentos de intensa violência e com profundos reflexos não só no campo militar, mas também político. Na memória ainda ecoa a «Ofensiva Tet», que a

²³ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34489 [acedido a 5 de jun. de 2014].

²⁴ Idem – Ibidem.

coligação de forças norte-vietnamitas e guerrilheiros vietcongues lançaram, a 30 de janeiro de 1968, contra o exército norte-americano e sul-vietnamita e que envolveu surpreendentes ataques a várias cidades, incluindo a capital Saigão. Comparar a operação que Amílcar Cabral pretendia levar a cabo sobre Guiledje e outros campos fortificados, entre setembro e outubro de 1972, com a «Ofensiva Tet» é simplesmente um exercício extemporâneo, quer pela desproporcionalidade dos meios materiais e humanos quer também pelas posições estratégicas visadas. É que na Guiné, o objetivo militar visado não era ainda as cidades, como aconteceu com a «Ofensiva Tet», mas alguns aquartelamentos fronteiriços, embora se constata, através da propaganda do PAIGC, que nas operações de 1973 (*vide* Quadro 1) houve uma duplicação de ataques contra os centros urbanos: 73 (março) para 110 (maio). Estes ataques voltariam a cair consideravelmente entre junho (89) e julho (56). Em todo o caso, não há dúvida de que do ponto de vista tático e político o líder do PAIGC inspirou-se na «Ofensiva Tet». Aliás, acompanhou de perto esta guerra e também as subseqüentes negociações de Paris, tendo tentado, inclusivamente, aplicar na Guiné a tática e a estratégia adotadas pelos norte-vietnamitas. Esta é, de resto, a razão pela qual alguma imprensa dos países escandinavos considerava a guerra da Guiné como um mini Vietname.

Em 1972, o líder do PAIGC preparava-se para proclamar a independência, mas as principais cidades continuavam nas mãos dos portugueses. Assim sendo, três soluções se lhe apresentavam, segundo o jornalista Less-Nam-Dia, da *Jeune Afrique*²⁵:

- 1) Avançar para a proclamação do Estado e criar depois uma capital revolucionária;

²⁵ DIA, Less Nam – «Après une indépendance». *Jeune Afrique*. Paris: Danielle Ben Yahmed. ISSN 1950-1285. N.º 660, 1 septembre 1973, p. 5.

- 2) Conquistar as cidades, a exemplo do que tentaram os vietcongues em 1968 com a «Ofensiva Tet», na sequência da qual, importantes cidades (Saigão e Phnom-Penh) foram atacadas e (nalguns casos) ocupadas pelos guerrilheiros;
- 3) Por último, proclamar a independência, legitimando a proteção militar das Nações Unidas ou de outras forças estrangeiras que, ao lado do PAIGC, assaltariam então o último reduto das forças ocupantes.

Contudo, tal como recusou sempre a ideia de constituir um Governo revolucionário no exílio, não acreditamos que Cabral estivesse inclinado em proclamar a independência da Guiné com uma capital revolucionária, pois tal poderia gerar uma situação indefinida e duradoura. A segunda opção (a conquista das cidades) era um objetivo complexo, exigindo abastados meios humanos e materiais, de que o PAIGC não dispunha, e eficiente organização. Foi a ausência dessas condições que fizeram com que a guerrilha urbana iniciada timidamente a partir de 1968 e os ataques às cidades não tivessem tido continuidade ou pelo menos não tiveram os resultados esperados. É que uma das pretensões de Amílcar Cabral com a realização destes ataques era a de causar terror nos centros urbanos e fazer com que as populações aí refugiadas se sentissem inseguras e regressassem às áreas rurais controladas pelos próprios guerrilheiros.

Também duvidamos que a terceira solução fosse uma opção séria e exequível, pois não cremos que as Nações Unidas se dispusessem a assumir aquele papel. Cabral nunca foi apologista de uma intervenção militar das Nações Unidas na Guiné, até para evitar a experiência negativa do Congo que bem conhecia.

A verdade é que em 1972, face à ideia de proclamar a independência da Guiné, o líder do PAIGC estava evidentemente resoluto em levar a cabo uma ação militar espetacular, não tanto na perspetiva de encobrir a fase crítica que o seu movimento de libertação atravessava, como

chegou a admitir Spínola²⁶, mas para complementar os grandes êxitos políticos que havia alcançado no campo internacional ao longo desse ano e dos anos anteriores. Daí a ideia de uma ofensiva geral para conquistar um (ou alguns) aquartelamento(s) estratégico(s) ou isolá-lo(s), ataque que pretendia fazer coincidir com a reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, agendada para o mês de outubro de 1972, e com a data da proclamação do Estado inicialmente fixada para finais do mês de dezembro ou, o mais tardar, princípios de janeiro de 1973. Seria uma espécie de «Ofensiva Final» que haveria de conduzir à liquidação do colonialismo português na Guiné, através do aproveitamento dos seus resultados do ponto de vista da política doméstica e internacional. Esta foi a saída encontrada para a ultrapassagem do «impasse» político-militar que a escolha de António de Spínola para Governador e Comandante-Chefe veio introduzir na guerra da Guiné. No fundo, tal como aconteceu com a «Ofensiva Tet». O objetivo visado era o aquartelamento de Guiledje, mas com manobras de diversão sobre Guidaje, no norte, e Gadamael, no sul, de modo a atrair a atenção das tropas portuguesas e assim atingir o objetivo primordial que era a conquista de Guiledje, vital do ponto de vista logístico e para a segurança das populações do sector de Balana.

Mas a realização desta operação exigia meios materiais, nomeadamente contra a aviação portuguesa, de que o PAIGC ainda não dispunha.

O aquartelamento de Guiledje, na frente de Balana/Quitáfine, era, na opinião de Amílcar Cabral, o mais bem fortificado aquartelamento português em 1972. As unidades portuguesas aí estacionadas (duas companhias de infantaria, unidades de cavalaria e de artilharia) tinham por missão impedir a utilização da principal via de reabastecimento das forças do PAIGC, a partir de Kandjafra, que aparecia nas

²⁶ ANTUNES, José Freire Antunes – *A guerra de África. 1961-1974*. Vol. 2. 2.ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 1008.

cartas militares como «Corredor de Guiledje»²⁷. Por isso, o líder do PAIGC estava absolutamente convencido de que com a queda de Guiledje tudo à volta cairia. Fazia mesmo depender a derrocada do regime colonial na Guiné de uma eventual queda deste importante campo fortificado, pois aliviaria a pressão do exército português na zona da fronteira, precipitando o desenvolvimento de ações militares e abrindo novas perspectivas para a resolução (pelo menos política) do conflito.

Cabral tinha plena consciência de que era absolutamente prioritário «tirar os tucas de Guiledje»²⁸. Prometia mesmo uma visita a Kandjafra, para se reunir com Nino Vieira a fim de estudarem «um plano para liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira»²⁹.

Em meados de 1972, este plano de «liquidar Guiledje e outros campos próximos da fronteira» assumiu mesmo um certo simbolismo, depois do êxito logrado com a visita da missão das Nações Unidas às áreas libertadas, e as características de uma «Ofensiva Final», cujos preparativos e execução operacional o líder do PAIGC confiou a Osvaldo Lopes da Silva. Neste ataque de grande envergadura, que deveria coincidir com a reunião, em outubro, da Assembleia Geral das Nações Unidas, e em novembro, do Conselho de Segurança, Cabral contava empregar efetivos cubanos, e, simultaneamente levar a cabo uma grande ação militar de diversão em várias localidades do sul (por exemplo sobre Gadamael) e do norte (Guidaje). No final destas operações Amílcar Cabral esperava obter imediatamente o apoio das Nações Unidas que funcionaria como um lenitivo, como já se disse, para a subsequente proclamação do Estado da Guiné que

²⁷ Arquivo Mário Soares (AMS). «PAIGC – Communiqué». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84015 [acedido a 6 de jun. de 2014].

²⁸ Arquivo Mário Soares (AMS). Sem título. Data: 9 de jul. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34488 [acedido a 7 de jun. de 2014].

²⁹ Idem – Ibidem.

deveria ter lugar, em princípio, em meados ou finais de dezembro de 1972 ou o mais tardar em janeiro de 1973. Mas a consecução, pelo menos, da ofensiva militar de pressão sobre o colonialismo português na Guiné exigia também a anulação do poderio aéreo português. Foi com esse objetivo que visitou a URSS, a 9 de julho de 1972. A ideia era persuadir as autoridades soviéticas a fornecerem-lhe os mísseis Strela (SA – 7) com os quais tencionava mudar «qualitativamente a luta»³⁰. A propósito, numa carta dirigida a Pedro Pires Cabral escrevia:

Espero que os preparativos para as operações ai já estejam no fim. É bom não nos atrasarmos muito, porque o inimigo tem também os seus planos e pode criar-nos situações novas que nos obriguem a desistir dos nossos. Como planeámos, o 1.º ataque a G[uiledje] (ao mesmo tempo que fazemos diversionismo sobre K [kitafine]) deve ser duro, mas não devemos pôr os problemas na base do «tudo ou nada». Devemos organizar as coisas para uma ação contínua e prolongada (um a dois meses) para, se o inimigo resistir, desgastá-lo e depois liquidá-lo³¹.

Era desta forma que o secretário-geral do PAIGC pretendia passar à ofensiva e, sobretudo, retirar ao exército português a iniciativa que tinha estado a ter nos últimos meses, como já se viu. Assim, os derradeiros meses de 1972 tornar-se-iam decisivos para o PAIGC e para a estratégia delineada por Amílcar Cabral no seu afã de proclamar o Estado da Guiné. A guerra tinha entrado, efetivamente, na sua fase final, a avaliar pelas ações políticas, diplomáticas e pelo projetado ataque ao aquartelamento de Guiledje que inauguraria uma série de ações militares em todo o território. Não foi por acaso que numa Mensagem de Ano Novo de 31 de dezembro de 1971 Amílcar Cabral

³⁰ Idem – Ibidem.

³¹ Idem – Ibidem.

vaticinou o fim próximo do colonialismo português na Guiné³² que passava pelo cumprimento dos seguintes objetivos:

- 1) Intensificação da ação armada em todas as frentes, com a utilização de novos e mais poderosos meios;
- 2) Criação dos Conselhos Regionais e da ANP, cuja missão histórica seria a de proclamar o Estado da Guiné. Recordo apenas que os preparativos e a campanha de sensibilização de quadros, militantes, guerrilheiros e população civil tinha começado em dezembro de 1971, prolongando-se por todo o ano de 1972;
- 3) Incremento da atividade diplomática junto dos aliados e dos países amigos com o objetivo de amearhar apoios políticos e morais.

Apesar dos preparativos o projetado ataque a Guiledje não pôde ser concretizado na altura prevista, tendo sido adiado para os inícios de 1973. Não se conhecem as razões desse adiamento, mas os resultados da última Assembleia Geral das Nações Unidas acabaram por certamente desencorajar (pelo menos temporariamente) o secretário-geral do PAIGC no que concerne à ideia de avançar com a proclamação do Estado da Guiné ainda em dezembro de 1972 ou princípios de 1973. É que estes dois organismos das Nações Unidas (aquele mais arrojado nas suas resoluções do que este) instaram Portugal a negociar com os movimentos de libertação nacional, pelo que Amílcar Cabral teria ficado certamente à espera que Portugal tomasse iniciativas nesse sentido o que, como se sabe, acabou por não suceder. Ao invés, as autoridades portuguesas recusaram-se a

³² «Vamos acelerar a liquidação total do colonialismo português em 1972, para libertarmos o homem africano da Guiné e Cabo Verde de toda a espécie de opressão, para construirmos uma sociedade justa, baseada na nossa própria história e nas realidades da nossa terra, mas aberta a todas as conquistas da humanidade no caminho do progresso».

sentar a mesma mesa com os apodados «terroristas». Avisado dos planos políticos e militares de Amílcar Cabral Spínola agendou mesmo grandes operações no Cantanhez para outubro de 1972, que só se concretizariam em dezembro, exatamente para a mesma altura em que Amílcar Cabral tencionava, inicialmente, proclamar o Estado da Guiné.

Outro motivo para o adiamento daquela que seria a «Ofensiva Final» foi, quanto a nós, pelo facto de o PAIGC não ter ainda reunido as condições militares e logísticas para a realização do projetado ataque. Estamos mesmo persuadidos a admitir que esteve relacionado com o atraso soviético no fornecimento dos mísseis. O Secretário-Geral do PAIGC era um revolucionário astuto. Jamais aceitaria avançar para um ataque de grande envergadura se daí não surtisses os resultados desejados. Daí, quanto a nós, a ideia da suspensão, mas não do abandono do projeto. Meses mais tarde, numa outra missiva endereçada a Pedro Pires, datado de 8 de dezembro de 1972, Cabral voltou a lembrar a necessidade de atacar Guiledje: «há que atacar muito Kebo e Bedanda e Buba também, mas não desistamos do projetado ataque a Guiledje»³³.

Tudo indica que em dezembro de 1972 o PAIGC mantinha firme o plano para atacar Guiledje em força e este plano era do conhecimento das tropas portuguesas. Não foi por acaso que, a 8 de janeiro de 1973, no quadro desta guerra visando impedir que Amílcar Cabral cumprisse os seus planos, Spínola fez uma diretiva (a 2/73) em que criou o Comando Operacional n.º 5 (COP 5), sob a dependência direta do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, com alertas sugestivos:

³³ Arquivo Mário Soares (AMS). «Correspondência, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral, dirigida ao camarada Pedro Pires». Data: 8 de dez. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).

É de admitir que o IN [inimigo] reforce os seus efetivos armados naquela região com material e pessoal a partir da REP. GUINÉ e, conseqüentemente, pressione ainda mais as nossas guarnições dos subsectores de Guiledje, Gadamael e Cacine...³⁴.

A missão consistia, entre outras, em interceptar o «corredor» do Guiledje, especialmente pela implantação de minas e armadilhas e execução de fogos de interdição», mas também executar «ações de reconhecimento na faixa fronteiriça de modo a detetar linhas de infiltração IN»³⁵.

Porém, o secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral, não viveria o suficiente para assistir à queda de Guiledje como era seu desejo e ao colapso do regime colonial, devido ao seu assassinato em Conacri, a 20 de janeiro de 1973. Esta projetada ofensiva só se concretizaria em maio de 1973, e batizada com o nome de «Operação Amílcar Cabral», em homenagem ao líder entretanto assassinado.

A «Operação Amílcar Cabral» e epílogo

No essencial a operação, manteve o figurino de «Ofensiva Final» projetada inicialmente para finais de 1972:

- 1) Inviabilizar o dispositivo aéreo português;
- 2) Ataque a Guiledje com manobras de diversão em Gadamael (sul) e Guidaje (norte);

³⁴ LIMA, Alexandre Coutinho e – *A Retirada de Guiledje (22 de Maio de 1973). A verdade dos factos*. 1.ª Ed. Lisboa: D. G. Edições, 2008, p. 21 e p. 402.

³⁵ Idem - *Ibidem*, p. 403.

3) Aproveitamento dos resultados destes ataques generalizados e do simbolismo da tomada de Guiledje do ponto de vista da política doméstica e internacional.

Na verdade, a utilização dos mísseis soviéticos Strela, no teatro de operações da Guiné, pela primeira vez a 25 de março de 1973, veio alterar profundamente o curso da guerra colonial/guerra de libertação.

	março	abril	maio	junho	julho
Ações principais	70	77	167	122	92
Ataques contra os centros urbanos	73		110	89	56
Emboscadas	27		42	28	24
Inimigos mortos	232	204	403	291	312
Veículos destruídos	13	15	33	16	32
Barcos e vedetas afundadas	2	4	6	4	–
Aviões abatidos	5	7	2	4	–

Quadro 1 – Balanço das ações levadas a cabo pelas forças armadas do PAIGC entre março e julho de 1973.

Fonte: PAIGC.

Graças à utilização desses mísseis, em finais de março e também em abril, vários aviões foram abatidos pelos guerrilheiros do PAIGC nas proximidades de Guidaje (norte) e de Guiledje (sul). A propaganda do PAIGC fala mesmo num total de 18 aviões abatidos (*vide* Quadro 1) entre março e junho: 12 caças-bombardeiros à reação (FIAT G-19 tipo OTAN R-4), 3 caças-bombardeiros norte-americanos *Harvard*

T-65 e três *Dornier DO-67*. Aos prejuízos materiais a propaganda do PAIGC associa ainda as perdas em vidas humanas com destaque para a do tenente-coronel Almeida Brito, cujo avião foi abatido na zona de Boé³⁶. Depois dos golpes desferidos sobre a aviação a Operação «Amílcar Cabral» pôde finalmente principiar, efetivamente, a 5 de abril de 1973 com vários flagelamentos ao aquartelamento de Guidaje, no norte, e com o cerco à estrada Binta-Guidaje. Entre abril e maio de 1973 as notícias já davam conta de flagelamentos de aquartelamentos de Guidaje e de Guiledje em plena luz do dia. As dificuldades começam a ser também muito penosas por estrada e sem apoio da aviação. Gradualmente, Guidaje, Guiledje e mais tarde Gadamael começaram a ressentir-se do seu isolamento. A norte, no início de maio, o PAIGC tinha já conseguido concentrar em Cumbamory um efetivo estimado em 650 homens, cuja missão era a de isolar Guidaje, que de 8 a 31 de maio foi alvo de 42 flagelações. No comando das operações encontrava-se, do lado do PAIGC, Manuel dos Santos (Manecas). Foram estes cercos e o ataque às várias colunas portuguesas de reabastecimento que pretendiam chegar a Guidaje que forçaram o Comandante-Chefe, António de Spínola, a ordenar o ataque a Cumbamory (a famosa Operação «Ametista Real»), em plena República do Senegal, pelos comandos africanos, no dia 19 de maio. Há quem admita que este ataque teria contado com a anuência das autoridades senegalesas.

O ataque à base do PAIGC de Cumbamory, de onde partiam normalmente os reabastecimentos para a frente norte (Oio e Chão dos Manjacos), através do corredor de Sambuia, em jeito de reação ao cerco e na tentativa para aliviar a pressão sobre o aquartelamento de Guidaje, foi perpetrado sob o comando do então Major João de

³⁶ Arquivo Mário Soares (AMS). «PAIGC - Operação 'Amílcar Cabral'». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84064 [acedido a 18 de fev. de 2016].

Almeida Bruno, do Batalhão dos Comandos Africanos, acompanhado pelo capitão paraquedista António Ramos, pelo capitão Matos Gomes e pelo então capitão Comando Raúl Folques. Teriam sido utilizados na operação 500 efetivos. O que se desconhece é se não haveria, do lado português, um plano idêntico em relação à base de Kandjafra, na Guiné-Conacri, onde o PAIGC possuía um importante paiol que abastecia às diferentes bases no interior da Guiné, designadamente do sul e leste, através do «Corredor de Guiledje».

Depois de um cerco e de flagelações de vários dias, o exército português foi obrigado a avançar sobre Kumbamory, numa operação denominada «Ametista Real», em pleno território senegalês, onde o PAIGC mantinha uma base de retaguarda. Vale a pena lembrar que poucos dias antes desta operação em socorro da cercada Guidaje, a 15 de maio de 1973, fortes bombardeamentos do PAIGC atingiram Guiledje de forma contínua, cessando apenas no dia 24 de maio com o assalto e tomada do campo fortificado sem qualquer resistência. Dois dias antes (22 de maio), o contingente militar estacionado no então designado Comando Operacional 5 (COP 5), dirigido pelo então Capitão Coutinho e Lima, tinha-se retirado com elementos da população para Gadamael. Essa retirada do hoje Coronel Coutinho e Lima, valer-lhe-ia a destituição do comando e mais tarde um processo no Tribunal Militar Territorial de Lisboa.

Não há dúvida de que o projetado ataque a Guiledje e a tomada do quartelamento foi debuxado com alguma intencionalidade, pois, tal como o plano de ataque (não concretizado) de 1972, deveria coincidir com a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas e com o Conselho de Segurança, os de 1973 coincidiram com as celebrações do 10.º aniversário da fundação da OUA e do Comité de Libertação que entre 20 e 25 de maio estava a ser celebrado em Adis-Abeba. Foi em virtude deste facto que, curiosamente, no dia 25 de maio (dia da fundação da OUA) era hasteada a bandeira do PAIGC em Guiledje, facto que o partido do falecido líder, Amílcar Cabral, aproveitou para

enviar não só um telegrama ao Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, reunidos em Adis-Abeba, que rapidamente saudaram a determinante conquista do PAIGC, mas também motivou comunicados de imprensa em várias línguas. O próprio Comité Executivo de Luta do PAIGC fez questão de dedicar essa grande vitória ao 10.º aniversário da OUA.

Animado por esta vitória e pela imobilização da aviação portuguesa o PAIGC partiu para o cerco a Gadamael que se prolongaria ao longo de vários dias, levando à conseqüente evacuação de três centenas de militares já em junho.

Estava assim aberto o caminho para o cumprimento de um dos maiores desideratos do PAIGC pós-Cabral: a proclamação do Estado da Guiné.

Num comunicado difundido a 6 de junho de 1973, o PAIGC afirmava que a tomada de Guiledje e a eliminação da presença portuguesa assumia uma importância vital para a logística do exército de libertação nacional, reforçando a segurança do sector de Balana, cujas povoações vinham sendo alvos dos tiros de canhões inimigos³⁷. Além do mais, acentuava em termos propagandísticos que o comandante colonial do aquartelamento, Coutinho e Lima, não teria tido tempo de terminar um pedido de socorro encontrado em cima da secretária e que as tropas do PAIGC teriam capturado ao inimigo o seguinte armamento: canhões de 155 mm; um morteiro pesado de 106 mm; dois morteiros de 81 mm; um morteiro de 60 mm e uma importante quantidade de matéria de guerra.

A «Operação Amílcar Cabral», que levou à queda de Guiledje, em maio de 1973, depois de um cerco de vários dias, foi um ponto de partida, mas também um ponto de chegada. Um ponto de partida, por ter conduzido, como já se disse, ao colapso do exército português, e, por conseguinte, do Estado colonial na Guiné. Um ponto de che-

³⁷ Idem – Ibidem.

gada, pois foi o culminar de um projeto antigo de Amílcar Cabral que era visto como uma espécie de «Ofensiva Final», *avant la lettre*, pelos resultados que dela se pretendia subtrair como efetivamente veio a suceder, quer do ponto de vista doméstico quer internacional.

A 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamaria unilateralmente o Estado da Guiné-Bissau em Madina do Boé, rapidamente saudada e reconhecida para mais de 70 países.

Fontes

Arquivo Mário Soares (AMS)

- «Comunicado de guerra [Frente Sul]». Data: 3 de mar. de 1969. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40664 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- «Correspondência, carta [manuscrita] de Amílcar Cabral, dirigida ao camarada Pedro Pires». Data: 8 de dez. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Duma carta aos camaradas Oswaldo (Ambrósio Djassi) e Chico (Francisco Mendes) (Chico Té)». Pasta 4340.003 im. 21. Data: 18 de jul. de 1963. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Instruções de Amílcar Cabral para a organização de um ataque na zona de Guiledje, Bedanda e fronteira com a Guiné-Conacri». Pasta 07056.006.012. Data: s.d. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Mensagem de Amílcar Cabral para Nino Vieira». Data: 9 de mai. de 1970. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40329 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- «Mensagem – Fulamory». Pasta 07198.168.071. Data: 25 de fev. de 1971. Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40594 [acedido a 5 de jun. de 2014].
- «PAIGC – Comunicué». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84015 [acedido a 6 de jun. de 2014].
- «PAIGC - Operação 'Amílcar Cabral'». Data: 1973. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84064 [acedido a 18 de fev. de 2016].
- «Relatório remetido por Nino Vieira a Amílcar Cabral expondo a situação na fronteira com a República da Guiné, designadamente os ataques entre Kebo e Guiledje». Pasta 07197.167.001. Data: 1966–1974. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40775 [acedido a 5 de jun. de 2014].

- «Relatório Secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA». Pasta 04616.079.005. Data: 24 de fev. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC).
- «Reunião para a operação 'Maimuna'. Pasta 07062.034.094. Data: 1968. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41116 [acedido a 8 de jun. de 2014].
- «Sobre a ação das nossas forças nas frentes do sul (para o camarada Nino e os outros dirigentes da luta nas frentes do sul)». Data: 5 de fev. de 1971. Fundo: Documentos de Amílcar Cabral (DAC). Disponível em <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.015> [acedido a 18 de fev. de 2016].
- Sem título. Data: 2 de nov. de 1964. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39155 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34489 [acedido a 5 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 10 de mar. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral (DAC). Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34492 [acedido a 7 de jun. de 2014].
- Sem título. Data: 9 de jul. de 1972. Fundo: Documentos Amílcar Cabral. Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34488 [acedido a 7 de jun. de 2014].

Referências bibliográficas

- ANTUNES, José Freire Antunes – *A guerra de África. 1961–1974*. 2 Vols. 2.ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, 1071 p. ISBN 9789727590391.
- CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, 464 p.
- CALHEIROS, José de Moura – *A última Missão*. 2.ª Ed. Lisboa: Caminhos Romanos, 2011, 640 p. ISBN 9789898379030.
- CUNHA, Joaquim Silva – *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, 368 p.
- DAVIDSON, Basil – *A libertação da Guiné. Aspetos de uma Revolução Africana. Prefácio de Amílcar Cabral*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975, 209 p.
- DIA, Less Nam – «Après une indépendance». *Jeune Afrique*. Paris: Danielle Ben Yahmed. ISSN 1950-1285. N.º 660, 1 septembre 1973, p. 5.
- FELGAS, Hélio – *Guerra na Guiné*. Lisboa: Oficinas Gráficas Speme, 1967, 124 p.
- GOMES, Carlos de Matos e AFONSO, Aniceto – *Os Anos da Guerra Colonial*, Lisboa: Quidnovi Editora, 2010, 832 p. ISBN: 9789896282134.
- LIMA, Alexandre Coutinho e – *A Retirada de Guiledje (22 de Maio de 1973). A verdade dos factos*. 1.ª Ed. Lisboa: D. G. Edições, 2008, 473 p. ISBN 978-989-8135-25-4.
- LOPES, José Vicente – *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Cidade da Praia: Spleen Edições, Cidade da Praia, 2012, 496 p.
- Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A prática revolucionária. Unidade e Luta II*. 2 Vols. Lisboa: Seara Nova, 1977.

- PAGET, Julian – *Counter-insurgency campaigning*. London: Faber and Faber Limited, London, 1967, 189 p.
- PEREIRA, Aristides – O Meu Testemunho, uma luta, um partido, dois países. Lisboa: Editorial Notícias, 2003, 304 p. ISBN 9789724613819.
- POLICARPO, Fernando – *A Guerra na Guiné – 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi Editora, 2010, 148 p. ISBN 9789896281908.
- SARKESIAN, Sam C. (Ed.) – *Revolutionary Guerrilla Warfare: Theories, Doctrines, and Contexts*. London: Routledge, 1975, 623 p. ISBN-13: 978-0913750056.
- SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, 448 p. 9789723604245.
- SINGH, Baljit and MEI, Ko-Wang – *Theory and practice of Modern Guerrilla Warfare*. London: Asia Publishing House, 1971, 140 p., ISBN-13: 978-0210981696.
- SOUSA, Julião Soares – «MPLA: da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA». *Latitudes. Cahiers Lusophones*. Paris: Association Cahiers Lusophones. ISSN 1285-0756. N.º 28, Décembre 2006, p. 11-16.
- *Amílcar Cabral (1924–1973). Vida e morte de um revolucionário africano*. Praia: Spleen Edições, 2012, 570 p.

A ARMA QUE MUDOU A GUERRA

José A. Matos

0000-0003-0656-8513

Matthew M. Hurley

Resumo: A evolução da guerra colonial na Guiné sofreu uma mudança dramática em 1973–1974, quando os guerrilheiros do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) tiveram acesso a uma arma antiaérea nunca vista em África: a última versão míssil terra-ar soviético SA-7 (Strela-2M). A introdução desta arma no teatro de operações da Guiné provocou profundas alterações no emprego da aviação e na eficácia das operações aéreas. Além do impacto na Força Aérea, esta nova arma criou também um sentimento de derrota nas forças militares portuguesas. Aproveitando as vantagens da nova arma, os guerrilheiros lançaram várias operações de grande envergadura que abalaram as forças portuguesas provocando mudanças no próprio comando militar em Bissau, incluindo a saída e substituição do general António de Spínola. A escalada da guerra provocou também uma reposta do regime em Lisboa, que apostou na continuação da guerra e no reforço do poder militar português no território.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Guiné, Força Aérea

Abstract: The evolution of the colonial war in Guinea underwent a dramatic change in 1973–1974, when the guerrillas of the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde) had access to an anti-aircraft weapon never seen in Africa: the last version of the soviet SA-7 missile (Strela-2M). The introduction of this weapon into the theatre of operations in Guinea triggered profound changes in aviation employment and the effectiveness of air operations. Beyond the impact in the Air Force, however, this new weapon also engendered a sense of defeat in the Portuguese military forces. Taking advantage of the new weapon the guerrillas launched several major operations that shook the Portuguese forces provoking changes in the military command itself, including the departure and replacement of General António de Spínola. The escalation of the war also provoked a response from the Lisbon regime, which gambled on continuing the war and strengthening Portuguese military power in the territory.

Keywords: Colonial War, Guinea, Air Force

O surgimento do míssil

O poder aéreo na Guiné era a grande vantagem que as forças portuguesas possuíam contra as tropas da guerrilha. Os guerrilheiros não tinham aviação e também não tinham armamento antiaéreo que fosse capaz de impedir a livre circulação dos meios aéreos portugueses na Guiné. Essa vantagem das forças portuguesas desaparece, no entanto, em março de 1973, quando os mísseis terra-ar Strela-2M de fabrico soviético causam as primeiras baixas na Guiné, com o abate de dois caças Fiat G.91 da Força Aérea Portuguesa (FAP). O primeiro é abatido no dia 25 de março, na zona de Guileje, no sul da Guiné, muito perto da fronteira com a Guiné-Conacri. O piloto, o tenente Miguel Pessoa, não se apercebe do míssil, mas consegue ejetar-se e é recuperado¹. Três dias mais tarde, a 28 de março, outro Fiat, desta vez pilotado pelo tenente-coronel Almeida Brito, também é abatido no sul da Guiné. O avião de Almeida Brito explode no ar provocando a morte do piloto². Na semana seguinte, a 6 de abril, a Força Aérea perde ainda dois aviões ligeiros de transporte DO-27 e um avião de ataque ligeiro T-6G, juntamente com os respetivos pilotos, devido à ação do míssil³. Para as tropas portuguesas é uma escalada na guerra com a qual não estavam a contar. Para o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) é a derradeira arma para vencer a guerra.

A gravidade da situação surge bem espelhada numa informação que o Inspetor-adjunto Fragoso Allas, chefe da delegação da Direção-

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC. Informação n.º 218/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: Atividade do PAIGC, 3 de abr. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

² Idem – Ibidem.

³ Arquivo Defesa Nacional. Fundo Geral SGDN/1690. Relatório sobre a situação no Ultramar n.º 4/73, CTI Guiné, Anexo A.

-Geral de Segurança (DGS), na Guiné, envia para Lisboa, a 9 de abril, sobre a perda de vantagem da Força Aérea:

Não dispomos de meios aéreos que possam constituir uma força de dissuasão ou que nos permitam castigar duramente as bases de apoio, temos que encarar como muito possível que o PAIGC venha num muito curto prazo de tempo a estabelecer novas áreas libertadas, e dificultar ou impedir o tráfego aéreo e até mesmo a aniquilar algumas guarnições que agora passaram a não poder contar com o apoio aéreo para as defender, evacuar os feridos e reabastecer.

E mais à frente acrescentava: «Consideramos muito grave a situação resultante do emprego pelo PAIGC de novas armas antiaéreas»⁴. Na mesma data, a DGS, em Lisboa, tem já informação sobre o míssil obtida através dos Serviços Secretos Alemães (BND), que a envia ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN)⁵. Pouco tempo depois, esta informação é difundida pelas três frentes de guerra. Entretanto, o Comando da Zona Aérea da Guiné (COMZAVERDEGUINE) começa a tomar as primeiras medidas cautelares para minorar a ameaça da nova arma.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC. Informação n.º 247/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: República da Guiné – Situação do PAIGC, 9 de abr. de 1973, pasta 7, fls. 190/192.

⁵ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação Suplementar do Secretariado Geral da Defesa Nacional. Assunto: União Soviética: Míssil Terra-Ar individual GRAIL (SA-7). Fonte: DGS, 9 de abr. de 1973.

A introdução do míssil na Guiné

Não se sabe com precisão a data em que o míssil chegou à Guiné, mas testemunhos de protagonistas do PAIGC envolvidos diretamente no processo como Luís Cabral, apontam no sentido de que os primeiros mísseis chegaram à Guiné depois da morte de Amílcar Cabral, que ocorreu a 20 de janeiro de 1973⁶. No mesmo sentido, aponta uma análise pericial feita pelas autoridades americanas aos fragmentos de um SA-7 recolhidos na Guiné, que refere fevereiro de 1973, como data de fabrico do míssil⁷. É interessante registar a este nível a cooperação que se estabeleceu entre os EUA e Portugal com vista a identificação do míssil.

Com efeito, uma parte do míssil encontrada no norte da Guiné é analisada na embaixada dos EUA, em Lisboa, por técnicos americanos que se deslocam à capital portuguesa, em meados de maio. O exame pericial feito na embaixada americana conclui que os vários fragmentos recolhidos até então correspondem a uma versão aperfeiçoada do SA-7 (Strela-2M), desconhecida nos países ocidentais e fabricada em fevereiro de 1973⁸. Juntamente com esta peritagem é entregue, a 25 de maio, no Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), um manual técnico da *Missile Intelligence Agency* (MIA) sobre o míssil, que permite finalmente às autoridades portuguesas conhecer a fundo as características e performances das versões conhecidas do SA-7⁹.

Pouco tempo depois, em junho, a secção de propulsão do míssil e um dos conjuntos eletrónicos são enviados a título definitivo para

⁶ CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, p. 433-444.

⁷ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2.ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército. Assunto: Míssil Terra-A. 4 de jun. de 1973.

⁸ *Idem* – *Ibidem*.

⁹ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. Manual ST-CS-14-232-72. *Missile Intelligence Agency* (MIA). dez. de 1972.

os EUA, para uma peritagem mais exaustiva, que originará depois um relatório técnico da *Defence Intelligence Agency* (DIA). A 11 de setembro, a DIA envia de Washington para o adido de defesa da embaixada americana em Lisboa, as conclusões da peritagem. A agência informa que estamos perante uma versão do míssil com um sistema de propulsão melhorado, que permite aumentar a velocidade do SA-7 em 20% a 25%, assim como a sua manobrabilidade, o que aumenta a capacidade do míssil dentro do seu envelope de interceção contra aeronaves de elevada performance¹⁰. Tudo indica que o modelo analisado era o Strela-2M ou SA-7B Grail Mod. 1, introduzido na União Soviética em 1971 e desconhecido no Ocidente¹¹. Desta forma, podemos concluir, que o PAIGC foi o primeiro movimento de guerrilha a usar esta nova versão do míssil. No Vietname de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues.

As primeiras medidas cautelares

Ultrapassada a fase de surpresa inicial, realizada a análise das perdas sofridas e deduzindo, ainda que empiricamente, o funcionamento da nova arma, dada a escassez de informação, o Comando da Zona Aérea (COMZAVERDEGUINE), introduz uma série de condicionamentos nas missões realizadas pelas diversas aeronaves. As primeiras medidas cautelares são adotadas em meados do mês de abril e implicam uma série de restrições de voo à Força Aérea, que afetam

¹⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Fundo Geral SGDN/5681/7. *Defense Intelligence Agency*. Teletype message, 111808Z SEP 73, to *Defense Attach Office*. Lisbon: 11 de set. de 1973.

¹¹ «KBM Kolomna Strela-2/-2M (SA-7 'Grail') Man-Portable Anti-Aircraft Missile System». In GETHING, Michael J. – *Jane's Electro-Optic Systems 2011-2012*. 17.^a Ed. London: Janes Information Group, 2011.

obviamente o apoio que a FAP prestava às unidades do Exército. Neste capítulo, a reação portuguesa não foi muito diferente da reação da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita no Sudeste Asiático, quando são confrontadas com este míssil em 1972¹². Perante a ameaça, os aviões americanos adotaram novos parâmetros de voo fora do alcance do míssil¹³. A FAP fez a mesma coisa. Podemos ver agora as primeiras medidas cautelares que foram adotadas pelos pilotos na Guiné em função do tipo aeronave:

- T-6G – Cancelamento das missões de apoio próximo às forças terrestres e de ataque ao solo de natureza independente.
- Fiat G-91 – Execução apenas de missões de bombardeamento a picar (BOP) e de metralhamento a picar (MAP), com entrada a 10 000 pés (3300 m) e saída a 3000 pés (990 m).
- DO-27 – Cancelamento das missões de Reconhecimento Visual (RVIS) e de Posto de Controlo Volante (PCV). Redução das missões de TGER e de TEVS (Transportes Gerais e Evacuação).
- Noratlas – Execução de missões de transporte limitado a 3000 kg de carga, a fim de assegurar a maior razão de subida das aeronaves dentro da zona de segurança garantida pelas forças terrestres. Canceladas as missões de lançamento de cargas aéreas.
- C-47 Dakota – Execução de missões de transporte aéreo limitado a 1500 kg de carga.
- Alouette III – Execução de missões de TGER e TEVS por duas aeronaves, a baixa altitude, uma limpa e a outra armada para proteção do conjunto e de apoio de fogo das tropas e do meio

¹² «New N. Viet Missile Causes Changes in U.S. Pilots' Tactics». *The Washington Post and Times Herald*. Washington D.C. LCCN sn 8402453915. A 12, July 1972.

¹³ «Oral History Interview of General John W. Vogt, Jr., by Claude G. Morita» *Seventh Air Force History. Implications of Modern Air Power in a Limited War*. Typed transcript, in USAF Collection, AFHRA, 29 November 1973.

aéreo de TEVS, na zona de operações das forças terrestres. Execução de missões de TGER apenas para pistas interditas ao DO-27.

Entretanto, o Comando da Zona Aérea e a DGS na Guiné conseguem obter mais informações sobre o míssil através do testemunho de ex-guerrilheiros, que desertaram para o lado português. É o caso de Tcheto Candé, que fornece informações importantes sobre a localização dos vários grupos de mísseis e dos elementos que os comandam¹⁴ e também de Armando Baldé, que dá várias informações sobre o funcionamento do SA-7 e das táticas usadas pelos grupos de atiradores contra os aviões da FAP.¹⁵

A redução da atividade aérea

Além da perda de aviões e de pilotos, o míssil afeta também a atividade aérea da FAP. Através da análise dos SITREPS (relatórios de situação) da época verifica-se que a atividade aérea na Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (ZACVG) sofre uma redução muito acentuada na segunda semana de abril (57% em termos de exploração operacional), embora depois se assista a uma progressiva normalização¹⁶.

¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Arquivo PIDE/DGS. Processo 332-CI (2). Relatório de interrogatório n.º 41/73 anexo à informação 306/73-D.S.Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. 1 de mai. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

¹⁵ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/1/1/1. Relatório Imediato n.º 5641/73/DI/3/SC da DGS sobre o míssil solo – ar Strella, 31 de out. de 1973.

¹⁶ Arquivo Nacional de Defesa (ADN). F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

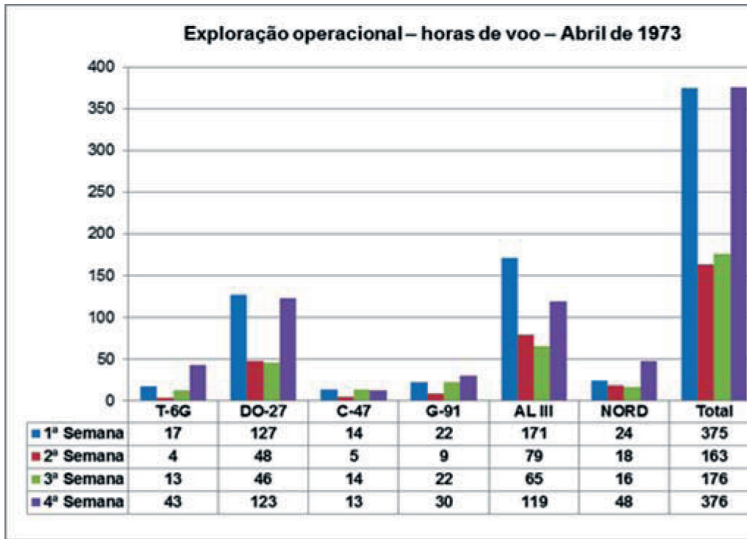


Gráfico 1 – Exploração Operacional em abril de 1973.

Como se pode ver pelo primeiro gráfico relativo à exploração operacional, no final do mês de abril, as várias aeronaves da ZACVG atingiram já os níveis de atividade do começo do mês, o que significa que a FAP se adaptou à nova ameaça, embora com uma série de restrições operacionais. Pelo gráfico podemos ver que a viragem acontece na 3.ª semana de abril, quando as medidas cautelares começam a ser aplicadas. As novas normas de voo e as táticas defensivas adotadas são depois objeto de uma diretiva do Comandante-Chefe da Guiné, general António de Spínola, que, a 29 de maio, emite a Diretiva 20/73, que estabelece definitivamente todos os procedimentos antimíssil a tomar, bem como as normas para os pedidos e ações de apoio aéreo¹⁷.

¹⁷ Arquivo Histórico Militar (AHM). DIV/2/4/228/2. Diretiva 20/73 do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Bissau, 29 de mai. de 1973.

O impacto do míssil nos diferentes tipos de missões

Como já foi dito, através da análise dos SITREPS da ZACVG podemos ver facilmente a evolução dos diferentes tipos de missões em qualquer período de 1973¹⁸. Vamos agora analisar o que aconteceu ao longo do ano. Para uma melhor compreensão dos gráficos apresentados de seguida e elaborados a partir dos dados disponíveis nos SITREPS, faz-se aqui uma pequena explicação das abreviaturas utilizadas nos mesmos:

- ATIP – Ataque Independente Preparado
- ATIR – Ataque Independente em Reconhecimento
- ATAP- Ataque de Apoio Próximo
- AESC – Ataque em Escolta
- RVIS – Reconhecimento Visual
- RFOT – Reconhecimento Fotográfico
- TMAN – Transporte de Manobra
- TGER – Transportes Gerais
- TEVS – Transporte de Evacuação

Começando pelas missões de ataque, podemos observar no gráfico 2 relativo às ações aéreas de ataque, que há alguma quebra em abril e nos três meses seguintes, com exceção de maio, em que se regista um pico de atividade provocado pela crise militar de Guidage e Guileje.

¹⁸ Arquivo Defesa Nacional (ADN). Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

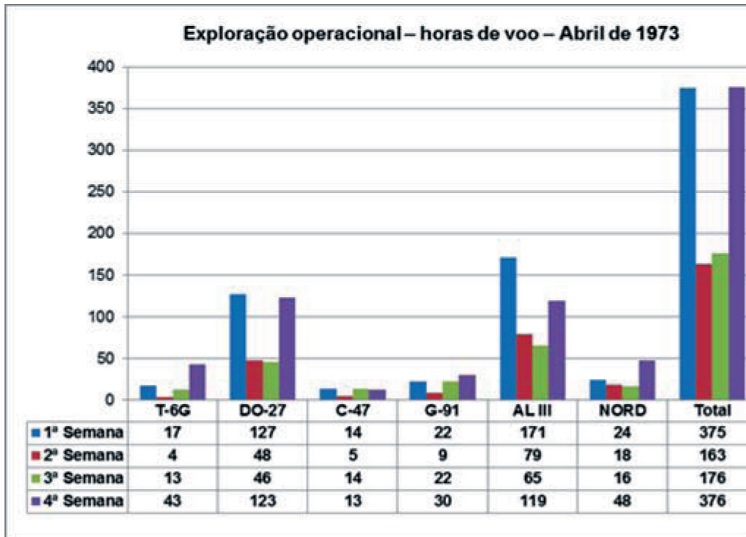


Gráfico 2 – Ações aéreas de ataque de março a dezembro de 1973.

De facto, maio é um mês crítico na Guiné com fortes ataques da guerrilha contra estes dois quartéis. No entanto, como se pode ver pelo gráfico 2, a partir de agosto, as missões de ataque da FAP aumentam de forma visível atingindo níveis superiores aos de março. Este aumento deve-se, principalmente, ao uso mais intensivo do Fiat G.91 a partir de agosto, que desempenha um papel importante na resposta à guerrilha.

De salientar também o pico de atividade em outubro, um mês em que a guerrilha esteve pouco ativa. Por outro lado, além do Fiat G.91, um avião C-47 de transporte é adaptado para missões de bombardeamento noturno podendo levar bombas de 15 kg, que são depois atiradas à mão por uma abertura na fuselagem na barriga do avião usada habitualmente para instalar máquinas fotográficas.

Embora não fossem bombardeamentos de precisão, tinham um efeito psicológico grande sobre a guerrilha. Podemos assim concluir que a Força Aérea manteve e até aumentou as suas ações ofensivas, apesar da presença do míssil.

Vamos agora analisar as missões de transporte muito relevantes no abastecimento dos quartéis do Exército. No que diz respeito a estas missões, a quebra é evidente até setembro aumentando a partir daí, embora nunca se alcance o número de ações registado em março. A redução é mais significativa nas missões TGER, importantes no abastecimento das diversas unidades do Exército espalhadas pela colónia.

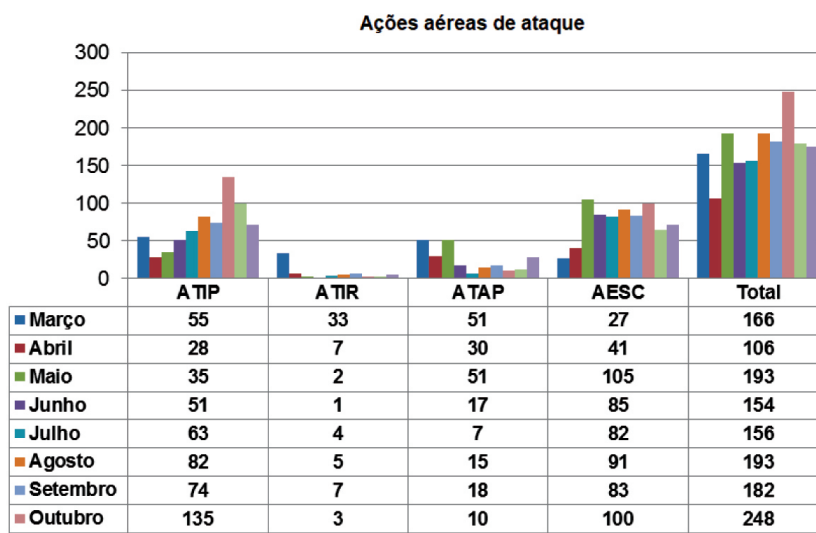


Gráfico 3 – Ações aéreas de transporte de março a dezembro de 1973.

Relativamente às missões TEVS de evacuação de feridos, convém referir que atingem o pico máximo em maio, durante a já referida crise militar que ocorreu nesta altura. Os Alouette III desempenham, neste âmbito, um papel importante com 102 ações TEVS no mês de maio, sendo seguidos pelo DO-27 (87 ações) e pelo Noratlas (26 ações)¹⁹. No entanto, apesar deste pico de atividade em maio, as

¹⁹ Arquivo Nacional de Defesa (AND). F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

unidades mais atacadas pela guerrilha neste período ficam sem evacuação aérea, pois os Alouette III experimentam severas dificuldades em atuar nessas zonas, devido à proximidade entre as forças em confronto, que não permite que as forças portuguesas assegurem pequenas áreas de aterragem para os helicópteros, livres de tiroteio ou da queda de granadas de morteiro. Além disso, quando os guerrilheiros detetam a presença dos helicópteros, bombardeiam os quartéis ou as pistas. Os aviões ligeiros como o DO-27 também não podem atuar neste cenário, o que provoca graves dificuldades às unidades atacadas.

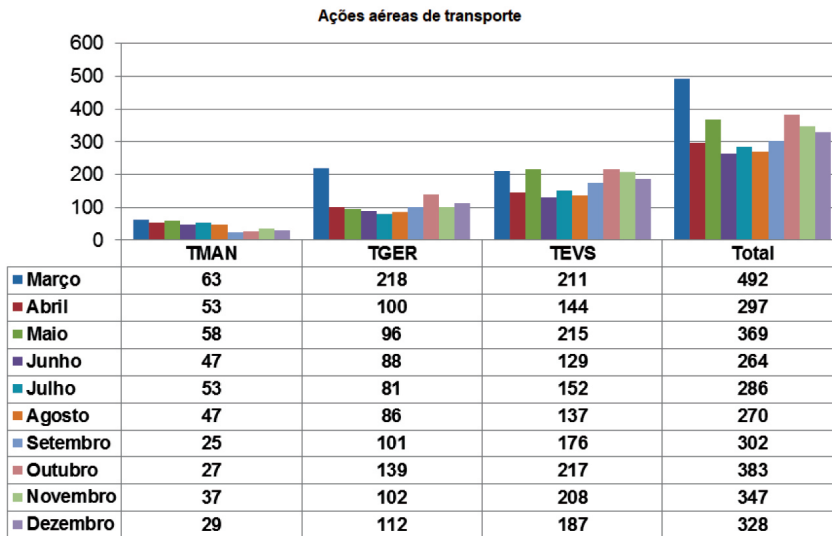


Gráfico 4 – Atividade operacional do Alouette III em 1973.

Convém, no entanto, referir que a Força Aérea não desistiu da utilização dos helicópteros. Na verdade, para proteger os helicópteros TEVS, decidiu aumentar a proteção armada a estes aparelhos, que começaram a ter dois Alouette III armados de escolta (AESC). No gráfico 4, podemos ver uma análise às missões TEVS e AESC do Alouette III, ao longo de 1973, que revela que o número de ações de

evacuação diminuiu, mas que as ações de escolta aumentaram de forma clara, confirmando o que foi dito anteriormente²⁰.

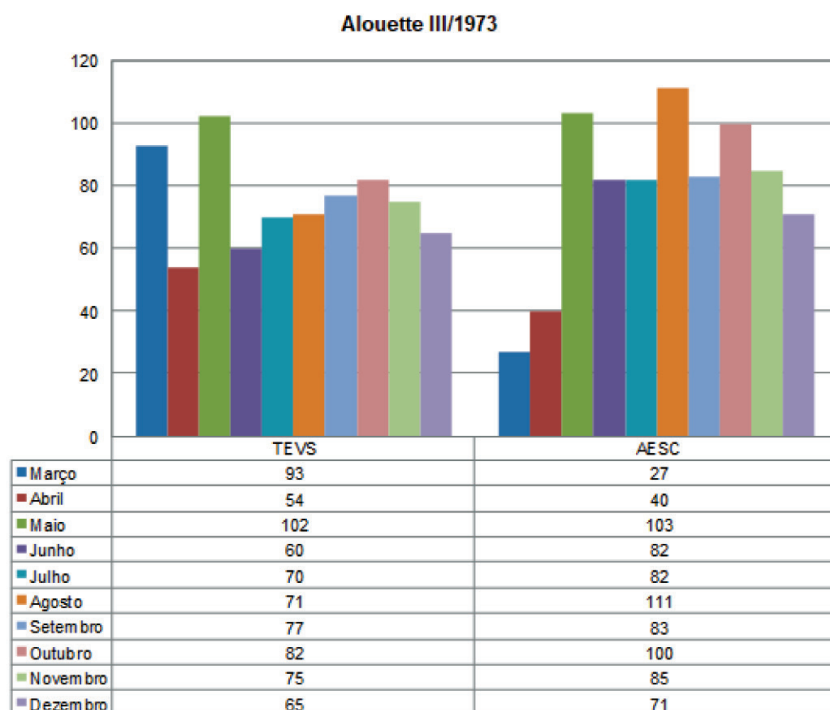


Gráfico 5 – Exploração operacional em 1973.

Por último, podemos analisar a exploração operacional das várias aeronaves da ZACVG, através do gráfico 5. O efeito do míssil é evidente, principalmente, nos aviões de hélice e menos significativo no Alouette III e no Fiat G.91. O caça italiano é mesmo o único meio aéreo que aumenta a sua atividade operacional ao longo do ano em análise. No saldo final, todavia, a exploração operacional do grupo

²⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F2/SSR.002/87 e 88. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

operacional ressentir-se com o míssil ao longo do ano, ficando sempre abaixo dos níveis de março de 1973.

A saída de Spínola

Apesar do agravamento da situação militar, principalmente durante a crise militar de Guidage, Guileje e Gadamael, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC, apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças no terreno. O primeiro alerta quanto à gravidade da situação é dado por Spínola, a 22 de maio de 1973, quando escreve uma carta ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa Gomes, e ao ministro do Ultramar, Silva Cunha, pedindo um reforço de meios para a Guiné «não tanto em ordem à obtenção do sucesso militar, mas tão-somente à prevenção de um colapso a prazo mais dilatado»²¹. Spínola alerta Costa Gomes e Silva Cunha para a possibilidade de um colapso militar na Guiné, o que provoca grande preocupação em Lisboa. É então decidido enviar o CEMGFA à colónia para se inteirar da situação²². Costa Gomes desloca-se à Guiné a 6 de junho e fala com os diversos sectores militares para diagnosticar a situação. No fim da visita, a 8 de junho, preside a uma reunião no quartel-general em Bissau, com a presença de Spínola e dos principais comandantes militares no território. Durante a reunião, os oficiais presentes, defendem que a situação militar exige um retraimento do dispositivo que evite o aniquilamento das guarnições de fronteira e concentre meios na zona mais interior da província de forma a «ganhar tempo

²¹ SPÍNOLA, António de – *País Sem Rumor. Contributo para a história de uma Revolução*. 1.ª Ed. Portugal: Editorial SCIRE, 1978, p. 56.

²² CUNHA, Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, p. 53.

e consolidar um reduto final que *in extremis* ainda possa permitir uma solução política do conflito»²³. Outra preocupação manifestada na reunião é a possibilidade da guerrilha usar meios aéreos e Spínola alerta para a «extrema gravidade que se revestirá um ataque aéreo a Bissau, dada a vulnerabilidade dos órgãos essenciais de apoio logístico»²⁴. Face a esta análise, Spínola salienta a necessidade urgente de novos meios de combate na Guiné capazes de contrabalançar o crescente poderio militar do PAIGC, mas recebe de Costa Gomes a resposta, de que não é possível reforçar o teatro de operações com os pedidos feitos por Spínola, mas que concorda com a remodelação do dispositivo no sentido da retração das unidades de fronteira²⁵.

A impossibilidade de fornecer novos meios de combate e a alteração no dispositivo levam Spínola a pedir ao Governo a sua substituição na Guiné, o que só aconteceria em setembro de 1973, com a chegada a Bissau, do general Bettencourt Rodrigues. É já com Bettencourt Rodrigues que as forças portuguesas na colónia recebem algum reforço militar em homens, material antiaéreo obsoleto e um navio patrulha, mas nada que permita aumentar substancialmente o potencial de combate na Guiné²⁶. No entanto, o Governo de Marcelo Caetano vai preparando secretamente uma série de aquisições militares que passam essencialmente pela compra de novos aviões de combate e de transporte para a Força Aérea e de mísseis antiaéreos para o Exército, além de material de Artilharia. Para isso, efetua um empréstimo considerável junto da África do Sul, o grande aliado que Portugal tem na África austral.

²³ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/34/4. Ata da reunião de Comandos de 8/6/73. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.

²⁴ Idem – Ibidem.

²⁵ Idem – Ibidem.

²⁶ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/34/4. Estudo do CCFAG sobre a área do Boé. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.

O apoio sul-africano

Os contactos com os sul-africanos já tinham vários anos. Na verdade, desde 1972, que o Ministério da Defesa português discutia com o seu congénere sul-africano, a possibilidade de um empréstimo considerável da ordem dos 150-160 milhões de *rands* para a compra de material militar destinado ao Exército e à Força Aérea²⁷. No entanto, as negociações para este grande empréstimo só começam no final de agosto de 1973, em Pretória, sendo concluídas no final do ano. Finalmente, a 8 de março de 1974 é assinado um acordo de empréstimo de 150 milhões de *rands* (6 milhões de contos) entre Portugal e a África do Sul, para a compra de material de guerra, em prestações mensais de 5 milhões de *rands*²⁸. É o dinheiro de Pretória que permite a Lisboa obter os novos meios de defesa para a Guiné. Silva Cunha, que agora é ministro da Defesa, envia a 4 de março, ao seu homólogo sul-africano, uma lista com uma série de material de guerra que Portugal pretendia obter ao abrigo do empréstimo sul-africano. A lista é longa, mas estamos a falar no essencial de material de artilharia, munições, sistemas de defesa antiaérea e caças supersónicos Mirage, além de aviões de transporte e de observação²⁹.

Estas novas aquisições entusiasma Bettencourt Rodrigues que, no início de março de 1974, visita Silva Cunha, em Lisboa, sendo informado pelo ministro dos planos de rearmamento das forças armadas. Depois de regressar a Bissau, Bettencourt Rodrigues escreve a Silva Cunha dando conta que tinha ficado positivamente

²⁷ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/25/58/21. Informação n.º 305/72 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: Lista de materiais a apresentar à RAS, 19 de ago. de 1972.

²⁸ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/20/48/64. Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de *rands* firmados com a RAS Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de set. de 1975.

²⁹ Arquivo Defesa Nacional (ADN). PAA 1140. Carta do Ministro da Defesa Nacional para o Ministro da Defesa da República da África do Sul. Lisboa, 4 de mar. de 1974.

surpreendido «com o esforço feito no sector do rearmamento e reequipamento das forças armadas» e que esperava obviamente que os novos equipamentos chegassem à Guiné o mais breve possível para lhes dar uso na próxima época³⁰. Esta carta mostra que a intenção de Bettencourt Rodrigues era obviamente continuar a guerra com um reforço do poder militar português através de novos armamentos.

Os contactos de Londres

Sensivelmente, na mesma altura, em finais de março, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, envia a Londres um diplomata português, José Manuel Villas-Boas, para encetar contactos com uma delegação do PAIGC e oferecer a independência política da Guiné, todavia, sem estabelecer um calendário. Este contacto, altamente secreto, visava sobretudo obter um cessar-fogo na Guiné e abrir caminho para a independência, que viria numa fase posterior. Depois de um primeiro encontro sem grandes desenvolvimentos foi marcado um segundo para maio de 1974, que nunca chegou a ter lugar devido à Revolução de Abril³¹. Até hoje, ainda não se sabe até que ponto esta iniciativa diplomática consentida por Marcello Caetano correspondia a uma verdadeira intenção de negociar com o PAIGC. João Hall Themido, que na altura era embaixador em Washington, conta, nas suas memórias, que Caetano limitou-se a não proibir esse encontro, transferindo todas as responsabilidades para Rui Patrício³². Seja como for, não se percebe qual a verdadeira intenção

³⁰ Arquivo Defesa Nacional (ADN). F1/29/7. Carta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné para o Ministro da Defesa Nacional, 12 de mar. de 1974.

³¹ VILLAS-BOAS, José Manuel – *Caderno de Memórias*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2003, p. 100-106.

³² THEMIDO, João Hall – *Dez anos em Washington 1971-1981. As verdades e os mitos nas relações luso-americanas (Caminhos da memória)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 151.

de enviar Villas-Boas a Londres, quando o Governo português tentava desesperadamente reforçar o seu poder militar na Guiné e nas restantes colónias com a aquisição de novos armamentos. O próprio Rui Patrício envolve-se nas negociações para a compra dos Mirage pressionando o Governo francês a vender os caças sem restrições, pois Paris não queria autorizar o estacionamento destes aviões na Guiné³³. Pressiona também Washington para vender mísseis terra-ar portáteis para serem usados na Guiné³⁴. Por outro lado, a longa lista de material de guerra que Silva Cunha envia ao seu colega sul-africano, em março de 1974, para ser financiada pelo empréstimo de Pretória, não indica que o Governo português estivesse particularmente interessado em negociar a paz. O ministro do Ultramar, Baltazar Rebelo de Sousa, autoriza na Guiné, em janeiro de 1974, contactos exploratórios com o Senegal de forma a intermediar um encontro com Luís Cabral do PAIGC, mas sem qualquer intenção de negociar a descolonização³⁵. Sendo assim é lícito concluir que a opção de Marcello Caetano em relação ao Ultramar foi sempre a solução militar e que os contactos de Londres não passaram de uma manobra dilatória para ganhar algum tempo, enquanto não chegavam as novas armas. Só que o rumo da história de Portugal e das colónias africanas estava prestes a mudar às mãos dos capitães de Abril, muitos deles ex-combatentes na Guiné. Cansados da guerra e da falta de soluções políticas, este movimento de jovens oficiais transformou-se, rapidamente, num movimento militar de contestação ao Governo levando a cabo o golpe militar de 25 de Abril³⁶.

³³ MATOS, José – «A história secreta dos Mirage portugueses». 2.^a Parte. *Revista Mais Alto*. Amadora: Força Aérea Portuguesa. N.º 401, 2013, p. 29.

³⁴ MATOS, José – «La psychose des MiG dans la guerre de Guinée». *Airmagazine*. N.º 61, Avril-Mai 2014, p. 70-71.

³⁵ Ver Arquivo Defesa Nacional (ADN). F3/17/35/12. Operação Pirada.

³⁶ LEMOS, Mário Matos e – *O 25 de Abril, uma síntese, uma perspetiva*. 1.^a Ed. Lisboa, Editorial Notícias, 1986, p. 61-91.

Conclusões

Em conclusão podemos salientar alguns aspetos que parecem ser de particular interesse no impacto que os mísseis terra-ar tiveram na guerra da Guiné. Em primeiro lugar, foi durante a guerra da Guiné que, pela primeira vez, uma força de guerrilha usou este novo tipo de arma. No Vietname de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues. Depois da Guiné, estes mísseis aparecem nas mãos de forças irregulares na Europa, no Médio Oriente, América Latina, também em África e em toda a Ásia. A Guiné, no entanto, representou o primeiro teste. Em segundo, a guerra na Guiné também representou o primeiro uso em combate de uma nova versão do míssil Strela, o Strela-2M, conhecido na OTAN como SA-7B «GRAIL Mod 1». As forças ocidentais nunca antes tinham visto esta versão em combate e tiveram assim a oportunidade de analisar o míssil a partir de fragmentos recolhidos na Guiné. É interessante notar a este nível, o grau de cooperação que se estabeleceu rapidamente entre os serviços de informação portugueses e outros serviços estrangeiros, que identificaram a versão do míssil e forneceram aos portugueses informação abundante sobre esta arma soviética. Em terceiro, a reação da Força Aérea Portuguesa foi semelhante ao da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita no Sudeste Asiático. Implementou rapidamente várias contramedidas que reduziram a eficácia do míssil. Em quarto, a reação da Força Aérea reduziu o impacto tático da nova arma. Embora surpreendidos inicialmente, os pilotos conseguiram contornar a ameaça antiaérea e recuperar o controlo sobre a generalidade das ações de apoio que prestavam às forças terrestres. Em quinto, apesar do agravamento da situação militar, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC, apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças

portuguesas. Para isso serviu-se do apoio sul-africano que o regime de Pretória dava a Portugal para a manutenção da guerra e valendo-se de um empréstimo considerável tentou reequipar as forças armadas. Em paralelo autorizou contactos diplomáticos com uma delegação do PAIGC em Londres, mas esta iniciativa parece não ter passado de um expediente para ganhar tempo enquanto não chegavam as novas armas ou então de uma manobra desesperada de um regime que já não sabia o que fazer na Guiné.

No entanto, o falhanço em negociar uma solução política para o problema do Ultramar contribuiu para a chamada revolta dos capitães que cansados da guerra perceberam que a única forma de mudar a situação política do país e das colónias era derrubar o Governo e instaurar um regime democrático.

Arquivos

Arquivo Defesa Nacional (ADN)

- Fundo Geral SVDN/1690. Relatório sobre a situação no Ultramar n.º 4/73, CTI Guiné, Anexo A.
- Fundo Geral SVDN/5681/7. Informação Suplementar do Secretariado Geral da Defesa Nacional. Assunto: União Soviética: Míssil Terra-Ar individual GRAIL (SA-7). Fonte: DGS, 9 de abr. de 1973.
- Fundo Geral SVDN/5681/7. Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2.ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército. Assunto: Míssil Terra-A. 4 de jun. de 1973.
- Fundo Geral SVDN/5681/7. Manual ST-CS-14-232-72. *Missile Intelligence Agency* (MIA). dez. de 1972.
- Fundo Geral SVDN/5681/7. *Defense Intelligence Agency*. Teletype message, 111808Z SEP 73, to *Defense Attach Office*. Lisbon: 11 de set. de 1973.
- F1/29/7. Carta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné para o Ministro da Defesa Nacional, 12 de mar. de 1974.
- F2/SSR.002/87. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.
- F2/SSR.002/87 e 88. Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINE, Bissau.

- F3/1/1/1. Relatório Imediato n.º 5641/73/DI/3/SC da DGS sobre o míssil solo – ar Strella, 31 de out. de 1973.
- F3/17/34/4. Ata da reunião de Comandos de 8/6/73. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.
- F3/17/34/4. Estudo do CCFAG sobre a área do Boé. Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Processo n.º 2202, Pasta A.
- F3/17/35/12. Operação Pirada.
- F3/20/48/64. Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de *rands* firmados com a RAS Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de set. de 1975.
- F3/25/58/21. Informação n.º 305/72 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: Lista de materiais a apresentar à RAS, 19 de ago. de 1972.
- PAA 1140. Carta do Ministro da Defesa Nacional para o Ministro da Defesa da República da África do Sul. Lisboa, 4 de mar. de 1974.

Air Force Historical Research Agency (AFHRA)

«Oral History Interview of General John W. Vogt, Jr., by Claude G. Morita» *Seventh Air Force History. Implications of Modern Air Power in a Limited War*. Typed transcript, in USAF Collection, AFHRA, 29 November 1973.

Arquivo Histórico-Diplomático (AHD)

Arquivo Histórico Militar (AHM)

AHM/DIV/2/4/228/2. Diretiva 20/73 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Bissau, 29 de mai. de 1973.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo PIDE/DGS. Processo 641/61 PAIGC

Informação n.º 218/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: Atividade do PAIGC, 3 de abr. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

Informação n.º 247/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. Assunto: República da Guiné – Situação do PAIGC, 9 de abr. de 1973, pasta 7, fls. 190/192. Processo 332-CI (2).

Relatório de interrogatório n.º 41/73 anexo à informação 306/73-D.S. Inf. 2 da Delegação da Guiné da DGS. 1 de mai. de 1973, pasta 9, fls. 102/104.

Referências bibliográficas

- CABRAL, Luís – *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições *O Jornal*, 1984, 464 p.
- CUNHA, Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977, 363 p.
- GETHING, Michael J. – *Jane's Electro-Optic Systems 2011 – 2012*. 17.ª Ed. London: Janes Information Group, 2011, 837 p. ISBN-13 978-0710629661.
- LEMOS, Mário Matos e – *O 25 de Abril, uma síntese, uma perspetiva*. 1.ª Ed. Lisboa, Editorial Notícias, 1986, 215 p.
- MATOS, José – «*A história secreta dos Mirage portugueses*». 2.ª Parte. *Revista Mais Alto*. Amadora: Força Aérea Portuguesa. N.º 401, 2013, p. 25-29.
- «*La psychose des MiG dans la guerre de Guinée*». *Airmagazine*. N.º 61, Avril-Mai 2014, p. 58-75.
- «*New N. Viet Missile Causes Changes in U. S. Pilots' Tactics*». *The Washington Post and Times Herald*. Washington D. C. LCCN sn 8402453915. A 12, July 1972.
- SPÍNOLA, António de – *País Sem Rumor. Contributo para a história de uma Revolução*. 1.ª Ed. Portugal: Editorial SCIRE, 1978, 457 p.
- THEMIDO, João Hall – *Dez anos em Washington 1971–1981. As verdades e os mitos nas relações luso-americanas (Caminhos da memória)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, 215 p. ISBN 978-9722012621.
- VILLAS-BOAS, José Manuel – *Caderno de Memórias*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2003, 264 p. ISBN 9789727596041.

O futebol português e a Guerra Colonial: o império em jogo

César Rodrigues

0000-0001-9736-0173

Resumo: O Estado Novo, com as conquistas futebolísticas na década de 1960, reuniria diversas vitórias políticas, internas e externas. Assim, as equipas portuguesas, ao serem compostas por jogadores da metrópole e de outros originários das colónias africanas permitiriam, simultaneamente, exaltar dos valores da Nação e a pretensa unidade colonial do Império, e, simultaneamente, responder às acusações de preconceitos raciais na Metrópole e à comunidade internacional – que pretendia que Portugal concedesse a independência às suas colónias –, ao acentuar a ideia de uma nação multirracial e a especificidade do carácter português. O artigo procura analisar de que forma o potencial de representação política do futebol foi utilizado no período da Guerra Colonial Portuguesa como veículo de unidade colonial.

Palavras-chave: Unidade Colonial, Futebol, Multirracial, Seleção

Abstract: The «New State» Regime, with the football conquests in the 1960s, achieved several political victories, both internal and external. The Portuguese teams, being formed by players from the metropolis and others from the African colonies, would simultaneously allow the exaltation of the values of the Nation and the so-called colonial unity of the Empire. And, at the same time, they would allow to respond to the accusations of racial prejudice in the Metropolis and in the International Community - which wanted Portugal to grant independence to its colonies - by accentuating the idea of a multiracial nation and the specificity of the Portuguese character. The article intends to analyse how the potential of political representation of football was used in the period of the Portuguese Colonial War as a vehicle of colonial unity.

Keywords: Colonial Unit, Football, Multiracial, National Team

Introdução

Perfilha-se a ideia de que os estados-nação e os poderes políticos desencadearam políticas identitárias e sociais tendentes à instrumentalização do futebol, valorizando o seu elevado capital de representação nacional, «construindo-o como uma questão nacional simbólica e como um fator de pacificação social»¹.

A apropriação popular das seleções nacionais tem permitido, através do discurso dos seus agentes, reproduzir quotidianamente o que Billig² designa de «nacionalismo banal».

Se a atividade do futebol estiver enquadrada num quadro competitivo de sucesso de jogos internacionais com equipas e/ou seleções representativas de nações, a sua utilização pública por parte dos Estados e dos regimes associados a esse êxito tornar-se-á uma oportunidade natural e recorrentemente aproveitada.

Desta forma, uma seleção nacional de futebol acaba por se tornar um privilegiado instrumento de unidade nacional, uma vez que, na linha do defendido por Hobsbawm³, uma equipa composta por um conjunto de onze pessoas permite representar e de alguma forma materializar uma comunidade de milhões de pessoas.

Nesse sentido, procurar-se-á analisar de que forma o potencial de representação política do futebol foi utilizado no período da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974) como veículo de unidade do império.

Pretende-se, pela análise da imprensa portuguesa, em especial a desportiva, avaliar a retórica associada a um período de algum sucesso desportivo no período da guerra colonial, nomeadamente os sucessos internacionais do Sport Lisboa e Benfica (1961 e 1962) e a

¹ NEVES, José e RODRIGUES, João – «Do amor à camisola – notas críticas da economia política do futebol». In NEVES, J. e DOMINGOS, N. – *A Época do Futebol. O Jogo visto pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim. 2004, p. 173.

² Cf. BILLIG, Michael – *Ibidem*, p. 208.

³ Cf. HOBBSAWM, Eric – *Ibidem*, p. 200.

campanha da seleção portuguesa de futebol no Campeonato do Mundo (1966).

O recurso à imprensa advém do facto de esta refletir para a sociedade a sua interpretação da realidade, não sendo imune ao tempo histórico em que estava inserida.

A representação do mundo está intimamente ligada à perceção veiculada pela comunicação social. As pessoas tendem a formar as suas impressões sobre o mundo a partir dos órgãos de informação podendo adotar as interpretações dos jornalistas, transformando a comunicação social numa influência poderosa sobre a opinião pública⁴.

O objetivo será aferir se a difícil realidade política vivida em Portugal terá influenciado os discursos da imprensa sobre o futebol, nomeadamente para validar a propriedade das possessões coloniais africanas.

Até à década de 1960 e apesar de algumas vitórias sem grande projeção – do Sport Lisboa e Benfica na Taça Latina, em 1950 e da Seleção Militar, em 1958 – o futebol português não conseguira afirmar-se internacionalmente.

A criação de infraestruturas e a profissionalização do futebol⁵ terão contribuído para uma mudança na modalidade, permitindo a chegada de novas ideias de jogo a Portugal, veiculadas por treinadores estrangeiros.

Tais contributos terão ajudado, em parte, aos triunfos alcançados na década de 1960 e a uma cada vez maior popularidade do futebol.

⁴ Cf. GRABER, Doris – «Mediated Politics and Citizenship in the twenty-first century». *Annual Review of Psychology*. Palo Alto: Annual Reviews. ISSN 0066-4308. Vol. 55, 2004. p. 545-571.

⁵ A Lei n.º 2 104, de 30 de maio de 1960, instituiu o profissionalismo nas modalidades de futebol, ciclismo e pugilismo. Cf. Lei n.º 2 104. *Diário do Governo n.º 126/1960, I Série* (30 de maio de 1960).

As vitórias internacionais do Sport Lisboa e Benfica

Simultaneamente, a década de 1960, viria também a ficar marcada, em Portugal, pelo aumento da contestação interna e externa. O período de contestação política viria a ser ampliado a partir de 1961, ano em que um conjunto de acontecimentos precipitaria o início da guerra colonial portuguesa.

Nesse mesmo ano (1961), o Benfica viria a conquistar a primeira Taça dos Clubes Campeões Europeus⁶. O triunfo do Benfica representaria uma mudança de resultados desportivos no futebol português, com a obtenção da primeira grande vitória de expressão internacional. Após a final disputada em Berna, na Suíça, milhares de adeptos acolheriam os jogadores no regresso a Lisboa.

A receção aos jogadores, em que mais de «50 000 pessoas encontravam-se desde o aeroporto até à Avenida Brasil e mais de 10 000 automóveis circularam pela cidade», seria acompanhada pela imprensa com alusões ao carácter nacional da vitória, que dariam destaque a cartazes empunhados pela população, como «Viva o Benfica. Viva Portugal», «Prefiram os produtos nacionais» ou «Não sou do Benfica mas sou português»⁷.

É, neste contexto, evidente a valorização do facto de a equipa do Benfica – que disputou e ganhou a final – ter, na sua composição apenas jogadores portugueses, da metrópole e das províncias africanas.

Mesmo antes da final de Berna, o jornal desportivo *A Bola* fazia já referência ao «Dia da Raça» o qual seria festejado a 10 de junho e, naquele ano, dedicado «à nossa província de Angola, perturbada na sua paz pelos graves acontecimentos que ali se têm registado. Nada

⁶ O jogo ocorreu em Berna, Suíça, em 31 de mai. de 1961. A equipa do Benfica teve como oponente o Barcelona e o resultado foi favorável aos portugueses por 3-2, com golos de José Águas, Ramallets (na própria baliza) e Coluna.

⁷ In *Diário da Manhã*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. Ano 31, 2 de jun. de 1961.

mais justo do que unir esforços e auxiliar os portugueses que, na terra muito portuguesa de Angola, lutam pela integridade do território nacional»⁸.

O mesmo periódico haveria de, na análise após o jogo, reforçar a justeza da posição oficial de Portugal sobre as suas colónias ultramarinas, numa fase em que «maus desígnios se empenham em pôr em causa a nossa obra civilizadora e em atacarem com sofismas a atualíssima invenção lusitana das sociedades multirraciais», afirmando que o Benfica, contando apenas com jogadores da metrópole, de Angola e de Moçambique, seria um «argumento vivo, palpitante da nossa irradiação pela orbe e da nossa integração de gentes e de raças», pelo que se devia felicitar «o campeão multirracial e unicamente português, símbolo vivo de uma sociedade que, por sempre ter sabido sê-lo, não teme que lho ponham em dúvida ou que não o compreendam os cegos de espírito»⁹.

Também a política se aliaria ao momento futebolístico, com os jogadores a serem recebidos com honras de Estado e agraciados com a Medalha de Mérito Desportivo pelo Presidente da República, Américo Tomás, e pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

Ao homenagear o futebol, o governo – à semelhança da imprensa – sublinhava a especificidade de o clube ter alinhado apenas com jogadores de nacionalidade portuguesa – da metrópole ou de origem colonial –, numa fundamentação que legitimava a unidade imperial, defendia a nação multirracial e respondia «às permanentes acusações de existência de preconceitos raciais na metrópole e à pressão da comunidade internacional que pretendia a independência das possessões ultramarinas»¹⁰.

⁸ In *A Bola*. Lisboa: Sociedade Vicra Desportiva. Ano 16, 27 de mai. de 1961.

⁹ Idem, 3 de jun. de 1961.

¹⁰ PINHEIRO, Francisco – «Futebol e Política na Ditadura – Factos e Mitos». In TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 74.

No ano seguinte (1962), o Benfica reconquistaria a competição, vencendo o Real Madrid¹¹. O encontro realizar-se-ia no Estádio Olímpico de Amesterdão, palco onde a seleção portuguesa de futebol tinha, em 1928, alcançado a sua primeira vitória internacional em território estrangeiro.

Com a segunda vitória internacional do Benfica, repetir-se-ia a jubilação na imprensa – acompanhada de referências políticas – ao sucesso do «esplêndido grupo de Portugal integrado de jogadores portugueses, apenas portugueses»¹² e repetir-se-ia a receção triunfal aos jogadores prestada por milhares de lusos que esquecendo as «suas cores clubistas e esquecendo, porventura paixões e preocupações de outra índole, acorreram ao Aeroporto de Lisboa»¹³.

Entre as crónicas referentes ao jogo de Amesterdão, destaca-se a concebida por Nelson Rodrigues¹⁴ no periódico brasileiro *O Globo*, e reproduzida através do jornal *A Bola*. Na sua crónica transparece o potencial simbólico de representação nacional gerado em competições desportivas internacionais quando afirma, após o golo do empate do clube português, que quem jogava não era mais o Benfica, pois «um simples clube não faria tanto. Era Portugal. Há momentos em que um clube é a própria pátria em calção e chuteiras», ao mesmo tempo que metaforizava a expansão marítima portuguesa: «Ao soar o apito final, os azulejos de São Januário¹⁵ deviam exalar um cheiro de algas fantásticas... Foi tal a minha integração lusa que, no quinto *goal*, cheguei a me sentir de olho vazado como um Camões»¹⁶.

¹¹ O encontro teve lugar em Amesterdão, a 2 de mai. de 1962. O Benfica sairia vitorioso por 5-3, com golos de José Águas, Domiciano Cavém, Mário Coluna e Eusébio (2).

¹² In *A Bola*. Lisboa: Sociedade Vicra Desportiva. Ano 17, 3 de mai. de 1962.

¹³ Idem, 5 de mai. de 1962.

¹⁴ Escritor, dramaturgo e jornalista do periódico brasileiro *O Globo*.

¹⁵ Azulejos evocativos das descobertas portuguesas.

¹⁶ In *A Bola*, 7 de mai. de 1962.

Após o regresso dos bicampeões europeus, a equipa do Benfica voltaria, num cerimonial idêntico ao sucedido um ano antes, a ser homenageada pelas autoridades portuguesas.

Analisando agora o acompanhamento discursivo da imprensa aos jogos da seleção portuguesa de futebol, verifica-se que, ainda antes da década de 1960 e do início da guerra colonial, encontramos referências – nacionais e internacionais – sobre a utilização, por parte de Portugal, de jogadores de origem colonial.

Assim, em 1957, a realização de um jogo entre as seleções de Portugal e da Itália¹⁷, provocaria uma alteração entre periódicos dos dois países. Após o jornal *A Bola* afirmar que Portugal iria jogar contra a «Itália+Argentina+Uruguai», numa alusão aos vários jogadores naturalizados da formação italiana, a imprensa transalpina reagiria declarando que os portugueses entrariam no jogo com elementos de origem colonial, pelo que, dessa forma, não deveriam ser considerados portugueses.

A resposta de *A Bola* seria contundente e carregada de uma retórica nacionalista da legitimação colonial portuguesa:

Portugal levou a Milão... onze atletas nascidos e criados em terra portuguesa, filhos de pais portugueses, servidores, se for preciso, do Exército português, falando português, sentindo em português. A Itália apresentou um conjunto em que havia italianos e oriundos. Oriundos pagos a peso de ouro¹⁸.

¹⁷ O jogo relativo à qualificação para o Campeonato do Mundo de 1958, na Suécia, disputou-se em Milão, no dia 22 de dezembro, resultando na vitória da seleção italiana por 3-0.

¹⁸ In *A Bola*. Lisboa: Sociedade Vicra Desportiva. Ano 13, 23 de dez. de 1957.

De regresso à década de 1960, e após um jogo disputado, em Londres contra a Inglaterra no final de 1961¹⁹, um texto de *A Bola* retomaria a associação entre a origem dos jogadores portugueses, os descobrimentos e os territórios portugueses em África, ao reforçar que entre os onze jogadores que estiveram em campo «dez (!) são de fora do continente lusitano. (...) Este caso ajuda a compreender toda a história de um povo que (...) teve de se atirar aos mistérios dos mares sem fim e realizar, quase à força, segundo um evidente fatalismo geográfico, a epopeia sem par dos descobrimentos»²⁰.

Mundial de 1966 – A afirmação da seleção

No que diz respeito ao Mundial de 1966, o trajeto português começara no ano anterior, no qual Portugal viria a alcançar uma conjugação de resultados sem paralelo até então, com 13 jogos consecutivos sem perder tendo, nesse período, registado dez vitórias.

Aquela caminhada da seleção permitiria a Portugal atingir, pela primeira vez – irrepetível até ao Campeonato da Europa de França, em 1984 – a fase final de uma grande competição internacional, executando a participação nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, em 1928, para os quais não existira fase de qualificação.

Seria no ano de 1966, com a presença da seleção portuguesa na fase final do Campeonato do Mundo de Futebol de Inglaterra, que o discurso reproduzido pela imprensa reverberaria uma particular orientação política, em função da atual realidade portuguesa, validando a história lusitana e a sua matriz imperial.

¹⁹ O jogo decorreu no dia 25 de dezembro, enquadrado na fase de qualificação para o Campeonato do Mundo de 1962, no Chile. A Inglaterra venceu por 2-0.

²⁰ In *A Bola*, 28 de out. de 1961.

Antes do início da competição, encontravam-se já na imprensa alusões à importância do futebol para o país e da representação do mesmo que a seleção adquiriria. A este propósito, o *Diário da Manhã* (periódico oficioso do regime) afirmava que o futebol revelava-se «um grande galvanizador de energias que bem compreendidas não fazem mal a ninguém!», tornando-se os jogadores nacionais «a própria personificação do querer português!»²¹.

Também o *Norte Desportivo* aludia, na análise a um jogo particular realizado com a Roménia²², na cidade do Porto, à especificidade colonial do conjunto português, com uma seleção «representada por quatro ultramarinos que são dos mais valiosos elementos: Vicente, Coluna, Eusébio e Hilário»²³.

O discurso de unidade multirracial e imperial por parte da imprensa iria contribuir para congregar os portugueses e defender a posição internacional do governo português relativamente às suas colónias.

Durante o Mundial, os órgãos de comunicação social uniriam a nação em volta da seleção portuguesa, permitindo simultaneamente o acompanhamento em direto dos jogos e gerando um clima de euforia por todo o país. Verificou-se também durante a competição um incremento nas vendas dos jornais, originando um crescimento na tiragem que chegou a atingir os 200 000 exemplares diários²⁴.

A vitória da seleção portuguesa no seu jogo de estreia do Mundial, contra a Hungria²⁵, daria o mote para a generalidade das retóricas

²¹ In *Diário da Manhã*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. Ano 36, 11 de jul. de 1966.

²² O jogo de preparação realizou-se no dia 3 de julho de 1966 e terminou com a vitória da seleção portuguesa por 1-0, com um golo de Torres.

²³ In *Norte Desportivo*. Porto: Imprensa do *Primeiro de Janeiro*. Ano 30, 3 de jul. de 1966.

²⁴ Cf. PINHEIRO, Francisco – *Ibidem*, p. 75.

²⁵ O jogo disputou-se no dia 13 de jul. de 1966, em Manchester. Portugal venceria a Hungria por 3-1 com golos de José Augusto (2) e Torres.

discursivas de associação à nação, como a referida pelo *Diário Popular*, relatando a explosão de alegria com a vitória e afirmando que não «era, somente, o golo obtido por uma equipa – era, sim, um golo de ‘todos nós’»²⁶.

Com nova vitória no segundo jogo perante a Bulgária²⁷, *A Bola* sublinhava em primeira página, com a expressão «‘Lovely’ Vicente pretinho de ouro!»²⁸, a característica multirracial de Portugal e a importância do contingente colonial da seleção, secundada pelo *Diário de Lisboa* que na crónica do jogo destacava quatro jogadores, três deles de origem africana: «Nos melhores jogadores do ‘Mundial’ figuram Coluna, Vicente, Torres e Eusébio»²⁹.

Após as duas primeiras vitórias portuguesas, promovia-se na imprensa e, nomeadamente em *A Bola*, um estilo português que casava características europeias, latinas e africanas, numa «retórica da proximidade cultural e histórica a África e ao Atlântico»³⁰, posicionando os jogadores:

Entre os ‘intuitivos’ do futebol... por implicação da nossa realidade extracontinental, que nos permite a utilização do negro e do mestiço da África Portuguesa, uma estranha maneira ‘euro-latina-africana’, que nos classifique como os europeus menos europeus do velho continente³¹.

²⁶ In *Diário Popular*. Lisboa: Radioprel – Sociedade de Atividades Gráficas e Editoriais, Limitada. Ano 24, 14 de jul. de 1966.

²⁷ O jogo disputou-se no dia 16 de jul. de 1966, em Manchester. Portugal venceria a Bulgária por 3-0 com golos de Eusébio, Torres e Vutzov (na própria baliza), José Augusto (2) e Torres.

²⁸ In *A Bola*. Lisboa: Sociedade Vicra Desportiva. Ano 21, 18 de jul. de 1966.

²⁹ In *Diário de Lisboa*. Lisboa: J. Manso. Ano 46, 18 de jul. de 1966.

³⁰ COELHO, João Nuno – *Portugal, a Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento, 2001, p. 124.

³¹ In *A Bola*, 18 de jul. de 1966.

Do terceiro jogo com o Brasil³² resultaria a terceira vitória consecutiva dos portugueses. A narrativa construída, pela imprensa, após o pleno de vitórias na primeira fase da competição deixava antever a importância concedida ao jogo pela população portuguesa, através de crónicas que relatavam o grande acompanhamento dado pela população portuguesa ao jogo com o Brasil – deixando o país em suspenso durante noventa minutos – bem como a festa que se seguiria pelas ruas após o fim da contenda.

O interesse inusitado dos portugueses atravessaria fronteiras e géneros, atraindo mesmo quem nunca se interessara pela modalidade, percepção sublinhada pelo *Diário Popular*, ao ecoar o testemunho de uma portuguesa residente em Inglaterra: «O Senhor não calcula o que é estarmos afastados do País e sentirmos agora esta alegria imensa de ouvir toda a gente a dizer bem de nós e vermos os portugueses a jogarem daquela maneira, aqui, em Inglaterra! Eu que nunca fui ao futebol...»³³.

Na imprensa internacional, a equipa portuguesa viria também a ser valorizada e, em particular, alguns dos seus executantes de origem colonial.

Após a vitória de Portugal sobre o Brasil, textos panegíricos surgiam em periódicos ingleses como o *The Guardian*: «Nunca vimos um jogador com um remate como Eusébio, nem que cubra o terreno como Coluna» e o *Daily Sketch* «Vicente é o defesa mais fino do futebol mundial desde 1954 (...). Eusébio estava a desafiar Pelé para o título de melhor jogador do Mundo. Ontem à noite, roubou-lhe o título»³⁴.

³² Jogo disputado no dia 19 de jul. de 1966, em Liverpool. Portugal venceria o Brasil por 3-1, com golos de Simões e Eusébio (2).

³³ In *Diário Popular*, 20 de jul. de 1966.

³⁴ MELO, Afonso – *Cinco Escudos Azuis: a História da Seleção Nacional de Futebol de 1921 até aos nossos dias*. Lisboa: Dom Quixote, 2004, p. 171-174.

Após três vitórias em outros tantos jogos, a seleção portuguesa criava as condições para uma associação mais clara entre o desporto e a sua representação política, no caso do *Diário de Lisboa* em alusão à independência portuguesa sobre a grande potência futebolística da época, o Brasil, que ofuscava o pequeno Portugal desportivo, numa inversão da história política dos dois países: «Desde o Grito do Ipiranga que não havia momento mais emocionante – e mais explosivo – na história das relações luso-brasileiras do que o grito de Liverpool. (...) E é, com efeito, de um movimento de independência»³⁵.

Nos quartos de final da competição, a seleção viria a ter como oponente a Coreia do Norte e o jogo saldara-se-ia em nova vitória portuguesa³⁶.

Este jogo ficaria marcado por uma recuperação épica do selecionado português, sustentada numa não menos homérica atuação de um jogador proveniente de Moçambique, Eusébio, que alcançaria nesse dia o seu olimpo³⁷. A fusão de uma grande vitória e de uma brilhante exibição de um jogador negro de origem colonial, potenciaria a retórica patriótica e imperial de Portugal.

Deste modo, é natural que surjam na imprensa discursos que incensam Eusébio, jogador com enorme impacto também em Inglaterra: «enlouqueceu positivamente os ingleses! (...) Entregando-lhe... todos os títulos que eram propriedade exclusiva de Pelé»³⁸, e classificando-o como o novo «rei posto» do futebol, materializando «sozinho, toda a ambição da equipa portuguesa...»³⁹.

³⁵ In *Diário de Lisboa*, 20 de jul. de 1966.

³⁶ O jogo foi disputado em Liverpool, no dia 23 de jul. de 1966. Portugal venceria a Coreia do Norte por 5-3, com golos de Eusébio (4) e José Augusto.

³⁷ Aos 23 minutos de jogo, a seleção portuguesa encontrava-se a perder por 0-3. Eusébio com quatro golos consecutivos, dois em cada parte, contribuiria decisivamente para a vitória de Portugal.

³⁸ In *Record*. Lisboa: Radioprel - Sociedade de Atividades Gráficas e Editoriais, Limitada. Ano 17, 26 de jul. de 1966.

³⁹ In *Norte Desportivo*, 24 de jul. de 1966.

O *Diário Popular* aproveitaria para questionar retoricamente os leitores sobre o mais espetacular futebolista do Mundial, destacando a magia negra de Eusébio, afirmando que os coreanos «não poderão mais esquecer o demónio cor de ébano com fogo no coração e poder explosivo nas suas botas. O seu nome é Eusébio, a pantera negra de Moçambique»⁴⁰.

A matriz imperial e multirracial e a putativa unidade de Portugal estaria presente nas análises à campanha lusitana exibida por «onze jogadores, bem representativos na variedade das raças e da unidade da alma deste povo...»⁴¹, com referências que iam desde a soma da população portuguesa, em que Eusébio teria sido «cardiologista de 25 milhões de corações»⁴² até à genuína felicidade do povo da nação: «Em Portugal, no Continente, no Ultramar, em toda a parte onde haja um português, há alegria»⁴³, numa clara alusão ao conjunto do território português que abarcava as colónias africanas.

A épica vitória de Portugal sobre a Coreia do Norte voltaria a ser alvo de destaque na imprensa internacional. Nos discursos da imprensa, repetia-se o destaque dado a Eusébio, o jogador de origem moçambicana. Encontram-se, entre outros exemplos, os casos dos britânicos Alan Hoby no *Sunday Express*, que aludia ao jogador-demónio «de cor de ébano com jogo no coração e poder explosivo nas botas – Eusébio – o mais espetacular jogador da Taça do Mundo e que agora supera Pelé. Ele é magia negra, génio puro e instintivo» e de Ston Liversedge no *The People*, afirmando que «Eusébio é irresistível como uma catarata»⁴⁴.

⁴⁰ In *Diário Popular*, 24 de jul. de 1966.

⁴¹ In *Diário da Manhã*, 24 de jul. de 1966.

⁴² In *A Bola*, 25 de jul. de 1966.

⁴³ In *Norte Desportivo*, 24 de jul. de 1966.

⁴⁴ MELO, Afonso – *Ibidem*, p. 175-176.

Depois de um trajeto surpreendente, Portugal seria afastado da final após perder com a seleção anfitriã da Inglaterra nas meias-finais⁴⁵. No entanto, terminaria o Mundial com uma nova vitória contra a URSS, alcançada no jogo de atribuição do terceiro lugar⁴⁶.

Terminada a caminhada de Portugal no Torneio, haveria ainda espaço para mais algumas apreciações, também de caráter político, da imprensa estrangeira acerca do trajeto português. Nestas, Eusébio – melhor marcador do Mundial, com nove golos – surgia como personagem principal.

O periódico francês *Le Monde* fazia referência a «um jogador escuro, da equipa de um pequeno país» que impor a sua lei, que se deveria agradecer a Eusébio pelas exibições que «talvez tenham um significado simbólico. Nesta época da «Marcha da Paz» e da «Marcha contra o Medo», não é apenas com os pés que se defende a humanidade»⁴⁷.

Mas no jornal inglês *Daily Express*, a referência a Eusébio aparecia associada à questão colonial, sugerindo-se a «exclusão de Eusébio, por ser de Moçambique», insinuação contestada pelo jornalista português, aludindo às lágrimas portuguesas de Eusébio «quando chorou no campo por se haver perdido o desafio com a Inglaterra» e a uma suspeita interpretação política por parte do jornalista «inglês a acicular de politqueira despeitada pela política internacional»⁴⁸.

Já em Portugal, viveu-se um clima de enorme entusiasmo com o sucesso alcançado pela seleção portuguesa, pelo que não surpreendeu

⁴⁵ O jogo foi disputado no dia 26 de julho de 1966, em Londres. Portugal perderia com a Inglaterra por 1-2, com o golo português de Eusébio a ser insuficiente para contrariar os dois golos ingleses da autoria de Bobby Charlton.

⁴⁶ Jogo disputado no dia 28 de julho de 1966, em Londres. Portugal venceria a URSS por 2-1, com golos de Eusébio e Torres.

⁴⁷ In *A Bola*, 30 de jul. de 1966.

⁴⁸ In *Idem*, 4 de ago. de 1966.

a receção patriótica dispensada pela população da metrópole aos «heróis de Inglaterra».

Deste modo, as vitórias portuguesas no Mundial de 1966 tornaram-se politicamente apeteceíveis, originando receções de Estado por parte do Presidente da República, Américo Tomás e do Presidente do Conselho, António Salazar. Os principais dirigentes políticos do Estado Novo, «relativamente discretos no apoio à seleção, não deixaram de ver com agrado os sucessos de um conjunto (...) que espelha, aparentemente, a pluralidade de uma nação atacada no seu âmbito colonial»⁴⁹.

Acolhida por Américo Tomás, a seleção ofertaria o sucesso alcançado aos militares portugueses que combatiam em África contra os grupos independentistas. A este respeito, o Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Justino Pinheiro Machado, não poderia ter sido mais explícito, pedindo «autorização para entregar a V. Ex.^a o prémio conquistado e, na pessoa do Chefe de Estado, ao povo português, especialmente àqueles que combatem no Ultramar em defesa da Pátria»⁵⁰. Simultaneamente, Américo Tomás aproveitaria para associar o feito futebolístico a um revivalismo histórico da própria criação da nacionalidade, ao afirmar que os jogadores, com o esforço despendido, «foram dignos dos portugueses do tempo do Infante D. Henrique»⁵¹.

O séquito seria também recebido pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Este, sublinhando a defesa dos valores morais, agradeceu «o prestígio que conquistaram para o País, mesmo para além do mundo do desporto. Frisou que o interesse fundamental não era ganhar o campeonato, embora se tal título fosse

⁴⁹ SERRADO, Ricardo e SERRA, Pedro – *História do Futebol Português*. Vol. I. Lisboa: Prime Books, 2010, p. 427.

⁵⁰ In *Diário da Manhã*, 2 de ago. de 1966.

⁵¹ Idem – *Ibidem*.

conquistado melhor seria, quer para o desporto português, quer para o próprio país»⁵².

Conclusão

No início da década de 1960 tornou-se perceptível na imprensa um registo discursivo que, à referência patriótica, acrescentaria a retórica imperial, numa relação entre a política e o desporto. A análise efetuada às vitórias internacionais do futebol português revelaria sinais de «aproveitamento político, em especial uma espécie de 'luso-tropicalismo banal' defensor da razão de um império colonial»⁵³ que sofria com a guerra iniciada em 1961. Se aquando das conquistas europeias do Benfica, em 1961 e 1962, tais registos se tornaram visíveis, no ano de 1966 e particularmente no Mundial de Inglaterra, os mesmos foram aumentados, quer pelo maior potencial patriótico de uma seleção representativa de uma nação, quer pela maior pressão da comunidade internacional acerca do conflito colonial entre Portugal e os seus territórios em África.

Após o Mundial, continuavam a surgir discursos que sublinhavam a especificidade do povo português e a sua histórica sustentação imperial, afirmando-se que o sucesso da seleção adviria de uma feliz ligação: «O futebol português, com a unidade rática de um país pluricontinental e plurirracial, será, na Europa, a expressão acabada da conciliação do praticante dos trópicos... com o praticante europeu»⁵⁴.

⁵² Idem, 3 de ago. de 1966.

⁵³ DOMINGOS, Nuno e KUMAR, Raúl – «A Grande Narrativa Desportiva: O Desporto nos *Media* em Portugal». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal-Nação*. Vol. I. *Corpo, espaços e media*. Vila do Conde: QUIDNOVI. 2011, p. 256.

⁵⁴ In *A Bola*, 4 de ago. de 1966.

O trajeto da seleção no Mundial de 1966 conjugado com a proveniência dos seus componentes, numa associação multirracial e pluricontinental, permitiria sublinhar a política oficial do Estado Novo, na defesa do indivisível Portugal, em função das vitórias de uma modalidade que «de Lisboa a Timor, acrescentou um grau novo ao orgulho de se ser português»⁵⁵.

A seleção afirmara-se como um virtuoso instrumento ao serviço da retórica de defesa do império português. Um texto de *A Bola* poderá servir como sintetizador da relevância da seleção nacional de futebol para o engrandecimento de uma nação imperial:

Milhões de pessoas, de países rivais, contemplaram como os séculos das pirâmides egípcias ao exército napoleónico, esses rapazes de várias raças, com nome e batismo português, que exibiam a tenacidade e aventura dos que os procederam e descobriram mundos. Portugal entrou, pelo virtuosismo de Eusébios e Colunas, em fronteiras e lares que lhes seriam defesos (...) ⁵⁶.

Assiste-se, deste modo, e em função da realidade política portuguesa, a uma retórica de associação entre o futebol e a política ultramarina, num período em que o governo português apostava de forma empenhada na manutenção dos territórios africanos.

Sujeito a críticas ferozes pela irredutibilidade de Salazar em aceitar o diálogo conducente a negociações para a descolonização em África, os governantes receberiam com particular satisfação o contributo da imprensa para a validação daquela política, a partir do sucesso das equipas nacionais, na década de 1960.

A seleção nacional de futebol, bem como a equipa do Sport Lisboa e Benfica, ao ser pontuada com destacados jogadores oriundos das

⁵⁵ Idem – Ibidem.

⁵⁶ Idem – Ibidem.

colónias africanas, irá proporcionar ao futebol assomar-se como retórica propagandística do regime, pelo facto de os sucessos alcançados serem contemporâneos do conflito colonial. Desse modo, o Estado Novo viria a beneficiar «da projeção mediática e internacional da cultura popular desportiva para reforçar uma retórica imperial luso tropicalista»⁵⁷, permitindo validar a guerra colonial e o Portugal imperial, pluricontinental e multirracial preconizado pelo Estado Novo.

A matriz multirracial, primeiro do Benfica e depois da seleção nacional no campeonato do mundo, concorreria para dar uma imagem de um unido Portugal imperial, em que a seleção foi «perante uma comunidade internacional hostil para com a guerra colonial portuguesa, uma demonstração da unidade racial portuguesa e da unidade do império, assim como uma legitimação do mesmo»⁵⁸, possibilitando ao país esquecer a penosa realidade em que se encontrava, com um atraso industrial e uma guerra colonial que concorriam para agravar a crise económica e favorecer a elevada taxa de emigração verificada naquele período.

A demonstração da unidade imperial e racial associada às equipas nacionais seria sublinhada, na imprensa, pela generalidade daqueles que acompanhavam mais diretamente a modalidade e sobre os quais recaía uma maior mediatização – desde jogadores a dirigentes desportivos e políticos – passando pela retórica jornalística que proclamava a virtude de um futebol português que poderia «atingir na sua expressão ‘latina-europeia-africana’, um estilo de jogo notável quanto

⁵⁷ DOMINGOS, Nuno – «O desporto e o Império português». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal*. Vol. II. *Nação, Império e Globalização*. Lisboa: Quidnovi, 2011, p. 71.

⁵⁸ SERRADO, Ricardo – *O Jogo de Salazar – A Política e o Futebol no Estado Novo*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009, p. 155.

a conteúdo competitivo... através das virtudes ráticas de um povo para o qual nunca houve impossíveis...»⁵⁹.

Simultaneamente, a imprensa destacaria relatos de alegria do cidadão comum, por um sucesso que confirmaria a putativa unidade imperial lusitana, dando voz ao júbilo de portugueses anónimos espalhados pelos territórios portugueses em África: «Um leitor de Lourenço Marques... escreve-nos uma carta edificante em que narra o entusiasmo das gentes moçambicanas, de todas as raças, credos e posições, e alvitra várias homenagens e prendas aos rapazes da seleção»⁶⁰.

Deste modo, a imprensa – não sendo imune ao tempo histórico em que vive – contribuiu para que se adquirisse uma particular representação política do país, numa relação de «90 minutos do jogo de futebol com um tempo histórico da nação e da cultura nacional»⁶¹. O período em que Portugal se encontrava, pressionado internamente e isolado internacionalmente, e a difícil realidade política vivida, influenciou os discursos da imprensa sobre o futebol, nomeadamente no sentido de validar a propriedade das possessões coloniais africanas e a matriz imperial dos portugueses.

Fontes

A Bola. Lisboa: Sociedade Vicra Desportiva. Ano 13, 1957 a Ano 21, 1966.

Diário da Manhã. Lisboa: Companhia Nacional Editora. Ano 31, 1961 a Ano 36, 1966.

Diário de Lisboa. Lisboa: J. Manso. Ano 46, 1966.

Diário Popular. Lisboa: Radioprel – Sociedade de Atividades Gráficas e Editoriais, Limitada. Ano 24, 1966.

⁵⁹ In *A Bola*, 4 de ago. de 1966.

⁶⁰ Idem – Ibidem.

⁶¹ NEVES, José – «O eterno fado dos últimos trinta metros – futebol, nacionalismo e corpo». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim. 2004, p. 104.

- Lei n.º 2104. *Diário do Governo n.º 126/1960, I Série* (30 de maio de 1960).
Norte Desportivo. Porto: Imprensa do *Primeiro de Janeiro*. Ano 30, 1966.
Record. Lisboa: Radioprel - Sociedade de Atividades Gráficas e Editoriais, Limitada. Ano 17, 1966.

Referências bibliográficas

- BILLIG, Michael – *Banal Nationalism*. London: Sage Publications, 1995, 200 p. ISBN 9780803975255.
- COELHO, João Nuno – *Portugal, a Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento, 2001, 240 p. ISBN 9789723605815.
- e PINHEIRO, Francisco – *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 712 p. ISBN 9789723606249.
- DOMINGOS, Nuno – «O desporto e o Império português». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal*. Vol. II. *Nação, Império e Globalização*. Lisboa: Quidnovi, 2011, p. 51-107. ISBN 9789895548873.
- e KUMAR, Raúl – «A Grande Narrativa Desportiva: O Desporto nos *Media* em Portugal». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal*. Vol. I. *Corpo, Espaços e Media*. Vila do Conde: QUIDNOVI, 2011. p. 207-310. ISBN 978-989-554-887-3.
- ELIAS, Norbet and DUNNING, Eric – *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992, 421 p. ISBN 9789722902038.
- GRABER, Doris – «Mediated Politics and Citizenship in the twenty-first century». *Annual Review of Psychology*. Palo Alto: Annual Reviews. ISSN 0066-4308. Vol. 55, 2004. p. 545-571.
- HOBBSAWM, Eric – *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Lisboa: Terramar, 1998, 200 p. ISBN 9789727101931.
- KUMAR, Rahul – «Da Bancada aos Sofás da Europa – Apontamentos sobre os *Média* e o Futebol no Século XX Português». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p. 231-262. ISBN 978-972-37-0908-7.
- MELO, Afonso – *Cinco Escudos Azuis: a História da Seleção Nacional de Futebol de 1921 até aos nossos dias*. Lisboa: Dom Quixote, 2004, 352 p. ISBN 9789722026406.
- NEVES, José – «O eterno fado dos últimos trinta metros – futebol, nacionalismo e corpo». In NEVES, José e Domingos, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo Visto Pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim. 2004, p. 103-141. ISBN 978-972-37-0908-7.
- e RODRIGUES, João – «Do amor à camisola – notas críticas da economia política do futebol». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol. O Jogo visto pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim. 2004, p. 165-229. ISBN 978-972-37-0908-7.

- PINHEIRO, Francisco – «Futebol e Política na Ditadura – Factos e Mitos». In TIESLER, Nina Clara e DOMINGOS, Nuno – *Futebol Português – Política, Género e Movimento*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 47-82. ISBN 978-972-36-1242-4.
- *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, 478 p. ISBN 9789723611403.
- SERRADO, Ricardo – *O Jogo de Salazar – A Política e o Futebol no Estado Novo*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009, 228 p. ISBN 9789724619170.
- e SERRA, Pedro – *História do Futebol Português*. Vol. I. Lisboa: Prime Books, 2010, 672 p. ISBN 9789896550646.
- VIEIRA, Joaquim (Dir.) – *Crónica de Ouro do Futebol Português – A Seleção*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores. 2008. 223 p. ISBN 978-972-27-1992-6.

**O AUTOMÓVEL TOURING CLUB DE ANGOLA E O AUTOMOBILISMO
AO SERVIÇO DO IMPÉRIO (1961–1974)**

Pedro Cerdeira

0000-0002-8300-9603

Resumo: Este artigo pretende analisar a relação do Automóvel Touring Club de Angola (ATCA) com a guerra colonial iniciada em Angola em 1961 e o seu posicionamento em relação à mesma, questionando as ligações entre turismo, automobilismo e guerra. É nosso intuito aferir como, através das atividades a que se dedica, o ATCA desenvolve um discurso e uma ação em favor da manutenção do império. Pretendemos fazer uma sistematização da forma de concretização desse projecto de invalidação da guerra, através da análise de dois aspetos: por um lado, os tons do discurso e o que é noticiado na sua revista, por outro, as atividades que desenvolve. A revista do ATCA será, assim, a fonte primordial.

Palavras-chave: Automobilismo, Turismo, Angola, Guerra Colonial, Automóvel Touring Club de Angola

Abstract: This article intends to analyse the relation of the Automobile Touring Club of Angola (ATCA) with the colonial

war begun in Angola in 1961 and its position in relation to it, questioning the links between tourism, motorsports and war. It is our intention to verify how, through the activities to which it is dedicated, the ATCA develops a discourse and an action in favour of the maintenance of the empire. We intend to systematize the form of concretization of this project of invalidation of war, by analysing two aspects: on one hand, the tones of the speech and what is reported in its magazine, on the other, the activities it develops. The ATCA magazine will be our primary source.

Keywords: Motorsports, Tourism, Angola, Colonial War, Automobile Touring Club of Angola

Introdução

Este texto pretende analisar o posicionamento do Automóvel Touring Club de Angola (ATCA) relativamente à guerra colonial iniciada em Angola em 1961 e a forma como se relacionou com o conflito, questionando as ligações entre turismo, automobilismo e guerra. É nosso intuito aferir a forma como o ATCA desenvolveu um discurso e uma ação em favor da manutenção do império, através dos conteúdos da sua revista. Esta servir-nos-á como fonte para identificar as atividades que o ATCA leva a cabo, mas também o discurso assumido e a própria forma de divulgar essas atividades.

Depois de uma breve apresentação do clube, tentando identificar a sua inserção na sociedade colonial, passaremos à avaliação do lugar que a guerra assume na revista. Aí, veremos que em 1961 a revista reage com veemência aos acontecimentos que correspondem à eclosão da guerra colonial: o clube revela um alinhamento com o discurso oficial, insistindo nas noções de luso-tropicalismo e de nação pluricontinental e defendendo uma reação militar pronta. Nesse aspeto, o ATCA mostrará um alinhamento com o poder e respetivas reações.

Veremos que outra forma de encarar a realidade colonial é esgrimir o automobilismo como garante da paz e da normalidade. No primeiro caso, ao promover o Rali do Congo em 1964, entre Luanda e Carmona, que consagra a pacificação da região. No segundo, ao organizar o Grande Prémio de Angola, considerado da maior importância para a propaganda do território, e ao divulgar provas automobilísticas e destinos turísticos por todo o território. Há um esforço claro em propagandear uma imagem de tranquilidade e progresso, complementada pela defesa do fomento económico. O turismo e o automobilismo, práticas baseadas no território, são associados a uma poderosa ideia de normalidade para consumo interno e externo. Tentamos, assim, avançar a proposta de que o

automobilismo funciona como um agente de dominação em contexto colonial, como prática que é feita sobre a materialidade da estrada, baseando-nos nas ideias de transferência de tecnologia enquanto forma de dominação de territórios coloniais trabalhadas por Michael Adas e Daniel R. Headrick¹.

Nesse sentido, é intenção deste texto avançar elementos para a história do automobilismo e do turismo ultramarinos. Tentamos também trazer à luz alguns elementos do associativismo colonial e da sua importância num contexto bélico, almejando igualmente aumentar o espectro de discursos e de representações sobre a guerra e dar um lugar à sociedade colonial na sua produção, indo para além das abordagens que contemplam o poder central e os movimentos de libertação como únicos intervenientes no conflito².

O ATCA e a Revista

O Automóvel Touring Club de Angola foi fundado em 1936, tendo como princípio norteador a promoção do automobilismo e do turismo na colónia³. Orgulhando-se de ser um dos mais antigos organismos da província considerados de utilidade pública⁴, o ATCA atuava no sentido de defender os interesses dos automobilistas, tentando

¹ ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1989 e HEADRICK, Daniel R. – *The Tentacles of Progress. Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

² Uma preocupação já demonstrada e posta em prática em PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

³ Os estatutos foram aprovados por portaria de 26 de maio de 1936 (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*. II Série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 6 de jun. de 1936, p. 327-330), revistos em 1942 (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*. II Série, n.º 40. Luanda: Imprensa Nacional, 7 de out. de 1942, p. 618-621).

⁴ Por portaria de 6 de setembro de 1944 (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*. I Série, n.º 35. Luanda: Imprensa Nacional, 6 de set. de 1944, p. 754).

ser um entidade interventiva nas questões ligadas ao seu âmbito de atividade⁵.

Parece ter tido sucesso na projeção alcançada: mantinha boas relações com as autoridades (sendo referidos os vários governadores-gerais⁶, secretários provinciais e o governador do distrito de Luanda) e possuía delegações em Moçâmedes, Nova Lisboa, Lobito e, mais tarde, Sá da Bandeira⁷. Ao longo do período aqui tratado, o ATCA tem assento em organismos como o Conselho Superior de Viação, o Conselho Provincial de Turismo, a Junta Autónoma das Estradas, o Conselho de Transportes Terrestres, a Comissão Municipal de Trânsito de Luanda, bem como na Comissão Administrativa do Fundo de Turismo e Publicidade⁸. Para além de estar filiado no Automóvel Clube de Portugal (ACP), representava Angola na Federação Internacional do Automobilismo (FIA) e na Aliança Internacional de Turismo⁹. Entre as atividades que desenvolvia em prol do turismo e do automobilismo, organizava e ajudava na organização de diferentes provas automobilísticas na província, sendo a mais importante de todas o

⁵ Para um apanhado do associativismo automóvel noutras realidades africanas, em particular na África do Sul, ver PIRIE, Gordon – «Automobile organizations driving tourism in pre-independence Africa». *Journal of Tourism History*. Oxford: Routledge/Taylor&Francis Group. ISSN 1755-182X print/ISSN 1755-1838 online. Vol. 5, issue 1, 2013, p. 73-91 (<https://doi.org/10.1080/1755182X.2012.758672>).

⁶ De acordo com os estatutos, presidentes de honra do ATCA (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*. II Série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 6 de jun. de 1936, p. 327).

⁷ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 13, p. 25. MATOS, Acácio Pereira de (Org.) – *Itinerários de Angola*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, Fundo de Turismo e Publicidade, 1966, p. 80.

⁸ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 20, p. 48; ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 40, p. 11-13; ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 51, p. 17; MATOS, Acácio Pereira de (Org.) – *Ibidem*.

⁹ *Boletim Oficial da Colónia de Angola*. II Série, n.º 40. Luanda: Imprensa Nacional, 7 de out. de 1942, p. 618. A primeira versão dos estatutos já autorizava a direção a procurar a filiação do clube nesses três organismos. A FIA era então ainda a Associação Internacional dos Automóveis Clubes Reconhecidos (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*, II Série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 6 de jun. de 1936, p. 327).

Grande Prémio de Angola, prova internacional da sua iniciativa que acontecia em Luanda desde 1957¹⁰.

Quanto ao número de sócios, apresentava uma tendência crescente: contando com quase 5 000 no início de 1961, estaria perto dos 7 000 em julho de 1964. Um trabalho a fazer seria tentar identificar os sócios e o corpo redatorial da revista e fazer a sua prosopografia de forma a aferir a sua proximidade com o poder político e as elites económicas e uma possível identificação com o discurso. De qualquer modo, parece claro que o ATCA seguiu uma lógica elitista de recrutamento de sócios, ao definir nos seus estatutos que os «profissionais do volante» não podiam ser sócios¹¹, uma lógica já identificada para o ACP por Maria Luísa Sousa¹². Da mesma forma, Nuno Domingos enquadra o automobilismo desportivo como atividade que, em contexto colonial, seria praticada pelas elites¹³.

Quanto à revista (intitulada ATCA – Revista de Automobilismo, Aviação e Turismo), definia-se como meio de, por um lado, contactar os sócios e divulgar a sua atividade, e, por outro, de divulgação do automobilismo e do potencial turístico da província¹⁴. Apesar de ser um dos objetivos mais antigos do ATCA, previsto logo na primeira

¹⁰ O Grande Prémio de Angola era complementado pela Taça Cidade de Luanda, formando a Semana Automobilística de Angola. Em 1960, junta-se-lhes a Taça do Governo do Distrito de Luanda.

¹¹ *Boletim Oficial da Colónia de Angola*, II Série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 6 de jun. de 1936, p. 328.

¹² SOUSA, Maria Luísa – *A mobilidade automóvel em Portugal. 1920–1950*. Lisboa: Chiado Books, 2016, p. 47-48

¹³ DOMINGOS, Nuno – «O desporto e o Império português». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal*. Vol. II. *Nação, Império e Globalização*. Lisboa: Quidnovi, 2011, p. 51-107.

¹⁴ Como definido em *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 17, p. 2. Ou seja, eram-lhe atribuídas as funções militante e descritiva que Marc Boyer identifica nas revistas associativas de turismo (BOYER, Marc – *Histoire Générale du Tourisme. Du XVII^e au XXI^e siècle*. Paris-Budapeste-Turim: L'Harmattan, 2005, p. 206). O seu potencial como forma de divulgação turística da província parece ser confirmado pela compra que o Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA) fez, em 1960, de centenas de exemplares para distribuir por agências de viagens e centros de turismo nacionais e estrangeiros, para além da divulgação que o próprio ATCA fazia

versão dos estatutos, não foi, todavia, um projeto fácil de concretizar. A terceira série correspondia a uma terceira tentativa de uma publicação regular, iniciada em 1959. Estendendo-se até 1974, foi a mais longa das séries, mas sofrendo sempre de alguma irregularidade: se em 1964 e 1965 saiu quase todos os meses, em 1969 e depois entre 1971 e 1973 não saiu qualquer número.

Ao nível dos conteúdos, a revista espelha os interesses e atividades do Clube. Tomemos como exemplo o primeiro número da revista de 1961 (n.º 10), que pode ser considerado como um número típico. Nele encontramos o noticiário desportivo, o calendário desportivo internacional de 1961, artigos sobre faróis, vidros e consumo de gasolina; outros louvando a variedade e a beleza das paisagens angolanas e dissertando sobre os benefícios da estrada e do turismo automobilístico. Será mantendo este tipo de conteúdos, que o ATCA fará entrar a guerra espoletada em 1961 nos seus discursos e iniciativas.

1961 – O ATCA e o discurso político

No dia 15 de março de 1961, estalou a rebelião dirigida pela União dos Povos de Angola contra os colonos portugueses e alguns africanos no Norte de Angola que resultou em milhares de vítimas e iniciou um período de guerrilha na região que se prolongou pelos meses seguintes¹⁵.

O primeiro número da revista saído após os acontecimentos de março, abre com um editorial que condena com veemência os ataques

dela junto de clubes automóveis nacionais e estrangeiros (ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 13, jul.-set. 1961, p. 25).

¹⁵ AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos (Coord.) – *Os Anos da Guerra Colonial. 1961–1975*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 63-64; WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René – *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 261-271.

e faz de Portugal uma vítima de hostilidade internacional generalizada¹⁶. É denunciada a complacência das potências, fala-se da pressão da União Indiana sobre Goa e da posição dos EUA, país governado por uma administração Kennedy então favorável à autodeterminação dos territórios colonizados. Nesse contexto, a revista sublinha a exterioridade dos ataques, que pretendem perturbar a unidade nacional, pelo que exorta à reação em defesa da «integridade da terra portuguesa»¹⁷. Para justificar essa defesa, o editorial invoca a antiguidade e a especificidade da colonização portuguesa, aludindo aos seus princípios cristãos e ao «temperamento igualitário, verdadeiramente democrático e isento de preconceitos de superioridade rácica»¹⁸. A revista reproduz por isso um discurso luso-tropicalista¹⁹ e perfeitamente de acordo com a posição oficial relativamente à indivisibilidade do império, aspetos que se manterão inalteráveis²⁰.

Assim, a revista, órgão de uma associação de colonos, reage de forma assertiva, assumindo desde início uma posição rígida, a que dá continuidade no número seguinte (n.º 12), cuja capa ostenta uma fotografia do ministro do Ultramar Lopes Alves, entretanto enviado pelo governo português a Angola, a assistir da varanda da sede do ATCA ao desfile dos soldados portugueses entretanto também chegados a Luanda no início de maio, como resposta do regime aos acontecimentos de março. O ATCA sente o golpe como o resto da

¹⁶ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 11, fev.-mar. 1961, p. 1 e 4.

¹⁷ Idem – Ibidem, p. 1.

¹⁸ Idem – Ibidem, p. 4.

¹⁹ Recorremos ao trabalho de CASTELO, Cláudia – «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, 168 p.

²⁰ Ver LÉONARD, Yves – «O ultramar português». BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Vol. V. *Último Império e recentramento (1930–1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 31-50.

sociedade branca angolana e colabora com a imagem de força que o governo quer passar.

Para além da divulgação desta reação militar das autoridades – sinal de um país que não abre mão dos seus territórios ultramarinos e que ela apoiara logo no editorial do n.º 11 – a revista dá conta de uma reação igualmente forte e talvez mais significativa: a solidariedade entre portugueses e de alguns estrangeiros para com os portugueses. O editorial desse n.º 12 é elucidativo: reiterando um discurso luso-tropicalista inabalável, enraizado na história (pelo que aponta exemplos de solidariedade entre portugueses de todas as cores no passado), e rejeitando os ataques internacionais (tanto do Movimento dos Não-Alinhados e da União Indiana, como dos EUA), é referida a «solidariedade manifestada em toda a parte onde há portugueses, para com a nossa Província»²¹, solidariedade que fica demonstrada nesse número com a publicação de uma carta de solidariedade da parte do presidente do ACP, Mário de Gusmão Madeira, e do anúncio de que o Automóvel Touring Club de Moçambique (ATCM) iria enviar para Angola o produto de provas de velocidade a realizar em 22 e 23 de julho, esperando com isso «demonstrar a vontade que todos os portugueses de Moçambique nutrem por auxiliar os seus irmãos Ultramarinos»²². Assim, o ATCA não só se coloca ao lado das posições oficiais, como parece querer encontrar para si próprio um papel no momento político vivido: os automobilistas do resto do mundo português associam-se aos automobilistas angolanos e é através do ATCA que o demonstram.

Essa solidariedade e esse estreitamento de laços estarão de novo patentes no número seguinte, no relato das provas de Moçambique cujos fundos revertiam a favor das vítimas de Angola, e onde se

²¹ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 12, abr.-jun. 1961, p. 1.

²² Idem – Ibidem, p. 26.

alude ao caloroso acolhimento dispensado aos pilotos de Angola, «manifestação simbólica do carinho e do interesse de uma das nossas Províncias Ultramarinas por outra que tão duramente sacrificada tem sido»²³.

A revista do ATCA constrói assim para os seus leitores uma imagem de união entre as várias partes que constituem Portugal e os seus habitantes, e em que ela e o seu automobilismo tomam parte – insistindo nos princípios luso tropicalistas, incompreendidos por uma comunidade internacional hostil, como estratégia de legitimação da presença colonial portuguesa. Quando o presidente da República, Américo Tomás, visita Angola, em setembro de 1963, e assiste ao Grande Prémio, é uma fotografia sua durante a visita que ocupa a capa²⁴.

Para além da solidariedade entre portugueses, a revista não deixa de aproveitar um exemplo de solidariedade vindo do estrangeiro, também relacionado com o automobilismo, publicando uma carta enviada ao ATCA por L. Frenay, secretário-tesoureiro do Automóvel Clube de Léopoldville, do antigo Congo Belga²⁵, que, ao mesmo tempo que deplora os acontecimentos de Angola e tem a colonização portuguesa como exemplar, parecendo aceitar o luso-tropicalismo,

²³ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 13, jul.-set. 1961, p. 19. Outro exemplo da solidariedade interprovincial aparecerá na revista já em 1966, desta vez de Angola para com Moçambique, onde a guerra entretanto também começara, quando é noticiada a viagem que dois automobilistas angolanos fazem entre Luanda e Lourenço Marques, sendo incluída uma citação da mensagem que o governador-geral de Angola enviou através deles ao seu congénere moçambicano, como saudação aos «nossos concidadãos que vivem, trabalham e lutam nessa Província Irmã» e «afirmação de que em perfeita unidade comungamos todas as dificuldades e todos os êxitos de Moçambique», devendo a viagem ser o símbolo da «permanente presença espiritual de todos os portugueses em todo o Portugal». Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 13, ago.-set. 1966, p. 5.

²⁴ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 20, jan.-fev. 1964.

²⁵ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 14, nov. 1961 – jan. 1962, p. 13. A carta fora enviada em resposta ao envio, por parte do ATCA, de uma brochura intitulada *Luanda 1961*.

lamentava a decadência em que o seu próprio Automóvel Clube entrou. O propósito da publicação desta carta não podia ser mais óbvio: a trágica descolonização do Congo Belga de 1960²⁶ é utilizada pela revista como um lembrete da tranquilidade dos territórios portugueses e do que poderá acontecer caso Portugal se desvie da sua missão. De resto, a comparação com outras realidades africanas é recurso mais ou menos habitual da revista para demonstrar a qualidade da presença portuguesa em Angola, algo que acontecera logo a propósito da cobertura do Grande Prémio de 1960²⁷.

No entanto, ao longo do período em apreço, as reações aos acontecimentos de 1961 acabam por ser bastante localizadas, não indo para além desse mesmo ano. O ATCA, enquanto emanção da sociedade colonial, reagira e acompanhara a resposta do governo central. Entretanto, em outubro desse ano, a reocupação militar do Norte tinha sido alcançada, circunscrevendo a guerrilha a bolsas dispersas, e o governador-geral anunciara a vitória sobre o terrorismo²⁸, pelo que podemos considerar que a revista participa também dessa acalmia.

Aliás, o número que sai depois desses desenvolvimentos, abre com um editorial dedicado ao problema dos acidentes rodoviários em Angola²⁹. Nele, o terrorismo é desvalorizado com uma ironia mordaz: o verdadeiro problema de Angola não era o terrorismo, que não afetaria mais do que 1/10 do território, mas sim os maus condutores que estavam por todo o lado a provocar acidentes e mortes. Ninguém ainda quisera sair de Angola com medo de ser morto por um desses condutores, ao contrário do que acontecera no momento do terrorismo. Ou seja, o pior já tinha passado e o conflito estaria

²⁶ AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos (Coord.) – *Ibidem*, p. 25-26.

²⁷ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 8, set.-out. 1960, p. 5-7.

²⁸ AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos (Coord.) – *Ibidem*, p. 92.

²⁹ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 14, nov. 1961 - jan. 1962, p. 1-2.

sob controlo. Confirmando essa ideia, encontraremos, a partir daí, apenas referências muito pontuais e dispersas à guerra³⁰.

Ainda assim, o ATCA irá prestar a sua colaboração no esforço de guerra, não se esquecendo de informar os seus sócios e leitores, colaboração que consiste em doações à Cruz Vermelha Portuguesa, a primeira feita logo em 1961, para as «obras de assistência aos soldados que se encontram em Angola, velando pela Paz e pela integridade da Pátria»³¹. Já em 1970, cede a sua sede para que o Movimento Nacional Feminino, uma organização criada para a guerra que prestava apoio aos soldados, aí organize algumas das suas reuniões de chá canasta³².

As reacções de 1961 e estas atividades pontuais podem ser associadas num mesmo espírito em prol do esforço português. No fundo, o que fica aqui patente é o ATCA como parte da sociedade colonial, chocada com os ataques e apoiando a resposta militar portuguesa, seja por via do texto, ou do ato.

O automobilismo e a invalidação da guerra

Todavia, o editorial que ironizava acerca da questão do terrorismo face ao grave problema dos acidentes rodoviários em Angola remete

³⁰ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 30, dez. 1964, p. 5; *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 31, jan.-fev. 1965, p. 25-26; *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 48, mai.-jul. 1968, p. 23.

³¹ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 14, nov. 1961-jan. 1962, p. 26. A doação desse ano consiste no produto de uma prova, assim como a de 1963 (*ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 20, jan.-fev. 1964, p. 47). Em 1968, será o produto de um campeonato de canasta (*ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 47, jan.-abr. 1968, p. 8).

³² *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 53, p. 3. Sobre o MNF, ver PIMENTEL, Irene Flunser – «Movimento Nacional Feminino (MNF)». In ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Venda Nova: Bertrand, 1996, p. 639.

para uma outra questão: o automobilismo como forma de invalidar a existência de um conflito armado.

Como já foi dito, o ATCA dedicava-se à organização de competições desportivas de automóvel, sendo a maior o Grande Prémio iniciado em 1957 e também elas, como vamos ver, serão vistas como o contributo do clube para a perpetuação da presença portuguesa em Angola e a sua imagem internacional e, conseqüentemente, para negar a existência de guerra.

De todas essas provas, há uma que merece especial atenção ao entrar diretamente na rejeição ativa da guerra: o Grande Rali do Congo de 1964, entre Luanda e Carmona, que teve lugar a 4 e 5 de julho, e fora proposto pelo presidente do ATCA ao governador-geral como «manifestação com a qual o Desporto Automóvel e seus dirigentes pretendem homenagear a heroica cidade, suas gentes, e as Forças Armadas, levando até elas o emocionante desporto»³³.

Carmona fora a capital do distrito do Congo (agora do Uíge, um dos dois que lhe tinham sucedido³⁴), particularmente afetado pelos acontecimentos de 1961 e o ATCA, pretendendo prestar-lhe homenagem, associava-se à ideia da força de Portugal e da manutenção da unidade do império. A adesão de vários apoios e as inscrições vindas de diferentes pontos da província corroboravam a ideia de solidariedade e unidade entre angolanos, que se juntavam para celebrar a «cidade sacrificada e que reencontrou o seu verdadeiro caminho», sendo o ruído dos automóveis em Carmona uma «mensagem de paz e tranquilidade»³⁵. Há uma associação explícita entre automobilismo e colonialismo. Não será descabido tentar aqui uma comparação com

³³ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 22, abr. 1964, p. 2. Forças Armadas que «ali garantem um Portugal eterno». Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 23, mai. 1964, p. 21.

³⁴ O outro sendo o Zaire, com capital em S. Salvador do Congo.

³⁵ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 23, mai. 1964, p. 21.

o turismo de guerra que Maria Luísa Sousa refere, com o exemplo das «Rutas de Guerra» criadas pela Espanha Nacionalista ainda em 1938 para que os visitantes observassem simultaneamente as belezas naturais e os estragos causados pelos republicanos³⁶, já que a ocasião merece que Cruz Leal, habitual autor dos relatos turísticos da revista³⁷, escrevesse um artigo sobre a tal cidade sacrificada, que entrava assim no elenco dos destinos turísticos de Angola, dando-a a conhecer aos sócios e restantes automobilistas, logo agora que uma nova autoestrada a ligava à capital³⁸. Uma cidade apontada como destino turístico³⁹, para a qual se dirigia uma prova de automobilismo eram aspetos que consagravam a paz da região.

Quanto aos artigos que descrevem o Rali do Congo propriamente dito são unânimes na importância do acontecimento: para um foi «uma merecida e sincera homenagem à ‘cidade-mártir’, para outro iluminou as certezas do amanhã»⁴⁰.

A recordação do que aconteceu é feita para contrastar com a situação pacífica que agora se vive na região, lembrando o sucesso dos portugueses em esmagar uma revolta estranha. Sintomática é a inclusão das palavras do secretário provincial Pinheiro da Silva,

³⁶ Sousa, Maria Luísa – *Ibidem*, p. 70-71.

³⁷ Cruz Leal colaborara também no *Anuário do Turismo do Ultramar* de 1959–1960 com o capítulo sobre turismo angolano. Ver LEAL, Cruz – «Valores turísticos». In ANDRADE, Ferreira de (Dir.) – *Portugal, país de turismo. Anuário do Turismo do Ultramar. 1959–1960*. Lisboa: Neogravura, 1959, p. 109-121.

³⁸ Carmona seria mesmo o «fim lógico» dessa nova artéria. Usando o formato habitual, o artigo começa por descrever o caminho percorrido por estrada até ao destino, aproveitando para, na comparação do antes com o depois, louvar a rápida modernização da cidade por obra do investimento público e da «valentia do colono luso» e evocar 1961 e o heroísmo da cidade. Ver *ATCA. III Série*. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 25, jul. 1964, p. 15-18.

³⁹ E o ATCA insistia muito no turismo automobilístico, melhor forma de conhecer Angola. Ver CERDEIRA, Pedro – «Imagens de Angola turística na revista do *Automóvel Touring Club de Angola* (1959–1963)». *A Nova Era dos Descobrimentos*. Lisboa: Escola Naval, 2010, p. 328-338.

⁴⁰ *ATCA. III Série*. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 25, jul. 1964, p. 26 e 25.

proferidas a propósito do rali: segundo o membro do governo provincial, a prova «desmentiu de forma categórica a torpe propaganda internacional, que pretende fazer das estradas do Norte de Angola, pistas de terrorismo»⁴¹. Continuando a desconstrução de argumentos contrários ao ultramar português, considera que o movimento de libertação de Angola é «pretenso», já que ironicamente pretende libertar os angolanos da paz, da moral e da amizade entre irmãos de cores diferentes, e logo pela via do terrorismo.

Um ano depois, quando habitantes da cidade de Carmona, com o apoio do município, organizarem o Circuito de Carmona, a revista dirá que o Grande Rali do Congo «reacendeu o gosto da cidade pela competição automóvel, demonstrando assim que a sua vida entrara na normalidade da paz Lusíada»⁴².

O automobilismo, enquanto atividade feita por colonos (e de elite), surge assim como um agente de poder, que poderá ser associado ao das estradas como forma de dominação, se enquadradas nas ideias de Adas e Headrick que encaram a transferência de tecnologia como tal. E, de facto, as estradas coloniais são apontadas na sua função de escoamento de produtos, ligação ao *hinterland* e cobertura de territórios em guerra⁴³. A nossa proposta é que o automobilismo atua como contributo para essa dominação, ao ser uma atividade feita sobre a materialidade que é a estrada, uma estrada que, para o caso português, já foi identificada como uma materialidade politizada pelo Estado Novo por Amélia Aguiar Andrade⁴⁴. As utilizações da estrada, enquanto agente de poder, são elas próprias meios de dominação.

⁴¹ Idem – Ibidem, p. 9.

⁴² ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 35, jul. 1965, p. 15.

⁴³ WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René – Ibidem, p. 327-328.

⁴⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – «Sobre a construção da imagem contemporânea de estrada». In HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda (Coord.) – *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Vol. 2. Lisboa: Edições D. Quixote, 2004, p. 408-423.

Se isso ficou claro no caso do Rali do Congo – com o qual o ATCA participa direta e declaradamente na consagração da vitória portuguesa num conflito militar – o restante das suas iniciativas automobilísticas não deixa de funcionar como um esforço continuado em prol de uma Angola portuguesa e sempre resistente ao que lhe fosse contrário, sendo o Grande Prémio de Angola permanentemente brandido como forma de propaganda da realidade angolana. Ou seja, às funções da estrada atrás elencadas, junta-se a de espaço onde é feito um automobilismo de «paz» contra essa guerra.

Em agosto de 1964, ano em que a competição é inscrita nos calendários internacionais da FIA, a revista vinca o Grande Prémio de Angola como tendo o maior interesse turístico e de propaganda e também para a política do governo para África, pois para além da entrada de divisas que representava, permitia aos visitantes observarem a província e «espalhar por todas as pistas do mundo o nome de Angola»⁴⁵. Os pilotos que iam a Angola podiam ver por si mesmos a situação da província, tão injustamente difamada no estrangeiro. As corridas, ao serem «sinónimos de paz, de progresso, de tranquilidade», eram o símbolo da província, pois «no meio da desordem e do caos não seria possível organizar o mais fascinante e caro espetáculo da atualidade»⁴⁶.

Sendo o Grande Prémio uma iniciativa do ATCA, o clube apresenta-se como estando «côncio da alta missão que tem neste capítulo da vida nacional», pelo que não se poupa a esforços nesse sentido, convidando para a edição da prova de 1964 quatro jornalistas estrangeiros (um holandês, um belga, um suíço e um inglês) e um metropolitano⁴⁷, que colaboram no número de novembro de 1964. Como seria de esperar, os testemunhos dos jornalistas estrangeiros publicados na re-

⁴⁵ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 26, ago. 1964, p. 7.

⁴⁶ Idem – Ibidem, p. 1.

⁴⁷ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 26, ago. 1964, p. 7. No total, terão vindo sete jornalistas estrangeiros da especialidade. Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 37, nov.-dez. 1965, p. 9.

vista elogiam a organização das provas, relembram eventos («um *party* verdadeiramente à maneira europeia»⁴⁸, por exemplo) e agradecem ao ATCA e aos portugueses o acolhimento.

O Grande Prémio é apresentado como um dos maiores contributos do ATCA para a manutenção do império através das suas atividades. Apontado como o maior cartaz turístico da província devido ao seu potencial de divulgação, são referidos os muitos participantes e jornalistas estrangeiros que visitam a província aquando das provas e que elogiam, para além da organização, o território e o seu povo. O que se pretende mostrar com as provas? Por um lado, que «no Portugal em África, se acompanha em todos os sectores da vida moderna o progredir da humanidade»⁴⁹. Por outro, um «viver centenário onde a cor e o amor se misturam num sentimento único»⁵⁰, «um povo indiferente a conceitos políticos ou raciais, que gentes estranhas pretendem impor ou vislumbrar»⁵¹. Ou seja, desenvolvimento económico e lusotropicalismo, uma presença portuguesa em África produtiva e feliz. Não é num território assim que há guerra⁵². Da mesma forma, a comparação com o resto de África não é esquecida: afirma-se o prestígio crescente das competições de Angola e África do Sul, ao passo que as provas no Senegal, no Quénia e em Marrocos – por sinal, países já independentes – entraram em decadência⁵³. O Grande Prémio de Angola é, enfim, «uma das demonstrações gritantes da verdade portuguesa»⁵⁴.

⁴⁸ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 29, nov. 1964, p. 35.

⁴⁹ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 37, nov.-dez. 1965, p. 5.

⁵⁰ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 28, out. 1964, p. 1.

⁵¹ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 37, nov.-dez. 1965, p. 5.

⁵² ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 29, nov. 1964, p. 8-9.

⁵³ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 28, out. 1964, p. 1.

⁵⁴ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 37, nov.-dez. 1965, p. 5. Já a propósito da carta de L. Frenay, as «iniciativas e realizações» dos portugueses eram vistas como forma de incutir «no conceito ‘dos outros’ a ideia de firmeza das nossas atitudes e o indefectível ânimo de continuar a nossa actividade apesar das contrariedades». Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 14, nov. 1961-jan. 1962, p. 13.

Quando, em 1966, o Grande Prémio é substituído por uma Taça de Ouro de dimensões mais modestas por razões técnicas e financeiras, a revista não deixa de assinalar o reconhecimento estrangeiro alcançado pelo Grande Prémio, plasmado na indicação, por parte da FIA, de Angola como um dos três polos de atração do automobilismo desportivo em África, a par do Grande Prémio da África do Sul e do Rali Safari da África Oriental.

O automobilismo que invalida a guerra é visto pelo ATCA como um elemento construtor da unidade imperial, sendo as provas automobilísticas vistas também como uma forma de aproximar os portugueses, como já víamos a propósito das demonstrações de solidariedade. Por um lado, no seu todo, sendo a Taça de Luanda (substituta das Taças Cidade de Luanda e Governo do Distrito e aberta a condutores com carta de condução nacional) de 1965 considerada a única prova verdadeiramente nacional, por reunir concorrentes de vários pontos do país pluricontinental⁵⁵.

Por outro lado, no que diz respeito aos laços entre Angola e Moçambique: em 1965, tem lugar a primeira excursão aérea de Luanda a Lourenço Marques, apoiada pelo ATCA e destinada à assistir ao IV Circuito de Lourenço Marques, organizado pelo ATCM. Em 1967, a delegação do ATCM na Beira decide financiar uma equipa do ATCA em representação de Angola para participar no VIII Rali Internacional da Beira. A propósito dos dois momentos, tanto o ATCA, como o ATCM referiram a importância desses momentos no estreitamento do intercâmbio entre duas províncias irmãs⁵⁶.

⁵⁵ A III Taça do Governo do Distrito, de 1963, por contar com a representação dos principais centros automobilísticos da Província e um automobilista da metrópole, fora apresentada como competição com «uma nota de prova interprovincial». Ver *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 20, jan.-fev. 1964, p. 29.

⁵⁶ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 36, ago.-set. 1965, p. 8; *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 44, mar. 1967, p. 9. A propósito da excursão aérea a Lourenço Marques, a revista incluiu um artigo que descrevia a capital moçambicana, «uma cidade portuguesa» que assim entrava para o elenco de destinos turísticos da revista, recorrendo às referências habituais que

Avançamos ainda a hipótese de que a presença de vários acontecimentos ligados ao automobilismo nas diferentes partes do império poderá ser lida à luz de um projeto de construção da nação pluricontinental, em que os leitores se revêm como cidadãos-automobilistas dessa pátria dispersa pelo mundo. São assim noticiadas provas na metrópole, em Macau e em Moçambique, bem como a presença das duas últimas colónias e de Angola no I Congresso Nacional de Trânsito de 1965⁵⁷. Uma fotografia da Ponte Salazar inaugurada, em 1966, na metrópole, ocupa a capa do número de janeiro de 1967.

Turismo, propaganda e fomento

De facto, o que o Grande Prémio faz é pugnar por uma ideia de normalidade e de progresso, ambas poderosas na invalidação da guerra e dos ataques internacionais à presença portuguesa em África, onde a estrada e o automóvel têm um papel importante. Do ponto de vista do conflito e da sua cobertura, é bastante relevante a forte presença na revista de uma atmosfera de normalidade para consumo interno, que apenas os acontecimentos de março de 1961 tinham vindo beliscar. Logo nessa altura, no número em que a revista reagia contra os ataques, continuavam os artigos que registavam a normalidade e a continuidade da vida angolana. Era noticiado um novo serviço de excursões na baía de Luanda⁵⁸ e a cidade de Moçâ-

colocavam lado a lado a antiga presença dos portugueses e a modernidade que agora imprimem aos territórios. Ver *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 36, ago.-set. 1965, p. 6.

⁵⁷ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 29, nov. 1964, p. 41; *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 31, jan.-fev. 1965, p. 18; *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 32, mar. 1965, p. 5.

⁵⁸ *ATCA*. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 11, fev.-mar. 1961, p. 3-4.

medes e os seus arredores surgem em dois artigos como destino turístico, retratados com o habitual discurso de êxtase⁵⁹.

Os artigos sobre turismo continuam ao longo de todo o período, fosse apresentando propostas e um pensamento crítico sobre a questão turística (eles próprios indícios dessa continuidade), fosse divulgando destinos turísticos em Angola, que convidavam os leitores a visitarem pontos espalhados por todo o território, de preferência ao volante do seu automóvel. Para além da constatação da normalidade, a revista convida o leitor a verificá-la por si próprio, viajando. Entre os destinos elencados, encontramos Luanda e arredores, Lobito, Sá da Bandeira e arredores, Cabinda, Malange, o Parque Nacional da Quiçama.

Um outro convite à viagem é feito em setembro de 1970, com a publicação de uma lista das festas e romarias que acontecem por todo o território⁶⁰, das quais apenas as de Teixeira de Sousa, no distrito do Moxico, «devido à situação atual têm-se limitado à tradicional festa de 15 de agosto, que está muito longe de atingir o brilhantismo de outrora»⁶¹.

No número de janeiro de 1966, Cruz Leal define a necessidade do conhecimento do território pelos seus habitantes, a par da atração de estrangeiros⁶². Já em 1964, Mário Pirelli, um especialista em caça e colaborador regular da revista, é bastante claro: os visitantes estrangeiros «chegam todos à conclusão, que um país onde se pode efetuar safaris tão excelentes e tranquilos não pode ser, de maneira

⁵⁹ Idem – Ibidem, p. 11-12 e p. 25.

⁶⁰ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 50, set. 1970, p. 28-29.

⁶¹ Idem – Ibidem, p. 29.

⁶² ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 38, jan. 1966, p. 6-9. «Todos nós amamos muito esta nossa terra. Mas a maioria ama-a porque 'é nossa' e porque a sente na alma e no sangue. Muito mais a amaria se a conhecesse tal e qual ela é, exuberante, rica, colorida, progressiva, exótica e até fantástica e sem dúvida, grandiosa». Idem – Ibidem, p. 7.

nenhuma, teatro duma guerra generalizada de subversão»⁶³, numa lógica que já vimos ser utilizada também a propósito do Grande Prémio. Na linha dessa ideia de atração de turistas estrangeiros, a revista publica em 1967 pequenas brochuras com vistas de Luanda a cores, legendadas em português, francês, inglês e alemão.

A título de curiosidade, refira-se que o CITA – um organismo oficial – publicou em 1966 um guia intitulado *Itinerários de Angola*, organizado pelo presidente do ATCA, Acácio Pereira de Matos, consistindo num conjunto de rotas que cobriam todo o território, acompanhado de uma série de informações úteis aos viajantes, como formalidades de safaris ou hotéis⁶⁴. Ou seja, há de facto uma ideia generalizada de normalidade e de abstracção em relação ao conflito, sendo a apropriação do território feita pelo turismo e o automobilismo a derradeira negação, algo que também é visível na ampla cobertura das provas automobilísticas que por toda a Angola se realizam. São noticiadas provas em Nova Lisboa, Cela, Moçâmedes, Lobito, Malange, Sá da Bandeira, Cabinda, Salazar, Carmona, Novo Redondo, Benguela, bem como o rali universitário entre Luanda e Malange e o

⁶³ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 25, jul. 1964, p. 41. O mesmo Pirelli alertaria depois para os inconvenientes que a entrada de clientes de safari em Angola pela recém-independente Zâmbia, «o mais novo Estado africano a entrar seguramente mais tarde ou mais cedo no coro daqueles que tentam desacreditarem-nos perante o Mundo», poderia trazer à propagação da província. Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 27, set. 1964, p. 26-27 e p. 29. A questão é novamente abordada em ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 38, jan. 1966, p. 11 e p. 13.

⁶⁴ O ATCA publicara uma primeira versão do *Itinerários de Angola* em 1960. Os itinerários aí contidos coincidem com a rede de estradas de 1.ª classe (conforme o mapa em GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Vol. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951, p. 305), confirmando essa ligação entre turismo e automobilismo. O CITA teria comprado mil exemplares para distribuição no estrangeiro. Ver ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 13, jul.-set. 1961, p. 25. Uma outra publicação do CITA, *Visite Angola, terra de Portugal*, inclui na sua síntese histórica uma alusão a 1961, cuja pronta resposta demonstra a tenacidade dos portugueses e que a província «regressará vitoriosa ao passo glorioso da paz». Ver *Visite Angola, terra de Portugal*. Luanda: CITA/Fundo de Turismo e Publicidade, 1970, 104 p.

Grande Rali de Angola, este último organizado pelo Clube Ferroviário de Luanda⁶⁵.

A ideia de normalidade é bastante difundida, mas a revista não perde de vista a necessidade de fazer acompanhar essa normalidade de uma ativa aposta no fomento. A questão do fomento é algo que vai estar sempre presente na política ultramarina deste período, fortemente impulsionada pela guerra, como forma de invalidar a libertação⁶⁶. Ou seja, também aqui o clube se coloca ao lado da política oficial e a revista vai dando conta do desenvolvimento que se verifica em Angola.

Logo no número que reagira contra os massacres de março de 1961, encontramos um artigo, da pena de Cruz Leal, dedicado à construção da barragem de Cambambe⁶⁷, cuja imagem figura na capa. Esse artigo sintetiza bem o discurso relativamente ao ultramar em tempo de guerra: ao desenvolvimento da economia ultramarina, aliam-se referências à secular presença portuguesa. O artigo contém mesmo uma fotografia de uma antiga fortaleza do tempo dos primeiros portugueses no local e outras da barragem em construção, símbolos de uma mesma luta – a dos portugueses – na defesa da pátria⁶⁸.

Dois números depois, o editorial versa sobre a questão da aposta no turismo em Angola, tema que os acontecimentos de março alegadamente teriam posto de parte. O conflito é mesmo visto como um

⁶⁵ Prova internacional que cobria quase 5 000 quilómetros, foi, segundo um corredor, «o expoente máximo do calendário de ralis angolano». SOUSA, Hélder de – «Ultramar. O lento despertar». In RODRIGUES, José (Dir.) – *História do Automobilismo Português*. Alêg:s: Edições Talento, 2004, p. 170.

⁶⁶ A constatação desse paradoxo entre guerra e crescimento é feita em WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René – *Ibidem*, p. 327-331 e MURTEIRA, Mário – «Formação e colapso de uma economia colonial». In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Vol. V. *Último Império e recentramento (1930–1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 124-125.

⁶⁷ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 11, fev.-mar. 1961, p. 15-18.

⁶⁸ Também aqui não deixa de ser feita a apologia da estrada que «agora construída de novo é ampla e lisa». Ver *Idem* – *Ibidem*, p. 15.

pretexto para o investimento: «talvez não seja mau que, neste momento de patriotismo se procure, em velocidade, ganhar o que temos perdido». O discurso em prol de realizações e iniciativas é constante e os ataques a Portugal só devem é aumentar o empenho no desenvolvimento como prova da boa ação civilizadora dos portugueses. Assim, nos vários artigos que a revista dedica aos destinos turísticos são constantes as alusões, tanto à história da presença portuguesa nos locais, como ao desenvolvimento que atravessam.

O próprio ATCA se vê a si próprio como um agente de desenvolvimento. Por ocasião da inauguração da estação de serviço do ATCA, em 1 de março de 1962, o presidente, Pereira de Matos, dirá que:

Na hora que passa, em que os abutres internacionais se preparam, para nos espoliarem do que só a nós pertence, o A.T.C.A. está a dar um exemplo firme, da nossa indomável vontade de não alienarmos o património nacional, de que Angola é uma parcela indivisível⁶⁹.

O contributo do ATCA em prol da manutenção do império é feito a vários níveis. Nessa mesma inauguração, o melhoramento introduzido merece do governador do distrito considerações que negam a existência de conflitos raciais, religiosos ou sociais e reitera a «firme determinação de todos nós portugueses de aqui nos mantermos a todo o transe», combatendo «essa alcateia feroz de comunistas e seus apaniguados»⁷⁰.

A revista vai noticiando outros melhoramentos, mesmo quando são levados a cabo por outros, desde que relacionados com as suas atividades. Por exemplo, dá conta da instalação de um serviço de

⁶⁹ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 15, fev.-abr. 1962.

⁷⁰ Idem – Ibidem, p. 13.

aluguer de automóveis na estação de serviço do ATCA⁷¹ e noticia a apresentação da maquete de um novo hotel para Luanda⁷².

Em 1968, dedica um longo artigo à inauguração da fábrica de pneus da Mabor Angolana – acontecimento apontado como decisivo no desenvolvimento dos meios de transporte e na industrialização do território⁷³ – largamente ocupado pelos discursos inaugurais de Miguel Quina, vice-presidente do conselho de administração da empresa, e de Rui Patrício, o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino. O primeiro refere que a constituição da Mabor Angolana, a 15 de junho de 1961, teve lugar quando «Angola já estava a ser magoada na sua carne e perturbada no sossego da sua vida normal», algo que não fez os autores da iniciativa hesitar. Partindo de uma visão do empresário enquanto dono de empresa e mandatário do interesse geral, houve nos autores do projeto um «novo estímulo, quando o terrorismo lançou ingloriamente o seu repto»⁷⁴. O discurso do subsecretário de Estado vai também no sentido da unidade e da continuidade portuguesa como demonstração do seu valor. Mais eloquente acerca do significado da fábrica de pneus é o anúncio da mesma no mesmo número da revista, que afirma que «os pneus acompanham e apoiam o desenvolvimento do território, nas rodas laboriosas dos transportes automóveis, que são o palpitar incessante de uma economia em expansão. Continuando a unir os mais distantes pontos da Província os nossos pneus servem o anseio de progresso

⁷¹ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 19, ago. 1963, p. 19.

⁷² ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 33, abr. 1965, p. 35.

⁷³ A Mabor fora um dos patrocinadores da publicação dos *Itinerários de Angola* de 1960. Sobre a Mabor Angolana, ver MARCELINO, José (Coord.) – *Mabor: 50 anos de sucesso*. Algés: Arte Mágica, 2005, p. 96.

⁷⁴ ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola. N.º 48, mai.-jul. 1968, p. 29.

de toda a população»⁷⁵. O fomento é um antídoto contra a guerra, um serviço prestado ao império e à civilização e o automobilismo um seu poderoso agente. De novo a ideia do automobilismo como agente de dominação.

Conclusão

A ideia sempre presente da normalidade associa-se a aposta no fomento e uma estratégia de propaganda, numa combinação de elementos que tentam negar a guerra e tudo o que vá contra os princípios do colonialismo português. Ou seja, o discurso e as realizações são combinados e utilizados como forma de invalidar os ataques internacionais e a ação dos movimentos de libertação e o ATCA (uma associação da sociedade branca, alinhada com o poder) não deixa de difundir essa lógica na sua revista, criando uma imagem de tranquilidade e progresso, em que o automóvel é parte importante. Isso ficou bastante claro a propósito do Rali do Congo de 1964, em que o automóvel consagrara a pacificação de uma região de conflito, conflito esse que merece reações assertivas enquanto se trata de um ataque inicial, mas que é depois desvalorizado, também com comparações com o automobilismo. De resto, toda a atividade do ATCA vai no sentido de invalidar essa guerra: fazendo propaganda de uma Angola tranquila e luso-tropical através da divulgação de provas e do apelo à viagem. O automobilismo é uma atividade politizada, agente de um império, e serve a manutenção desse império e até a construção de uma identidade nacional pluricontinental.

⁷⁵ Idem – Ibidem, p. 3.

Fontes

- ATCA. III Série. Luanda: Automóvel Touring Club de Angola (1960–1970).
- Boletim Oficial da Colónia de Angola*, II Série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional (1936-1944).
- Itinerários de Angola*. Luanda: Edição do Automóvel Touring Club de Angola-Luanda, 1960, 22 p.
- MATOS, Acácio Pereira de (Org.) – *Itinerários de Angola*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, Fundo de Turismo e Publicidade, 1966, 112 p.

Referências bibliográficas

- ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1989, 448 p. ISBN-13 978-0801497605.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos (Coord.) – *Os Anos da Guerra Colonial. 1961–1975*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, 832 p. ISBN 9789896282134.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – «Sobre a construção da imagem contemporânea de estrada». In HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda (Coord.) – *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Vol. 2. Lisboa: Edições D. Quixote, 2004, p. 408-423. ISBN 9789722027922.
- BOYER, Marc – *Histoire Générale du Tourisme. Du XVI^e au XXI^e siècle*. Paris-Budapest-Turim: L'Harmattan, 2005, 334 p. ISBN-13 978-2747584326.
- CASTELO, Cláudia – «O modo português de estar no mundo». *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, 168 p. ISBN 9789723604863.
- CERDEIRA, Pedro – «Imagens de Angola turística na revista do Automóvel Touring Club de Angola (1959–1963)». *A Nova Era dos Descobrimentos*. Lisboa: Escola Naval, 2010, p. 328-338.
- DOMINGOS, Nuno – «O desporto e o Império português». In NEVES, José e DOMINGOS, Nuno – *Uma História do Desporto em Portugal*. Vol. II. *Nação, Império e Globalização*. Lisboa: Quidnovi, 2011, p. 51-107. ISBN 9789895548873.
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Vol. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951, 421 p.
- HEADRICK, Daniel R. – *The Tentacles of Progress. Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850–1940*. Oxford: Oxford University Press, 1988, 416 p. ISBN-13 978-0195051162.
- LEAL, Cruz – «Valores turísticos». In ANDRADE, Ferreira de (Dir.) – *Portugal, país de turismo. Anuário do Turismo do Ultramar. 1959–1960*. Lisboa: Neogravura, 1959, p. 109-121.

- LÉONARD, Yves – «O ultramar português». In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Vol. V. *Último Império e recentramento (1930–1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 31-50. ISBN 972-42-1795-7.
- MARCELINO, José (Coord.) – *Mabor: 50 anos de sucesso*. Algés: Arte Mágica, 2005, 177 p. ISBN 972-8772-30-0.
- MURTEIRA, Mário – «Formação e colapso de uma economia colonial». In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. Vol. V. *Último Império e recentramento (1930–1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 108-130. ISBN 972-42-1795-7.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, 504 p. ISBN 9789723609820.
- PIMENTEL, Irene Flunser – «Movimento Nacional Feminino (MNF)». In ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II. Venda Nova: Bertrand, 1996, p. 639. ISBN 972-25-1015-0.
- PIRIE, Gordon – «Automobile organizations driving tourism in pre-independence Africa». *Journal of Tourism History*. Oxford: Routledge/Taylor&Francis Group. ISSN 1755-182X print/ISSN 1755-1838 online. Vol. 5, issue 1, 2013, p. 73-91. <https://doi.org/10.1080/1755182X.2012.758672>.
- SOUSA, Hélder de – «Ultramar. O lento despertar». In RODRIGUES, José (Dir.) – *História do Automobilismo Português*. Algés: Edições Talento, 2004, p. 164-178. ISBN 9789728868000.
- SOUSA, Maria Luísa – *A mobilidade automóvel em Portugal. 1920–1950*. Lisboa: Chiado Books, 2016, 574 p. ISBN 978-989-51-7404-1.
- Visite Angola, terra de Portugal*. Luanda: CITA/Fundo de Turismo e Publicidade, 1970, 104 p.
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René – *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011, 472 p. ISBN 9789896710743.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

